

# Administração Financeira e Orçamentária - AFO



## Lista de Exercícios (Gabaritados)

**FGV**

**Professor:  
Marcel Guimarães**

**Brasília, MAIO de 2023  
Última atualização: 30/05/2023**

## Sumário

1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	4
2. RECEITAS PÚBLICAS.....	28
3. DESPESAS PÚBLICAS.....	59
4. CRÉDITOS ADICIONAIS.....	80
5. LEI 4.320/64 –ESTÁGIOS DA DESPESA, RESTOS A PAGAR, DEA e SUPRIMENTO DE FUNDOS .94	
6. FORMAS E DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA ECONOMIA. FUNÇÕES DO ORÇAMENTO.....	113
7. ORÇAMENTO PÚBLICO E SUA EVOLUÇÃO. ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	122
8. PPA, LDO e LOA.....	135
9. CICLO ORÇAMENTÁRIO - ELABORAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	160
10. AFO NA CF/88.....	190
11. LRF - PARTE 1 (princípios; conceitos; planejamento (PPA, LDO, LOA e execução orçamentária e cumprimento de metas).....	204
<b>conceitos</b> .....	207
<b>planejamento (LDO , LOA + execução orçamentária e fin)</b> .....	211
12. LRF - PARTE 2 (receita pública - previsão e arrecadação; renúncia de receita; geração de despesas e DOCC; despesa com pessoal; despesa com seguridade social).....	228
<b>receita pública</b> .....	228
<b>renúncia de receitas</b> .....	229
<b>geração de despesas e docc</b> .....	234
<b>despesa com pessoal</b> .....	235
<b>despesa com seguridade social</b> .....	246
13. LRF - PARTE 3 (Transferências voluntárias; Destinação de recursos para o setor privado; Prestação de contas e transparência na gestão fiscal; RREO e RGF: estrutura, composição) ..	247
<b>transferências voluntárias</b> .....	247
<b>Destinação de recursos para o setor privado</b> .....	250
<b>Prestações de Contas e Fiscalização da Gestão Fiscal</b> .....	250
<b>Transparência da Gestão Fiscal</b> .....	251

RREO e RGF .....	254
14. LRF - PARTE 4 (Dívida e Endividamento; Restos a pagar; Gestão Patrimonial; Escrituração e consolidação das contas; Disposições Finais e Transitórias) .....	271
Dívida e endividamento .....	271
DA GESTÃO PATRIMONIAL .....	279
Escrituração e Consolidação das Contas .....	280
Disposições Finais e Transitórias .....	282
15. FEDERALISMO FISCAL .....	283
16. CONTA ÚNICA DO TESOURO .....	292
17. FINANÇAS PÚBLICAS – Resultados Primário e Nominal.....	293
18. Lei 4.320/64 .....	296
19. Lei 10.028/2000 (Crimes Fiscais) .....	299
20. PRECATÓRIOS.....	300
21. Retenções de Tributos e Contribuições Federais – IN 1.234/12 .....	301
22. Processo Legislativo Orçamentário – Res 01/2006 CN .....	302

# 1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**71**

Durante um treinamento sobre os princípios e normas que regem o processo orçamentário dos entes públicos, um dos alunos apresentou um questionamento acerca da abrangência do orçamento anual. Segundo ele, se há um balanço do setor público nacional que inclui todos os entes anualmente, deveria haver também um orçamento geral que englobasse os orçamentos de todos os entes federativos.

Porém, esse raciocínio do aluno em treinamento não tem base nos princípios orçamentários, e pode ser refutado pelo princípio do(a):

- (A) anualidade;
- (B) exclusividade;
- (C) não vinculação;
- (D) orçamento bruto;
- (E) unidade.

LETRA E

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**71**

Considere o trecho a seguir.

“A Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2022, foi publicada no Diário Oficial do dia 13 de janeiro de 2022.”

O conteúdo do trecho indica atendimento a regras básicas decorrentes de dois dos princípios orçamentários, que são:

- (A) anualidade e universalidade;
- (B) especificação e publicidade;
- (C) exclusividade e publicidade;
- (D) exclusividade e transparência;
- (E) legalidade e transparência.

LETRA C

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Técnico Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**50**

O prefeito de um município, ao enviar uma proposta orçamentária ao Poder Legislativo Municipal que não contemple as estimativas de receitas, tratando apenas da fixação das despesas, comete uma evidente violação ao princípio

- (A) da clareza.
- (B) da exclusividade.

- (C) da especificação.
- (D) do não-estorno.
- (E) da universalidade.

LETRA E

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**77**

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, a realização da receita e da despesa da União será feita por via bancária, em observância ao seguinte princípio:

- (A) Unidade de caixa.
- (B) Legalidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Orçamento Bruto.
- (E) Não vinculação da receita de impostos.

LETRA A

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**47**

Os princípios orçamentários foram desenvolvidos e implementados na legislação brasileira gradualmente, à medida que os legisladores verificavam situações que criavam margem para eventuais impropriedades no processo de elaboração e aprovação do orçamento público. Considerando o exposto, o princípio implementado visando a combater as caudas orçamentárias, nas quais matérias estranhas eram colocadas nos projetos de lei orçamentária com o objetivo de se aproveitar de seu procedimento especial de aprovação, é o princípio da

- (A) especificação.
- (B) não afetação.
- (C) irretroatividade.
- (D) exclusividade.
- (E) unidade.

LETRA D

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**61**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, será dada ampla divulgação aos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias e às prestações de contas e o respectivo parecer prévio, entre outros.

Essa determinação relaciona-se com o seguinte princípio orçamentário:

- (A) Unidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Publicidade.

- (D) Universalidade.
- (E) Transparência.

LETRA E

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**41**

O princípio orçamentário da não-afetação tem como objetivo impedir que os recursos de impostos sejam obrigatoriamente vinculados a determinadas finalidades, permitindo, em tese, a sua livre alocação de acordo com as programações com maior necessidade no momento. Embora o princípio da não-afetação imponha essa limitação, podem existir exceções a esse princípio, desde que elas estejam previstas expressamente na Constituição Federal, tendo, como exemplo, a vinculação para

- (A) implementação de atividades de seguridade social.
- (B) oferecimento de garantia ao Banco Central por refinanciamento de despesas de capital.
- (C) prestação de contragarantia à União para pagamento de débitos com essa.
- (D) realização de atividades da administração judiciária.
- (E) ações de promoção à igualdade de gênero.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**57**

A elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento é mandatória para os entes públicos das três esferas de governo, que deve se basear nos chamados princípios orçamentários.

A responsabilidade e diligência no processo de planejamento, que tem como consequência a inclusão de autorização de ações públicas da forma mais abrangente possível, está relacionada ao princípio do(a):

- (A) equilíbrio;
- (B) exatidão;
- (C) unidade;
- (D) orçamento bruto;
- (E) universalidade.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**31**

A organização da proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), incluindo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social, de forma que a proposta contenha todas as receitas e todas as despesas, atende ao princípio do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) orçamento bruto;
- (D) transparência;
- (E) universalidade.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**41**

A Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Beta do Sul, previamente à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 20x3, emitiu uma orientação aos servidores reforçando a importância dos princípios orçamentários, destacando que:

- (A) estabelecem regras básicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência na elaboração, execução e controle do orçamento público, sendo estabelecidos tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina;
- (B) o princípio da universalidade determina que as receitas previstas e despesas fixadas em cada exercício financeiro devem integrar um único documento legal;
- (C) a definição do princípio do orçamento-programa conjuga a necessidade de demonstração das receitas e das despesas de acordo com a sua área funcional;
- (D) constituem exceções ao princípio da não vinculação da receita de impostos, aquelas realizadas por intermédio da criação de Fundos especiais;
- (E) a determinação de que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços ou quaisquer outras, refere-se ao princípio do orçamento bruto.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**55**

Um analista de controle de um tribunal de contas foi designado para realizar um trabalho de análise da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um conjunto de Municípios com vistas a apresentar recomendações relacionadas ao cumprimento dos requisitos legais e à melhoria da qualidade do planejamento e orçamento.

No primeiro documento analisado, uma inconsistência que, à luz dos princípios orçamentários, pode gerar recomendação por parte do analista é:

- (A) apresentação dos valores brutos das receitas, inclusive quando sujeitas a repasses legais;
- (B) ausência da classificação da receita e da despesa conforme identificador de resultado primário;
- (C) montante de operações de crédito autorizadas inferior à programação de despesas de capital;
- (D) não inclusão de previsão de receitas de transferências de capital decorrentes de convênios;
- (E) previsão de limite para suplementação do orçamento por meio de créditos adicionais.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**61**

Ao longo do tempo, os princípios orçamentários, que surgiram do esforço de planejar e orçar a ação pública, foram consagrados pela legislação e pela doutrina. Um dos resultados do processo de consolidação dos princípios orçamentários é possibilitar a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada.

Esse cenário permite uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas e decorre do princípio da:

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) programação;
- (D) totalidade;
- (E) transparência.

LETRA D

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**66**

Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios –, são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

Nesse sentido, integram o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) os princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivem de normas jurídicas.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Totalidade determina existência de orçamento único para cada ente federado com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (B) Exclusividade determina ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar.
- (C) Publicidade determina registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto.
- (D) Não-Vinculação da Receita de Impostos determina que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- (E) Universalidade determina existência de orçamento único para cada ente federado com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

LETRA A

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**41**

Leia o fragmento a seguir.

*“Ao analisar as contas do presidente Jair Bolsonaro relativas a 2019, o plenário do TCU recomendou que o Poder Executivo orientasse cada ministério para que as despesas relativas a*

*contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual fossem empenhadas em cada exercício financeiro apenas pela parte nele executada.”*

(Ribamar Oliveira, Jornal Valor Econômico, 04/12/2020).

Considerando os chamados princípios orçamentários, assinale a opção que indica o princípio que melhor embasa a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) mencionada na matéria destacada.

- (A) Todas as receitas e despesas do Estado devem estar previstas no orçamento.
- (B) O orçamento anual será composto pelo orçamento fiscal, pelo orçamento de investimento das empresas estatais e pelo orçamento da seguridade social.
- (C) A previsão orçamentária deve considerar valores brutos, sem qualquer tipo de dedução.
- (D) O orçamento público deve ser previsto e autorizado para o exercício financeiro em questão, segundo a lei orçamentária anual.
- (E) Somente questões financeiras devem ser previstas no orçamento anual.

LETRA D

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**42**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de modo a evidenciar a política econômica- financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- (A) clareza, equilíbrio e anualidade.
- (B) universalidade, publicidade e clareza.
- (C) unidade, universalidade e anualidade.
- (D) exclusividade, unidade e orçamento bruto.
- (E) equilíbrio, exclusividade e orçamento bruto.

LETRA C

**43**

De acordo com a Lei nº 4320/1964, as cotas de receitas, que uma entidade pública deve transferir a outra, serão incluídas no orçamento da entidade obrigada à transferência e no orçamento da entidade que deverá receber, respectivamente, como

- (A) perda e ganho.
- (B) ativo e passivo.
- (C) despesa e receita.
- (D) ativo e patrimônio líquido.
- (E) crédito e débito com terceiros.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**49**

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à fixação das despesas e à previsão das receitas.

- (A) Anualidade.
- (B) Clareza.
- (C) Equilíbrio.
- (D) Exclusividade.
- (E) Legalidade.

LETRA D

**50**

De acordo com o princípio orçamentário do Orçamento Bruto

- (A) as receitas e as despesas não podem estar vinculadas à entidade específica.
- (B) as informações sobre todas as receitas e as despesas brutas devem ser divulgadas amplamente para a sociedade.
- (C) a apresentação das receitas e das despesas brutas deve ser clara e de fácil compreensão para a população.
- (D) a lei orçamentária de cada ente federado deverá conter as receitas e as despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações.
- (E) as receitas e as despesas devem ser registradas na lei orçamentária pelo valor total e bruto, sem deduções.

LETRA E

**FGV/Prefeitura de Manaus 2022 – Cargo: ES-Administrador Geral**

**57**

Os princípios orçamentários são regras que devem ser observadas pelo gestor público tanto na elaboração quanto na execução do orçamento. Esses princípios visam garantir que os orçamentos estejam alinhados a aspectos importantes no funcionamento e regramentos da Administração Pública, como organização, padronização e equilíbrio.

Com relação ao princípio da não afetação, ou não vinculação de receitas, salvo as ressalvas previstas expressamente na Constituição Federal de 88, é vedada a vinculação da receita

- (A) de tributos a órgão, fundo ou despesa.
- (B) de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- (C) de taxas a órgão, fundo ou despesa.
- (D) de contribuições a órgão, fundo ou despesa.
- (E) de tarifas a órgão, fundo ou despesa.

LETRA B

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**65**

A trajetória de evolução do orçamento público consagrou a adoção dos chamados princípios orçamentários que contribuem para a consistência do processo orçamentário, a despeito das alterações em regras pontuais ao longo do tempo.

Um princípio consagrado no texto constitucional e na legislação ordinária é o da universalidade que tem, entre outras implicações:

- (A) a coexistência de vários orçamentos autônomos, que podem ser vistos de forma consolidada;

- (B) a concessão de exceções para créditos adicionais abertos nos últimos quatro meses do exercício;
- (C) a evidenciação integrada de origens dos recursos e sua aplicação no orçamento;
- (D) a inclusão no orçamento dos recursos aplicados em investimentos pelas empresas estatais;
- (E) a incorporação das receitas e despesas operacionais.

LETRA D

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**71**

Embora a maior parte das receitas arrecadadas pelos entes públicos derive da soberania estatal, há também uma parcela da arrecadação que tem origem na exploração de atividades econômicas por entidades públicas. Por terem natureza orçamentária, tais receitas complementam os recursos nos cofres públicos para o atendimento das demandas da sociedade.

De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO), essas receitas NÃO:

- (A) estão sujeitas ao princípio da não vinculação;
- (B) geram o registro de VPA até a efetiva arrecadação;
- (C) impactam a apuração do resultado primário;
- (D) são incluídas na LOA em decorrência da natureza estimativa;
- (E) se submetem ao princípio da unidade de tesouraria.

LETRA A

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**44**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, deverão ser amplamente divulgados, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Essa determinação relaciona-se ao seguinte princípio orçamentário:

- (A) Legalidade.
- (B) Exclusividade.
- (C) Transparência.
- (D) Periodicidade.
- (E) Tempestividade.

LETRA C

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**52**

O projeto de Lei Orçamentária Anual apresenta as receitas classificadas segundo a sua natureza (categorias econômicas, origens e espécies) e as despesas segundo suas classificações institucional, funcional, programática e por natureza.

Tais classificações, além de serem legalmente exigidas, estão associadas ao princípio orçamentário da:

- (A) clareza;

- (B) consistência;
- (C) especificação;
- (D) exclusividade;
- (E) programação.

LETRA C

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**46**

O aprimoramento das práticas orçamentárias contribuiu para a consolidação dos princípios orçamentários como premissas a serem observadas para consistência e confiabilidade do processo orçamentário.

No cenário da administração pública federal, o fato de cada ministério ou órgão equivalente ter seus orçamentos específicos, que são consolidados na proposta de Lei Orçamentária Anual em cada exercício, está alinhado ao princípio da:

- (A) anualidade;
- (B) discriminação;
- (C) exclusividade;
- (D) totalidade;
- (E) transparência. 2.2.xx.xx Transferências Recebidas – Intra OFSS

LETRA D

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**47**

Embora os instrumentos orçamentários no Brasil sejam definidos em seção própria sobre o tema no texto constitucional, a Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre regras relativas à elaboração e à execução do orçamento.

Entre essas regras, uma que foi suplantada parcialmente por lei mais recente dispõe que a LOA:

- (A) compreenderá as receitas de operações de crédito legalmente autorizadas;
- (B) indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para a cobertura de eventuais déficits;
- (C) não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de custeio, transferências ou quaisquer outras;
- (D) poderá conter autorização para realizar, a qualquer tempo durante o exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita;
- (E) poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.

LETRA D

**FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**32**

Os princípios orçamentários contribuem para a consistência e a regularidade das práticas orçamentárias ao longo do tempo e permitem identificar eventuais desvios de conformidade.

Quanto ao princípio da exclusividade, uma característica que pode ser associada a ele é:

- (A) a lei orçamentária não consignará dotações globais para atender a despesas diversas;

- (B) a lei orçamentária não pode “dar outras providências”;
- (C) a lei orçamentária registrará receitas e despesas em deduções;
- (D) as leis orçamentárias necessitam de formalização legal;
- (E) receitas de impostos não devem ser vinculadas a despesas específicas.

LETRA B

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**66**

O Chefe do Poder Executivo do Estado Beta, com o objetivo de ampliar o direito fundamental à informação, inseriu, no projeto de lei orçamentária anual, comando que disciplinava o acesso, por qualquer do povo, às informações de natureza administrativa, financeira e orçamentária.

LETRA E

A inserção do referido comando no projeto de lei orçamentária anual é:

- (A) compatível com a ordem constitucional, em razão da pertinência temática;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois a iniciativa legislativa é exclusiva do Poder Legislativo;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que haja autorização na lei de diretrizes orçamentárias;
- (D) incompatível com a ordem constitucional, pois não versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa;
- (E) compatível com a ordem constitucional, desde que o projeto seja aprovado por maioria absoluta no Poder Legislativo.

LETRA D

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**33**

O aperfeiçoamento das práticas orçamentárias ao longo do tempo se refletiu, entre outros aspectos, na consolidação dos princípios orçamentários.

O princípio que tem como finalidade evitar a ocorrência de múltiplos orçamentos paralelos em um mesmo ente para um dado período é:

- (A) anualidade;
- (B) equilíbrio;
- (C) exclusividade;
- (D) legalidade;
- (E) unidade.

LETRA E

#### **FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**31**

Estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina, os princípios orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas para o processo orçamentário.

Nesse contexto, a destinação de recursos para atividades da administração tributária constitui uma exceção ao princípio do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) não afetação de receitas;
- (D) orçamento bruto;
- (E) universalidade.

LETRA C

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**11**

A realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos é um mecanismo associado ao princípio do(a):

- (A) equilíbrio orçamentário;
- (B) exclusividade orçamentária;
- (C) realismo orçamentário;
- (D) transparência;
- (E) universalidade.

Letra D

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual os valores autorizados para a realização das despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas.

- A Princípio da uniformidade.
- B Princípio do orçamento bruto.
- C Princípio da unidade orçamentária.
- D Princípio do equilíbrio orçamentário.
- E Princípio da não vinculação das receitas.

LETRA D

**FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Técnico-Administrativa**

Em relação à elaboração e execução do orçamento público, a Constituição da República de 1988 veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, porém há uma série de ressalvas a essa vedação.

Uma dessas ressalvas refere-se à:

- A concessão de transferências voluntárias de recursos por meio de convênios;
- B dedução de valores para apuração da receita corrente líquida;
- C destinação de recursos para realização de atividades da administração tributária;

D impossibilidade de contingenciamento de despesas que constituem obrigações legais;  
E limitação de recursos para execução impositiva de emendas parlamentares ao orçamento.

LETRA C

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas da entidade.

- A Unidade
- B Universalidade
- C Totalidade
- D Especificação
- E Exatidão

LETRA B

**FGV - 2018 - TJ-SC - Analista Administrativo**

O planejamento orçamentário no âmbito da Administração Pública se configura pela previsão de receitas e fixação de despesas necessárias para a prestação de serviços públicos. Porém há restrições legais para a elaboração e a execução do orçamento.

Uma dessas restrições refere-se à vedação para realização de operações de crédito que excedam o montante da despesa de capital, que está relacionada ao princípio orçamentário do(a):

- A discriminação;
- B equilíbrio;
- C exclusividade;
- D não afetação das receitas;
- E orçamento bruto.

LETRA B

**FGV - 2018 - MPE-AL - Contador do Ministério Público**

Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Nesse sentido, assinale a opção que indica o princípio orçamentário, segundo o qual a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

- A da exclusividade.
- B da universalidade.
- C da legalidade.

D da unidade.  
E do orçamento público.

LETRA B

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

De acordo com a Lei 4.320/64, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- A unidade, totalidade e exclusividade.
- B unidade, universalidade e anualidade.
- C anualidade, legalidade e objetividade.
- D legalidade, exclusividade e exatidão.
- E publicidade, totalidade e exclusividade.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**

Quando da elaboração do orçamento público anual de um ente municipal, os orçamentos das receitas e despesas dos poderes Executivo e Legislativo são consubstanciados em uma única proposta de Lei Orçamentária.

Trata-se de uma prática que obedece ao princípio do(a):

- A anualidade;
- B discriminação;
- C orçamento bruto;
- D não afetação das receitas;
- E unidade.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Em decorrência de divergências políticas com o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores de um determinado município não aceitou a proposta de Lei Orçamentária Anual enviada pelo Poder Executivo e elaborou uma proposta orçamentária exclusiva para o Poder Legislativo.

Após os trâmites legislativos, o Tribunal de Contas notificou o ocorrido como irregularidade por estar em desacordo com o princípio orçamentário do(a):

- A especificação;
- B exclusividade;
- C não vinculação;
- D orçamento bruto;
- E unidade.

LETRA E

**FGV - 2018 - SEFIN-RO - Contador**

Uma entidade pública adquiriu computadores novos no valor de R\$ 50.000. Desse valor, R\$ 40.000 serão pagos em dinheiro e o restante será pago por meio da entrega dos computadores antigos. No orçamento foram incluídos apenas os R\$ 40.000.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário atingido por esse procedimento.

- A Unidade.
- B Universalidade.
- C Clareza.
- D Exatidão.
- E Legalidade.

LETRA B

**FGV - 2018 - SEFIN-RO - Contador**

Os princípios orçamentários são regras básicas que todo orçamento federal deve seguir.

Assinale a opção que explica o Princípio da Totalidade Orçamentária.

- A O orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.
- B Cada esfera do governo deve possuir apenas um orçamento para que haja uma visão geral das finanças públicas.
- C O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo.
- D O conteúdo orçamentário deve ser divulgado nos veículos oficiais de comunicação para conhecimento do público e para eficácia de sua validade.
- E O orçamento deve ser consolidado para que o governo tenha uma visão geral do conjunto das finanças públicas.

LETRA E

**FGV - 2018 - SEFIN-RO - Contador**

Os princípios orçamentários asseguram o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento.

Sobre os princípios orçamentários, assinale a afirmativa correta.

- A De acordo com o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária.
- B De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve compreender todas as receitas e os gastos necessários para a manutenção do serviço público.
- C De acordo com o princípio da especificação, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.
- D De acordo com o princípio da clareza, o orçamento, como instrumento de controle prévio, deve chegar ao conhecimento dos representantes do povo e da comunidade.

E De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano.

LETRA E

**FGV - 2017 - MPE-BA - Assistente Técnico - Administrativo**

Quando da elaboração do orçamento anual por uma entidade pública, dois elementos se destacam: as receitas e as despesas.

Quando se diz que a previsão das receitas arrecadadas limita a proposição do gasto público, há uma referência direta ao princípio orçamentário do(a):

- A não vinculação das receitas;
- B orçamento bruto;
- C universalidade;
- D publicidade;
- E equilíbrio.

LETRA E

**FGV - 2017 - Prefeitura de Salvador - BA - Técnico de Nível Superior II - Direito**

O Art. 165, § 8º, da CRFB/88 estabelece que: “A lei orçamentária não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário descrito no texto acima.

- A Princípio da Não Afetação de Receitas
- B Princípio da Equidade Regional
- C Princípio da Exclusividade Orçamentária
- D Princípio do Orçamento Participativo
- E Princípio da Seletividade

LETRA C

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

Em um determinado ente público foram levantadas algumas alternativas para economia de recursos em decorrência da queda na arrecadação, e uma delas foi a junção de matérias para publicação no Diário Oficial. Assim, para a publicação do orçamento para o exercício seguinte, foram agregados, na mesma lei, autorizações para concessão de isenções e incentivos fiscais para fomentar a economia local.

Apesar da intenção de promover economia de recursos, essa decisão está em desacordo com o princípio do(a):

- A equilíbrio;
- B exclusividade;

C orçamento bruto;  
D publicidade;  
E transparência.

LETRA B

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

A elaboração do orçamento público é baseada em alguns princípios que servem como balizadores do formato e do conteúdo do orçamento.

A elaboração detalhada do orçamento, que expresse a origem dos recursos e sua aplicação em cada exercício está em consonância com o princípio da:

A clareza;  
B especificação;  
C exclusividade;  
D publicidade;  
E transparência.

LETRA B

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

O orçamento público no Brasil é elaborado com base em princípios, os quais representam uma contribuição francesa para a evolução do orçamento público no mundo.

O princípio orçamentário que impõe restrições e faz concessões quanto à alocação dos recursos é:

A equilíbrio;  
B legalidade;  
C exclusividade;  
D especificação ou discriminação;  
E não afetação da receita de impostos.

LETRA E

**FGV - 2016 - SEE-PE - Professor de Administração**

O Orçamento Público no Brasil é formulado a partir de princípios que estão incorporados à legislação. Dentre as diversas práticas adotadas na formulação do orçamento na Administração Pública atual, algumas se destacam como contraponto às práticas anteriores. Isto é, algumas práticas foram incorporadas à formulação do orçamento como forma de por fim a comportamentos abusivos ou inadequados. Sobre os princípios e práticas orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

A O princípio da não vinculação foi adotado como solução para práticas comuns em todos os regimes anteriores, porque evita que sejam feitas despesas fixadas no programa de governo para garantir receitas que atendam aos interesses maiores do Estado

B O princípio da unidade foi adotado como solução para práticas comuns ao regime autoritário, porque evita que sejam feitas despesas além das previstas no orçamento submetido a aprovação legislativa.

C O princípio da especialização foi adotado como solução para procedimentos praticados durante a República Velha, porque evita que sejam aprovados na lei orçamentária artigos que não tratam de receitas e fixação de despesas.

D O princípio da exatidão foi adotado como solução para práticas comuns durante a República Velha, porque evita que sejam aprovados, na lei orçamentária, artigos que não tratam de receitas e fixação de despesas.

E O princípio da unidade foi adotado como solução para práticas comuns durante o regime autoritário, porque evita que haja orçamentos além do orçamento submetido à aprovação legislativa.

LETRA E

**FGV - 2016 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

Na elaboração do orçamento de um órgão da administração pública direta, os técnicos da área de planejamento estavam realizando o levantamento dos recursos financeiros que seriam obtidos pela entidade no próximo exercício, a fim de identificar prioridades de alocação.

Os técnicos decidiram não incluir uma das receitas na previsão de arrecadação, em decorrência da falta de comprovação de que esta seria de fato arrecadada no exercício. Essa decisão contrapõe o princípio orçamentário da:

A anualidade;

B especificação;

C não afetação das receitas;

D prudência;

E universalidade.

LETRA E

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Na elaboração do orçamento de um exercício financeiro, o Poder Legislativo da União, através de emenda, incluiu um dispositivo relacionado às atribuições de um cargo da estrutura da Presidência da República.

Nesse caso foi violado o princípio orçamentário:

A da Igualdade;

B da Anualidade;

C do Orçamento Bruto;

D da Exclusividade;

E do Equilíbrio.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Um determinado ente da Federação segue os prazos estabelecidos na Constituição Federal para elaboração e aprovação dos instrumentos de planejamento. Por questões políticas, o orçamento para o exercício de 2016 foi aprovado somente no dia 10 de fevereiro do referido

exercício, quando deveria ter sido aprovado em 2015. Do ponto de vista formal, o princípio orçamentário afetado é o da:

- A anualidade;
- B consistência;
- C legalidade;
- D não afetação das receitas;
- E universalidade.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão**

Muitas leis aprovadas no Brasil em todos os entes estatais versam sobre um tema principal, mas também trazem disposições sobre outras matérias. São as chamadas “outras providências”. As leis orçamentárias NÃO devem tratar de outras providências em sua ementa em decorrência do princípio da:

- A discriminação;
- B exclusividade;
- C legalidade;
- D não afetação;
- E publicidade.

LETRA B

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

“Os princípios orçamentários visam a estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.” Assim, o princípio orçamentário da Publicidade:

- A obriga que a estimativa de receita e a fixação da despesa se limitem a período definido no tempo, chamado exercício financeiro.
- B autoriza a abertura de créditos suplementares e autoriza a realização de operações de crédito, nos termos da lei;
- C impede que o Poder Executivo realize operações de crédito sem prévia autorização parlamentar;
- D justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas;
- E veda a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, excetuadas as afetações que a própria Constituição determina.

LETRA D

#### **FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Na Lei Orçamentária Anual do Município X não constou a previsão de todas as receitas, bem como a autorização de todas as despesas da administração direta e indireta, relativas aos três Poderes.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário violado na hipótese apresentada.

- A Princípio da Legalidade.
- B Princípio da Anualidade.
- C Princípio da Exclusividade.
- D Princípio da Publicidade.
- E Princípio da Universalidade.

LETRA E

**FGV - 2016 - MRE - Oficial de Chancelaria**

Com o objetivo de reduzir os altos custos de publicação no Diário Oficial, um ente da Federação, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual, incluiu, no mesmo dispositivo legal, autorização de créditos adicionais especiais e de descentralização de créditos. Essa prática está em desacordo com o princípio orçamentário do(a):

- A discriminação;
- B exclusividade;
- C orçamento bruto;
- D publicidade;
- E transparência.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Contador**

A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre o princípio do Orçamento Bruto, que preconiza que todas as receitas e despesas constem da Lei de Orçamento pelos seus totais, sem deduções. Quando se analisam as transferências feitas pela União a Estados e Municípios a título da repartição das receitas tributárias sob a perspectiva desse princípio, é correto entender que:

- A há um conflito com o princípio da especificação;
- B no orçamento do ente transferidor constam despesas cujos recursos serão destinados a outros fins;
- C o ente transferidor apresenta desequilíbrio orçamentário em decorrência da transferência;
- D o orçamento do ente receptor não pode fazer estimativas prévias das receitas a serem transferidas;
- E tem-se déficit de transparência do orçamento do ente receptor.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

Ao elaborar a proposta orçamentária em uma unidade da federação, os responsáveis pela secretaria de planejamento apresentaram os valores relativos à previsão das receitas a serem transferidas aos municípios como despesa no orçamento da unidade; da mesma forma, os respectivos valores deverão ser apresentados como receita prevista no orçamento dos entes que as receberão. Conforme disposições da Lei nº 4.320/1964, essa prática está em estrita consonância com o princípio do (a):

A discriminação;  
B não afetação das receitas;  
C Orçamento bruto;  
D transparência;  
E unidade.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - PGE-RO - Técnico da Procuradoria - Contabilidade**

Texto 4

Governo apresenta orçamento de 2016 com R\$ 30,5 bi de déficit

O governo entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nesta segunda-feira (31), a proposta de Orçamento da União de 2016 com a previsão de déficit primário de R\$ 30,5 bilhões, o que representa 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

A peça foi apresentada pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento).

“Devido ao cenário de receitas e, mesmo após o nosso esforço de contenção do crescimento de gastos tanto obrigatórios quanto discricionários, ainda assim, não será possível cumprir a nossa meta anterior de resultado primário que era de R\$ 34 bilhões. Diante do novo cenário de receitas e despesas, nós teremos nossa previsão, para o próximo ano, de um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões”, anunciou Barbosa.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675915-governo-apresenta-orcamento-de-2016-com-r-305-bi-de-eficit.shtml>

O orçamento só versa sobre matéria orçamentária, podendo conter autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito, ainda que por antecipação da receita (1); e é vedada a vinculação dos impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto as próprias transferências constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino (FPE, FPM, etc) e as garantias às operações de crédito por antecipação da receita (2). A alternativa que associa corretamente os conceitos 1 e 2 aos princípios orçamentários da Universalidade (A), Legalidade (B), Não-Afetação (C), Orçamento-Bruto (D) e Exclusividade (E) é:

A 1-A; 2-D;  
B 1-B; 2-A;  
C 1-C; 2-E;  
D 1-D; 2-B;  
E 1-E; 2-C.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Contador**

Texto I

Para muitos municípios brasileiros, que possuem reduzida capacidade de arrecadação própria, a principal fonte de receita são as transferências constitucionais, entre as quais se destaca o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O FPM é composto por percentuais relativos à arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI).

Os princípios orçamentários constituem verdadeiros pilares sobre os quais devem ser conduzidas a elaboração e a execução do orçamento público. Porém, em decorrência de peculiaridades legais, existem exceções à aplicação estrita de alguns princípios orçamentários. A constituição do Fundo tratado no texto I refere-se a uma exceção ao princípio do(a):

- A especificação;
- B exclusividade;
- C não vinculação;
- D orçamento bruto;
- E universalidade.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - TJ-RO - Analista de Sistemas**

No Brasil, os instrumentos orçamentários são aprovados sob a forma de lei, com conteúdos expressamente previstos em outras leis que instituíram os instrumentos de planejamento orçamentário. Quando o texto de uma lei orçamentária trata de providências adicionais à previsão da receita e fixação da despesa, está infringindo o princípio do(a):

- A exclusividade;
- B especificação;
- C orçamento bruto;
- D uniformidade;
- E universalidade.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - TJ-RO - Contador**

Em um determinado município, após a aprovação da proposta orçamentária pela Câmara de Vereadores, a Lei Orçamentária Anual foi sancionada e publicada no Diário Oficial. Porém, por ocasião da execução de procedimentos de controle pelo tribunal de contas, os auditores constataram que a Lei Orçamentária publicada não era a mesma que fora aprovada pelos vereadores.

O princípio orçamentário explicitamente descumprido nesse caso foi:

- A exclusividade;
- B legalidade;
- C publicidade;
- D transparência;
- E unidade.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-RO - Técnico Judiciário**

Durante a elaboração do orçamento do Judiciário, um analista sugeriu que fossem considerados valores líquidos de impostos e quaisquer deduções. Nesse caso, a sugestão fere o princípio orçamentário de:

- A anualidade;
- B exclusividade;
- C orçamento bruto;
- D totalidade;
- E universalidade.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-RO - Administrador**

A vedação à realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital no texto constitucional está diretamente relacionada ao princípio orçamentário do(a):

- A equilíbrio;
- B exatidão;
- C especificação;
- D orçamento bruto;
- E uniformidade.

LETRA A

**FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Administração**

Uma descrição típica para uma Lei Orçamentária Anual do município de São Paulo seria: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício financeiro de \_\_\_\_ e dá outras providências”. Uma providência que pode ser dada na LOA sem ferir o princípio da exclusividade é:

- A autorização para contratação de operações de créditos;
- B definição de critérios e forma de limitação de empenho;
- C definição sobre forma de utilização da reserva de contingência;
- D estimativa e compensação da renúncia de receita;
- E estabelecimento de limite para abertura de créditos adicionais especiais.

LETRA A

**FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Administração**

A concepção doutrinária do princípio da unidade é que o orçamento deve ser uno, ou seja, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento. A análise desse princípio, quanto às disposições constitucionais e legais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, permite afirmar que:

A a divisão da LOA em múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – fere diretamente o princípio da unidade;

B a existência do orçamento de investimento das estatais fere explicitamente o princípio da unidade, apesar de não constituir efetivamente um orçamento;

C a ocorrência de situações de urgência e calamidade pública são justificativas para permitir a existência de orçamentos paralelos;

D a consolidação dos múltiplos orçamentos não atenua o descumprimento do princípio da unidade;

E os múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – seguem a concepção da totalidade orçamentária.

LETRA E

**FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista Contábil**

Em decorrência da falta de pessoal capacitado para elaborar as peças orçamentárias e de falta de recursos para contratar esse serviço de terceiros, uma prefeitura apresentou uma proposta orçamentária ao Poder Legislativo com dotações globais destinadas a atender indistintamente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros e investimentos, comprometendo-se a prestar contas ao final do exercício financeiro.

Não obstante as razões apresentadas e a obrigação inequívoca de prestar contas, esta situação está em desacordo com o princípio orçamentário da:

A especificação;

B exclusividade;

C legalidade;

D publicidade;

E universalidade.

LETRA A

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior - Contador**

Um município fez um contrato para adquirir R\$ 30.000,00 em material escolar. Do valor, um terço seria pago com a receita obtida pela venda do material que sobrou do ano anterior. A Administração fez o empenho de R\$ 20.000,00.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário não respeitado pelo procedimento.

A Universalidade.

B Exclusividade.

C Periodicidade.

D Equilíbrio.

E Publicidade.

LETRA A

**FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

A prática de subestimar a previsão de receitas ou ainda de não incluir receitas que se espera arrecadar na proposta orçamentária, com vistas a obter maior flexibilidade na alocação de recursos durante a execução orçamentária, está em desacordo com o princípio do(a):

- A anualidade;
  - B legalidade;
  - C orçamento bruto;
  - D unidade;
  - E universalidade.
- LETRA E

## 2. RECEITAS PÚBLICAS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

45

Um tipo de controle importante para os entes públicos refere-se à classificação por fontes ou destinações de recursos (FR), a qual tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa.

Para atingir os objetivos dessa classificação, é necessário observar que:

- (A) a classificação pode ser adaptada para subsidiar a apuração das metas fiscais;
- (B) a destinação de recursos vinculados a finalidades específicas está restrita ao exercício de sua arrecadação;
- (C) as vinculações podem ser definidas por mandamentos legais ou instrumentos infralegais;
- (D) o controle por fonte ou destinação de recursos é aplicável somente na fase de execução financeira;
- (E) uma FR pode agrupar receitas sujeitas a até duas possibilidades de aplicação.

LETRA C

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

76

Sob a perspectiva da receita, o orçamento deve, a partir do preceito da universalidade, prever o fluxo de ingressos com o qual o ente poderá contar ao longo de um exercício financeiro.

A despeito disso, há ingressos de recursos que não compõem a receita pública e, portanto, não podem custear as ações orçamentárias, como é o caso de:

- (A) multas e juros de mora de tributos vencidos;
- (B) receitas de depósitos em garantia;
- (C) receitas de permissão de uso;
- (D) rendimentos de aplicações financeiras;
- (E) taxa de licenciamento de projetos sociais.

LETRA B

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

77

Tanto a receita como a despesa pública são processadas em etapas visando subsidiar o processo de controle e prestação de contas.

Sob a perspectiva da receita, a sua previsão é uma etapa concretizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) que:

- (A) independe das metas e limites fiscais definidos para cada exercício;
- (B) deve adotar metodologia uniforme para todas as categorias de receitas;
- (C) resulta da estimativa das necessidades de financiamento do governo;

- (D) antecede a fixação do montante de despesas incluídas na lei do orçamento;
- (E) não deve impactar a potencial abertura de créditos adicionais autorizados na LOA.

LETRA D

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**76**

As receitas públicas devem ser apresentadas a partir de categorias de classificação previamente definidas. A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador.

O item a seguir que representa o desdobramento de uma espécie de receita de natureza corrente de origem patrimonial é:

- (A) indenizações;
- (B) alienação de estoques;
- (C) alienação de bens móveis;
- (D) impostos sobre o patrimônio;
- (E) juros e correções monetárias.

LETRA E

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**77**

Durante um treinamento sobre registro dos estágios da receita orçamentária para um grupo de novos servidores, à luz das normas vigentes sobre o tema, foi esclarecido que:

- (A) a arrecadação de receitas só pode ser feita por meio de instituições financeiras autorizadas pelo ente;
- (B) a liquidação de uma despesa empenhada depende do lançamento da respectiva fonte de receita;
- (C) a previsão inicial da receita não deve ser alterada ao longo do exercício;
- (D) o lançamento de uma receita deve ser feito somente quando sua arrecadação for provável;
- (E) pode ocorrer arrecadação de receitas que não foram lançadas.

LETRA E

**FGV/Receita Federal 2023 – Cargo: Auditor Fiscal**

**38**

Em relação aos ingressos públicos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados estão inseridos no Grupo da Fonte de Recursos do Tesouro, tanto do exercício corrente como dos exercícios anteriores.
- ( ) A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador.

( ) Segundo a classificação pela origem, a Receita Corrente inclui a Receita Patrimonial, esta sendo proveniente da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

LETRA D

Gab. Preliminar: LETRA A

### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**35**

A classificação da receita orçamentária, a exemplo do que ocorre na despesa, é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação.

Uma das classificações exigidas é por fonte/destinação de recursos, sobre a qual é correto considerar que:

- (A) contempla codificação relativa aos desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita;
- (B) é obrigatória na apresentação dos programas no plano plurianual;
- (C) identifica a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos;
- (D) permite identificar destinação vinculada e não vinculada (ou livre);
- (E) segrega o recurso arrecadado em receita principal ou de acréscimos legais.

LETRA D

**36**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) consolida regras relativas ao controle e registro de transações intraorçamentárias e orienta que, para os repasses financeiros em duodécimos aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias desses órgãos:

- (A) deve-se adotar os dígitos 7 e 8 para identificar a categoria econômica dos recursos repassados;
- (B) deve-se associar um termo de convênio ou instrumento congênere no respectivo exercício;
- (C) é facultado o detalhamento na programação financeira e cronograma de desembolso;
- (D) é necessário alterar a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário;
- (E) não deve ocorrer o registro de receita e despesa intraorçamentárias.

LETRA E

### **FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis**

**42**

Em uma entidade do setor público, as receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como bens mobiliários e imobiliários são classificadas como

- (A) Correntes - patrimoniais.
- (B) Correntes - de contribuições.
- (C) De capital - alienação de bens.
- (D) De capital - operações de crédito.
- (E) Correntes - outras receitas correntes.

LETRA A

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Administração**

**49**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as receitas correntes intraorçamentárias e as receitas de capital intraorçamentárias foram incluídas nas categorias econômicas da receita corrente e de receita de capital, com a finalidade de

- (A) criar novas categorias econômicas de receita corrente e de receita de capital.
- (B) evitar a dupla contagem dos valores financeiros objeto de operações intraorçamentárias na consolidação das contas públicas.
- (C) representar a contrapartida das despesas classificadas como inversões financeiras.
- (D) diferenciar a destinação das multas da dívida ativa da destinação dos juros de mora da dívida ativa.
- (E) registrar as operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública que integram o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social de entes federativos distintos.

LETRA B

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Técnico Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**48**

As receitas públicas, consideradas segundo seu sentido amplo, são todos os ingressos auferidos pelo Poder Público visando ao atendimento de suas despesas. Na definição estrita, no entanto, ficam excluídas aquelas receitas que apresentam caráter meramente temporário, conhecidas como receitas extraorçamentárias.

São receitas conceituadas como extraorçamentárias

- (A) os impostos federais.
- (B) as taxas de utilização de serviços.
- (C) os aluguéis de prédios públicos.
- (D) os depósitos em caução.
- (E) as operações de crédito sem antecipação de receita.

LETRA D

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**59**

Os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência são classificados como receitas

- (A) Correntes- contribuições.
- (B) Correntes- transferências correntes.
- (C) Correntes- receitas de serviços.
- (D) De capital- operações de crédito.
- (E) De capital- transferências de capital.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**63**

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todas pertencem efetivamente ao ente e são destinadas ao custeio da ação pública.

Esse é o caso de receitas:

- (A) decorrentes de juros de operações de crédito;
- (B) geradas pela alienação de bens do patrimônio público;
- (C) originárias de compensações financeiras;
- (D) que representam apenas entradas compensatórias;
- (E) que resultam da cobrança de dívida ativa.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**62**

Ao final do mês de junho de 20x1, um Município assinou um convênio com a União para recebimento de recursos a serem aplicados em ações de promoção de esporte e lazer, no valor de R\$ 100.000,00. Pelos termos do convênio, os recursos seriam repassados à Prefeitura do Município em duas parcelas, sendo a primeira até 31/10/20x1 e a segunda até 31/03/20x2. Esses recursos não foram previstos na Lei Orçamentária de 20x1, mas foram realizados conforme os termos do convênio.

Considerando essas informações e as normas relativas à execução orçamentária e financeira, ao final de 20x1, a Prefeitura do Município:

- (A) deve considerar o equivalente a R\$ 50.000,00 como receita realizada;
- (B) deve reconhecer a receita à medida que as ações de promoção de esporte e lazer forem realizadas;
- (C) deve registrar tais recursos como receitas apenas em contas de controle;
- (D) deve solicitar abertura de crédito suplementar para reconhecimento de R\$ 100.000,00, como receita a realizar;
- (E) não deve lançar tais recursos como receita, por falta de previsão orçamentária.

LETRA A

## **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**59**

Uma das classificações da despesa legalmente previstas organiza as programações de gastos dos entes públicos por função e subfunção.

A subfunção 032 – Controle Externo que é típica de instituições de controle, a exemplo dos tribunais de contas, está associada à função:

- (A) Administração;
- (B) Defesa do Interesse Público;
- (C) Direitos da Cidadania;
- (D) Encargos Especiais;
- (E) Legislativa.

LETRA E

## **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**44**

Os técnicos da área de planejamento e orçamento da Prefeitura de Beta do Sul, ao elaborarem um Manual Técnico de Orçamento para orientação e divulgação interna, destacaram em relação à estrutura e utilização da classificação da receita orçamentária que:

- (A) é de utilização obrigatória por todos os entes da federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades;
- (B) as receitas orçamentárias são classificadas por: natureza de receita e programa;
- (C) a classificação por categoria econômica corresponde ao detalhamento da classificação por origem da receita;
- (D) a Receita Patrimonial corresponde a uma das origens da Receita de Capital;
- (E) a classificação por natureza de receita orçamentária busca identificar o destino dos recursos arrecadados.

LETRA A

## **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

Poucos meses após ser empossado em razão de aprovação em concurso público, um contador foi nomeado para a Subsecretaria de Contabilidade de um ente estadual. Entre as atividades desenvolvidas, o contador recebeu uma solicitação para apresentar um relatório detalhado das receitas arrecadadas de janeiro a março que não foram previstas no orçamento do exercício em curso e que possam ser usadas na cobertura de despesas autorizadas.

Ao apresentar o relatório solicitado, o contador incluiu equivocadamente receitas relativas a:

- (A) alienação de bens móveis em leilão público;
- (B) cancelamento de despesas empenhadas no exercício anterior;
- (C) cobrança da dívida ativa não tributária;
- (D) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária;
- (E) transferências voluntárias do orçamento da União.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**67**

Embora seja dada uma ênfase maior na limitação de gastos para fins fiscais, a perspectiva da receita também é muito relevante, principalmente por ser o parâmetro inicial para a fixação das despesas no orçamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe alguns parâmetros para controle e acompanhamento das receitas públicas, tendo em vista a responsabilidade na gestão fiscal.

Uma origem de receita de capital que requer detalhamento da sua destinação no último bimestre do exercício financeiro refere-se a:

- (A) alienação de ativos;
- (B) amortização de empréstimos;
- (C) compensações financeiras;
- (D) operações de crédito;
- (E) transferências de capital.

LETRA A

**68**

A execução dos dois grandes pilares do orçamento público (receitas e despesas) se processa em estágios legalmente definidos com o objetivo de gerar subsídios para o processo de controle. O registro de cada etapa se dá a partir dos respectivos elementos essenciais.

Ao registrar o lançamento de uma receita de natureza tributária são considerados elementos essenciais, EXCETO o(a):

- (A) matéria tributável;
- (B) destinação do recurso;
- (C) ocorrência do fato gerador;
- (D) montante do tributo devido;
- (E) sujeito passivo da obrigação.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**77**

A Dívida Ativa da União configura o conjunto dos créditos devidos à Fazenda Pública Nacional por terceiros e que ainda não foram espontaneamente pagos.

Acerca da classificação das espécies de créditos que se inserem na Dívida Ativa da União, à luz da Lei nº 4.320/1964, interpretada conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) compõem a Dívida Ativa Tributária tanto os créditos provenientes de empréstimos compulsórios como os provenientes das taxas de ocupação.
- (B) compõem a Dívida Ativa Tributária tanto os créditos provenientes de empréstimos compulsórios como os provenientes dos laudêmos.
- (C) compõem a Dívida Ativa Tributária tanto os créditos provenientes de custas processuais como os provenientes dos foros.

(D) compõem a Dívida Ativa Não Tributária tanto os créditos provenientes de laudêmios como os provenientes das taxas de ocupação.

(E) compõem a Dívida Ativa Não Tributária tanto os créditos provenientes de meras multas tributárias como os provenientes das multas de trânsito.

LETRA D

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

Sobre as etapas da receita orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

I. A arrecadação da receita orçamentária segue as etapas de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

II. Todas as receitas orçamentárias seguem estas etapas, não sendo possível lançar e recolher receitas não previstas no exercício financeiro.

III. A arrecadação segue o princípio de caixa, previsto na Lei nº 4320/64, pelo qual as receitas pertencem ao exercício financeiro em que são arrecadadas.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

ANULADA

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**30**

Uma entidade do setor público contabilizou as seguintes receitas, no ano de X0:

Amortização de empréstimos: R\$ 25.000;

Impostos e taxas: R\$ 50.000;

Operações de crédito: R\$ 12.000;

De serviços: R\$ 40.000;

Patrimonial: R\$ 30.000;

Alienação de bens: R\$ 60.000.

Assinale a opção que indica o montante das receitas de capital da entidade em X0.

(A) R\$ 90.000.

(B) R\$ 97.000.

(C) R\$ 115.000.

(D) R\$ 125.000.

(E) R\$ 127.000.

LETRA B

**31**

O lançamento é a etapa da receita orçamentária que representa o ato da repartição competente, em que há verificação da procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e a inscrição do débito desta.

Assinale a opção que indica quando há o lançamento por ofício.

- (A) ICMS e IPI.
- (B) IPTU e IPVA.
- (C) PIS e COFINS.
- (D) IR e CSSL.
- (E) ITBI e ITCMD.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**49**

Assinale a opção que apresenta receitas classificadas como *derivadas*.

- (A) Tributárias.
- (B) Patrimoniais.
- (C) De serviços.
- (D) Comerciais.
- (E) Agropecuárias.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – Prova 2 – Tipo 1**

**52**

Determinado município aprovou uma lei para passar a cobrar um tributo dos moradores dos bairros próximos às novas estações de metrô, para custear as obras e considerando a valorização dos imóveis neles situados.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Contribuição Social.
- (B) CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
- (C) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (D) Empréstimo Compulsório.
- (E) Contribuição de Melhoria.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**50**

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 175/2017, as receitas do Poder Executivo serão arrecadadas exclusivamente por via bancária e serão obrigatoriamente recolhidas à Conta Única do Tesouro Estadual.

Entende-se por receita qualquer ingresso que tenha sido decorrente, produzido ou realizado, direta ou indiretamente, pelos órgãos competentes, e que tenha caráter

- (A) originário ou derivado, ordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (B) originário, ordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, apenas.

- (C) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária, apenas.  
(D) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza extraorçamentária, apenas.  
(E) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**44**

Em relação à Lei nº 4320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas nele recolhidas e as despesas nele legalmente liquidadas pertencem ao exercício financeiro.  
(B) A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.  
(C) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem liquidadas.  
(D) O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira é convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial do último dia do exercício financeiro.  
(E) A receita da dívida ativa não inclui os valores que correspondem à atualização monetária, à multa e juros de mora e aos encargos.

LETRA B

**53**

Relacione os tipos de tributos às suas respectivas explicações.

1. Impostos

2. Taxas

3. Contribuições de melhoria

( ) têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

( ) têm como fato gerador a valorização imobiliária frente à existência de melhoria em imóvel determinado.

( ) têm por fato gerador uma situação independente de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 3 – 1 – 2.

(B) 1 – 3 – 2.

(C) 2 – 1 – 3.

(D) 2 – 3 – 1.

(E) 3 – 2 – 1.

LETRA D

**54**

Assinale a opção que indica receitas classificadas como orçamentárias, de acordo com o Manual Técnico do Orçamento.

- (A) Fianças.
- (B) Emissão de moeda.
- (C) Depósitos em caução.
- (D) Empréstimos compulsórios.
- (E) Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

LETRA D

**55**

No que diz respeito à categoria econômica, as receitas orçamentárias podem ser classificadas em receitas correntes e receitas de capital.

Nesse sentido, analise as receitas a seguir.

1. Receita patrimonial
2. Alienação de bens
3. Impostos e contribuições de melhoria
4. Receita industrial
5. Operações de crédito
6. Receita de serviços

Assinale a opção que apresenta as *receitas de capital*.

- (A) 1 e 4, apenas.
- (B) 2 e 5, apenas.
- (C) 3 e 6, apenas.
- (D) 5 e 6, apenas.
- (E) 1 e 2, apenas.

LETRA B

**56**

A classificação da receita por esfera orçamentária tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas Estatais. Em relação ao Orçamento da Seguridade Social, assinale a afirmativa correta.

- (A) Contém receitas das áreas de saúde, educação, previdência social e assistência social.
- (B) Refere-se aos recursos das empresas estatais não dependentes, em que a União detém a maioria do capital social com direito a voto.
- (C) Compreende as receitas de todos os órgãos, entidades, fundos e fundações vinculados à Seguridade Social.
- (D) A complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas de seguridade provém de transferências do orçamento de investimento das empresas estatais.
- (E) Compreende as receitas cuja classificação orçamentária caracterizam-nas como originárias da prestação de serviços de saúde e educação, dependendo das entidades a que pertencem.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**53**

Segundo a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta as duas categorias econômicas em que as receitas orçamentárias são classificadas.

- (A) Públicas e privadas.
- (B) Originárias e derivadas.
- (C) Correntes e de capital.
- (D) Ordinárias e extraordinárias.
- (E) Operacionais e patrimoniais.

LETRA C

**55**

Assinale a opção que indica o estágio da receita pública que corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro.

- (A) Previsão.
- (B) Lançamento.
- (C) Arrecadação.
- (D) Recolhimento.
- (E) Recebimento.

LETRA C

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**73**

A estrutura da codificação cria possibilidade de associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas: multas, juros e dívida ativa. A associação é efetuada por meio de um código numérico de oito dígitos, cujas posições ordinais têm o seguinte significado, conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO):

Dígito	1º	2º	3º	4º a 7º	8º
Significado	Categoria econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo

A partir do detalhamento dessa estrutura da codificação, a identificação do tipo permite segregar uma receita em:

- (A) ordinária ou vinculada;
- (B) originária ou derivada;
- (C) principal ou de acréscimos legais;
- (D) interorçamentária ou intraorçamentária;
- (E) orçamentária ou extraorçamentária.

LETRA C

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**42**

Em uma entidade do setor público, são exemplos de itens classificados como Receita de Capital- Outras Receitas de Capital:

- (A) integralização de capital social e resgate de títulos do Tesouro.
- (B) amortizações de empréstimos e resultado do Banco Central.
- (C) transferências de instituições privadas e transferências do exterior.
- (D) alienação de bens móveis e imóveis e bens incorporados ao patrimônio público.
- (E) indenizações e restituições e valores incorporados ao patrimônio público.

LETRA A

**43**

Em uma entidade do setor público, o registro da receita orçamentária ocorre no momento da(o)

- (A) previsão.
- (B) lançamento.
- (C) recolhimento.
- (D) arrecadação.
- (E) destinação.

LETRA D

**FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**55**

As receitas são um dos pilares do orçamento público e sua correta classificação contribui para gerar relatórios relevantes para o processo de gestão pública. A classificação econômica das receitas públicas apresenta as categorias correntes e de capital.

Ao examinar um relatório analítico de receitas ao final de um dado exercício para identificar eventuais inconsistências, um servidor técnico da área de controle deve considerar que:

- (A) as disponibilidades financeiras do ente são diversamente afetadas pela arrecadação de receitas correntes e de capital;
- (B) as operações intraorçamentárias são restritas a receitas correntes;
- (C) as receitas correntes e as de capital provocam efeitos diferentes no patrimônio líquido do ente;
- (D) as receitas de capital são reconhecidas em base diferente das receitas correntes;
- (E) os investimentos devem ser custeados prioritariamente por receitas de capital.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**29**

O reconhecimento da receita pública se dá em estágios, que, para fins de controle orçamentário, tem regras próprias e gera desafios quando se considera a lógica do regime de competência, o qual é orientado para fornecer informações de natureza patrimonial.

Suponha que um órgão da estrutura de controle do Poder Executivo Federal tenha recebido a consulta de um jurisdicionado acerca dos procedimentos e estágios de reconhecimento de uma receita não prevista no orçamento, decorrente de uma doação.

Uma das orientações que deveria ser dada pelo órgão em resposta à consulta é que:

- (A) o lançamento dessa receita tem efeitos restritos à situação patrimonial do ente;
- (B) o recurso deve ser reconhecido sob a condição de isenção de contrapartida por parte do ente;
- (C) o recurso pode ser lançado como uma receita corrente, na origem transferências correntes;
- (D) por ser de natureza não tributária, essa receita não passará pelo estágio do lançamento;
- (E) por ser de natureza extraorçamentária, o recurso não passará pelos estágios da receita.

LETRA D

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**53**

Para um controle adequado do volume dos recursos públicos, é necessário distinguir os recursos que efetivamente pertencem ao Estado e são destinados ao financiamento das políticas públicas daqueles que representam entradas compensatórias.

Um recurso de caráter temporário e do qual o Estado é agente depositário é exemplificado por:

- (A) subvenções econômicas;
- (B) transferências voluntárias;
- (C) compensações financeiras;
- (D) tarifas de uso de serviços públicos;
- (E) antecipações da receita orçamentária.

LETRA E

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**55**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta orientações específicas para o tratamento de receita orçamentária por baixa de dívida ativa inscrita.

Uma regra que contribui para o controle da execução desses recursos é que:

- (A) a execução de valores inscritos em dívida ativa deve ser registrada exclusivamente em contas de controle;
- (B) a execução da dívida ativa, na perspectiva patrimonial, gera um lançamento credor em uma conta de passivo;
- (C) o recebimento de dívida ativa deve ser registrado em contas contábeis conforme a natureza do crédito original;
- (D) o recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, exclusivamente sob a ótica patrimonial;
- (E) o recebimento de dívida ativa na forma de bens não tem impacto na execução orçamentária.

LETRA C

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa**

**26**

A classificação da receita por natureza é legalmente prevista e utilizada por todos os entes da Federação. A classificação por natureza é a de nível mais analítico da receita; por isso, auxilia na elaboração de análises econômico-financeiras sobre a atuação estatal.

O detalhamento do tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita:

- (A) distingue se a receita se refere a um recurso ordinário ou vinculado;
- (B) identifica o fato gerador da receita em um nível analítico superior;
- (C) identifica peculiaridades de cada receita, caso seja necessário para sua caracterização;
- (D) indica o impacto da receita arrecadada no patrimônio do ente público;
- (E) possibilita associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas.

LETRA E

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa**

**28**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) traz orientações para tratamento de transações intraorçamentárias, com base na legislação pertinente ao tema.

As operações abaixo em geral devem seguir tais orientações, EXCETO:

- (A) recolhimento de contribuições patronais ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- (B) recolhimento de tributos do próprio ente por empresas estatais dependentes;
- (C) contratação de publicação no Diário Oficial da União por parte de uma autarquia federal;
- (D) contratação de uma fundação pública federal para realização de concurso público pela Câmara dos Deputados;
- (E) contratação da Escola Nacional de Administração Pública para ofertar treinamentos por parte de um Estado da Federação.

LETRA E

#### **FGV/Prefeitura Municipal de Paulínia 2021 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - Tipo 1**

53 De acordo com a Lei nº 4.320/64, o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, é denominado

- (A) empenho da despesa.
- (B) liquidação da despesa.
- (C) lançamento da receita.
- (D) arrecadação da receita.
- (E) recolhimento da receita.

LETRA C

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

34 Considere os dados do quadro a seguir, com informações apresentadas em milhares de reais, relativas à execução da receita orçamentária de um ente federativo no terceiro bimestre de um dado exercício.

Descrição	Valor (milhares de R\$)
Alienação de bens	14.000,00
Aplicações financeiras	4.750,00
Contribuições	26.250,00
Doações	7.000,00
Operação de crédito interna	50.000,00
Receita de aluguéis	9.000,00
Royalties	16.250,00
Serviços prestados	20.250,00
Tributos	97.500,00
Venda de títulos públicos	30.000,00

O montante de receitas arrecadadas com impacto financeiro, mas sem reflexos no patrimônio, representa, em milhares de reais:

- (A) 117.250,00;
- (B) 115.000,00;
- (C) 110.250,00;
- (D) 96.250,00;
- (E) 94.000,00.

LETRA E

#### FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo

**37**

A classificação da receita para apuração do resultado primário foi criada com o objetivo de identificar as receitas e as despesas que compõem o resultado primário do governo.

No que tange às receitas, uma que NÃO deve ser incluída na apuração do resultado primário é a receita de:

- (A) contribuições sociais;
- (B) cota-parte das compensações financeiras;
- (C) dividendos recebidos;
- (D) emissão de títulos públicos;
- (E) doações e convênios.

LETRA D

#### FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental

**32** Os valores expressos no quadro a seguir foram extraídos dos registros de movimentação de um ente público em um dado mês do último exercício financeiro.

Descrição	Valor
Cobrança de dívida ativa	R\$ 16.300,00
Depósitos em caução	R\$ 12.650,00
Fianças	R\$ 7.200,00
Operações de crédito internas	R\$ 50.000,00
Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	R\$ 14.900,00
Recursos de convênios não previstos no orçamento	R\$ 22.450,00
Royalties além do estimado do orçamento	R\$ 8.350,00

Considerando apenas as informações do quadro acima, as receitas extraorçamentárias do ente somam:

- (A) R\$ 34.750,00;
- (B) R\$ 73.500,00;
- (C) R\$ 84.750,00;
- (D) R\$ 107.200,00;
- (E) R\$ 131.850,00.

LETRA A

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**34**

Sob a perspectiva do orçamento, as receitas são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. No entanto, nem sempre todos os ingressos orçamentários têm impacto positivo no patrimônio.

São um exemplo das chamadas receitas por mutação patrimonial:

- (A) rendimentos de aplicação financeira;
- (B) receitas de aluguéis de bens imóveis;
- (C) receitas de compensações financeiras;
- (D) receitas de transferências correntes;
- (E) receitas de alienação de bens imóveis.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**12** Considere o detalhamento das receitas arrecadadas por um ente até o sexto bimestre de um exercício financeiro, especificado por origem.

Origem da receita	Valor realizado
Receita Industrial	R\$ 25.950,00
Alienação de Bens	R\$ 30.650,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 76.200,00
Receita Patrimonial	R\$ 132.750,00
Receita de Serviços	R\$ 174.600,00
Operações de Crédito	R\$ 278.000,00
Outras receitas correntes	R\$ 1.220.000,00
Contribuições	R\$ 3.892.000,00
Transferências Correntes	R\$ 6.367.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 10.678.000,00

As receitas que serão consideradas na apuração da receita corrente líquida totalizam:

- (A) R\$ 11.062.850,00;
- (B) R\$ 12.090.300,00;
- (C) R\$ 22.357.550,00;
- (D) R\$ 22.490.300,00;
- (E) R\$ 22.875.150,00.

LETRA D

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

A receita pública pode ser classificada como corrente e de capital. Nesse sentido, assinale a opção que indica somente receitas de capital.

- A Receita tributária e receita de serviços.
- B Alienação de bens e receita patrimonial.
- C Receita industrial e receita de contribuições.
- D Receita agropecuária e outras receitas operacionais
- E Amortização de empréstimos e operações de crédito.

LETRA E

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Custos**

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas orçamentárias são classificadas nas seguintes categorias econômicas:

- A fixas e variáveis.
- B diretas e indiretas.
- C correntes e de capital.
- D previstas e realizadas.
- E operacionais e não operacionais.

LETRA C

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

Dentre os estágios da receita pública, aquele em que acontece a transferência dos valores arrecadados para a conta específica do Tesouro, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais, é denominado

- A previsão.
- B lançamento.
- C arrecadação.
- D recolhimento.
- E reconhecimento.

LETRA D

**FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Técnico-Administrativa**

Em geral entende-se receita pública como todo ingresso de recurso nos cofres públicos, mas nem todo ingresso corresponde a uma receita orçamentária que pode ser utilizada como fonte de financiamento das ações públicas.

Uma das características dos chamados ingressos extraorçamentários é que:

- A constituem dívida fundada do ente;
- B possuem caráter compensatório e não devolutivo;
- C podem ser destinados à cobertura de créditos extraordinários;
- D são registrados como excesso de arrecadação;
- E suas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

LETRA E

**FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Técnico-Administrativa**

No processo de registro dos estágios da receita orçamentária, os procedimentos que envolvem a verificação da procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e a inscrição do débito desta corresponde a:

- A previsão;
- B liquidação;
- C lançamento;
- D arrecadação;
- E inscrição em dívida ativa.

LETRA C

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

Cinco empreiteiras, interessadas em participar de uma licitação de obra pública promovida pela Prefeitura do Município X, entregam o valor de R\$ 200 mil em caução. Em relação a esse tipo de procedimento, assinale a afirmativa correta.

A O valor será classificado como uma taxa de participação, enquadrado nas receitas tributárias.

B O valor será, obrigatoriamente, enviado para um fundo de desenvolvimento da educação básica.

C O valor será classificado como receita extraorçamentária e acarretará um aumento de igual valor no ativo financeiro e no passivo financeiro.

D O valor constitui uma renda ordinária do Estado, derivada de seu poder de império.

E O valor integrará o orçamento público e será utilizado como recurso para emendas parlamentares, desde que para correção de erros ou omissões.

LETRA C

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

A Prefeitura de Vila Grande decide alugar uma edificação onde funcionava uma escola municipal, agora desativada. Após o devido processo legal, o contrato é firmado com um particular para a instalação de uma fábrica de roupas no local. Com base nas regras orçamentárias, a origem da receita do aluguel será classificada como

A tributária.

B de serviços.

C industrial.

D patrimonial.

E de contribuição.

LETRA D

**FGV - 2018 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Na Administração Pública tem sido cada vez mais comum a formação de consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum dos entes consorciados. Independentemente da finalidade das atividades a serem desenvolvidas, os consórcios públicos deverão elaborar seu orçamento próprio.

Assim, uma receita recebida pelo consórcio do ente transferidor:

A dispensa classificação por modalidade de aplicação;

B deve manter correspondência com a classificação adotada pelos entes consorciados;

C deve ser excluída da apuração da receita corrente líquida dos entes consorciados;

D sujeita-se a critérios de classificação específicos do consórcio;

E tem natureza extraorçamentária.

LETRA B

**FGV - 2018 - MPE-AL - Contador do Ministério Público**

As receitas públicas são classificadas em corrente e de capital.

Assinale a opção que apresenta receitas de capital.

A Receita tributária, receita de contribuições e receita patrimonial.

- B Receita agropecuária, receita industrial e receita de serviços.
- C Alienação de bens, receita patrimonial e operações de crédito.
- D Amortização de empréstimos, receita tributária e receita de serviços.
- E Operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**

Os recursos recebidos por entidades públicas decorrentes de royalties pelo uso de ativos de longo prazo dessas entidades podem ser classificados como receita:

- A derivada;
- B de contribuições;
- C extraorçamentária;
- D com contraprestação;
- E de transferências correntes.

LETRA D

Segundo o MCASP 8:

Receita de Transação com Contraprestação:

É aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor aproximadamente igual em troca, prioritariamente sob a forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos. Tais como as originadas da prestação de serviços, da venda de bens e do uso de ativos por terceiros (geradores de juros, royalties e dividendos ou distribuições assemelhadas).

**FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

Os investimentos ou inversões financeiras da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal, realizados por intermédio de uma autarquia nas demonstrações contábeis da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal e da autarquia, correspondem, respectivamente,

- A à receita de capital e à despesa de transferência de capital.
- B à receita corrente e à despesa corrente.
- C à receita de capital e à despesa operacional.
- D à receita extraordinária e à despesa operacional.
- E à receita corrente e à despesa de transferência de capital.

LETRA A

**FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

De acordo com o Art. 9º da Lei nº 4.320/64, “as importâncias relativas a tributo, multas e créditos da Fazenda Pública, lançadas, mas não cobradas ou não recolhidas no exercício de origem, constituem

- A os créditos adicionais.”
- B os fundos especiais.”
- C a dívida ativa.”
- D a dívida fundada.”
- E a dívida flutuante.”

LETRA C

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**

Após o estágio da previsão orçamentária, as receitas públicas são registradas por ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora. São objetos desse segundo estágio:

- A apenas receitas correntes;
- B apenas receitas tributárias;
- C receitas orçamentárias e extraorçamentárias;
- D receitas correntes, exceto transferências correntes;
- E todas as receitas orçamentárias.

LETRA B

**FGV - 2017 - SEPOG - RO - Analista de Planejamento e Finanças**

Na Administração Pública, as receitas podem ser classificadas em relação a diferentes aspectos.

Nesse sentido, em relação à classificação das receitas quanto à natureza, assinale a opção correta.

- A Receitas de operação de crédito, agropecuárias e de consignações são receitas orçamentárias.
- B Receitas industriais, com depósitos de terceiros e de operações com crédito por antecipação de receita são receitas orçamentárias.
- C Receitas de serviços, com operações de crédito e alienação de bens são receitas orçamentárias.
- D Receitas relativas a cauções em dinheiro, a salários não reclamados e a prestações de serviços são receitas extra-orçamentárias.
- E Receitas industriais, patrimoniais e agropecuárias são receitas extra-orçamentárias.

LETRA C

**FGV - 2017 - MPE-BA - Assistente Técnico - Administrativo**

Uma empresa assinou um contrato com uma entidade da administração pública, o qual previa que a empresa contratada deveria depositar um valor em dinheiro em uma conta bancária definida pela entidade. Esse valor será retido até o final do contrato, quando poderá ser restituído, desde que a empresa contratada não tenha sido penalizada.

Sob a perspectiva da classificação da receita pública, esse recurso é um exemplo de:

- A receita extraorçamentária;
- B receita intraorçamentária;
- C receita contratual;
- D receita derivada;
- E outras receitas correntes.

LETRA A

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

No primeiro mês do exercício financeiro, o orçamento de um ente público ainda não havia sido aprovado pelo Poder Legislativo. Porém, algumas receitas foram recolhidas aos cofres públicos nos primeiros dias do ano.

Considerando que as receitas estão relacionadas ao orçamento do exercício e o ente não atravessa situações extraordinárias, as receitas arrecadadas antes da aprovação do orçamento poderiam ser classificadas nas seguintes categorias, EXCETO:

- A receitas tributárias;
- B receitas de contribuições;
- C receitas originárias;
- D receitas de operações de crédito;
- E receitas de dívida ativa.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Considere os dados de detalhamento de receitas contidos no Quadro VI a seguir:

Descrição	Valores
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>637.435,00</b>
- Ordinárias	247.810,00
- Vinculadas	389.625,00
<b>Receitas Extraorçamentárias</b>	<b>92.705,00</b>
- Vinculadas	92.705,00

Conforme as disposições do Decreto nº 93.872/1986, os recursos que devem ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional totalizam:

- A 247.810,00;
- B 340.515,00;
- C 482.330,00;
- D 637.435,00;
- E 730.140,00.

LETRA E

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Considere o Quadro III a seguir, originado da execução orçamentária de um ente municipal referente ao último exercício financeiro.

Receita	Valor
Receita de cessão de direitos	64.270,00
Receita de serviços	95.350,00
Receitas imobiliárias	215.510,00
Contribuição de iluminação pública	242.860,00
Receita de concessões e permissões	336.400,00
Taxas	409.125,00
Contribuições sociais	531.485,00
Receitas de valores mobiliários	699.300,00
Receita de transferências - FPM	6.352.465,00
Impostos	9.294.500,00
Total	18.241.265,00

Considerando a classificação das receitas públicas, quanto à procedência, em originárias e derivadas, as receitas auferidas de forma impositiva, em relação à receita total, representam:

- A 34,8%;
- B 57,4%;
- C 89,4%;
- D 92,3%;
- E 98,3%.

LETRA D

#### FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças

Considere o detalhamento de receitas apresentado no Quadro II a seguir:

Receita	Valor
Depósitos em garantia	2.640,00
Amortização de empréstimos	3.970,00
Receita de serviços	4.780,00
Antecipação da receita orçamentária	6.820,00
Receita patrimonial	7.450,00
Alienação de bens	9.450,00
Operações de crédito	16.200,00
Receita de contribuições	27.320,00
Receita tributária	61.350,00
Transferências correntes	93.160,00

O montante das receitas que, no momento do reconhecimento do crédito, contribui para aumentar a situação líquida patrimonial da entidade é:

- A 100.900,00;
- B 194.060,00;
- C 203.510,00;

D 219.710,00;  
E 223.680,00.

LETRA B

**FGV - 2015 - Câmara Municipal de Caruaru - PE - Analista Legislativo – Contabilidade**

Em relação às receitas, de acordo com a Lei nº 4.320/64, assinale a afirmativa correta.

A As receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários e alienação de bens móveis são receitas correntes.

B Os impostos, taxas e contribuições de melhoria são receitas correntes.

C As operações de crédito, amortização de empréstimos concedidos e participações e dividendos são receitas de capital.

D As receitas de serviços industriais, operações de crédito e receitas imobiliárias são receitas de capital.

E As receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários e participações e dividendos são receitas de capital.

LETRA B

**FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria – Processual**

A compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, prevista no art. 20, § 1º, da Constituição da República, é uma espécie de:

A receita derivada;

B extinção do crédito tributário;

C receita extraordinária;

D receita originária;

E movimento de fundo.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Agente Fazendário**

A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e o preço público são, conforme a classificação das receitas públicas, respectivamente, receitas:

A tributária e derivada;

B originária e derivada;

C derivada e originária;

D ordinária e extraordinária;

E derivada e ordinária.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-RO - Administrador**

Texto I:

O orçamento do Município de Brevidade para o exercício de 2x12 foi estimado em R\$ 198.000.000.

Durante o exercício de 2x12, a arrecadação mensal estava superando, em média, 2,5% do previsto, de forma que no mês de agosto havia um excesso de arrecadação acumulado de R\$ 3.300.000.

O balanço patrimonial do exercício de 20x11 apresentou um superávit financeiro de R\$ 950.000.

Os dados da execução orçamentária ainda revelam que houve abertura de créditos adicionais extraordinários, no montante de R\$ 780.000 e reabertura de créditos adicionais especiais do exercício anterior, no total de R\$ 425.000.

Foi apurado ainda, no mês de agosto que havia despesas fixadas passíveis de anulação, totalizando R\$ 390.000.

Além de uma dotação genérica (reserva de contingência) de R\$ 10.000,00, passível de destinação para abertura de créditos adicionais.

As receitas públicas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública, decorrentes de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários são denominadas:

- A derivadas;
- B extraorçamentárias;
- C originárias;
- D permutativas;
- E primárias.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

Quadro I – Informações relativas à execução orçamentária de um município do Estado do Rio de Janeiro durante o exercício de 20x4 (Janeiro a Dezembro).

Descrição	Valores em milhares
Receitas Tributária	
2.750.000,00	
Receitas de Contribuições	440.000,00
Receita Patrimonial	770.000,00
Receita Industrial	8.200,00
Receita de Serviços	155.000,00
Transferências Correntes	3.500.000,00
Outras Receitas Correntes	1.700.000,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	250.000,00
Antecipação da Receita Orçamentária	50.000,00
Receita de Amortização de empréstimos	65.000,00
Receita de Alienação de bens	10.000,00
Receitas de Depósitos e Cauções	20.000,00
Contribuições dos Servidores p/ Plano de Previdência	440.000,00

Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	5.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	190.000,00
Despesa com Juros e Encargos da Dívida	450.000,00
Despesa total com Pessoal Ativo	3.150.000,00
Despesa total com Pessoal Inativo	750.000,00
Despesa total com Pessoal Terceirizado	2.300.000,00

Considerando as informações do Quadro I e supondo que as receitas de contribuições geraram reconhecimento de obrigações e as transferências correntes decorreram da repartição das receitas tributárias, o montante de receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município no exercício de 20x4 foi de:

- A 5.383.200,00;
- B 8.463.200,00;
- C 8.883.200,00;
- D 9.258.200,00;
- E 9.323.200,00.

LETRA C

**FGV - 2015 - DPE-RO - Técnico da Defensoria Pública - Técnico em Contabilidade**

Considere os valores reservados em 31 de março de 2015 para custeio da folha de pagamento do quadro de pessoal de uma instituição pública que processa a sua liquidação concomitantemente ao pagamento, sempre no 1º dia de cada mês. Até que ocorra o pagamento da referida folha, os respectivos valores reservados correspondem a uma:

- A receita extraorçamentária;
- B receita de capital;
- C despesa de capital;
- D receita orçamentária;
- E despesa extraorçamentária.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Contabilidade – Reaplicação**

Considere as informações a seguir, relativas à Prefeitura Municipal de Tulipas do Norte:

Quadro III  
 Balanço Patrimonial  
 Exercício: 2013

ATIVO		PASSIVO	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>98.000</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>78.000</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.000	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	53.000
Créditos de Curto Prazo	47.000	Empréstimos e Financiamentos	3.500
Estoques	8.500	Fornecedores	21.500
VPD Pagas Antecipadamente	7.500		
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>1.102.000</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>462.000</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	112.000	Empréstimos e Financiamentos	230.000
Investimentos	40.000	Obrigações Fiscais	147.000
Imobilizado	950.000	Provisões	85.000
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>660.000</b>
		Patrimônio Social/Capital Social	500.000
		Resultados Acumulados	160.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.200.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.200.000</b>

Informações sobre a Execução Orçamentária do Exercício de 2014

RECEITAS	Previsão	Anecação	DESPESAS	Fixação	Empenho
<b>Receitas Correntes</b>			<b>Despesas Correntes</b>		
Receita Tributária	265.000	270.000	Pessoal e encargos sociais	490.000	475.000
Receita de Contribuições	25.000	22.000	Juros e encargos da dívida	95.000	81.000
Receita Patrimonial	15.000	12.000	Outras despesas correntes	200.000	215.000
Receita de Serviços	5.000	7.500			
Transferências Correntes	500.000	505.500	<b>Despesas de Capital</b>		
Outras Receitas Correntes	50.000	73.000	Investimentos	230.000	180.000
			Inversões financeiras	30.000	-
<b>Receitas de Capital</b>			Amortização de empréstimos	55.000	45.000
Operações de Crédito	100.000	85.000			
Alienação de Bens	40.000	-			
Transferências de Capital	100.000	28.000			

Em relação às previsões orçamentárias da Prefeitura Municipal de Tulipas do Norte (Quadro III), o item de receita previsto de maneira mais precisa foi:

- A Receita Tributária;
- B Receita de Contribuições;
- C Receita Patrimonial;
- D Transferências Correntes;
- E Transferências de Capital.

LETRA D

#### FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo

Texto I: No orçamento de um ente da federação, a previsão total de receitas para um exercício foi de R\$ 240 milhões. As receitas lançadas totalizaram R\$ 220,5 milhões. Foram arrecadados R\$ 215 milhões e recolhidos R\$ 213,5 milhões no período. Quanto às despesas, 95% do valor fixado foi empenhado, R\$ 205 milhões foram liquidados, R\$ 200 milhões foram pagos e R\$ 28 milhões foram inscritos em restos a pagar.

A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a receita realizada (em milhões de reais) foi de:

- A 213,5;
- B 215;
- C 220,5;
- D 240;
- E 428,5.

LETRA B

#### FGV - 2014 - CGE-MA - Auditor - Conhecimentos Específicos

Considere as receitas a seguir.

RECEITAS	VALORES R\$
Taxas de Incêndio	2.000
Contribuição de Melhoria	3.000
Amortização da dívida	2.500
Alienação de bens	2.400
Cota parte royalties de Petróleo	5.000
Fundo de participação dos ESTADOS (FPE)	5.500
ICMS	7.000
Imposto de renda	4.550
IPVA	4.000
ISS	3.500
Operações de crédito por Antecipação de receita	3.200
<b>Total</b>	<b>57.200</b>

O valor das Receitas Correntes é de

- A R\$ 31.550,00
- B R\$ 29.550,00
- C R\$ 34.550,00
- D R\$ 29.050,00
- E R\$ 32.550,00

LETRA C

**FGV - 2013 - AL-MT – Administrador**

A receita corrente tributária no valor de \$300 aprovada em LOA apresentou no final do período um déficit de \$40 e uma inscrição em dívida ativa de \$30, o que revela que o valor previsto, mas não registrado no estágio denominado lançamento, foi de

- A 10.
- B 20.
- C 30.
- D 40.
- E 50.

LETRA A

**FGV - 2010 - DETRAN-RN - Assessor Técnico – Contabilidade**

Estágios da Receita Pública são as etapas das ações realizadas pelos órgãos e repartições encarregados de executá-las. O estágio utilizado para a arrecadação de tributos, e que se pode também aplicar a casos em que o Governo tenha direitos líquidos e certos, em virtude de leis, regulamentos ou contratos é:

- A Da Arrecadação.
- B Do Lançamento.
- C Da Previsão.
- D Do Recolhimento.
- E Da Liquidação.

LETRA B

### 3. DESPESAS PÚBLICAS

#### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

78

Uma das classificações legais da despesa pública refere-se à classificação funcional, a qual segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada. Nesse contexto, considerando que se enquadre na função Administração, as despesas gerais da Controladoria Geral de um Município poderiam ser congregadas na subfunção relativa a:

- (A) administração de receitas;
- (B) controle administrativo;
- (C) controle externo;
- (D) controle interno;
- (E) defesa do interesse público.

LETRA D

#### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno

78

Um analista de controle precisou fazer uma análise comparativa da alocação dos recursos de um ente público abrangendo dois mandatos de um mesmo gestor a fim de identificar as unidades orçamentárias priorizadas no processo alocativo. Como o analista deseja identificar os responsáveis pelas decisões em termos de recursos aplicados, deve usar como base a classificação:

- (A) funcional;
- (B) institucional;
- (C) por natureza;
- (D) programática;
- (E) por modalidade de aplicação.

LETRA B

#### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

34

O gestor máximo de um ente assumiu o compromisso de ser mais transparente na evidenciação dos gastos públicos. Uma das iniciativas foi instalar outdoors na cidade com gráficos e informações simplificadas sobre a execução do orçamento. Um ponto destacado

pelo gestor foi que o cidadão deve ser informado sobre o que se pretende alcançar com a implementação de uma política pública.

Nesse contexto, as informações mais apropriadas para que a assessoria de comunicação prepare o material informativo podem ser obtidas a partir da classificação da despesa por:

- (A) função;
- (B) programas;
- (C) identificador de uso;
- (D) modalidade de aplicação;
- (E) grupo de natureza de despesa.

LETRA B

### **FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis**

**43**

De acordo com o Decreto nº 1.323/12, as despesas orçamentárias são classificadas em correntes e de capital.

Assinale a opção que indica a distinção entre as despesas orçamentárias correntes e de capital.

- (A) As correntes são de curto prazo, enquanto as de capital são de longo prazo.
- (B) As correntes são intragovernamentais, enquanto as de capital são intergovernamentais.
- (C) As correntes aumentam o resultado, enquanto as de capital aumentam o patrimônio líquido.
- (D) As correntes não se relacionam à manutenção de serviços existentes, enquanto as de capital se relacionam.
- (E) As correntes não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, enquanto as de capital contribuem.

LETRA E

### **FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Administração**

**48**

Em uma entidade do setor público, as despesas orçamentárias relacionadas a *serviços de consultoria e a planejamento e execução de obras* são classificadas, respectivamente, como

- (A) investimentos e investimentos.
- (B) outras despesas correntes e investimentos.
- (C) inversões financeiras e inversões financeiras.
- (D) outras despesas correntes e inversões financeiras.
- (E) outras despesas correntes e outras despesas correntes.

LETRA B

### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**43**

Analise as situações apresentadas a seguir e, à luz da Lei nº 4.320/1964, classifique as seguintes despesas públicas abaixo relacionadas.

- I. Pagamento de pensionistas de militares falecidos do Corpo de Bombeiros Estadual;
- II. Amortização da dívida pública estadual;
- III. Aquisição de galpão onde já funciona posto do Detran.

A classificação correta é, respectivamente:

- (A) I. Despesa de custeio; II. Transferência corrente; III. Investimento;
- (B) I. Despesa de custeio; II. Transferência de capital; III. Inversão financeira;
- (C) I. Despesa de custeio; II. Transferência de capital; III. Investimento;
- (D) I. Transferência corrente; II. Transferência corrente; III. Investimento;
- (E) I. Transferência corrente; II. Transferência de capital; III. Inversão financeira.

LETRA B

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**61**

O modelo orçamentário de referência para o planejamento das entidades públicas brasileiras é o orçamento-programa. A classificação programática da despesa está alinhada a esse modelo. Nesse contexto, um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que contribuem para a manutenção da ação de governo, a exemplo de fiscalização e monitoramento da qualidade de combustíveis automotores, deve ser classificado como:

- (A) aplicação direta;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) encargo especial.

LETRA B

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**43**

O processo de programação da despesa orçamentária está estruturado na realização sequencial de etapas qualitativas e quantitativas que resultam na especificação dos programas de trabalho constantes da Lei Orçamentária Anual. Nesse sentido, identificam-se as seguintes classificações que devem ser consideradas pelos técnicos da área de planejamento e orçamento da Prefeitura de Beta do Sul:

- (A) qualitativas: institucional, funcional, programática e operação especial;  
quantitativas: Iduso, natureza da despesa e ação;
- (B) qualitativas: institucional, funcional e programática;  
quantitativas: Iduso, grupo e especificação da destinação de recursos, natureza da despesa;
- (C) qualitativas: institucional, funcional e grupo de natureza;  
quantitativas: Iduso, grupo e especificação da destinação de recursos;
- (D) qualitativas: institucional, funcional e programática;  
quantitativas: grupo e especificação da destinação de recursos, projeto/atividade;
- (E) qualitativas: Iduso, grupo e especificação da destinação de recursos;

quantitativas: institucional, funcional e programática.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**66**

Um grupo de estudantes cursando a disciplina de Orçamento Governamental de um curso de graduação em Gestão Pública recebeu do professor a tarefa de analisar informações do orçamento dos Municípios da região metropolitana de um Estado da federação. Um dos itens do roteiro de análise dado pelo professor foi: “O que será desenvolvido para alcançar os objetivos dos programas na área de educação?”

Para conseguir fazer uma análise comparativa entre os Municípios estudados a partir do item proposto pelo professor, os estudantes deverão coletar dados das despesas propostas a partir da classificação:

- (A) funcional, com ênfase nas subfunções;
- (B) institucional, com ênfase nas unidades orçamentárias;
- (C) por natureza, com ênfase nas categorias econômicas;
- (D) por natureza, com ênfase nos elementos de despesa;
- (E) programática, com ênfase nas ações.

LETRA E

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**48**

As despesas orçamentárias são aquelas que dependem de autorização legislativa e crédito orçamentário correspondente para serem realizadas.

Relacione os tipos de despesas orçamentárias listados a seguir à respectiva aplicação.

1. Despesa de custeio
2. Transferências correntes
3. Investimentos
4. Inversões Financeiras
5. Transferência de Capital

- ( ) Aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização.
- ( ) Despesas destinadas ao pagamento do pessoal militar.
- ( ) Despesas relacionadas ao pagamento de juros da dívida pública.
- ( ) Despesas com o planejamento e a execução de obras.
- ( ) Despesas com amortização da dívida pública.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 4, 3 e 5.
- (B) 5, 1, 2, 4 e 3.
- (C) 4, 2, 1, 5 e 3.
- (D) 4, 1, 2, 3 e 5.
- (E) 3, 1, 4, 5 e 2.

LETRA D

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**32**

Em uma entidade do setor público, as aquisições de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importa aumento do capital, são classificadas em despesa orçamentária, como

- (A) corrente - despesas de custeio.
- (B) corrente - transferências correntes.
- (C) de capital - investimentos.
- (D) de capital - inversões financeiras.
- (E) de capital - transferências de capital.

LETRA D

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**50**

De acordo com a Lei nº 4320/64, a amortização da dívida pública e os juros da dívida pública são classificados, respectivamente, como

- (A) Despesas de Capital: investimentos e Despesas de Capital: transferências de capital.
- (B) Despesas Correntes: despesas de custeio e Despesas Correntes: transferências correntes.
- (C) Despesas de Capital: transferências de capital e Despesas Correntes: transferências correntes.
- (D) Despesas de Capital: investimentos e Despesas Correntes: despesas de custeio.
- (E) Despesas de Capital: inversões financeiras e Despesas Correntes: transferências correntes.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**57**

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento, o orçamento público está organizado em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras.

Em relação à classificação quantitativa, a dimensão física busca responder à seguinte pergunta:

- (A) De que forma serão aplicados os recursos?
- (B) Quais insumos se pretende utilizar ou adquirir?
- (C) Em qual classe de gasto será realizada a despesa?
- (D) Qual o efeito econômico da realização da despesa?
- (E) Quanto se pretende entregar no exercício?

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**54**

Assinale a opção que indica uma diferença entre despesas correntes e despesas de capital.

- (A) As despesas de capital não são contempladas no orçamento, enquanto as despesas correntes são.
- (B) As despesas de capital contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, enquanto as despesas correntes não.
- (C) As despesas de capital são aquelas sobre as quais incorrem juros, enquanto as despesas correntes não.
- (D) As despesas de capital são incorridas com terceiros, enquanto as despesas correntes são realizadas com órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento do mesmo ente federativo.
- (E) As despesas de capital são liquidadas após o exercício financeiro enquanto, as correntes, durante o exercício.

LETRA B

#### **FGV/Prefeitura de Manaus 2022 – Cargo: ES-Administrador Geral**

**60**

As informações apresentadas sobre as despesas da Administração Pública possuem papel fundamental tanto na promoção da cidadania quanto na continuidade das políticas públicas. A partir desse entendimento, foram desenvolvidos diversos tipos de classificação de despesa para facilitar sua compreensão e análise.

Acerca das classificações, assinale a afirmativa correta.

- (A) A classificação funcional da despesa reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, constituindo em dois níveis hierárquicos.
- (B) A classificação institucional é a classificação que tem como finalidade identificar em qual dos orçamentos (fiscal, de seguridade social ou de investimento) das empresas estatais a despesa será alocada.
- (C) A classificação por esfera orçamentária visa identificar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos, doações ou estão destinadas a outras aplicações.
- (D) A classificação por resultado primário se associa à área de atuação governamental da despesa, podendo ser traduzida no maior nível de agregação do setor público.
- (E) A classificação por estrutura programática tem como objetivo a identificação da finalidade do gasto, dos bens e serviços que dele resultam e os locais em que serão alocados os recursos.

LETRA E

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**71**

A classificação econômica da despesa pública foi concebida para propiciar elementos para avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Considere o caso em que o governo de um estado da federação aloca recursos para a construção de moradias para doar a pessoas que perderam suas casas em decorrência de fortes chuvas que causaram graves inundações e perdas em uma região desse estado.

As despesas associadas a essa ação governamental de construção das moradias para doação à população afetada pelas inundações devem ser classificadas como:

- (A) indenizações e restituições, na categoria despesas correntes, pois não geram um ativo para o setor público;
- (B) inversões financeiras na categoria despesas de capital, pois não terão impacto no patrimônio do ente;
- (C) investimentos, na categoria despesas de capital, pois constituem formação bruta de capital fixo para o país;
- (D) transferências de capital, pois se destinam a compensar as perdas patrimoniais sofridas por parte da população;
- (E) transferências intergovernamentais, pois são custeadas com repasses de recursos do governo federal.

LETRA C

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**41**

Uma entidade do setor público adquiriu uma placa de memória nova para o seu computador. Essa tem maior capacidade do que a existente, de modo que a capacidade produtiva do computador irá melhorar.

Assinale a opção que indica a classificação orçamentária da despesa relacionada à troca da placa do computador.

- (A) Despesa de capital- inversões financeiras.
- (B) Despesa de capital- investimentos.
- (C) Despesa de capital- outras despesas de capital.
- (D) Despesa corrente- inversões financeiras.
- (E) Despesa corrente- outras despesas correntes.

LETRA B

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**45**

De acordo com a Portaria STN 163/2001, a classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa. Sobre elas, é correto afirmar que

- (A) a classificação tem como restrição a presença de dupla contagem dos recursos transferidos ou centralizados.
- (B) a natureza da despesa será complementada por informações financeiras, que são denominadas “fontes de aplicação”.
- (C) entende-se por grupos de natureza de despesa a agregação de elementos de despesa que apresentam mesmo destinatário, apesar de diferentes características quanto ao objeto de gasto.
- (D) o elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto como, por exemplo, vencimentos e vantagens fixas, juros, material de consumo e serviços de terceiros.
- (E) o desdobramento suplementar dos elementos de despesa para atendimento das necessidades de escrituração contábil é proibido.

LETRA D

**46**

De acordo com a Portaria MGO 42/1999, entende-se como função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao poder público e como subfunção uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

Nesse sentido, a função legislativa engloba as seguintes subfunções:

- (A) controle interno e controle externo.
- (B) defesa da ordem pública e ação legislativa.
- (C) defesa do interesse público e controle interno.
- (D) ação legislativa e controle externo.
- (E) defesa da ordem pública e defesa do interesse público.

LETRA D

**47**

De acordo com a Portaria MGO 42/1999, as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos e indenizações, correspondem à função

- (A) Administrativa.
- (B) Previdência social.
- (C) Assistência social.
- (D) Encargos especiais.
- (E) Relações externas.

LETRA D

**72**

Analisar as despesas de um ente público a partir da classificação funcional, além de refletir a competência institucional do órgão, contribui para identificar as preferências na alocação de recursos em grandes áreas (funções e subfunções). No caso de órgãos vinculados à justiça, as funções 02 - Judiciária e 03 - Essencial à Justiça podem ser relacionadas, embora cada uma tenha subfunções típicas associadas.

Uma subfunção típica da função 02 – Judiciária é:

- (A) Defesa da Ordem Jurídica;
- (B) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário;
- (C) Direitos Individuais, Coletivos e Difusos;
- (D) Normatização e Fiscalização;
- (E) Representação Judicial e Extrajudicial.

LETRA B

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**90**

A Superintendência do Patrimônio da União no Estado Alfa teve que indicar a classificação de suas receitas referentes a foro e taxa de ocupação quanto a terrenos de marinha localizados no referido Estado, bem como a classificação da despesa para aquisição de imóvel tido como necessário para a execução de obra pública.

Levando-se em consideração a classificação por natureza de cada uma dessas receitas e despesa públicas descritas no enunciado, à luz da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que tais receitas:

- (A) de foro e de taxa de ocupação são classificadas como receitas tributárias, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como inversão financeira;
- (B) de foro são classificadas como receitas patrimoniais, as de taxa de ocupação como receitas tributárias, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como inversão financeira;
- (C) de foro são classificadas como receitas patrimoniais, as de taxa de ocupação como receitas tributárias, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como investimento;
- (D) de foro e de taxa de ocupação são classificadas como receitas patrimoniais, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como inversão financeira;
- (E) de foro e de taxa de ocupação são classificadas como receitas patrimoniais, e a despesa com a aquisição imobiliária necessária à execução de obra pública, como investimento.

LETRA E

#### **FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**96**

A classificação da despesa pública é estruturada para atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, tais como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

A classificação da despesa por identificador de resultado primário é de caráter indicativo e tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário, pelo confronto com as receitas primárias.

Ao avaliar a meta de resultado primário e o resultado alcançado ao final de um exercício, deve-se considerar que:

- (A) é facultada a vinculação com a meta de resultado nominal;
- (B) as despesas discricionárias não devem afetar o resultado primário;
- (C) todas as despesas primárias devem ser incluídas na meta de resultado primário;
- (D) as despesas que devem ser incluídas no resultado primário são de caráter obrigatório;
- (E) há classificação específica para despesas decorrentes de emendas parlamentares impositivas.

LETRA E

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**56**

Um servidor lotado em uma comissão de orçamento de um ente legislativo estava tentando explicar para um parlamentar a diferença entre despesas de capital que devem ser classificadas como investimentos e aquelas que são tidas como inversões financeiras. O parlamentar queria propor uma emenda ao orçamento para uma despesa de capital do tipo inversão financeira.

Uma característica das despesas classificáveis nesse grupo é:

- (A) preservar a disponibilidade financeira do ente;

- (B) relacionar-se ao custeio do serviço da dívida pública;
- (C) ser direcionada à constituição ou aumento do capital de empresas;
- (D) ser limitada a um percentual da receita corrente líquida do ente;
- (E) ser proposta exclusivamente por meio de emendas parlamentares.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**59**

No arcabouço conceitual-normativo do orçamento público há muitos conceitos associados à contabilidade. Quando se fala de despesa contábil, por exemplo, tem-se a ideia de consumo de recursos, com conseqüente redução patrimonial. Porém, no orçamento público, a concepção de despesa tem uma perspectiva diversa.

Esse entendimento é importante principalmente para a avaliação do impacto e dos desdobramentos da execução de despesas no patrimônio público.

Uma despesa orçamentária cujo reconhecimento diverge do conceito contábil de despesa pode ser ilustrada por:

- (A) amortização da dívida;
- (B) arrendamento mercantil;
- (C) concessão de benefícios sociais;
- (D) juros e encargos da dívida;
- (E) subvenções econômicas.

LETRA A

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**51**

Ao tratar da classificação da despesa pública, o Manual Técnico de Orçamento (MTO) destaca as abordagens qualitativa e quantitativa das categorias de programação orçamentária. A primeira está mais associada à definição do programa de trabalho e a segunda foca as dimensões física e financeira da programação orçamentária, e ambas contribuem com elementos analíticos do processo de alocação de recursos.

Das categorias classificatórias da despesa abaixo, a que apresenta um item qualitativo e um quantitativo, respectivamente, é:

- (A) despesas primárias; modalidade de aplicação;
- (B) categoria econômica; unidade orçamentária;
- (C) despesa de capital; elemento de despesa;
- (D) função; grupo de natureza da despesa;
- (E) despesa corrente; programa.

LETRA D

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**54**

O elemento de despesa orçamentária é uma categoria classificatória que tem por finalidade identificar os objetos de gasto.

Ao analisar um relatório analítico de despesas com o nível de detalhamento por elemento de despesa, um servidor deve considerar que:

- (A) cada elemento de despesa deve ser associado a uma modalidade de aplicação;
- (B) despesas inscritas em restos a pagar serão executadas como elemento próprio de despesas de exercícios anteriores;
- (C) é facultado a cada ente o desdobramento dos elementos de despesa, conforme necessidade;
- (D) elementos típicos de despesa corrente não podem ser associados a um grupo de despesa de capital;
- (E) juros e encargos da dívida representam um elemento considerado na apuração do resultado primário.

LETRA C

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**35**

A estrutura do orçamento-programa se situa dentro de uma lógica orçamentária moderna, que concebe o orçamento como instrumento de gestão.

Entre as recomendações úteis para a organização da estrutura programática em uma entidade, uma opção INADEQUADA é que:

- (A) a flexibilidade na gestão financeira e de pessoal deve ser expandida na gestão dos programas;
- (B) as atividades e os projetos devem ser desenhados em níveis elevados de desagregação;
- (C) os programas de despesas em andamento devem ser distinguidos de novos programas de despesas;
- (D) os programas devem ser multifuncionais, ou seja, cada programa pode ser vinculado a diferentes funções;
- (E) um programa terá mais de um subprograma, e estes serão desmembrados em diversas atividades e projetos.

LETRA D

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**38**

Em decorrência da necessidade de controles que atendam a finalidades diversas, a despesa pública se sujeita a uma série de classificações. Em algumas dessas classificações, o detalhamento é dado em norma própria, e, em outras, fica a cargo de cada ente.

As classificações da despesa pública em que o ente tem liberdade de definir o detalhamento da despesa são:

- (A) funcional e institucional;
- (B) institucional e programática;
- (C) institucional e segundo a natureza;
- (D) segundo a natureza e funcional;
- (E) segundo a natureza e programática.

LETRA B

#### **FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

35

A despesa pública é apresentada no orçamento sob diferentes critérios de classificação, com o objetivo de subsidiar o controle do processo orçamentário.

A classificação funcional da despesa pública:

- (A) apresenta a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual;
- (B) está organizada em categoria econômica, grupo e elemento de despesa;
- (C) permite a consolidação nacional dos gastos do setor público, pois tem aplicação comum e obrigatória;
- (D) reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos;
- (E) se desdobra em atividades, projetos ou operações especiais.

LETRA C

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

13

Os critérios de classificação da despesa pública foram concebidos para fornecer diferentes perspectivas do gasto público para subsidiar as atividades de controle interno e externo.

Considere as perguntas a seguir.

O que se pretende alcançar com a implementação da política pública?  
O que será produzido ou prestado?  
Como será mensurado?

A classificação da despesa que tem mais subsídios para responder a essas perguntas é:

- (A) funcional;
- (B) institucional;
- (C) por natureza;
- (D) estrutura programática;
- (E) por esfera orçamentária.

LETRA D

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

14

Para que se possa proceder à adequada classificação quanto à natureza da despesa e garantir que a informação contábil seja fidedigna, o primeiro passo é identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário.

Os registros de despesas de caráter extraorçamentário:

- (A) devem seguir a classificação da despesa por natureza;
- (B) não necessitam de autorização legislativa para que os respectivos pagamentos sejam efetuados;

- (C) não são considerados no cálculo do superávit/déficit financeiro do balanço patrimonial;
- (D) não são incluídos na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso;
- (E) se distinguem de desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público.

LETRA B

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

Leia o fragmento a seguir.

As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se como \_\_\_\_\_, enquanto as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado classificam-se como \_\_\_\_\_.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- A Investimentos - despesas de custeio
- B Investimentos - inversões financeiras
- C Despesas de custeio - transferências correntes
- D Transferências de capital - inversões financeiras
- E Transferências correntes - transferências de capital

LETRA C

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Custos**

As transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas podem ser classificadas como subvenções econômicas e subvenções sociais. Em relação às subvenções, analise as afirmativas a seguir.

- I. São dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.
- II. São dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.
- III. São dotações destinadas ao pagamento de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais vantajosa.

Assinale a opção que indica apenas subvenções econômicas.

- A I.
- B II.
- C III.
- D I e II.
- E II e III.

LETRA D

### FGV - 2019 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa

Considere as informações apresentadas no Quadro II a seguir, com valores expressos em milhares de reais, relativas às despesas com uma ação orçamentária constante no orçamento anual de uma unidade da Federação aprovado em 22 de dezembro de 2018.

Cód	Descrição	Valor
46	Auxílio-Alimentação	60,00
61	Aquisição de Imóveis	500,00
14	Diárias - Civil	270,00
52	Equipamentos e Material Permanente	180,00
37	Locação de Mão de Obra	120,00
30	Material de Consumo Imediato	100,00
32	Material para Distribuição Gratuita	175,00
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	850,00
33	Passagens e Despesas com Locomoção	190,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.000,00

Com base nas informações do Quadro II, a descrição dos itens de despesa da ação orçamentária representa a classificação da despesa por:

- A fonte;
- B elemento;
- C grupo de natureza;
- D categoria econômica;
- E modalidade de aplicação.

LETRA B

### FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Técnico-Administrativa

Considere as informações do Quadro I a seguir, com valores expressos em milhares de reais, originados da execução orçamentária de um ente da federação.

Órgão/Unidade Orçamentária	Secretaria Estadual de Saúde	
Função	Saúde	
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	Saúde para todos	
Atividade/Projeto/Operação Especial	Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde no Estado do Ceará	
Despesas de capital/Investimentos	Obras e Instalações	1.750.000,00
	Material Permanente	980.000,00
	Material de Consumo	310.000,00
Despesas correntes/Outras Despesas Correntes	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.000,00
Modalidade de Aplicação	Aplicação Direta	
Fonte	Recursos do Tesouro	

A partir das informações da programação orçamentária apresentada no Quadro I, é correto afirmar que:

A a ação orçamentária dispensa previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

B a ação orçamentária, por suas características, deve ser classificada como um projeto;  
C a ação orçamentária foi autorizada mediante abertura de crédito adicional suplementar;  
D refere-se a um programa com características de apoio administrativo;  
E trata-se de uma despesa realizada por meio de convênio com o governo federal, mediante destaque de crédito.

LETRA B

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

A despesa pública é classificada como despesa corrente e despesa de capital.  
Assinale a opção que indica despesas correntes.

- A Inversões financeiras e investimentos.
- B Inversões financeiras e despesas de custeio.
- C Investimentos e despesas de custeio.
- D Inversões financeiras e transferências correntes.
- E Despesas de custeio e transferências correntes.

LETRA E

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

As classificações legais da despesa pública foram criadas com o objetivo de gerar informações que subsidiem a aplicação e o controle dos recursos públicos.  
Uma das classificações mais relevantes do ponto de vista informacional é a programática, que pode ser caracterizada por:

- A organizar as despesas em categorias econômicas;
- B categorizar as ações como atividades, projetos ou operações especiais;
- C identificar em que área de ação governamental a despesa será realizada;
- D ser acrescida da informação gerencial denominada modalidade de aplicação;
- E refletir a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos.

LETRA B

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

Com relação às despesas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A amortização das dívidas e os respectivos juros serão classificados na categoria de despesas correntes.
- ( ) A compra de um imóvel pela prefeitura para a instalação de um órgão, sem aumento de capital, é considerada um investimento.
- ( ) Embora os gastos com inativos sejam considerados despesas de custeio, as despesas com pensionistas são consideradas transferências correntes.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente:

A V – V – V.

B F – V – V.  
C V – F – V.  
D F – F – V.  
E F – F – F.

LETRA E

**FGV - 2018 - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos**

Assinale a opção que indica a denominação que recebem as dotações para manutenção de serviços criados anteriormente, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

A Operações de crédito.  
B Investimentos.  
C Inversões Financeiras.  
D Despesas de capital.  
E Despesas de custeio.

LETRA E

**FGV - 2018 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Na classificação da despesa pública por função e subfunção, as subfunções são diretamente relacionadas a funções específicas, no entanto é possível combiná-las a funções diferentes. Das subfunções a seguir, aquela diretamente associada à função 02 – Judiciária é:

A Defesa Civil;  
B Defesa da Ordem Jurídica;  
C Representação Judicial e Extrajudicial;  
D Direitos Individuais, Coletivos e Difusos;  
E Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário.

LETRA E

**FGV - 2018 - SEFIN-RO - Contador**

Os investimentos ou inversões financeiras da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal, realizados por intermédio de uma autarquia nas demonstrações contábeis da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal e da autarquia, correspondem, respectivamente,

A à receita de capital e à despesa de transferência de capital.  
B à receita corrente e à despesa corrente.  
C à receita de capital e à despesa operacional.  
D à receita extraordinária e à despesa operacional.  
E à receita corrente e à despesa de transferência de capital.

LETRA A

**FGV - 2017 - MPE-BA - Assistente Técnico – Administrativo**

As despesas de custeio de uma fundação instituída e mantida pelo Poder Público fazem parte do processo de planejamento público e devem constar no(a):

- A Anexo de Metas Fiscais;
- B Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- C Orçamento Fiscal;
- D Orçamento de Investimentos;
- E Plano Plurianual.

LETRA C

#### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

As despesas públicas são apresentadas no orçamento e nos demonstrativos contábeis e fiscais de acordo com alguns critérios de classificação para fornecer informações de desempenho e controle.

Algumas dessas classificações são legalmente requeridas e as categorias previamente definidas. Uma dessas classificações é:

- A funcional;
- B institucional;
- C programática;
- D quanto à coercitividade;
- E quanto ao impacto patrimonial.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

A classificação da despesa em categorias econômicas apresenta desdobramento em grupos de natureza de despesa e elemento de despesa, com o objetivo de agregar itens com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Assim, despesas relacionadas com contribuições e subvenções são classificadas no grupo de natureza de despesa:

- A aplicações diretas;
- B investimentos;
- C inversões financeiras;
- D outras despesas correntes;
- E transferências a instituições.

LETRA D

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

As classificações legais da despesa pública foram criadas com o objetivo de gerar informações que subsidiem a adequada aplicação e o controle dos recursos públicos.

Analise as descrições a seguir com as classificações legais da despesa pública.

- (1) Estrutura Programática
- (2) Institucional

- (3) Por função
- (4) Por natureza

- ( ) As ações são classificadas em atividades, projetos ou operações especiais.
- ( ) A despesa é classificada em categorias econômicas.
- ( ) Evidencia a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA.
- ( ) É complementada pela informação gerencial denominada modalidade de aplicação.
- ( ) Identifica em que área de ação governamental a despesa será realizada.
- ( ) Reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos.

A sequência que apresenta a associação correta é:

- A 1-4-1-4-3-2;
- B 1-3-2-3-4-2;
- C 3-1-4-2-1-3;
- D 4-1-3-2-1-3;
- E 4-4-1-1-2-3.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Uma das classificações da despesa orçamentária refere-se ao impacto na situação líquida patrimonial. Por meio dessa classificação, a despesa que representa um fato contábil modificativo pode ser exemplificada por:

- A investimentos;
- B inversões financeiras;
- C transferências de capital;
- D amortização de empréstimos;
- E aquisição de materiais para estoque.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Uma categoria da classificação funcional da despesa é a subfunção, que agrega determinado subconjunto de despesas e identifica a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na Portaria MOG nº 42/1999. Considere os dados do Quadro II, extraídos do RREO de um ente da federação, relativos à Função Urbanismo, expressos em milhares de reais.

Função Urbanismo	Valores
Administração de concessões	660,00
Administração geral	205.256,00
Comunicação social	469,00
Difusão cultural	1.502,00
Habitação urbana	24.077,00
Infraestrutura urbana	3.008.997,00
Normatização e fiscalização	108,00
Ordenamento territorial	105,00
Outros encargos especiais	23.025,00
Promoção comercial	3.067,00
Recuperação de áreas degradadas	251.973,00
Refinanciamento da dívida interna	9.175,00
Serviços urbanos	1.688.934,00
Tecnologia da informação	147,00
Transportes coletivos urbanos	100.789,00

O montante de despesas cujas subfunções são propriamente associadas à Função Urbanismo é:

- A 4.798.720,00;
- B 4.822.797,00;
- C 4.823.010,00;
- D 5.050.906,00;
- E 5.074.770,00.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

A despesa orçamentária apresenta classificações específicas para gerar informações acerca da alocação dos recursos públicos. A classificação da despesa orçamentária que está estruturada em dois níveis hierárquicos é a:

- A funcional;
- B institucional;
- C por fonte;
- D por natureza;
- E programática.

LETRA B

#### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Contador**

A despesa pública para fins de apresentação da proposta orçamentária, execução e prestação de contas apresenta uma série de classificações, legalmente definidas. Tais classificações propiciam a análise da receita sob várias perspectivas. A classificação da despesa em que as ações podem ser analisadas como atividades, projetos ou operações especiais é a classificação:

- A funcional;
- B institucional;
- C por elemento;
- D por fonte de recursos;
- E programática.

LETRA E

**FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria – Contador**

"Área de ação governamental em que a despesa será realizada' e 'Responsabilização pela execução de uma despesa' são itens respectivamente associados às seguintes classificações da despesa orçamentária:

- A por elemento e funcional;
- B funcional e institucional;
- C funcional e programática;
- D por natureza e programática;
- E programática e institucional.

LETRA B

**FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

Uma das classificações da despesa pública prevista em lei é a classificação funcional, que corresponde ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Essa classificação está detalhada na Portaria MOG nº 42/1999, que define as funções e subfunções. Acerca dessa classificação, analise as afirmativas a seguir:

- I - A execução da despesa por função e subfunção deve ser divulgada bimestralmente pelo Poder Executivo como anexo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
- II - A subfunção agrega um determinado subconjunto de despesas e identifica a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.
- III - As subfunções devem ser combinadas apenas com as funções às quais estão relacionadas na Portaria MOG nº 42/1999.

É correto somente o que se afirma em:

- A I;
- B II;
- C III;
- D I e II;
- E II e III.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

O Orçamento Público no Brasil é definido anualmente pela Lei Orçamentária Anual, que visa atender aos objetivos e metas descritos no Plano Plurianual. Para tanto, deve seguir as orientações apresentadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), onde se encontram

descritos os Grupos de Natureza de Despesa (GND), que agregam elementos de despesa de mesmas características. O GND no qual estão agregadas despesas relativas à execução de obras, à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e, ao aumento do capital do Estado sem caráter comercial ou financeiro é:

- A GND 1: Pessoal e Encargos Sociais;
- B GND 2: Juros e Encargos da Dívida;
- C GND 3: Outras Despesas Correntes;
- D GND 4: Investimentos;
- E GND 5: Inversões Financeiras.

LETRA D

## 4. CRÉDITOS ADICIONAIS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

75 Durante um exercício financeiro em um ente municipal, foi detectada a necessidade de reforçar dotações que se mostraram insuficientes e também abrir novos créditos para fazer frente a despesas não previstas, conforme descrito a seguir.

Descrição	Data da abertura	Valor	Fonte de recursos
Crédito suplementar 1	28/mai	R\$ 5.000,00	Superávit financeiro
Crédito suplementar 2	20/nov	R\$ 13.000,00	Excesso de arrecadação
Crédito especial 1	05/mai	R\$ 7.000,00	Anulação parcial de dotações
Crédito especial 2	23/jul	R\$ 23.000,00	Operações de crédito
Crédito especial 3	02/set	R\$ 15.000,00	Reserva de contingência

A partir desses dados e das disposições normativas sobre créditos adicionais, a dotação inicial prevista na LOA foi acrescida em:

- (A) R\$ 18.000,00;
- (B) R\$ 41.000,00;
- (C) R\$ 45.000,00;
- (D) R\$ 56.000,00;
- (E) R\$ 63.000,00.

LETRA B

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno

75

Mesmo que um orçamento seja elaborado com muita diligência a partir de informações atualizadas e fidedignas, é comum a necessidade de se realizarem alterações qualitativas e quantitativas no orçamento ao longo do período de execução. Diante da necessidade de abrir um crédito adicional especial em um dado momento do exercício financeiro, deve-se observar que:

- (A) a programação de despesa a ser reforçada não deverá ser alterada;
- (B) há um limite de abertura de tais créditos na lei orçamentária;
- (C) pode ser coberto com recursos resultantes da anulação parcial de créditos adicionais;
- (D) sua execução não poderá se estender para além do exercício corrente;
- (E) tais créditos não poderão ser abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

LETRA C

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

32

No dia 05 de setembro de um dado exercício financeiro, a partir de prévia autorização na LOA, o chefe do Poder Executivo de um ente público solicitou a abertura de créditos adicionais suplementares para cobrir despesas de manutenção urbana classificadas na função 15 - Urbanismo, no montante de R\$ 9 milhões. Como fonte de recursos foi indicada a anulação de dotações no mesmo montante, sendo R\$ 5 milhões de programações na mesma classificação funcional do crédito pretendido e o restante era destinado a programações na função 16 - Habitação.

À luz das disposições legais sobre a abertura de créditos adicionais, deve-se considerar que:

- (A) este procedimento não pode ser realizado no último quadrimestre do exercício;
- (B) o ato deve ser questionado pelo tribunal de contas pela ausência de audiência pública prévia;
- (C) o crédito adicional aberto deve priorizar como fonte de recursos aqueles alocados na reserva de contingência;
- (D) o crédito adicional aberto não pode ser reaberto no exercício seguinte, caso reste saldo a empenhar;
- (E) o ente não pode promover a anulação de dotação em função de despesa diversa da do crédito adicional pretendido.

LETRA D

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**50**

Suponha que determinado governante, após verificar a insuficiência de dotação prevista na lei orçamentária para a contratação de novos servidores, decida pela abertura de créditos adicionais.

O governante deve propor a abertura de crédito suplementar que deve ser autorizado por

- (A) lei, apresentar fonte de recursos e ter vigência restrita ao exercício da autorização.
- (B) lei, apresentar fonte de recursos, e ter vigência até o fim do exercício seguinte da autorização, caso tenha sido autorizada nos últimos 4 meses do ano.
- (C) lei, independentemente de fonte de recursos, e ter vigência até o fim do exercício seguinte da autorização, caso tenha sido autorizada nos últimos 4 meses do ano.
- (D) decreto, apresentar fonte de recursos, e ter vigência restrita ao exercício da autorização.
- (E) decreto, independentemente de fonte de recursos, e ter vigência restrita ao exercício da autorização.

LETRA A

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**45**

Os créditos adicionais representam autorizações para despesas que não foram fixadas na Lei Orçamentária Anual ou que foram insuficientemente dotadas, servindo como um mecanismo de correção do orçamento público.

Considerando os diferentes tipos de créditos adicionais, analise as assertivas a seguir:

- I. Podem ser reabertos no exercício seguinte caso sejam autorizados nos últimos 4 meses.

- II. Devem ser autorizados apenas para despesas sem dotação específica.
- III. Dependem da existência de recursos disponíveis, como, por exemplo, economia de despesa.

Constitui(em) referência(s) ao crédito especial

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**38**

Lei estadual de iniciativa do governador do Estado criou a nova Secretaria Estadual de Combate a Calamidades Públicas. Contudo, não havia ainda dotação na lei orçamentária anual (LOA) para atender às novas despesas necessárias ao funcionamento do novo órgão estadual ainda dentro daquele ano, sem necessidade de se aguardar a elaboração da LOA do ano seguinte. Diante desse cenário, foi necessária a autorização da abertura de créditos por lei para cumprimento dessa finalidade, com devida indicação dos recursos correspondentes. À luz da Lei nº 4.320/1964, tais créditos cuja abertura foi autorizada classificam-se como:

- (A) ordinários;
- (B) especiais;
- (C) suplementares;
- (D) extraordinários;
- (E) por antecipação de receita.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**61**

Durante a execução orçamentária é comum a necessidade de alterações na programação de despesa inicialmente autorizada, seja por falhas de planejamento, seja por novas demandas. Tais alterações são previstas legalmente e estão sujeitas a regras e restrições. Se um ente deseja abrir um crédito adicional para uma despesa sem dotação específica no orçamento do exercício, um requisito é a:

- (A) apuração de superávit financeiro no exercício anterior;
- (B) autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) indicação de fonte de recursos disponíveis;
- (D) existência de margem no limite definido na Lei Orçamentária Anual;
- (E) ocorrência de situação de calamidade pública que justifique a despesa.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**35**

Ao tratar da abertura de créditos adicionais ao orçamento, a Lei nº 4.320/1964 aborda as opções de fontes de recursos para cobertura da despesa. Uma dessas fontes é o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Ao fazer a apuração do superávit financeiro utilizável para abertura de créditos adicionais, um analista deve considerar a dedução do saldo:

- (A) das compensações financeiras;
- (B) do excesso de arrecadação;
- (C) das dotações orçamentárias anuladas;
- (D) dos créditos adicionais transferidos;
- (E) dos créditos extraordinários abertos no exercício.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**58**

Em um ente público estadual, um crédito adicional especial foi aberto no dia 26/06/20x3 no valor de R\$ 150.000,00 para fazer face a uma programação de despesa não incluída no orçamento do exercício corrente. Em 31/12/20x3 foi apurado que 70% do valor autorizado foi empenhado, sendo metade desse montante liquidado e pago.

Considerando a legislação aplicável a essa situação, no encerramento do exercício, a entidade:

- (A) deverá anular R\$ 45.000,00 do valor autorizado para o crédito;
- (B) deverá anular R\$ 52.500,00 do valor autorizado para o crédito;
- (C) não poderá incorporar o valor não empenhado do crédito especial ao orçamento do exercício subsequente;
- (D) poderá inscrever como restos a pagar o valor total de R\$ 97.500,00;
- (E) poderá reabrir o crédito especial no exercício financeiro subsequente no valor limite de R\$ 45.000,00.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**64**

Alterações na programação de despesas autorizadas no orçamento são comuns ao longo do exercício financeiro e devem ser feitas, conforme o caso, por meio de instrumentos adequados, entre eles, os créditos adicionais. Porém, um dos limitadores para a abertura de créditos adicionais no orçamento é a disponibilidade de recursos.

Uma das fontes de recursos utilizáveis para esta finalidade é o excesso de arrecadação, que deve ser:

- (A) aplicado somente na cobertura de despesas geradas por meio de créditos adicionais especiais;
- (B) apurado líquido da importância dos créditos extraordinários abertos no exercício;
- (C) apurado somente ao final do primeiro quadrimestre do exercício financeiro;
- (D) conjugado com os saldos dos créditos adicionais transferidos e operações de crédito a eles vinculadas;
- (E) integrado aos valores decorrentes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**82**

Cinco professores de universidade federal situada no Estado de São Paulo foram nomeados, em setembro de 2021, para assumir elevados cargos de direção em outra universidade federal, situada no Estado de Minas Gerais. Em razão da necessidade de terem que passar a residir em Minas Gerais, faziam jus, como servidores federais, ao auxílio-moradia. Contudo, não havia previsão dos gastos para atender a essa nova categoria de programação (pagamento de tais auxílios) na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União. Por isso, foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei, em outubro do mesmo ano, prevendo autorização para fazer frente a tais gastos.

Diante desse cenário, tal autorização por lei deverá ser para abertura de crédito adicional

- (A) especial, permitida sua reabertura no exercício financeiro seguinte.
- (B) especial, vedada sua reabertura no exercício financeiro seguinte.
- (C) suplementar, permitida sua reabertura no exercício financeiro seguinte.
- (D) suplementar, vedada sua reabertura no exercício financeiro seguinte.
- (E) extraordinário, vedada sua reabertura no exercício financeiro seguinte.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**47**

Representam autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento, cuja abertura depende de indicação prévia da fonte de recursos, os créditos

- (A) ordinários, apenas.
- (B) adicionais extraordinários, apenas.
- (C) ordinários e especiais, apenas.
- (D) adicionais suplementares e especiais, apenas.
- (E) adicionais suplementares e extraordinários, apenas.

LETRA D

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**69**

Durante o exercício financeiro é comum o surgimento da necessidade de autorizar novas despesas ou suplementar despesas insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Como regra geral, os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, mas há casos em que pode haver prorrogação.

Configura condição suficiente para prorrogar a vigência de um crédito adicional que se tenha:

- (A) abertura nos últimos quatro meses do exercício e saldo a empenhar, no caso de créditos especiais;
- (B) previsão na LDO e persistência da situação emergencial, no caso dos créditos extraordinários;
- (C) previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e saldo a empenhar, no caso dos créditos especiais;

- (D) saldo a empenhar e persistência da situação emergencial, no caso dos créditos extraordinários;
- (E) saldo a empenhar nos últimos quatro meses do exercício, no caso dos créditos suplementares.

LETRA A

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**69**

Considere o trecho a seguir, referente a um decreto hipotético publicado pelo governador do Estado de XYZ:

“Decreto Estadual nº 413, de 19 de abril de 20x0

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no âmbito do Poder Executivo do Estado de XYZ, conforme especificado.

O Governador do Estado de XYZ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 determina:

Art. 1º Fica inserido no Orçamento Geral do Estado de XYZ, para o exercício financeiro de 20x0, crédito adicional especial no valor de R\$ 387.500,00, conforme especificado a seguir:

Entidade	01	Governo do Estado
Órgão	13	Secretaria de Assistência Social
Unidade	01	Assistência Social
Projeto/Atividade	1.181	Construção de unidade de atendimento socioeducativo

Dotação	Elemento	Especificação	Valor (R\$)
596	4.4.90.51	Obras e instalações	295.000,00
376	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	92.500,00

Art. 2º Este Decreto acresce o valor da despesa criada na programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto nº 085/20x0.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Com base nas informações apresentadas e nas normas relativas a créditos adicionais, o tribunal de contas questionou a legalidade do referido decreto de abertura de crédito adicional pelo fato de:

- (A) exceder o limite definido para abertura de créditos adicionais na LOA;
- (B) não apresentar classificação econômica da despesa;
- (C) não detalhar a estrutura programática da ação;
- (D) não indicar fonte de recursos para abertura do crédito;
- (E) não indicar priorização da ação feita na LDO.

LETRA D

**73**

Determinado ente público abriu um crédito adicional extraordinário em decorrência de uma situação emergencial, que demandou ação governamental e não havia previsão no orçamento do exercício corrente. Posteriormente, foi verificado que o valor da dotação do crédito aberto foi insuficiente para atender a situação emergencial, que ainda persistia.

Nesse caso, o reforço da dotação deve se dar por meio da:

- (A) abertura de um crédito adicional especial;
- (B) abertura de um crédito adicional suplementar;
- (C) abertura de um novo crédito adicional extraordinário;
- (D) alocação de recursos da reserva de contingência;
- (E) realização de uma transposição de recursos.

LETRA C

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**95**

Apesar dos esforços que têm aperfeiçoado o processo de planejamento orçamentário na administração pública brasileira, há previsão da realização de alterações orçamentárias ao longo do exercício financeiro. Tais alterações são limitadas, entre outros fatores, por imposições legais e restrições de recursos.

Um desafio para o controle externo analisar o montante e o impacto da abertura de créditos adicionais no orçamento é a:

- (A) falta de controle da edição de medidas provisórias com abertura de créditos extraordinários;
- (B) impossibilidade de alterar um atributo de um crédito orçamentário, tal como modalidade de aplicação;
- (C) ocorrência de reabertura de créditos adicionais do exercício anterior no orçamento vigente;
- (D) possibilidade de alterações orçamentárias não incluídas no limite de créditos suplementares;
- (E) recorrência de situações emergenciais que flexibilizam as regras de alterações orçamentárias.

LETRA D

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**56**

A abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) no orçamento tem regras específicas, conforme o tipo de despesa para a qual se deseja autorização.

No caso de necessidade de abertura de um crédito especial, uma regra a ser observada é que:

- (A) não pode ser aberto nos últimos quatro meses do exercício;
- (B) deve ser destinado a despesas sem dotação orçamentária específica;
- (C) não há possibilidade de prorrogação da sua vigência para o exercício seguinte ao da abertura;
- (D) deve ser custeado com recursos oriundos de anulação de dotações;
- (E) necessita de autorização prévia na lei orçamentária anual para a sua abertura.

LETRA B

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**48**

Considere as informações do Quadro IV a seguir, com valores expressos em milhares de reais, apuradas ao final do primeiro quadrimestre do exercício de 20x2, relativos a um determinado ente público.

Quadro IV

Descrição	Valor
Créditos adicionais transferidos para 20x2	2.760,00
Créditos extraordinários abertos em 20x2	960,00
Operações de crédito vinculadas aos créditos transferidos	1.000,00
Recursos de anulação parcial de dotações do orçamento de 20x2	630,00
Recursos de excesso de arrecadação em 20x2	750,00
Saldo do Ativo Financeiro 20x1	9.670,00
Saldo do Ativo Permanente 20x1	21.350,00
Saldo do Passivo Financeiro 20x1	3.840,00
Saldo do Passivo Permanente 20x1	8.190,00

Após a apuração dessas informações, o contador do ente foi solicitado a informar o valor do superávit financeiro utilizável como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. O contador indicou, corretamente, o valor de:

- (A) 3.110,00;
- (B) 4.070,00;
- (C) 4.490,00;
- (D) 4.820,00;
- (E) 5.830,00.

LETRA B

**FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**37**

Há casos em que a abertura de créditos adicionais ao orçamento, durante o exercício financeiro, precisa de indicação de fonte de recursos. A Lei nº 4.320/1964 elenca as possíveis fontes de recursos que podem ser utilizadas e como devem ser apuradas.

Na apuração do superávit financeiro líquido deve(m) ser deduzido(s), se houver:

- (A) o saldo do passivo financeiro;
- (B) os créditos adicionais transferidos;
- (C) os restos a pagar não processados;
- (D) os créditos extraordinários abertos no exercício;
- (E) a estimativa de queda de arrecadação no exercício.

LETRA B

## FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo

36

Os créditos adicionais são alterações de despesa no orçamento ao longo de um exercício, que se efetivam pelo aumento nas dotações existentes ou pela criação de novas despesas. A utilização desse recurso precisa seguir uma série de regras, inclusive no que tange à vigência. A vigência de um crédito adicional pode ser estendida para o exercício seguinte ao que foi aberto quando se tratar de crédito:

- (A) especial, aberto no último quadrimestre do exercício, no limite do saldo não empenhado;
- (B) extraordinário ou suplementar, aberto no último quadrimestre do exercício, com saldo não empenhado;
- (C) extraordinário, aberto em qualquer data do exercício, com saldo não empenhado;
- (D) suplementar ou especial, no limite do saldo não empenhado;
- (E) suplementar, com saldo não empenhado.

LETRA A

## FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental

39 Considere as informações a seguir relativas aos sete primeiros meses de execução orçamentária de um ente da federação no exercício de 2020.

Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	R\$ 1.180
Créditos adicionais transferidos do exercício anterior, com R\$ 1.200 de operações de crédito vinculadas	R\$ 2.600
Dotações orçamentárias anuladas	R\$ 1.370
Créditos adicionais especiais abertos no exercício	R\$ 1.500
Receitas arrecadadas além do previsto	R\$ 3.650
Tendência de queda na arrecadação até o final do exercício	R\$ 1.000

Considere ainda o quadro a seguir com informações extraídas do balanço patrimonial do exercício de 2019.

Ativo Financeiro	R\$ 9.200	Passivo Financeiro	R\$ 1.800,00
Ativo Permanente	R\$ 13.305	Passivo Permanente	R\$ 13.015,00

Se o gestor do ente necessitar abrir créditos adicionais suplementares, o valor disponível representa:

- (A) R\$ 6.140;
- (B) R\$ 7.340;
- (C) R\$ 7.640;
- (D) R\$ 8.840;
- (E) R\$ 13.620.

LETRA D

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**18**

Os créditos adicionais abertos para atender despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica:

- (A) dispensam aprovação legislativa prévia;
- (B) dispensam a classificação da despesa aplicada aos créditos orçamentários iniciais;
- (C) independem de indicação de fonte de recursos para a sua abertura;
- (D) podem ser autorizados na lei orçamentária anual;
- (E) têm vigência até o final do exercício em que foram abertos.

LETRA E

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são créditos adicionais.

Sobre os créditos adicionais, assinale a afirmativa correta.

A Os suplementares são destinados a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica.

B Os especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas.

C Os extraordinários são destinados ao reforço da dotação orçamentária.

D Sua abertura indicará a importância, a espécie e a classificação da despesa, quando possível.

E A vigência dos créditos adicionais independe do exercício financeiro em que são abertos.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

A secretaria de planejamento de um ente público solicitou informações da secretaria de finanças para verificar a disponibilidade de recursos para abertura de créditos adicionais especiais durante a execução orçamentária. Foram fornecidas as seguintes informações:

Descrição	Valor
Ativo financeiro	70.225.100,00
Passivo financeiro	28.544.765,00
Créditos especiais reabertos	13.465.080,00
Créditos extraordinários abertos no exercício	6.572.190,00
Excesso de arrecadação registrado até o mês	9.125.400,00
Reserva de contingência	5.000.000,00
Dotações passíveis de anulação	3.761.270,00

O montante do superávit financeiro utilizável para fins de abertura de créditos adicionais representa:

A 21.643.065,00;

B 28.215.255,00;  
C 30.768.465,00;  
D 39.529.735,00;  
E 41.680.335,00.

LETRA B

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

Durante o exercício financeiro, verificou-se que, em um ente público, a dotação para serviços de manutenção de equipamentos de informática foi dimensionada a menor. Em decorrência disso, foi solicitada a abertura de um crédito adicional.

Esse crédito adicional:

- A conserva a sua especificidade e não é incorporado ao orçamento;
- B deve ser coberto apenas com recursos de superávit financeiro;
- C pode ser reaberto no exercício seguinte, no caso de execução incompleta;
- D pode ser aberto dentro dos limites autorizados na LOA;
- E não pode gerar inscrição em restos a pagar.

LETRA D

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Em relação aos créditos adicionais do processo orçamentário, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária.
- ( ) O crédito suplementar é um tipo de crédito adicional destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- ( ) O crédito especial é um crédito adicional destinado a despesas urgentes e imprevistas, como uma guerra ou uma calamidade pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- A V, F e V.
- B V, F e F.
- C F, V e V.
- D F, F e V.
- E F, F e F.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Auditor**

Quando da abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, em decorrência da necessidade de indicação de fonte de recursos, uma das fontes possíveis é o excesso de arrecadação. Na apuração do excesso possível de utilização, deve-se:

- A adicionar as dotações orçamentárias anuladas;
- B adicionar o produto de operações de crédito autorizadas;
- C excluir as operações de crédito vinculadas;
- D excluir os créditos adicionais transferidos para o exercício;
- E excluir os créditos adicionais extraordinários abertos no exercício.

LETRA E

**FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria - Processual**

Os créditos destinados ao reforço de dotação orçamentária são:

- A tributários;
- B suplementares;
- C especiais;
- D extraordinários;
- E extemporâneos.

LETRA B

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ – Contador**

Durante a execução orçamentária de um ente municipal, foram publicados decretos relativos à abertura de créditos adicionais referentes a necessidades manifestadas por algumas secretarias municipais. Por questões de obediência aos requisitos de processamento da despesa pública, os créditos abertos não foram integralmente executados no exercício. O único crédito que poderá ser reaberto no exercício seguinte, no limite da dotação a executar, é o crédito adicional:

- A suplementar em favor da Secretaria de Serviços Públicos, aberto em 05/07/2014;
- B extraordinário em favor da Secretaria de Ação Social, aberto em 30/07/2014;
- C especial em favor da Secretaria de Cultura, aberto em 25/08/2014;
- D especial em favor da Secretaria de Obras, aberto em 20/09/2014;
- E suplementar em favor da Secretaria de Educação, aberto em 15/11/2014.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-RO - Administrador**

Texto I:

O orçamento do Município de Brevidade para o exercício de 2x12 foi estimado em R\$ 198.000.000.

Durante o exercício de 2x12, a arrecadação mensal estava superando, em média, 2,5% do previsto, de forma que no mês de agosto havia um excesso de arrecadação acumulado de R\$ 3.300.000.

O balanço patrimonial do exercício de 20x11 apresentou um superávit financeiro de R\$ 950.000.

Os dados da execução orçamentária ainda revelam que houve abertura de créditos adicionais extraordinários, no montante de R\$ 780.000 e reabertura de créditos adicionais especiais do exercício anterior, no total de R\$ 425.000.

Foi apurado ainda, no mês de agosto que havia despesas fixadas passíveis de anulação, totalizando R\$ 390.000.

Além de uma dotação genérica (reserva de contingência) de R\$ 10.000,00, passível de destinação para abertura de créditos adicionais.

Os recursos totais disponíveis para abertura de créditos adicionais no Município de Brevidade no mês de agosto de 2x12, a partir das informações do Texto I, somam:

A 14.660.000;

B 14.640.000;

C 14.215.000;

D 13.435.000;

E 13.010.000.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TJ-RO - Administrador**

Texto I:

O orçamento do Município de Brevidade para o exercício de 2x12 foi estimado em R\$ 198.000.000.

Durante o exercício de 2x12, a arrecadação mensal estava superando, em média, 2,5% do previsto, de forma que no mês de agosto havia um excesso de arrecadação acumulado de R\$ 3.300.000.

O balanço patrimonial do exercício de 20x11 apresentou um superávit financeiro de R\$ 950.000.

Os dados da execução orçamentária ainda revelam que houve abertura de créditos adicionais extraordinários, no montante de R\$ 780.000 e reabertura de créditos adicionais especiais do exercício anterior, no total de R\$ 425.000.

Foi apurado ainda, no mês de agosto que havia despesas fixadas passíveis de anulação, totalizando R\$ 390.000.

Além de uma dotação genérica (reserva de contingência) de R\$ 10.000,00, passível de destinação para abertura de créditos adicionais.

No mês de agosto de 2x12, o montante líquido do excesso de arrecadação utilizável para abertura de créditos adicionais representa:

A 2.095.000,00;

B 2.520.000,00;

C 2.875.000,00;

D 3.300.000,00;

E 3.745.000,00.

LETRA B

#### **FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

Texto 1: “O Ministério da Educação (MEC) não tem dinheiro para assinar novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) neste semestre, disse o secretário executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa. Ele informou que o MEC ainda não foi notificado da determinação judicial para reabertura do prazo de inscrições, mas adiantou que a pasta recorrerá da decisão. Segundo Costa, “mesmo que [o prazo para inscrições] seja reaberto, será inútil”. Ele informou que foram reservados R\$ 2,5 bilhões para o FIES, o limite foi atingido e não será possível financiar novos contratos neste semestre.

O FIES oferece cobertura da mensalidade de cursos em instituições privadas de ensino superior a juros de 3,4% ao ano. O estudante começa a quitar o financiamento 18 meses após a conclusão do curso. O programa acumula 1,9 milhão de contratos e abrange mais de 1,6 mil instituições.”

Fonte: Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/mecesta-sem-dinheiro-para-novos-contratos-do-fies>)

Considerando a situação exposta no texto 1, caso o governo optasse por alterar o orçamento para aumentar a dotação orçamentária do FIES, deveria abrir um crédito:

- A suplementar, com indicação prévia de fonte de recursos;
- B suplementar, para execução até o fim do exercício seguinte;
- C especial, com indicação posterior de fonte de recursos;
- D especial, para execução somente no exercício em curso;
- E extraordinário, por tratar-se de assunto de grande relevância social e econômica.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário – Economia**

Em um determinado órgão da administração direta, durante o período de execução orçamentária, constatou-se a necessidade de abertura de um crédito adicional para contratação de serviço, não constante no orçamento, de manutenção do sistema de ar condicionado, após uma pane que danificou o sistema. Esse crédito adicional:

- A dispensa a indicação de fonte de recursos para abertura;
- B estava autorizado na Lei Orçamentária;
- C não poderá ser prorrogado;
- D pode ser aberto por decreto do Poder Executivo;
- E deve ser considerado no cálculo do excesso de arrecadação.

LETRA D

## 5. LEI 4.320/64 –ESTÁGIOS DA DESPESA, RESTOS A PAGAR, DEA e SUPRIMENTO DE FUNDOS

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**79**

Um fornecedor celebrou um contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação pelo período de doze meses com um ente público. No sexto mês do período do contrato, o fornecedor apresentou um relatório de medição junto com uma nota fiscal.

De acordo com os estágios da execução da despesa, ao receber essa documentação, o ente contratante deve:

- (A) ajustar o seu cronograma de desembolso;
- (B) emitir uma ordem de pagamento;
- (C) inscrever o valor em restos a pagar processados;
- (D) proceder à liquidação da despesa;
- (E) processar uma nota de empenho.

LETRA D

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**64**

O orçamento da despesa de um ente público em um dado exercício correspondeu ao montante de R\$ 10 milhões. Até o encerramento do exercício financeiro, 80% da despesa autorizada foi devidamente empenhada. A folha de pagamento do ente ao longo do exercício correspondeu a R\$ 6,5 milhões e foi integralmente liquidada e paga até 31/12.

Sabendo-se que 50% das demais despesas também foram liquidadas e pagas, o valor a ser inscrito em restos a pagar no exercício corresponde a:

- (A) R\$ 500 mil;
- (B) R\$ 750 mil;
- (C) R\$ 1,5 milhão;
- (D) R\$ 2 milhões;
- (E) R\$ 3,5 milhões.

LETRA B

**72**

Embora haja uma definição legal de que o exercício financeiro coincida com o calendário civil, um mecanismo previsto no ciclo de execução orçamentária refere-se à inscrição de despesas em restos a pagar para o exercício seguinte.

Um requisito para que uma despesa seja inscrita em restos a pagar é que:

- (A) tenha sido empenhada no exercício de referência;
- (B) não se refira a créditos adicionais extraordinários;
- (C) o material tenha sido entregue ou o serviço prestado;
- (D) seja enquadrada como despesa de exercícios anteriores;

(E) não decorra de emendas parlamentares ao orçamento.

LETRA A

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis**

**41**

A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

Nesse sentido, o empenho global é o tipo de empenho usado para as despesas

(A) de valor incerto, que deverão ser pagas conforme a prestação.

(B) contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.

(C) de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deve ocorrer de uma só vez.

(D) cujo montante não se pode determinar previamente e que deverão ser pagas em uma parcela.

(E) de valor previamente conhecido, cujo pagamento é iniciado apenas após o término da realização.

LETRA B

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**79**

Uma entidade do setor público registrou em sua contabilidade os seguintes fatos, referentes ao exercício de X0:

Recebimento de receitas tributárias: R\$500.000

Empenho de despesa: R\$450.000

Liquidação de despesa corrente: R\$380.000

Com base apenas nesses fatos, os restos a pagar não processados são de:

(A) Zero.

(B) R\$50.000.

(C) R\$70.000.

(D) R\$380.000.

(E) R\$450.000.

LETRA C

**80**

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, em casos excepcionais, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Assinale a opção que indica um caso em que pode haver pagamento de despesas por meio de suprimento de fundos.

(A) Despesas eventuais e que exijam pronto pagamento, como viagens.

(B) Pagamentos de auxílios não enquadrados como salários, como alimentação e transporte.

- (C) Despesas relacionadas a serviços essenciais, como saúde.
- (D) Pagamentos relacionados à reembolsos por compras já efetuadas pelo servidor.
- (E) Despesas relacionadas a grandes montantes, que ultrapassam os limites pré-estabelecidos.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**64**

Uma operação comum nos entes públicos no decorrer do exercício financeiro é o suprimento de fundos, que consiste em um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Tal adiantamento deve observar algumas regras para a sua efetivação e uma das suas características é que:

- (A) sua concessão enseja registro apenas em contas de controle;
- (B) deve ser processado como despesa extraorçamentária;
- (C) um servidor pode responder por até dois adiantamentos;
- (D) sua liquidação se dá com a prestação de contas por parte do suprido;
- (E) gera o lançamento de uma variação patrimonial diminutiva quando da sua concessão.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**45**

Em dezembro de 20x1, a Prefeitura de Beta do Norte apresentava a seguinte situação orçamentária:

Receita/Despesa	R\$
Receitas arrecadadas - tributárias	50.000,00
Receitas arrecadadas - patrimoniais	95.000,00
Receitas arrecadadas - serviços	3.000,00
Receitas arrecadadas - transferências correntes	90.000,00
Empenho - despesas correntes	128.000,00
Empenho - despesas de capital	65.000,00
Liquidação - despesas correntes	123.000,00
Liquidação - despesas de capital	42.000,00
Pagamento - despesas correntes	95.000,00
Pagamento - despesas de capital	35.000,00

Foi avaliado pelos órgãos gestores que os serviços contratados foram prestados e os materiais entregues até 31/12/20x1 e apurado que a realização de concessões de serviços públicos ocorrida no exercício possibilitou que a Prefeitura apresentasse ao final do exercício uma suficiência de caixa superior aos saldos orçamentários.

Com base no exposto:

- (A) o valor total que a Prefeitura poderá inscrever em Restos a Pagar Não Processados é de R\$ 40.000,00;
- (B) o valor total que a Prefeitura poderá inscrever em Restos a Pagar é de R\$ 38.000,00;

- (C) deverá ser inscrito o valor de R\$ 5.000,00 em Restos a Pagar Não Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 7.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas de capital;
- (D) deverá ser inscrito o valor de R\$ 5.000,00 em Restos a Pagar Não Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 33.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas correntes;
- (E) deverá ser inscrito o valor de R\$ 28.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 33.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas de capital.

LETRA C

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**56**

No dia 04/11/20x1, a Subsecretaria de Contabilidade de um ente público municipal recebeu de uma empresa documentação relativa à cobrança de um serviço prestado no ano anterior por ordem do prefeito do Município. O orçamento do exercício de 20x0 consignava crédito para o tipo de serviço discriminado na documentação, mas não foi localizado o registro do empenho relativo à prestação desse serviço.

Considerando a legislação aplicável a essas situações, a Subsecretaria de Contabilidade deverá:

- (A) adotar procedimentos para registro de restos a pagar não processados;
- (B) registrar a cobrança pelo serviço prestado como passivo contingente;
- (C) registrar a cobrança pelo serviço prestado em conta de controle, por sua natureza de ato potencial;
- (D) solicitar a abertura de um crédito adicional especial no orçamento corrente para cobrir essa despesa;
- (E) tratar a cobrança pelo serviço prestado como despesa de exercícios anteriores.

LETRA E

**57**

Durante a execução orçamentária do exercício de 20x2, em uma determinada Prefeitura, uma despesa classificada no Grupo de Natureza da Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes, autorizada no orçamento do exercício em curso, que estava em fase de execução, foi anulada. Conforme as disposições da Lei nº 4.320/1964, o valor relativo à despesa anulada deverá ser:

- (A) computado como receita do orçamento;
- (B) considerado na apuração do resultado primário;
- (C) destinado à abertura de créditos extraordinários;
- (D) revertido à respectiva dotação;
- (E) vinculado a despesas de caráter discricionário.

LETRA D

#### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Contabilidade**

**70**

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

**Não** serão objeto de bloqueio os restos a pagar não processados relativos às despesas do Ministério

- (A) da Saúde.
- (B) da Economia.
- (C) da Educação.
- (D) de Relações Exteriores.
- (E) do Desenvolvimento Social.

LETRA A

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**46**

Segundo a Lei nº 4.320/1964, considerando-se a coincidência entre o exercício financeiro e o ano civil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) As receitas pertencem ao exercício financeiro em que forem arrecadadas.
- ( ) As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício serão registradas no exercício em que forem efetivamente liquidadas e pagas.
- ( ) O atendimento de despesas de exercícios anteriores, uma vez reconhecidas, não depende de previsão de crédito específico na lei orçamentária ou de créditos adicionais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

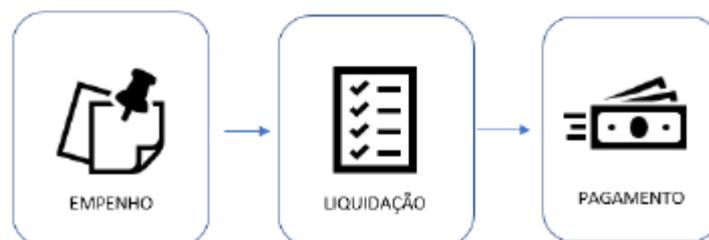
- (A) V, V e F.
- (B) V, F e V.
- (C) F, V e F.
- (D) F, F e V.
- (E) V, F e F.

LETRA E

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**44**

A figura ilustra os estágios da despesa pública.



Sobre esses estágios, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Os estágios da despesa pública são independentes e devem ser concluídos de acordo com os compromissos estabelecidos em cada fase.

- ( ) Salvo em casos especiais, previstos em legislação específica, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- ( ) O pagamento é o estágio que constitui obrigação efetiva e determina o valor exato a pagar e o beneficiário do crédito.
- ( ) Somente após a liquidação pode o ordenador de despesa autorizar o empenho e a correspondente liquidação.
- ( ) O pagamento de uma despesa devidamente empenhada pode ser realizado após a etapa de liquidação.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, F, F, V e V.  
(B) V, V, F, V e F.  
(C) F, V, F, F e V.  
(D) F, V, V, F e V.  
(E) F, F, V, V e V.

ANULADA

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**33**

Assinale a opção que indica os estágios de execução da despesa orçamentária.

- (A) Fixação, empenho e liquidação.  
(B) Fixação, empenho e pagamento.  
(C) Fixação, liquidação e pagamento.  
(D) Empenho, liquidação e pagamento.  
(E) Empenho, pagamento e avaliação.

LETRA D

**34**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o *suprimento de fundos* pode ser utilizado

- (A) para atender a despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.  
(B) para atender a despesas administrativas de conhecimento público.  
(C) na compra de ativos imobilizados a serem utilizados por setores essenciais.  
(D) no fracionamento de despesas que, pelo elevado montante, não puderam ser atendidas em uma parcela.  
(E) na compra de itens necessários para a continuidade de serviços.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**56**

Em relação aos estágios da despesa pública, o empenho, a liquidação e o pagamento fazem parte do estágio de

- (A) planejamento.
- (B) execução.
- (C) apropriação.
- (D) lançamento.
- (E) reconhecimento.

LETRA B

**FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**58**

Após o devido processo licitatório, uma entidade assinou um contrato com uma empresa prestadora de serviço, detalhando diretrizes e condições para a prestação do serviço pelo período de um ano, conforme previsto no edital.

Por se tratar de uma despesa contratual, de acordo com as disposições normativas, quanto ao empenho de tal despesa:

- (A) deverá ser do tipo ordinário;
- (B) é facultada a especificação do nome do credor na nota de empenho;
- (C) poderá ser reforçado por meio de um crédito especial;
- (D) poderá ter seu saldo alocado em despesa da mesma natureza no exercício seguinte;
- (E) recomenda-se que o número da nota de empenho conste no contrato.

LETRA E

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa**

**27**

O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Ao analisar processos relativos à concessão de suprimentos de fundos, um agente de controle deve estar atento para o seguinte equívoco:

- (A) adiantamentos são aplicáveis à despesa que deva ser feita em caráter sigiloso;
- (B) não se pode efetuar adiantamento a servidor responsável por dois adiantamentos;
- (C) restituições totais ou parciais de adiantamentos concedidos podem ter natureza de receita orçamentária;
- (D) tais adiantamentos constituem despesa orçamentária;
- (E) tais adiantamentos representam uma variação patrimonial diminutiva.

LETRA E

**FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**36** Considere os estágios da despesa orçamentária e suas características e faça as associações pertinentes.

(1) Fixação	( ) reserva de dotação orçamentária para um fim específico
(2) Empenho	( ) tem por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito
(3) Liquidação	( ) deve ocorrer após a regular liquidação da despesa
(4) Pagamento	( ) autorização dada pelo Poder Legislativo por meio da aprovação da LOA
	( ) pode se dar de forma estimativa

A sequência correta é:

- (A) 1 – 4 – 2 – 2 – 3;
- (B) 1 – 3 – 4 – 1 – 2;
- (C) 1 – 4 – 3 – 1 – 2;
- (D) 2 – 3 – 4 – 1 – 2;
- (E) 2 – 4 – 4 – 2 – 1.

LETRA D

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**36**

A despesa pública é processada em estágios legalmente definidos que permitem um acompanhamento minucioso do processo orçamentário.

O primeiro estágio da despesa pública conhecido como fixação:

- (A) é concluído com o processo de descentralizações interna e externa de créditos orçamentários;
- (B) é de competência exclusiva do Poder Executivo, a partir das demandas apresentadas pelas unidades orçamentárias;
- (C) não pode ser afetado por eventuais aberturas de créditos adicionais no decorrer da vigência do orçamento;
- (D) consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico, sendo limitado pelo volume de recursos disponíveis;
- (E) compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, considerando os recursos disponíveis e as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**19**

Suponha que o orçamento de um ente para um dado exercício financeiro foi aprovado no montante de R\$ 50 milhões. Durante a execução orçamentária, houve 5% de frustração na

arrecadação, 90% dos créditos iniciais foram empenhados, não foram abertos créditos adicionais, foram liquidadas despesas no montante de R\$ 38 milhões e os pagamentos atingiram R\$ 35 milhões.

Considerando apenas as informações fornecidas, o valor das despesas empenhadas cujo direito do credor ainda NÃO foi verificado representa:

- (A) R\$ 2,5 milhões;
- (B) R\$ 3 milhões;
- (C) R\$ 5 milhões;
- (D) R\$ 7 milhões;
- (E) R\$ 10 milhões.

LETRA D

#### **FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

Assinale a opção que indica a existência de restos a pagar processados nas demonstrações de uma entidade pública.

- A A despesa foi empenhada e cancelada.
- B A despesa foi liquidada, mas não paga.
- C A despesa foi paga, mas não realizada
- D A despesa foi orçada, mas não empenhada.
- E A despesa foi empenhada, mas não liquidada.

LETRA B

#### **FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista Contábil**

Assinale a opção que indica o estágio da despesa pública em que o órgão competente, após exame da documentação, torna, em princípio, líquido e certo o direito do credor contra a Fazenda Pública.

- A Fixação.
- B Empenho.
- C Autorização.
- D Liquidação.
- E Pagamento.

LETRA D

#### **FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Custos**

Assinale a opção que indica o estágio da despesa orçamentária que cria, para o Estado, a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- A Fixação.
- B Empenho.
- C Liquidação.
- D Pagamento.
- E Reconhecimento.

LETRA B

**FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Técnico-Administrativa**

Ao iniciar o exercício financeiro, o orçamento de um ente era de R\$ 15 milhões, conforme dados do quadro a seguir, em milhares de reais.

	Dotação Inicial	Créditos Adicionais
Despesas Correntes	11.000,00	800,00
Despesas de Capital	4.000,00	500,00

Sabe-se que 10% da dotação atualizada para despesa de capital foi contingenciada no início do segundo semestre. Ao final do exercício financeiro, apurou-se que 90% das despesas correntes e a dotação disponível de despesas de capital foram empenhadas; além disso, 90% dos empenhos foram liquidados e 15% desses ficou pendente de pagamento.

Considerando as informações fornecidas, o valor total, em milhares de reais, das despesas a serem inscritas em restos a pagar não processados corresponde a:

- A 1.390,00;
- B 1.467,00;
- C 1.512,00;
- D 1.980,45;
- E 3.447,45.

LETRA B

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

Os estágios da despesa pública são empenho, liquidação e pagamento.  
Em relação a esses estágios, assinale a afirmativa correta.

- A A despesa, cujo montante não se pode determinar, não poderá ser empenhada.
- B O empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento é proibido.
- C A liquidação da despesa representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente.
- D O pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- E O pagamento da despesa será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação.

LETRA E

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

O prefeito do município Beta cancelou o “restos a pagar” relativo à prestação de serviços feita à administração municipal anterior, despesa autorizada no último quadrimestre do mandato do chefe do Executivo.

O fornecedor de serviços se insurge em face dessa decisão e o prefeito afirma que adotou a medida porque a despesa em apreço estava sem previsão de desembolso, não havendo

suficiência de dotação na rubrica “despesas de exercícios anteriores”, além de ter sido o ex-prefeito, de partido da oposição, a autorizá-la.

Sabe-se que houve a contratação, a prestação do serviço e o empenho, porém não houve a dotação orçamentária.

Assim, o Prefeito agiu de forma

A correta, já que, sem dotação orçamentária, não haveria recursos para fazer frente à despesa.  
B incorreta, sendo incabível o cancelamento de “restos a pagar”, salvo quando constatado irregular cumprimento das obrigações pelo contratado.

C correta, pois, além de não haver dotação orçamentária específica, a despesa fora autorizada pelo ex-prefeito.

D incorreta, uma vez que as dívidas da antiga gestão são automaticamente absorvidas pela nova.

E correta, porque o ex-prefeito pertencia a outra agremiação política.

LETRA B

#### **FGV - 2018 - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos**

Considerando o processo de execução das despesas orçamentárias, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

A Ordem de empenho / Fixação da Despesa na LOA / Liquidação / Ordem de Pagamento.

B Dotação Orçamentária / Liquidação / Ordem de empenho / Pagamento.

C Verificação da execução do serviço ou entrega do bem / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento.

D Fixação da despesa na LOA / Empenho / Liquidação; Ordem de Pagamento / Pagamento.

E Apuração sobre a obrigação de pagamento / Liquidação / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento / Pagamento.

LETRA D

#### **FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno – Controladoria**

A Câmara Municipal realizou procedimento licitatório para contratação de serviço de informática. Homologado o resultado do certame, efetivou o empenho da despesa relativa antes de celebrado o contrato. Neste caso, o procedimento adotado

A está equivocado, pois o empenho só deve ser realizado após firmado o contrato.

B está correto, porque, havendo procedimento licitatório concluído, já se conhece o valor e a quem pagar.

C está correto, porque a efetivação de um contrato não é indispensável para o empenho da despesa.

D está equivocado, porque o empenho só poderá ocorrer concomitantemente com a contratação.

E está correto, pois o empenho poderá ser alterado até a emissão da nota respectiva.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**

Ao final de um dado mês, um fornecedor de serviços entregou em uma Câmara Municipal uma nota fiscal de prestação de serviços de manutenção e o fiscal do contrato atestou que o serviço fora devidamente prestado, conforme previsto no edital de licitação e no contrato. A nota fiscal foi anexada ao processo de execução da despesa.

O estágio da despesa a ser cumprido a partir da situação descrita é:

- A adjudicação;
- B empenho;
- C lançamento;
- D liquidação;
- E licenciamento.

LETRA D

**FGV - 2017 - SEPOG - RO - Analista de Planejamento e Finanças**

Assinale a opção que apresenta as características de restos a pagar processados.

- A São as despesas que não foram empenhadas no exercício.
- B São as despesas que foram empenhadas no exercício, mas não foram liquidadas e nem pagas.
- C São as despesas que foram empenhadas e liquidadas no exercício, mas não foram pagas.
- D São as despesas que foram empenhadas, liquidadas e pagas no exercício.
- E São as despesas que foram empenhadas e realizadas no exercício, mas não foram liquidadas.

LETRA C

**FGV - 2017 - MPE-BA - Assistente Técnico – Administrativo**

No encerramento do exercício financeiro, as despesas que estão pendentes apenas do último estágio de execução devem ser tratadas como:

- A créditos a serem reabertos no próximo exercício;
- B despesas de exercícios anteriores;
- C despesas canceladas por insuficiência financeira;
- D restos a pagar com prescrição interrompida;
- E restos a pagar processados.

LETRA E

**FGV - 2017 - MPE-BA - Assistente Técnico – Administrativo**

A equipe responsável pela elaboração das informações e demonstrações contábeis de uma entidade pública foi requisitada pelo gestor acerca das despesas do último bimestre, cujos implementos de condição para pagamento já foram cumpridos.

O relatório requisitado pode ser gerado a partir das despesas:

- A empenhadas;
- B liquidadas;

- C lançadas;
- D licitadas;
- E suplementadas.

LETRA B

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

Após vencer uma licitação para prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática (computadores e empresas), uma empresa apresentou à entidade pública uma nota fiscal dos serviços prestados nos primeiros dois meses de contrato.

Após confirmação do fiscal do contrato, o documento foi enviado ao setor de processamento de despesa para conferência, etapa associada ao estágio do(a):

- A adjudicação;
- B empenho;
- C lançamento;
- D liquidação;
- E pagamento.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

O Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é o instrumento de pagamento de despesas pelos órgãos e entidades da administração pública federal, emitido em nome da unidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada. A partir das regras definidas no Decreto nº 5.355/2005 para utilização do CPGF, analise as seguintes afirmativas:

- I. O CPGF é de uso exclusivo dos órgãos e entidades da administração pública federal integrantes do orçamento fiscal.
- II. A utilização do CPGF para pagamento de despesas poderá ocorrer na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos.
- III. Cabe ao ordenador de despesa definir o limite de utilização e o valor para cada portador de CPGF.
- IV. Em casos expressamente autorizados, pode haver acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do CPGF.

Está correto somente o que se afirma em:

- A I e II;
- B I e III;
- C II e III;
- D III e IV;
- E II, III e IV.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-RO – Administrador**

Texto I:

O orçamento do Município de Brevidade para o exercício de 2x12 foi estimado em R\$ 198.000.000.

Durante o exercício de 2x12, a arrecadação mensal estava superando, em média, 2,5% do previsto, de forma que no mês de agosto havia um excesso de arrecadação acumulado de R\$ 3.300.000.

O balanço patrimonial do exercício de 20x11 apresentou um superávit financeiro de R\$ 950.000.

Os dados da execução orçamentária ainda revelam que houve abertura de créditos adicionais extraordinários, no montante de R\$ 780.000 e reabertura de créditos adicionais especiais do exercício anterior, no total de R\$ 425.000.

Foi apurado ainda, no mês de agosto que havia despesas fixadas passíveis de anulação, totalizando R\$ 390.000.

Além de uma dotação genérica (reserva de contingência) de R\$ 10.000,00, passível de destinação para abertura de créditos adicionais.

Conforme orientações da legislação aplicável, a despesa pública é executada em estágios, devidamente registrados pelos sistemas de contabilidade, para fins de controle e prestação de contas da execução orçamentária. Acerca do primeiro estágio de execução da despesa orçamentária, é correto afirmar que:

A cria para o Estado obrigação inequívoca de pagamento;

B em casos previstos em lei, é permitido sem que haja disponibilidade de crédito;

C está relacionado com procedimentos que verificam se a despesa está em condições de ser paga;

D para seu registro, é necessário identificar o valor exato da despesa a que se refere;

E refere-se ao comprometimento de crédito orçamentário para execução de uma despesa.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Texto I: No orçamento de um ente da federação, a previsão total de receitas para um exercício foi de R\$ 240 milhões. As receitas lançadas totalizaram R\$ 220,5 milhões. Foram arrecadados R\$ 215 milhões e recolhidos R\$ 213,5 milhões no período. Quanto às despesas, 95% do valor fixado foi empenhado, R\$ 205 milhões foram liquidados, R\$ 200 milhões foram pagos e R\$ 28 milhões foram inscritos em restos a pagar.

A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a despesa executada (em milhões de reais) foi de:

A 28;

B 200;

C 205;

D 228;

E 240.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário – Economia**

Um servidor de um órgão da administração direta é responsável por despesas em regime de adiantamento. De acordo com as normas aplicáveis ao regime de adiantamento, esse servidor:

- A poderá ser responsável por mais dois adiantamentos;
- B não deve ter o cargo de guarda e utilização dos materiais que adquirir, salvo se for o único da repartição;
- C não poderá ser declarado em alcance se prestar contas do adiantamento no prazo;
- D poderá aplicar os recursos em qualquer despesa permitida em lei para o regime de adiantamento;
- E não poderá aplicar os recursos em despesas com ajuda de custo.

LETRA B

**FGV - 2014 - Câmara Municipal do Recife-PE - Consultor Legislativo - Área de Administração Pública, Tributação, Orçamento, Finanças e Desenvolvimento Econômico**

O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor com o objetivo de realizar despesa, que não possa subordinar-se ao processo normal de execução orçamentária. Como se trata de um regime de exceção, NÃO pode ser aplicado a despesas:

- A com diárias e transportes;
- B com indenizações e restituições;
- C de caráter secreto e reservado;
- D de pequeno valor;
- E extraordinárias e urgentes.

LETRA B

**FGV - 2014 - PROCEMPA - Analista Administrativo – Contador**

De acordo com o Decreto nº 93.872/86 o suprimento de fundos poderá ser concedido a um servidor para o seguinte caso de despesa:

- A de valor inferior ao limite da licitação por convite, inclusive em viagens e, com serviços comuns, que exijam pronto pagamento em cheque.
- B que deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.
- C de pequeno vulto, que exijam licitação na modalidade de tomada de preços para que possam ser realizadas.
- D com contratação de serviços que devam ser processados em regime de urgência.
- E com compras que devam suprir necessidades de gabinete de ministro, inclusive viagens.

LETRA B

**FGV - 2014 - SEFAZ- MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova 2**

Em relação à conta Restos a Pagar, assinale a afirmativa correta.

- A Deve ser contabilizada no Balanço Financeiro, como receita orçamentária.
- B Os lançamentos não processados incluem despesas que foram realizadas e houve a emissão da nota de liquidação.

C Os lançamentos processados incluem despesas que não foram realizadas até 31 de dezembro.

D Os lançamentos processados incluem despesas que foram realizadas, mas cuja nota de liquidação não foi emitida até 31 de dezembro.

E A inscrição de Restos a Pagar deve observar as disponibilidades financeiras.

LETRA E

**FGV - 2013 - SUDENE-PE – Contador**

Analise a tabela a seguir e responda à questão.

RECEITAS	Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Tributos	10	8	7	7
Dividendos	5		4	4
Alienação de bens	5		3	3
DESPESAS	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal ativo	7	6	6	6
Serviços contratados	5	5	4	3
Aquisição de bens	8	7	6	5

Os valores a serem inscritos em Dívida Ativa e em Restos a Pagar Processados são, respectivamente,

A 1 e 2.

B 1 e 4.

C 2 e 2.

D 2 e 4.

E 3 e 2.

LETRA A

**FGV - 2013 - AL-MT – Administrador**

As despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava créditos próprios, com saldo suficiente para atendê-los, mas que não tenham sido processados, em época própria, tendo o credor cumprido a sua obrigação é uma ocorrência a ser paga, desde que autorizado pelo ordenador de despesa, na dotação de

A restos a pagar processados.

B restos a pagar não processados.

C adiantamento.

D despesas de exercícios anteriores.

E dívida consolidada.

LETRA D

**FGV - 2013 - AL-MT – Administrador**

Correlacione as colunas a seguir.

1. Empenho ordinário
2. Empenho global
3. Empenho estimativo
4. Liquidação
5. Pagamento

( ) fato em que a Administração Pública reconhece o recebimento do material adquirido ou serviço prestado.

( ) ato orçamentário para despesas com pagamento parcelado.

( ) ato orçamentário destinado a aquisições de valores não conhecidos previamente, como os gastos com energia elétrica.

( ) fato de extinção da obrigação com fornecedor de bens ou serviços para a administração pública.

( ) tipo de aquisição para valor conhecido e pagamento único.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- A 1 – 3 – 2 – 4 – 5
- B 2 – 1 – 4 – 3 – 5
- C 3 – 4 – 2 – 5 – 1
- D 5 – 3 – 1 – 2 – 4
- E 4 – 2 – 3 – 5 – 1

LETRA E

**FGV - 2012 - Senado Federal - Analista Legislativo – Administração**

No tocante à despesa pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O empenho tem duas etapas: a autorização, que consiste na verificação no orçamento da existência de crédito orçamentário suficiente para a realização daquela despesa; e a formalização, caracterizada a partir da elaboração da Nota de Empenho (NE), que possui os dados referentes à compra ou à contratação.

II. O empenho (registro da despesa) pode ser de três tipos: ordinário, estimativo e global.

III. O empenho estimativo é aplicável quando o valor é conhecido, mas o pagamento se dará de maneira parcelada. É comum nos casos de entrega parcelada de bens, situação em que o pagamento é feito obedecendo-se à proporção entre o montante pactuado e o volume entregue, e no caso de obras, quando, da mesma forma, o pagamento se dá em função do andamento da obra.

Assinale

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente a afirmativa II estiver correta.
- C se somente a afirmativa III estiver correta.
- D se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E se as afirmativas I e III estiverem corretas.

LETRA D

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

Assinale a afirmativa INCORRETA.

A Os restos a pagar são dívidas que serão pagas fora do exercício financeiro em que ocorreram. Uma vez que o fato gerador da despesa é o empenho, ocorrido este estágio, deverá a despesa ser regularmente liquidada e paga, ou, caso isso não aconteça, cancelada. Acontece que nem sempre é possível haver o pagamento no exercício do empenho, em virtude de fatores, como não adimplemento da obrigação por parte dos fornecedores, atrasando a liquidação (estágio prévio e condição obrigatória para pagamento), atraso nos repasses, excesso de processos em tramitação no Departamento de Contabilidade etc. Assim, a dívida será transferida para o próximo ano.

B A Lei 4.320/1964 elencou dois tipos de Restos a Pagar: os chamados processados e os não processados. Os primeiros compreendem as despesas que, além de empenhadas, já foram liquidadas, restando, portanto, apenas o pagamento. Já os Restos a Pagar não processados evidenciarão as despesas pendentes de liquidação.

C O programa de trabalho finalístico compreende pesquisas, estudos e levantamentos que subsidiarão decisões de políticas públicas. Contempla gastos que direcionarão as ações do governo, corroborando para sua melhor aplicação das receitas públicas.

D As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que (1) não se tenham processado na época própria, bem como (2) os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os (3) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

E Os programas de trabalho – PTs discriminam o conjunto de ações necessárias à realização dos objetivos do Estado, que podem abranger a construção de determinado imóvel, a compra de bens, a remuneração dos servidores, o pagamento de contas de luz, de água, de telefone etc.

LETRA C

**FGV - 2010 - FIOCRUZ - Tecnologista em Saúde - Engenharia Civil**

O tipo de empenho que visa à realização de despesas cujo valor ou montante não seja previamente determinado ou identificado, é denominado:

A consensual.

B estimativo.

C fracionado.

D global.

E ordinário.

LETRA B



## 6. FORMAS E DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA ECONOMIA. FUNÇÕES DO ORÇAMENTO

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**39**

As ações empreendidas pela administração pública muitas vezes são justificadas pelo exercício da função estabilizadora, sendo que algumas delas podem ser revistas em processos de reforma do Estado. Por exemplo, uma empresa pública pode atuar em processo produtivo caracterizado por retornos crescentes de escala, cuja necessidade de investimento de capital é elevada, como mineração ou saneamento básico.

A partir do momento em que as condições de investimento e competitividade passem a ser compensatórias à atuação do mercado, a privatização da empresa passa a ser contemplada no processo de reforma do Estado.

A justificativa para privatização, no âmbito da reforma do Estado, conforme descrita no enunciado, deve-se à mudança na falha de mercado conhecida como:

- (A) bem público não rival;
- (B) desemprego e inflação;
- (C) externalidade negativa;
- (D) falha de informação;
- (E) monopólio natural.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Econômicas**

**54**

Em relação ao Estado e às funções econômicas governamentais, o governo exerce a função estabilizadora quando:

- (A) estimula uma economia em recessão adotando políticas fiscais contracíclicas;
- (B) regulamenta a prestação de serviços caracterizados como monopólio natural;
- (C) privatiza empresas públicas, mantida a fiscalização em poder do setor público;
- (D) intervém diretamente na produção de bens e serviços de coleta e distribuição de água e esgoto;
- (E) institui alíquotas progressivas de imposto sobre a renda para financiar a construção de hospitais em regiões carentes.

LETRA A

**58**

Diversos trabalhos empíricos destacam a trajetória crescente dos gastos públicos em vários países. Dentre as inúmeras explicações para esse fenômeno, as abordagens não institucionais relacionam os mecanismos de crescimento da economia e do desenvolvimento da sociedade à necessidade da maior presença do Estado.

Dentro desse contexto, de acordo com a lei de Wagner:

- (A) os gastos públicos crescem com o aumento da renda e a elasticidade-renda dos gastos do governo é maior do que a unidade;
- (B) os gastos públicos crescem de forma descontínua financiados pela carga tolerável de tributação (efeito inspeção);
- (C) os gastos públicos são determinados pelo eleitor mediano e são crescentes devido à concentração de renda e ao fortalecimento da democracia;
- (D) o crescimento dos gastos públicos é explicado pelos mecanismos próprios do processo político de tomada de decisões, não necessariamente refletindo a demanda social;
- (E) a demanda por bens públicos é inelástica e, como o setor governamental é intensivo no fator trabalho, os preços relativos dos bens e serviços públicos crescem ao longo do tempo.

LETRA A

### 60

A participação do Estado na economia e a consequente justificativa para a existência da despesa pública pode ser atribuída à existência de falhas de mercado.

Nesse sentido, é correto afirmar que, dentre os diferentes tipos de falhas de mercado:

- (A) o governo pode responsabilizar-se diretamente pela produção de um serviço referente a um setor caracterizado pelo monopólio natural;
- (B) o princípio da exclusão no consumo de bens públicos torna a solução de mercado ineficiente, exigindo a participação governamental direta na sua produção;
- (C) a presença de assimetria de informações e de mercados incompletos não é considerada falha de mercado, sendo ineficaz a intervenção governamental;
- (D) a existência de externalidades positivas justifica a intervenção do Estado por meio da imposição de multas ou impostos como forma de desestímulo à sua produção;
- (E) a produção de bens públicos puros requer o caráter meritório como justificativa à intervenção governamental ao ofertar o excesso de demanda não suprido pelo setor privado.

LETRA A

### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

### 61

Em relação ao tema de falhas de mercado e produção de bens públicos, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A solução de mercado tende a ser ineficiente na provisão de bens públicos devido ao caráter não-excludente desses bens, visto que não há definição de direito de propriedade sobre esse grupo de bens.
- ( ) A existência de caronas como beneficiários de um bem público exige que o governo seja o responsável pela sua provisão e financiamento, por meio da cobrança de impostos.
- ( ) Um bem público, por ser indivisível, pode ser tanto tangível como não tangível.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.

- (C) V, F e V.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e F.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**22**

O ativo imobilizado compreende itens tangíveis mantidos para o uso na produção e o fornecimento de bens ou serviços para fins administrativos, abrangendo os denominados bens de uso especial.

*Os bens de uso especial* compreendem os bens

- (A) de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público, como praças e estradas.
- (B) pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas e lojas.
- (C) imóveis em andamento, ainda não concluídos, como obras em andamento, estudos, projetos e benfeitoria em propriedade de terceiros.
- (D) que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, como materiais culturais, educacionais e de comunicação.
- (E) destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, aeroportos, hospitais e hotéis.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**42**

Assinale a opção que apresenta características dos *bens públicos*.

- (A) São artificialmente escassos, em que o consumo de um agente não reduz a disponibilidade para os demais agentes.
- (B) Abrangem recursos comuns, como os rios limpos, que podem ser usufruídos por qualquer indivíduo.
- (C) São não excludentes, como as ruas públicas, que apesar de atingir contágio elevado, não há, em geral, proibição de circulação de pessoas ou veículos.
- (D) Incluem os bens de clube, em que após o pagamento de determinada taxa, todos se beneficiam das opções de lazer.
- (E) Não há impedimento de consumo e nem redução de disponibilidade para qualquer agente, como, por exemplo, o *show* de fogos de artifício.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**39**

A aplicação de políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o controle da inflação, melhorar o nível de emprego e promover o crescimento econômico, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal ou outras medidas capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada, é denominada função

- (A) social.
- (B) alocativa.
- (C) igualitária.
- (D) distributiva.
- (E) estabilizadora.

LETRA E

**40**

Assinale a opção que indica um objetivo direto da função distributiva do Governo.

- (A) Combate de desequilíbrios sociais e regionais.
- (B) Correção dos efeitos negativos de externalidades.
- (C) Correção de imperfeições no sistema de mercado.
- (D) Oferecimento de bens e serviços públicos eficientes.
- (E) Criação de condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores.

LETRA A

**52**

A política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir as suas funções.

O fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, de modo a compensar as falhas de mercado, corresponde à função

- (A) alocativa.
- (B) igualitária.
- (C) estabilizadora.
- (D) redistributiva.
- (E) conservadora.

LETRA A

**FGV/Prefeitura de Manaus 2022 – Cargo: ES-Administrador Geral**

**58**

Analise o trecho a seguir, retirado do sítio de internet da CNN:

“A PEC Emergencial cria cortes temporários de custos fixos –como redução de salário de servidores e congelamento de concursos públicos –, chamados de ‘gatilhos’. Eles seriam acionados sempre que as despesas começarem a ficar maior que as receitas. Como é o caso de 2021, todos os cortes começariam a ser feitos já neste ano, tão logo a PEC fosse aprovada”.

A notícia apresentada trata de uma proposta que foi discutida pelo governo para evitar desequilíbrios orçamentários. Evidencia-se, nesse caso um exemplo da função

- (A) distributiva.
- (B) participativa.
- (C) estabilizadora.
- (D) regulatória.
- (E) alocativa.

LETRA C

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**93**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) é considerada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como imune ao pagamento de impostos mesmo quanto às atividades em que atua em regime de livre concorrência. A razão dada pelo STF é a de que a EBCT oferta o serviço público de entrega de correspondência em localidades distantes a preço módico, serviço que não seria oferecido adequadamente (a não ser por alto custo) pelo sistema de mercado. Assim, as atividades mais rentáveis da EBCT estariam também imunes para auxiliar no custeio das operações de entrega de correspondência em locais pouco habitados e de difícil acesso. À luz das nomenclaturas cunhadas na teoria das funções de Governo, o fenômeno descrito no enunciado expressa a função:

- (A) distribucionista do Estado;
- (B) estabilizadora do Estado;
- (C) alocativa do Estado;
- (D) progressiva do Estado;
- (E) referencial do Estado.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**77**

Uma das funções do Estado na execução da política regulatória é mitigar as denominadas falhas de mercado em que a intervenção governamental na economia busca o atingimento do nível de alocação socialmente ótimo.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) o meio ambiente sustentável é considerado um recurso comum, não rival e não exclusivo, e, devido à existência do problema do *holdout*, o governo falha em garantir seu uso racional;
- (B) a existência de um monopólio natural no setor de infraestrutura é uma falha de mercado e exige que o governo implemente uma política regulatória para que as tarifas ofertadas sejam iguais ao custo marginal da firma;
- (C) as externalidades não são falhas de mercado, pois há um benefício externo à sociedade advindo da decisão dos agentes, sendo eventualmente necessária a intervenção governamental via imposição de quotas de produção;
- (D) um governo probo e eficiente pode ser visto como um bem público puro apesar de ser possível excluir algum cidadão do benefício de um bom governo, de forma que a legislação que permite o controle social evitaria o problema do carona (*free rider*);
- (E) os bens meritórios, apesar de não apresentarem todas as características de bens públicos puros, geram externalidades positivas e sua provisão deve ser estimulada pelo governo via, por exemplo, o estabelecimento de subsídios à produção pelo setor privado.

LETRA E

**78**

Em relação às funções do governo e às políticas econômicas, é correto afirmar que:

- (A) o governo exerce a função alocativa ao implementar atividades que requerem investimentos elevados e com retorno econômico baixo, mas que, no longo prazo, produzem retornos sociais importantes;
- (B) a intervenção direta do setor público na produção de bens e serviços de infraestrutura, ao claramente beneficiar as classes sociais menos favorecidas, atende precipuamente o objetivo da função estabilizadora;
- (C) o financiamento de políticas fiscais contracíclicas via elevação do déficit público, com o intuito de estimular uma economia recessiva na armadilha da liquidez, provoca o efeito *crowding out* total e é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- (D) a votação em um candidato a um cargo público majoritário sinaliza a intenção da população em relação à implementação da política pública desejada. Assim, o candidato vencedor que utiliza como pauta principal a taxação de grandes fortunas revela o desejo da sociedade pela função reguladora;
- (E) a independência do Banco Central do Brasil fortalece a credibilidade da política monetária e torna a gestão da taxa de juros mais eficiente ao combater pressões inflacionárias e estimular o crescimento econômico, cumprindo assim o papel preponderante da função distributiva.

LETRA A

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, com vigência de 1 (um) ano, e compreende três orçamentos: o fiscal, o de investimento de empresas estatais e o da seguridade social, tendo, cada um deles, uma função específica.

Sobre o orçamento fiscal, assinale a opção que indica sua função específica.

- A Distributiva, a qual visa à redução das desigualdades.
- B Alocativa, a qual visa à produção de bens e serviços não providos pelo mercado.
- C Distributiva, a qual visa a garantir o pleno emprego e manter a economia aquecida.
- D Estabilizadora, a qual visa à produção de bens e serviços não providos pelo mercado.
- E Estabilizadora, a qual visa a garantir o pleno emprego e manter a economia aquecida.

LETRA A

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Em relação às funções do governo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A tributação sobre grandes fortunas e heranças pode ter função distributiva ou estabilizadora, a depender de como o governo irá alocar os valores arrecadados.
- II. A expansão do sistema de água e esgoto para áreas desfavorecidas está relacionada à função distributiva.

III. Um programa de estímulo às contratações de jovens por empresas, em contrapartida de abono fiscal, é considerado função estabilizadora.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente a afirmativa II estiver correta.
- C se somente a afirmativa III estiver correta.
- D se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - TJ-RO – Economista**

O ajuste fiscal promovido pelo governo pode ser entendido como uma forma de se restabelecer um dos tripés da macroeconomia brasileira, que é o equilíbrio das contas públicas, com redução dos efeitos nefastos sobre a inflação de uma política fiscal expansionista e desenfreada.

Adicionalmente, o ajuste fiscal pode ter consequências sobre o contingenciamento de verbas para alguns programas sociais, com redução das transferências de renda. Por fim, a redução de transferências para provisão de educação pública pode reduzir as oportunidades para a população. Esses três parágrafos descrevem, respectivamente, exemplos, das seguintes funções do governo:

- A alocativa, distributiva e estabilizadora;
- B orçamentária, social e educativa;
- C estabilizadora, distributiva e alocativa;
- D fiscal, distributiva e social;
- E orçamentária, alocativa e social.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

Texto 1: “O Ministério da Educação (MEC) não tem dinheiro para assinar novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) neste semestre, disse o secretário executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa. Ele informou que o MEC ainda não foi notificado da determinação judicial para reabertura do prazo de inscrições, mas adiantou que a pasta recorrerá da decisão. Segundo Costa, “mesmo que [o prazo para inscrições] seja reaberto, será inútil”. Ele informou que foram reservados R\$ 2,5 bilhões para o FIES, o limite foi atingido e não será possível financiar novos contratos neste semestre.

O FIES oferece cobertura da mensalidade de cursos em instituições privadas de ensino superior a juros de 3,4% ao ano. O estudante começa a quitar o financiamento 18 meses após a conclusão do curso. O programa acumula 1,9 milhão de contratos e abrange mais de 1,6 mil instituições.”

Fonte: Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/mecesta-sem-dinheiro-para-novos-contratos-do-fies>)

A função econômica do Estado a que se refere o programa mencionado no texto 1 é:

- A alocativa, por tratar de um bem público puro;
- B alocativa, por se referir à provisão de um bem meritório;
- C distributiva, por ser um bem semi-público;
- D distributiva, por promover ajustamentos na distribuição de renda;
- E distributiva, por convergir com o Ideal de Pareto.

LETRA B

**FGV - 2014 - PROCEMPA - Analista Administrativo - Analista Financeiro Contábil**

Analise o fragmento a seguir.

“Um governo, pela sua função \_\_\_\_\_ deve decidir quais serviços públicos devem ser concedidos ao setor privado, o qual explorará de forma mais eficiente provendo um serviço de maior qualidade para a população. Por sua vez, em sua função \_\_\_\_\_, o governo deve garantir a meta inflacionária, de forma a garantir o poder de compra da população, incentivando também neste cenário o maior volume de investimentos. Por fim, programas sociais estão atrelados à sua função \_\_\_\_\_, permitindo a melhora da renda dos mais pobres.”

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- A distributiva – alocativa – estabilizadora.
- B distributiva – estabilizadora – alocativa.
- C estabilizadora – alocativa – distributiva.
- D alocativa – distributiva – estabilizadora.
- E alocativa – estabilizadora – distributiva

LETRA E

**FGV - 2014 - PROCEMPA - Analista Administrativo - Analista Financeiro Contábil**

Suponha um governo que privilegie políticas de melhora do acesso a serviços públicos, em detrimento de políticas que persigam uma meta inflacionária baixa.

Considerando apenas esses dois tipos de política, assinale a afirmativa correta.

- A O governo está dando maior peso à sua função distributiva e menor peso a sua função estabilizadora.
- B O governo está dando maior peso à sua função alocativa e menor peso à sua função distributiva.
- C O governo está dando maior peso à sua função estabilizadora e menor peso à sua função alocativa.
- D O governo está dando maior peso à sua função estabilizadora e menor peso à sua função distributiva.
- E O governo está dando maior peso à sua função alocativa e menor peso à sua função estabilizadora.

LETRA E

**FGV - 2014 - SEFAZ- MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova 2**

A intervenção do Governo sobre o crescimento das despesas privadas e governamentais de consumo ou de investimentos por meio do controle dos gastos públicos, dos créditos e do nível de tributação, relaciona-se à função

- A estabilizadora.
- B distributiva.
- C alocativa.
- D reguladora.
- E monetária

LETRA A

**FGV - 2013 - AL-MT - Técnico Legislativo - Nível Superior**

O papel do Estado de oferecer serviços à população de forma universal e democrática como, por exemplo, a educação pública gratuita, atende à função econômica denominada

- A alocativa.
- B distributiva.
- C constitucional.
- D estabilizadora.
- E fiscal.

LETRA B

## 7. ORÇAMENTO PÚBLICO E SUA EVOLUÇÃO. ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências da Computação**

**23**

As opções a seguir integram a gestão de orçamento público ao planejamento estratégico de uma organização pública de maneira a promover a eficiência e eficácia dos objetivos estratégicos, ao mesmo tempo em que se garante a transparência e a responsabilidade fiscal, **à exceção de uma**. Assinale-a.

(A) Estabelecer políticas de transparência e publicidade das informações orçamentárias e financeiras, incluindo a divulgação regular de relatórios e balanços contábeis, a fim de promover a responsabilidade fiscal e a confiança pública na gestão orçamentária.

(B) Adotar práticas de gestão por resultados, estabelecendo metas claras e mensuráveis para cada projeto e programa, e avaliando o progresso em relação a essas metas para promover a eficiência e eficácia.

(C) Utilizar técnicas de análise de mercado para avaliar projetos e programas propostos, a fim de garantir que os recursos orçamentários sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz para atingir os objetivos estratégicos da organização.

(D) Desenvolver um sistema de contabilidade pública integrado, que permita uma visão holística e integrada da gestão orçamentária e financeira da organização, e que possibilite a tomada de decisões informadas e transparentes.

(E) Promover a participação cidadã na elaboração do orçamento público, através de mecanismos como audiências públicas e consultas online, a fim de garantir que as prioridades orçamentárias reflitam as necessidades e demandas da população.

LETRA C

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Técnico Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**49**

O orçamento público é um instrumento utilizado pelo Estado que, em função de sua essencialidade, é previsto expressamente na CF de 88.

Em relação ao tema, analise as assertivas abaixo:

I. O orçamento programa permite a integração entre o planejamento e o orçamento, fazendo uso de indicadores para avaliar os resultados.

II. O orçamento base-zero tem caráter estático, reproduzindo anualmente, com mudanças incrementais, despesas fixadas em períodos anteriores.

III. O orçamento participativo permite que o povo ganhe novo papel na formulação de políticas públicas federais, eliminando a necessidade do Poder Legislativo.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

LETRA A

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**75**

Em relação ao Orçamento Programa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Integra planejamento e orçamento, tendo clara a definição de seus objetivos.
- (B) Considera a previsão de receita e a autorização da despesa, tendo o gasto como objeto.
- (C) Inclui a participação direta da população na decisão da alocação de recursos orçamentários.
- (D) Tem como ênfase o desempenho financeiro e organizacional, medindo-o através do resultado obtido.
- (E) Classifica todas as despesas como novas, focando na eficiência.

LETRA A

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**43**

A utilização do orçamento-programa, modelo que vigora atualmente no processo orçamentário brasileiro, se diferencia do chamado orçamento tradicional (ou clássico) por

- (A) enfatizar aspectos administrativos da gestão, em vez focar naqueles de caráter contábil.
- (B) visar a aquisição dos meios com base nas necessidades financeiras das unidades, em vez de pautar-se nas análises das alternativas disponíveis.
- (C) assegurar a independência entre o planejamento e o orçamento, em vez de vinculá-los.
- (D) priorizar o controle político e de legalidade em vez do controle sobre a eficácia.
- (E) impor a realização de ajustes incrementais, em vez de exigir análise justificada de cada gasto anualmente.

LETRA A

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**63**

O orçamento público é uma área de estudo que interessa a várias disciplinas, o que garante ao orçamento suas diferentes naturezas: política, econômica, administrativa, jurídica, contábil, financeira. As variadas naturezas encaminham diferentes finalidades para os orçamentos públicos, inclusive evoluções nas finalidades ao longo do tempo.

Com relação à evolução conceitual do orçamento público, analise os itens a seguir.

- I. As normas que disciplinam o orçamento público em cada país resultam de embates sociais e econômicos.
- II. Nem sempre o orçamento público esteve orientado para a administração.
- III. O orçamento público visto como o resultado do processo de avaliação de demandas e de escolha entre alternativas ressalta a sua natureza política.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

LETRA A

**64**

Orçamentos são regularmente elaborados por entes públicos em todos os lugares. O modelo de orçamento incremental pode ser estendido de maneira ampla a outros países a partir da teoria comparativa de processos orçamentários. Há várias diferenças significativas entre os processos orçamentários: tamanho, riqueza, previsibilidade e cultura política. Com base nas variáveis riqueza e previsibilidade, Wildavsky propõe que sejam considerados cinco processos orçamentários, indicados de forma esquemática no quadro a seguir.

		Riqueza	
		Ricos	Pobres
Previsibilidade	Certeza	Orçamento Incremental	Orçamento condicionado pela Receita
	Incerteza	Instabilidade política alternadamente produz Orçamentos Incrementais e Repetitivos	Orçamento Repetitivo
		Certas combinações de cultura política produzem Orçamentos Repetitivos	

Com relação aos cinco processos apontados por Wildavsky, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Quando o processo orçamentário se desenvolve em ambiente que combina riqueza e previsibilidade elaboram-se orçamentos incrementais.
- ( ) Quando o processo orçamentário se desenvolve em países pobres, caracterizados pela falta de recursos e com ambientes e comportamentos imprevisíveis, os orçamentos são condicionados pelas receitas.
- ( ) A incerteza e a instabilidade política retiram as condições necessárias para o processo incremental e os orçamentos tornam-se repetitivos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.  
(B) F, V e V.  
(C) V, F e F.  
(D) V, V e F.  
(E) V, F e V.

LETRA C

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**50**

O conceito de orçamento-programa busca integrar planejamento e orçamento, de forma a explicitar a alocação de recursos públicos (meios) na consecução dos programas governamentais (fins).

Sobre o conceito de orçamento-programa, assinale a opção que indica o melhor exemplo de sua aplicação na programação orçamentária.

- (A) O foco nos programas sem identificar os responsáveis pela sua execução.
- (B) A organização do orçamento em planos de trabalho de forma qualitativa e quantitativa, sejam físicas, sejam financeiras.
- (C) A exclusão dos recursos extraorçamentários da Lei Orçamentária Anual.
- (D) A ênfase no controle contábil em lugar da avaliação dos resultados.
- (E) A desvinculação com o planejamento plurianual, focando nos recursos disponíveis em cada exercício financeiro.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**41**

Em relação ao Orçamento-Programa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representa o elo entre o orçamento e a sua execução.
- (B) A sua estrutura está voltada para os aspectos financeiros.
- (C) Considera, em sua elaboração, apenas os custos dos programas que não extrapolam o exercício.
- (D) O controle visa a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações governamentais.
- (E) As decisões orçamentárias são tomadas com base nos exercícios anteriores.

LETRA D

**FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**51**

O orçamento pode ser considerado um instrumento básico de ação no contexto da gestão pública. Sua elaboração e execução devem seguir normas que assegurem a aplicação regular dos recursos públicos.

Uma equipe de servidores responsável pela consolidação da proposta orçamentária de um ente público para um dado exercício deve considerar que o orçamento:

- (A) define o custo dos programas e ações públicas;
- (B) deve conservar sua natureza incremental;
- (C) dispensa vinculação com ações de exercícios anteriores;
- (D) possui como alvo a arrecadação de recursos;
- (E) tem base nos órgãos e unidades orçamentárias.

LETRA E

### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**31**

As práticas orçamentárias evoluíram ao longo do tempo, passando de uma concepção tradicional para uma visão moderna de orçamento e fazendo surgir modelos orçamentários com diferentes lógicas.

Uma característica associada à lógica do orçamento-programa é:

- (A) a alocação de recursos visa à aquisição de meios;
- (B) as decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações técnicas;
- (C) as decisões de alocação têm ênfase nas necessidades financeiras das unidades organizacionais;
- (D) os principais critérios classificatórios são por unidade e por elemento de despesa;
- (E) o processo orçamentário é dissociado do processo de planejamento.

LETRA B

### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Administração de Empresas**

A situação deficitária das contas públicas do governo federal fez com que candidatos à presidência nas eleições de 2018 propusessem mudanças drásticas na técnica de elaboração do orçamento utilizada pelo governo. Uma dessas propostas apresentava a necessidade de que os gestores públicos justificassem anualmente de forma detalhada cada gasto público empregado, sem compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Trata-se de técnica conhecida como orçamento:

- A clássico;
- B programa;
- C base-zero;
- D por desempenho;
- E de teto móvel.

LETRA C

### **FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

A edição do Decreto Federal nº 2.829/98, que disciplinou o plano plurianual, tornou o orçamento-programa uma realidade no país.

Sobre o orçamento-programa, assinale a afirmativa correta.

A É elaborado a partir de ajustes incrementais nas receitas e despesas, com base nos orçamentos anteriores.

B Integra o orçamento com o planejamento, quantificando objetivos e fixando metas.

C Contempla a participação direta da população no processo decisório sobre a alocação dos recursos públicos.

D Enfatiza a legalidade das ações do gestor e a aquisição dos meios.

E Evidencia o objeto dos gastos, pautando-se nas necessidades financeiras de cada unidade.

LETRA B

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

O governante de um pequeno país, preocupado com as finanças públicas, decide pesquisar uma nova espécie de orçamento para adotá-la em sua administração. Ele entende que a espécie de orçamento ideal é aquela que justifica anualmente cada uma das despesas, enfatizando as necessidades do momento. Sendo assim, a espécie de orçamento adequada às necessidades desse país é o

A base zero.

B tradicional.

C legislativo.

D autorizativo.

E típico.

LETRA A

**FGV - 2018 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Desde o surgimento das primeiras práticas orçamentárias até a vigência dos atuais instrumentos de planejamento, o processo de orçamentação no setor público passou por várias modificações relacionadas diretamente com o papel do Estado.

Uma das características das práticas modernas de orçamento que marca essa evolução é o(a):

A foco no controle de insumos e produtos;

B ênfase no impacto econômico do gasto público;

C independência dos instrumentos de planejamento;

D reforço no controle contábil das unidades orçamentárias;

E tendência à contenção da despesa pública.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Um dos modelos orçamentários difundidos a partir da aplicação da lógica empresarial no setor público tem como base para elaboração do orçamento atual a não vinculação com os

montantes de despesa ou nível de atividade do exercício anterior. Embora de difícil operacionalização, o modelo propicia reavaliações constantes das alocações de recursos.

Esse modelo orçamentário é denominado orçamento:

- A programa;
- B base-zero;
- C incremental;
- D operacional;
- E com teto móvel.

LETRA B

### **FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

O modelo orçamentário vigente no Brasil é baseado nos conceitos de orçamento-programa, cujos elementos básicos estão apresentados na figura a seguir.



A definição de uma metodologia para medir desempenho de um programa e os elementos necessários à consecução de um produto se referem, respectivamente, a:

- A diretrizes e ações;
- B indicadores e ações.
- C indicadores e insumos;
- D meta e ações;
- E meta e insumos.

LETRA C

### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

O orçamento surgiu no setor público como instrumento de controle. A consolidação da democracia e o crescimento das atribuições do Estado criaram a necessidade de desenvolvimento de modelos orçamentários condizentes com as necessidades da Administração Pública.

Um elemento que caracteriza a concepção moderna de orçamento público é:

- A ausência de integração entre planejamento e orçamento;
- B ênfase na redução dos gastos públicos;
- C influência da lógica empresarial;
- D neutralidade das finanças públicas;
- E papel secundário do aspecto econômico.

LETRA C

### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

Desde o surgimento da prática orçamentária no setor público, muitas concepções e modelos surgiram influenciados pelas necessidades da própria Administração Pública. Considere os modelos orçamentários e as características apresentadas no quadro a seguir:

- ( 1 ) Orçamento Tradicional
  - ( 2 ) Orçamento por Desempenho
  - ( 3 ) Orçamento Base-Zero
  - ( 4 ) Orçamento Programa
  - ( 5 ) Orçamento Participativo
- 
- ( ) Difundido a partir de esforços da ONU e da CEPAL
  - ( ) Ênfase na classificação em unidades administrativas e elementos
  - ( ) Ênfase na tomada de decisões sobre despesas
  - ( ) Legalmente exigido no Brasil
  - ( ) Organicidade dos componentes do planejamento
  - ( ) Reduzida relevância dos aspectos econômicos
  - ( ) Regulamentado por alguns entes federativos brasileiros
  - ( ) Visa instrumentalizar a ação gerencial

A associação correta entre os modelos orçamentários e as características é:

- A 2-3-4-5-1-3-2-1;
- B 2-4-2-5-4-1-5-3;
- C 3-1-4-5-2-5-2-3;
- D 4-1-3-4-4-1-5-2;
- E 4-3-1-2-3-4-5-2.

LETRA D

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Como marco da evolução dos modelos e práticas orçamentárias, o orçamento base-zero (OBZ) surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, no governo Jimmy Carter.

Não obstante suas contribuições para o aperfeiçoamento da moderna concepção de orçamento, o OBZ não é considerado um método de organizar ou apresentar o orçamento público. Uma das razões é que:

- A apresenta resistência por parte da burocracia para sua adoção;
- B não apresenta relação clara entre planejamento e orçamento;
- C o controle de despesas constitui elemento secundário;
- D propõe a alocação de recursos com o objetivo de aquisição de meios;
- E tem foco somente na avaliação e tomada de decisão sobre despesas.

LETRA E

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

O ciclo de gestão do PPA, no “Plano Mais Brasil”, foi concebido com base em um conjunto de dimensões que procuravam superar os modelos racionais-compreensivos de elaboração de políticas públicas.

Em um ciclo que procura aproximar planejamento e gestão, foi excluída a dimensão de:

- A orçamento-programa;
- B agendas prioritárias;
- C iniciativas e ações dos programas;
- D objetivos e metas;
- E políticas complementares territorialmente.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão**

Desde as primeiras tentativas de se elaborar um orçamento no âmbito governamental até os dias atuais, vários modelos de orçamento foram propostos, tendo em vista contribuir para uma melhor destinação dos recursos públicos.

O modelo de orçamento em que as ações de um programa governamental constituem unidades de decisão cujas necessidades de recursos são avaliadas em pacotes de decisão é o orçamento:

- A base zero;
- B gerencial;
- C participativo;
- D por desempenho;
- E por programa

LETRA A

#### **FGV - 2016 - MRE - Oficial de Chancelaria**

O modelo orçamentário vigente para as entidades públicas brasileiras é o denominado Orçamento-Programa.

De acordo com esse modelo:

- A a alocação de recursos visa à aquisição de meios;
- B a elaboração do orçamento tem caráter incremental;
- C as ações governamentais não devem impactar a economia;
- D o controle visa a avaliar a eficiência das ações governamentais;
- E o principal critério de classificação da despesa é por elemento.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista em Economia**

Uma característica do orçamento-programa, que se baseia em uma concepção moderna de orçamento, que o diferencia das práticas orçamentárias tradicionais é o(a):

- A ênfase na função de controle;

B ênfase no aspecto jurídico do orçamento;  
C foco nos insumos;  
D posição secundária do aspecto econômico;  
E vinculação entre orçamento e planejamento.

LETRA E

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Contador**

Sob influência das práticas orçamentárias desenvolvidas nos Estados Unidos a partir do século XX, a concepção moderna do orçamento público tem como objetivo:

A aperfeiçoar sua eficácia como forma de controle político;  
B direcionar seu uso como instrumento de administração;  
C evitar ao máximo a expansão dos gastos públicos;  
D fortalecer a eficácia do caráter jurídico do orçamento;  
E reduzir o impacto dos gastos governamentais na economia.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Auditor**

As práticas orçamentárias nas entidades do setor público começaram a ser influenciadas por uma concepção mais moderna de orçamento a partir do século XX, com o objetivo de contribuir para que o orçamento fosse efetivamente um instrumento de administração. Constitui uma característica da concepção moderna de orçamento:

A aspecto econômico como posição secundária;  
B controle político sobre os atos do Poder Executivo;  
C instrumento demonstrativo de autorizações legislativas;  
D mecanismo da política fiscal do governo;  
E neutralidade das finanças públicas.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ – Contador**

A concepção do orçamento como um elo entre o planejamento e as funções executivas da organização está relacionada ao conceito de orçamento:

A base-zero;  
B participativo;  
C programa;  
D por competência;  
E por desempenho.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-RO – Administrador**

Os conceitos de orçamento tradicional e orçamento moderno não são modelos definidos, mas concepções extremas a partir das quais os modelos e técnicas orçamentárias são elaborados. Uma das características da concepção tradicional do orçamento público é:

- A a alocação de recursos com vistas à aquisição de meios;
- B a existência de associação entre orçamento e planejamento;
- C a preponderância do aspecto econômico, que reflete a intervenção do Estado;
- D a utilização do orçamento como instrumento de administração;
- E o controle com vistas a avaliar a eficiência e eficácia das ações.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

A prática de elaboração de um orçamento para as atividades governamentais tem origem na Inglaterra e apresentou diversas características que marcam sua evolução ao longo do tempo. O método de elaboração de orçamento em que a cada novo exercício deve haver justificativa detalhada dos recursos solicitados é o orçamento:

- A programa;
- B por desempenho;
- C participativo;
- D base zero;
- E operacional.

LETRA D

#### **FGV - 2014 - PROCEMPA - Analista Administrativo - Analista Financeiro Contábil**

Assinale a opção que apresenta uma característica do orçamento de base zero.

- A O fato de toda despesa ser considerada despesa nova, sendo que a cada ano é necessário provar as necessidades de orçamento.
- B A modernidade, estreitamente relacionada ao planejamento, como o maior nível de classificação das ações do governo, integrada ao orçamento com objetivos e metas a serem alcançadas.
- C A ênfase no desempenho organizacional, avaliando os resultados em termos de eficácia do orçamento, sendo um importante instrumento para o gerenciamento da Administração Pública.
- D Um processo orçamentário com apenas uma dimensão do orçamento, ou seja, o objeto de gasto, sendo uma forma de controle do Legislativo sobre o Executivo
- E O fato de ser uma técnica orçamentária em que a alocação de alguns recursos contidos no orçamento público ser decidida com a participação direta da população por meio das organizações da sociedade civil.

LETRA A

#### **FGV - 2013 - INEA-RJ – Administrador**

O orçamento é um instrumento utilizado para previsão de receitas e despesas. Na prática, sem a previsão orçamentária de receitas não há a possibilidade de realização de despesas.

Dadas as suas características, o orçamento é:

- A um elemento jurídico, político e econômico.
- B um elemento fiscal, contábil e econômico.
- C um elemento fiscal, político e financeiro.
- D um elemento fiscal, contábil e financeiro.
- E um elemento jurídico, fiscal e financeiro.

LETRA A

**FGV - 2013 - AL-MT - Técnico Legislativo - Nível Superior**

Quanto às características do orçamento programa, analise as afirmativas a seguir.

- I. As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das possíveis alternativas.
- II. A elaboração do orçamento considera todos os gastos nas ações que fazem o programa, desde que não ultrapassem o exercício anual.
- III. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos de planejamento.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente a afirmativa II estiver correta.
- C se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E se somente as afirmativas II e III estiverem corretas

LETRA D

**FGV - 2013 - INEA-RJ - Técnico Administrativo**

As alternativas a seguir apresentam elementos essenciais do orçamento programa, à exceção de uma. Assinale-a.

- A Os objetivos e os propósitos perseguidos pela instituição.
- B Os programas para concretização dos objetivos.
- C Os custos dos programas para a obtenção dos resultados.
- D As medidas de desempenho para as realizações dos programas
- E As realizações passadas como base dos orçamentos futuros.

LETRA E

**FGV - 2013 - TCE-BA - Agente Público – Reaplicação**

Quanto ao orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- A Visa à efetivação de políticas públicas definidas pelo Estado, em sua dimensão política.
- B Tem a finalidade de alcançar a satisfação social, independente do equilíbrio fiscal.
- C Apresenta apenas os enfoques político e jurídico para sua execução e controle.

D Tem como objetivo o superávit da execução orçamentária para futura abertura de créditos adicionais.

E Apresenta a reserva de contingência para possíveis coberturas com gastos de pessoal e investimentos.

LETRA A

## 8. PPA, LDO e LOA

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

72

Dos três instrumentos de planejamento e orçamento governamental previstos na Constituição da República de 1988, o PPA é o que tem menor regulamentação e detalhamento do seu conteúdo e processo de elaboração.

A despeito dessa reduzida regulamentação, uma exigência consolidada acerca do PPA é a:

- (A) discussão com a sociedade em audiências públicas;
- (B) inclusão dos programas sujeitos à aplicação mínima de recursos;
- (C) integração prévia com as metas fiscais estabelecidas na LDO;
- (D) necessidade de apreciação pelo tribunal de contas;
- (E) vinculação com o programa de governo do gestor em exercício.

LETRA A

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

74

O planejamento é uma atividade importante para possibilitar a execução de políticas públicas bem formuladas que geram benefícios a toda a sociedade. Por isso, a Constituição da República de 1988 prevê instrumentos que formalizam esse processo para todas as esferas governamentais.

O instrumento que estima a receita e fixa a despesa de um ente para um determinado exercício também:

- (A) deve apresentar a despesa fixada por poder e órgãos, que em geral reflete a estrutura administrativa do ente;
- (B) deve instituir fundos para a cobertura de despesas extraordinárias;
- (C) deve vincular a aplicação de receitas de capital em investimentos em atividades finalísticas;
- (D) pode autorizar a concessão de garantias a órgãos e entidades da sua estrutura;
- (E) pode autorizar percentual da despesa fixada para a abertura de créditos adicionais especiais.

LETRA A

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

80

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, dispõe sobre normas que subsidiam a elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes públicos.

Quanto à apresentação da Lei do Orçamento, a Lei nº 4.320/1964 determina que será acompanhada de:

- (A) critérios para elaboração da programação financeira e cronograma de desembolso do exercício;
- (B) quadro demonstrativo da compatibilidade entre as metas fiscais e receitas previstas;

- (C) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo;
- (D) rol de dotações orçamentárias sujeitas à descentralização de créditos;
- (E) rol de responsáveis pela execução do orçamento conforme a estrutura administrativa do ente.

LETRA C

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**82**

Ao elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para um exercício que correspondia ao primeiro ano de mandato, a recém-formada equipe de planejamento de um dado Município precisa atentar para um dispositivo constitucional, o qual dispõe que o referido ente deve:

- (A) adotar, proporcionalmente à sua receita, as metas fiscais definidas no âmbito federal;
- (B) conduzir sua política fiscal de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis;
- (C) definir um percentual limite da sua receita corrente líquida que pode ser comprometido com endividamento;
- (D) observar as diretrizes fiscais estabelecidas pelo respectivo Estado;
- (E) submeter o projeto à apreciação do respectivo tribunal de contas.

LETRA B

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**72**

Os analistas de um tribunal de contas notificaram o prefeito e o chefe do Poder Legislativo de um dado Município quanto ao conteúdo e forma do Plano Plurianual para o período de 2022-2025, que foi aprovado e publicado no Diário Oficial com inconsistências.

Na notificação enviada, os analistas destacaram que as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal deveriam ser apresentados:

- (A) de forma regionalizada;
- (B) de forma integrada ao programa de conversa;
- (C) conforme a classificação por função e subfunção;
- (D) de acordo com a classificação institucional das ações;
- (E) de forma vinculada às respectivas fontes de financiamento.

LETRA A

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**73**

Considere o conteúdo do trecho a seguir.

“Art. 40. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 4.004, de 18 de abril de 2005.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária, as categorias de programação por meio das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim deverão estar

estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações cuja execução ocorra no respectivo exercício.”

Sabendo que o trecho acima foi adaptado e extraído de um instrumento de planejamento de um ente público municipal, a análise do seu conteúdo permite afirmar que se trata do(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Lei Orçamentária Anual;
- (D) Plano Plurianual;
- (E) Política de Gestão de Custos.

LETRA B

#### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**74**

Os instrumentos de planejamento dos entes da administração pública têm seus conteúdos básicos dispostos no texto constitucional, tendo em vista assegurar a consistência do processo em todos os níveis de governo.

Nesse contexto, a Lei que estimar a receita e fixar a despesa para o exercício:

- (A) deverá apresentar termos para estabelecimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- (B) não deverá incluir autorização para contratação de operações de crédito, que cabe à lei específica;
- (C) poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais;
- (D) poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, detalhando investimentos plurianuais e em andamento;
- (E) poderá dispor sobre parâmetros para iniciativa de lei para fixação das remunerações no âmbito do respectivo Poder Legislativo.

LETRA D

#### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**31**

No processo de planejamento da ação pública, os entes precisam definir seus objetivos e metas para um determinado período. Um servidor recém-empossado, que foi designado para a instância de planejamento de um ente público, estava em dúvida sobre onde os objetivos e metas da administração do ente para as despesas relativas aos programas de duração continuada deveriam constar.

Um servidor mais experiente o orientou que deveriam ser inicialmente apresentados no(a):

- (A) plano plurianual;
- (B) anexo de metas fiscais;
- (C) lei orçamentária anual;
- (D) lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) relatório da execução orçamentária.

LETRA A

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**47**

Conforme disposto na Constituição Federal, representa elemento que deve integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias

(A) o Demonstrativo regionalizado de efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(B) a Reserva de contingência, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos que podem afetar negativamente as contas públicas.

(C) a Consignação legislativa de crédito com finalidade imprecisa, dotação ilimitada ou duração superior a um exercício financeiro, desde que não definida no Plano Plurianual.

(D) o Anexo de agregados fiscais e a proporção de recursos para investimentos a serem alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles já em andamento.

(E) a Dotação para a seguridade social, compreendendo as áreas da saúde, previdência social e assistência social, abrangendo, ainda, todas as entidades, órgãos e fundos a ela vinculados.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**41**

O presidente da República enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o ano de 2022. No Legislativo, o projeto começou a tramitar na Comissão Mista permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Enquanto seguiam os trabalhos de exame na CMO, o presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional para propor alteração em uma parte do projeto da LDO.

Diante desse cenário e à luz da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

(A) uma vez encaminhado o projeto de LDO ao Congresso Nacional, o presidente da República não poderá mais enviar mensagem ao Legislativo para propor modificações a esse projeto;

(B) a CMO é composta por deputados, senadores, membros representantes da sociedade civil escolhidos pelo Congresso Nacional, membros da Secretaria do Tesouro Nacional e membros indicados pelo Tribunal de Contas da União;

(C) a emissão de parecer da CMO sobre o projeto de LDO, devidamente votado e aprovado no âmbito dessa Comissão Mista, dispensa a votação posterior pelos demais membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

(D) deve integrar o projeto de LDO, para o exercício de 2022 e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento;

(E) diferentemente do projeto de lei orçamentária anual, em que podem ser propostas emendas parlamentares ao projeto, não se admite a apresentação na CMO de emendas parlamentares ao projeto de LDO.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**42**

Em uma reunião técnica de contextualização com servidores recém-nomeados, os responsáveis técnicos pela área de planejamento e orçamento da Prefeitura de Beta do Norte apresentaram a proposta orçamentária anual para o exercício de 20x3, dando destaque para os seguintes tipos de orçamentos que precisavam constar da citada proposta:

(A) Orçamento Plurianual – referente ao estabelecimento de diretrizes e metas da administração pública para as despesas de custeio e capital; Orçamento de Diretrizes – referente à definição das prioridades e distribuição de recursos entre os órgãos e unidades; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – referente a toda aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência, assistência social e segurança pública;

(B) Orçamento de Diretrizes – referente à definição das prioridades e distribuição de recursos entre os órgãos e unidades; Orçamento de Investimentos – referente à aplicação em investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital com direito a voto;

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social;

(C) Orçamento Plurianual – referente ao estabelecimento de diretrizes e metas da administração pública para as despesas de custeio e capital; Orçamento da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social;

Orçamento Fiscal – referente a toda outra aplicação de recursos; (D) Orçamento de Investimentos – referente à aplicação de recursos em investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado tenha alguma participação acionária; Orçamento da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social; Orçamento Fiscal – referente a toda outra aplicação de recursos;

(E) Orçamento de Investimentos – referente à aplicação de recursos em investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital com direito a voto;

Orçamento da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social; Orçamento Fiscal – referente a toda outra aplicação de recursos, excluindo-se dotações destinadas a seguridade social e a investimentos das estatais.

LETRA E

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

Quando da elaboração da proposta de Plano Plurianual para um dado período, um cuidado que os analistas da área de planejamento do ente público devem considerar é que as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública devem ser estabelecidos:

- (A) conforme o impacto no patrimônio público;
- (B) de forma regionalizada;
- (C) de forma segregada por função de governo;
- (D) em termos de impacto no resultado primário;
- (E) por critério de categoria econômica.

LETRA B

**33**

Os parâmetros que devem ser observados para iniciativa de lei que trata da fixação das remunerações de pessoal no âmbito do Poder Legislativo, incluindo os tribunais de contas, são estabelecidos no(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Decreto do chefe do Poder Legislativo;
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Plano Plurianual.

LETRA C

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**61**

Ao aplicar a classificação da despesa por esfera orçamentária tratada no Manual Técnico de Orçamento (MTO), um ente público estadual deve tratar as ações autorizadas e destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde como despesas:

- (A) de competência comum com outros entes;
- (B) do orçamento da seguridade social;
- (C) do orçamento fiscal;
- (D) obrigatórias de caráter continuado;
- (E) vinculadas a recursos legalmente definidos.

LETRA B

#### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**45**

Considerando o processo de planejamento orçamentário, como assinalado na Constituição Federal de 1988, relacione os instrumentos de planejamento aos respectivos objetivos e/ou características.

1. Plano Plurianual
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias
3. Lei Orçamentária Anual

( ) Entre outros elementos, define as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as diretrizes da política fiscal de forma a assegurar consonância com a trajetória sustentável da dívida pública para cada exercício financeiro.

( ) Estabelece objetivos, diretrizes e metas para as despesas de capital, e outras despesas delas decorrentes, de forma regionalizada, além de estabelecer estes mesmos parâmetros para despesas com programas de duração continuada, as quais devem ter reflexo em cada orçamento anual.

( ) Contém a previsão da receita e fixa a despesa para o exercício financeiro a que se refere, buscando garantir operacionalmente a execução do planejado.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 1, 3 e 2.
- (C) 2, 1 e 3.
- (D) 2, 3 e 1.
- (E) 3, 1 e 2.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**46**

De acordo com a Constituição Federal, a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social.

Em relação a eles, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os três orçamentos têm entre as suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- (B) O Orçamento Fiscal, ao estimar as receitas, deve considerar os efeitos advindos das anistias, remissões, isenções, subsídios e outros benefícios de caráter financeiro, tributário e creditício.
- (C) O Orçamento da Seguridade Social compreende as dotações destinadas a atender às ações das áreas de saúde, educação e de segurança pública da Administração direta, sendo as entidades da Administração indireta vinculadas a outros orçamentos.
- (D) O Orçamento de Investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto compreende as empresas estatais dependentes e independentes.
- (E) Os fundos de incentivos fiscais e as autarquias de fiscalização de profissão integram o Orçamento Fiscal.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**46**

Em relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.
- III. O orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

LETRA E

**47**

Em relação ao Plano Plurianual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do primeiro ano do mandato presidencial.
- (B) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (C) Tem vigência de quatro anos e coincide com o mandato presidencial.
- (D) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (E) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar no último ano do mandato presidencial.

LETRA D

**48**

Assinale a opção que indica o vínculo entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

- (A) A LDO fornece diretrizes para a elaboração da LOA.
- (B) A LOA fornece diretrizes para a elaboração da LDO.
- (C) Ambas são elaboradas pelo Plano Plurianual.
- (D) São elaboradas de forma simultânea, tendo o mesmo prazo de envio.
- (E) Não há vínculo entre elas.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**52**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem lei que autorize a inclusão, ou sem prévia inclusão, no(a)

- (A) Plano Plurianual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei Orçamentária Anual.
- (D) Orçamento Federal.
- (E) Orçamento de Capital.

LETRA A

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**67**

Uma das funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é estabelecer parâmetros para alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a possibilitar a realização das metas e objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA).

O trecho a seguir foi extraído da LDO da União para o exercício de 2020: “As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2020, atendidas as despesas

obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão estabelecidas no Anexo VIII e na Lei do Plano Plurianual 2020-2023”.

À luz dos objetivos e dos conteúdos a serem definidos na LDO, o trecho destacado evidencia que:

- (A) a ênfase da LDO se restringe ao acompanhamento de metas e limites fiscais;
- (B) a LDO não tem cumprido a função de ser instrumento de integração entre planejamento e orçamento;
- (C) as metas e prioridades da administração pública para cada exercício financeiro não devem ser definidas na LDO;
- (D) há discrepância no ciclo orçamentário que impacta a elaboração da LDO com base no PPA;
- (E) o conteúdo a ser apresentado na LDO de cada exercício varia, conforme o que for definido no PPA.

LETRA D

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**67**

No Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 de um estado da federação foi previsto um objetivo que tinha como uma das metas a descrita no quadro abaixo, seguido como padrão para as demais metas.

Objetivo	Fortalecer o controle social e a participação da população por meio dos conselhos de saúde e dos canais de comunicação como um instrumento de gestão e cidadania			
Responsável	Secretaria da Saúde			
Meta	Implantar ouvidorias municipais até 2023			
Unidade de medida	2020	2021	2022	2023
Unidade	2	3	3	4

Ao analisar o conteúdo do referido PPA à luz das disposições constitucionais, um servidor da área de controle verificou nos quadros de metas uma inconsistência relativa à ausência de indicação de:

- (A) categoria econômica da ação;
- (B) classificação institucional da ação;
- (C) critério de regionalização;
- (D) fonte de recurso;
- (E) identificador de resultado primário.

LETRA C

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**68**

Analise as informações apresentadas no quadro a seguir.

Passivos Contingentes		Providências	
Descrição	Valor (R\$)	Descrição	Valor (R\$)
Demandas judiciais	273.760.905	Abertura de crédito adicional, a partir da reserva de contingência	81.239.318
		Reabertura de créditos adicionais, a partir da redução de dotação de despesa discricionária	192.521.587
Subtotal	273.760.905	Subtotal	273.760.905

O quadro apresentado representa um conteúdo informacional que deve ser disponibilizado pelos entes públicos, incluído no(a):

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como anexo;
- (B) Lei Orçamentária Anual (LOA), como informação complementar;
- (C) Prestação de Contas Anual, como nota explicativa;
- (D) Relatório de Gestão Fiscal, como anexo;
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária, como informação complementar.

LETRA A

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**52**

O processo de planejamento no âmbito da administração pública brasileira conta com instrumentos legais que, de forma integrada, contribuem para a boa gestão dos recursos públicos. Um desses instrumentos, o Plano Plurianual, é um dos mais desafiadores quanto à elaboração e ao acompanhamento por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

Um elemento desse instrumento que dificulta a sua comparabilidade ao longo do tempo e com outros entes é:

- (A) ausência de efetiva integração com a LDO;
- (B) dificuldade de alteração dos programas definidos;
- (C) excessivo detalhamento dos objetivos e metas;
- (D) falta de regulamentação dos critérios de regionalização;
- (E) inexistência de avaliação periódica dos programas.

LETRA D

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**54**

Ao avaliar o texto e anexos da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um ente para um dado exercício, um servidor da área de controle identificou um item que considerou incompatível

para esse instrumento. Porém, ao discutir o caso com outros colegas do seu departamento, o servidor admitiu que estava equivocado.

O item identificado pelo servidor na análise da LOA refere-se:

- (A) à definição da margem de expansão dos programas de duração continuada;
- (B) ao parâmetro para limitação de empenho em caso de frustração na arrecadação;
- (C) à previsão de alteração de alíquota de um tributo de competência do ente;
- (D) às previsões de despesas para exercícios seguintes;
- (E) à revisão de metas fiscais previstas na LDO.

LETRA D

### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**50**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento que integra a perspectiva de planejamento com o orçamento anual, além de contribuir para o acompanhamento da gestão fiscal, com disposições que impactam poderes e órgãos da administração pública. Acerca do conteúdo e alcance desse instrumento, analise os itens a seguir.

- I. O aumento de despesa com pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, mantidas pelo poder público, está sujeito à previsão na LDO.
- II. Em decorrência da competência constitucional de controle, os parâmetros para remuneração de pessoal no âmbito do Poder Legislativo são fixados em lei própria, e não na LDO.
- III. As propostas orçamentárias dos Tribunais de Justiça são elaboradas dentro dos limites estipulados pela LDO.
- IV. Devido à sua autonomia e independência funcional, a proposta orçamentária do Ministério Público não está sujeita a parâmetros definidos pela LDO.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

LETRA A

### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**33** Considere os dispositivos legais que tratam dos conteúdos dos instrumentos de planejamento e faça as associações pertinentes.

A sequência correta é:

(1) PPA	( ) condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
(2) LDO	( ) despesas relativas aos programas de duração continuada
(3) LOA	( ) orçamento de investimento das empresas estatais
	( ) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento
	( ) definição de critérios e forma de limitação de empenho

- A) 1 – 1 – 2 – 2 – 3;  
 (B) 2 – 3 – 1 – 3 – 2;  
 (C) 2 – 1 – 3 – 2 – 2;  
 (D) 3 – 1 – 1 – 3 – 2;  
 (E) 3 – 1 – 3 – 2 – 2.

LETRA C

**FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**69**

A lei orçamentária anual do Estado Alfa estimou a receita e fixou a despesa pública para o exercício financeiro a que se referia, tendo ainda previsto as despesas a serem realizadas nos três exercícios seguintes, com a construção de barragem no Rio XX.

A previsão das despesas a serem realizadas nos exercícios seguintes, com a construção da barragem, mostra-se:

- (A) compatível com a ordem constitucional, pois se trata de um investimento plurianual;  
 (B) compatível com a ordem constitucional, pois a hipótese versa sobre despesa corrente de caráter plurianual;  
 (C) incompatível com a ordem constitucional, pois somente o plano plurianual pode alcançar mais de um exercício;  
 (D) compatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual pode avançar para até cinco exercícios;  
 (E) incompatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual não pode vigor por mais de um exercício.

LETRA A

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**15** Analise a estrutura do quadro a seguir.

Ação	Produto/Unidade de Medida	Regionalização	Meta	
			Física	Financeira (R\$ 1,00)

As informações a serem detalhadas na estrutura do quadro apresentado são conteúdos típicos do(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Plano Plurianual.

LETRA E

**FGV - 2019 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público – Administrativa**

Uma unidade da Federação incluiu no orçamento anual um programa com o objetivo de reduzir a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 25 anos, com ações específicas para esse público.

Uma medida de desempenho para esse programa poderia ser:

- A número de alunos alfabetizados;
- B proporção professor/aluno em sala de aula;
- C quantidade de professores alocados no programa;
- D valor per capita gasto com professores e pessoal de apoio;
- E redução de 10% na taxa de analfabetismo no primeiro ano do programa.

LETRA A

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Administração de Empresas**

Conforme previsto na Constituição da República de 1988, o Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos do planejamento público, que estabelece “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Em relação ao processo orçamentário do PPA e a sua vigência relativamente ao mandato do chefe do Poder Executivo, é correto afirmar que:

- A sua vigência se confunde com o mandato, vigendo durante os quatro anos do governo;
- B entra em vigor no segundo ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do primeiro ano do mandato seguinte;
- C entra em vigor no terceiro ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do segundo ano do mandato seguinte;
- D entra em vigor no quarto ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do terceiro ano do mandato seguinte;

E tem a vigência prescrita em decreto específico do chefe do Poder Executivo, podendo variar entre dois e quatro anos desde o início do mandato.

LETRA B

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

Relacione os diferentes orçamentos da Lei Orçamentária Anual aos seus respectivos exemplos.

- I. Orçamento Fiscal
- II. Orçamento de Investimento das Estatais
- III. Orçamento de Seguridade Social

- ( ) Aquisição de um ativo imobilizado por uma estatal independente
- ( ) Pagamento de Bolsa Família
- ( ) Amortização da Dívida Pública Federal

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- A I – II – III.
- B III – I – II.
- C III – II – I.
- D II – III – I.
- E II – I – III.

LETRA D

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**



Os instrumentos de planejamento previstos na Constituição da República de 1988 apresentados na figura têm prazos e conteúdos específicos para auxiliar na gestão e no controle dos recursos públicos.

Esses instrumentos são elaborados sob a forma de lei, com a seguinte configuração:

- A apenas o PPA e a LOA são elaborados por iniciativa do Poder Executivo;
- B apenas a LDO e a LOA são elaboradas por iniciativa do Poder Executivo;
- C a LOA é elaborada por uma comissão mista com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo;
- D todos os instrumentos são elaborados por iniciativa do Poder Executivo;
- E todos os instrumentos são elaborados por iniciativa do Poder Legislativo.

LETRA D

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

No processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, conforme disposições constitucionais, o prazo para envio da proposta para apreciação é até:

- A quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro;
- B quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro;
- C quatro meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro;
- D oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro;
- E oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

LETRA A

**FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta.

- A Deve conter uma estimativa das receitas e das despesas em um exercício.
- B Deve conter a fixação para as receitas e para as despesas em um exercício.
- C As despesas e as receitas apresentadas devem ter valores iguais.
- D Deve compreender o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- E Deve compreender o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, sem incluir as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

LETRA D

**FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

De acordo com a Constituição da República, sob pena de crime de responsabilidade, nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão

- A nas diretrizes orçamentárias.
- B no plano plurianual.
- C no anexo de metas fiscais.
- D no orçamento anual.
- E no orçamento bianual.

LETRA B

**FGV - 2017 - SEPOG - RO - Analista de Planejamento e Finanças**

O documento que estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos, é chamado de

- A Orçamento Público.
- B Plano Plurianual.
- C Plano de Diretrizes Orçamentárias.

D Controle Interno.  
E Prestação de Contas.

LETRA B

**FGV - 2017 - MPE-BA - Assistente Técnico - Administrativo**

As despesas de custeio de uma fundação instituída e mantida pelo Poder Público fazem parte do processo de planejamento público e devem constar no(a):

A Anexo de Metas Fiscais;  
B Lei de Diretrizes Orçamentárias;  
C Orçamento Fiscal;  
D Orçamento de Investimentos;  
E Plano Plurianual.

LETRA C

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Gestão e Infraestrutura**

No Brasil, a elaboração do orçamento público se dá por meio de instrumentos legalmente definidos, tendo em vista contribuir para a gestão eficiente dos recursos públicos.

O instrumento de planejamento orçamentário que é organizado em orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimento das empresas é:

A Cronograma Financeiro de Desembolso;  
B Lei de Diretrizes Orçamentárias;  
C Lei Orçamentária Anual;  
D Plano Plurianual;  
E Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LETRA C

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

“Art. 48. Fica limitado em 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do ano imediatamente anterior o impacto financeiro da concessão de novos programas de benefícios fiscais que forem instituídos”.

De acordo com as disposições legais e constitucionais quanto ao conteúdo dos instrumentos de planejamento, a determinação contida no texto:

A deve ser estabelecida na LOA;  
B deve ser estabelecida na LDO;  
C deve ser estabelecida no PPA;  
D pode ser estabelecida na LDO e na LOA;  
E não trata de um conteúdo dos instrumentos de planejamento.

LETRA B

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

É previsto que um sistema de monitoramento e avaliação do PPA disponibilize aos gestores públicos instrumentos de apoio ao gerenciamento dos programas.

Esses instrumentos devem permitir:

A concentrar as comunicações relacionadas às políticas transversais e multissetoriais entre os atores de governo;

B elaborar painéis de evolução de metas e indicadores em relatórios gerenciais periódicos;

C implementar de forma protelatória medidas para mitigação dos elementos críticos relacionados ao alcance das metas;

D minimizar os erros na tomada de decisão ao evitar o cruzamento de informações de bases de dados de diferentes órgãos de governo;

E realizar análises setoriais com especialistas de governo com escopo amplo para todas as políticas públicas.

LETRA B

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

Um sistema de monitoramento e avaliação do PPA deve ser construído a partir de diretrizes que permitam melhorar sua gestão.

No Brasil, NÃO é uma diretriz para o monitoramento e a avaliação do PPA:

A atender às necessidades dos órgãos setoriais e de coordenação de governo, para subsidiar a tomada de decisão nos diferentes níveis;

B considerar as lições aprendidas com as experiências de monitoramento e avaliação no setor público em âmbito nacional e internacional;

C detalhar uma realidade nacional para implementação de todas as políticas, nacionalmente, buscando assim uma abordagem centralizada e uniforme;

D observar as contribuições resultantes dos diálogos com os Entes Federados e a sociedade durante o processo de elaboração do PPA;

E promover a sua implantação, de forma progressiva, segundo as prioridades estabelecidas pelo governo.

LETRA C

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

No ciclo de gestão do PPA foi prevista uma etapa de monitoramento e avaliação.

Em sua dimensão tática, o monitoramento prevê:

A avaliar criticamente a viabilidade de um programa antes que uma decisão de investimento/execução seja tomada;

B adequar os controles gerenciais de forma a garantir confiabilidade de informações e a conformidade com regulamentos, regras e políticas estabelecidas;

C acompanhar os programas temáticos e suas metas regionalizadas, durante a implementação, a partir de indicadores previamente selecionados;

D garantir a adequação de estruturas organizacionais, de sistemas e de processos durante o planejamento que antecede a ação;

E realizar exame geral das atividades organizacionais de forma a identificar áreas vulneráveis e propor ação corretiva.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

Os programas do PPA 2012-2015 foram estruturados em consonância com macrodesafios. No início, a previsão é de que seriam apenas 10 macrodesafios, mas, após o processo participativo e consultivo, foi incluído mais um macrodesafio. Esse foi considerado um eixo estruturante para a busca de um novo padrão de desenvolvimento, pautado na criação de novos conhecimentos.

Esse macrodesafio refere-se à:

- A integridade e soberania nacional;
- B gestão pública;
- C erradicação da pobreza extrema;
- D democracia e participação social;
- E ciência, tecnologia e inovação.

LETRA E

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

A formulação do PPA 2012-2015 pautou-se em premissas necessárias para atender aos desafios do desenvolvimento do país.

NÃO foi uma premissa do PPA 2012-2015:

- A valorização do conhecimento necessário para melhorar a elaboração dos programas temáticos;
- B garantia dos controles da legalidade dos processos e trâmites decisórios concentrados no gabinete da casa civil;
- C foco na efetividade necessária às transformações sociais e econômicas decorrentes das políticas públicas;
- D foco no monitoramento da execução das políticas públicas;
- E estabelecimento de parcerias com os estados, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil.

LETRA B

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Análise de Projetos**

O PPA 2012-2015, denominado “Plano Mais Brasil”, incluiu uma dimensão participativa com a finalidade de torná-lo um importante instrumento de interação do Estado com o cidadão.

Esse processo participativo sustentou-se no(a):

- A adoção em larga escala do Orçamento Participativo nos municípios brasileiros;
- B avaliação de políticas públicas realizada por consultorias internacionais contratadas;

C construção de instrumentos de controle de gestão por organizações da sociedade civil a serem utilizados pelos Ministérios;

D estabelecimento do Fórum Interconselhos formado por representantes de conselhos e comissões de políticas públicas;

E introdução do Planejamento Estratégico Situacional para garantir participação nas diversas áreas de políticas públicas.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de um ente da Federação para um dado exercício continha o seguinte trecho:

“As metas e prioridades da Administração Pública municipal para o exercício financeiro a que se refere esta lei serão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual - PPA para os próximos quatro anos, a ser enviado ao Poder Legislativo até 31 de agosto do corrente ano.”

A partir da análise do trecho e da legislação aplicável à elaboração e aprovação da LDO, e sabendo que o município obedece aos prazos legais, esta LDO refere-se:

A ao primeiro ano de mandato do Poder Executivo;

B ao segundo ano de mandato do Poder Executivo;

C ao terceiro ano de mandato do Poder Executivo;

D ao último ano de mandato do Poder Executivo;

E não é possível definir, por se tratar de conteúdo específico da LDO.

LETRA B

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

O Plano Plurianual (PPA), previsto na Constituição Federal, é um instrumento de planejamento cujas definições devem orientar a elaboração dos demais. Acerca do PPA, analise as seguintes proposições:

I. Pode ser associado ao conceito de planejamento estratégico do governo, por estabelecer objetivos e metas.

II. Ao contrário da LOA, a realização de audiência pública durante a sua elaboração é facultativa.

III. No âmbito municipal deve incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no plano diretor.

IV. Os prazos para sua elaboração e execução devem ser os mesmos para todos os entes da Federação.

Está correto somente o que se afirma em:

A I e II;

B I e III;

C II e III;

D I, III e IV;

E II, III e IV.

LETRA B

**FGV - 2016 - CODEBA - Analista Portuário - Economista**

Em relação ao Plano Plurianual, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) O programa deve ser aprovado no primeiro ano do mandato presidencial, passando a vigorar a partir do ano seguinte, com vigência de quatro anos.
- ( ) O programa deve definir objetivos, metas e diretrizes orçamentárias, compatíveis com a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- ( ) O programa define a meta fiscal para cada ano, baseado no resultado nominal apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

As afirmativas são, respectivamente,

- A V – V – V.
- B V – V – F.
- C V – F – F.
- D F – V – F.
- E F – F – F.

LETRA C

**FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista em Economia**

Dado que a última eleição para governadores dos Estados ocorreu em 2014, o PPA elaborado pelo governo eleito neste ano:

- A terá vigência até o final de 2018;
- B terá vigência a partir do início de 2015;
- C orientará a elaboração de todos os orçamentos do mandato;
- D deverá ser votado até o final de 2015;
- E deverá manter os critérios de regionalização do PPA anterior.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Auditor**

Um dos instrumentos previstos na Constituição Federal como parte do processo de planejamento é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que visa, entre outras coisas, orientar a elaboração do orçamento. NÃO faz parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre:

- A critérios e forma de limitação de empenho;
- B despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- C equilíbrio entre receitas e despesas;
- D política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- E programas de duração continuada.

LETRA E

**FGV - 2015 - Câmara Municipal de Caruaru - PE - Analista Legislativo - Administração**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é o documento que faz a ligação do plano plurianual com o orçamento anual.

Com relação à LDO, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) Compreenderá metas que poderão ser de caráter social, econômico e financeiro refletidas no Plano Plurianual e suas prioridades dirão respeito às atividades implantadas e já implementadas, dentre as quais as obrigatórias como educação e saúde.

( ) Tratará da metodologia de elaboração do orçamento.

( ) Será encaminhada até oito meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

( ) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

As afirmativas são, respectivamente,

A V, F, F e V.

B V, V, F e V.

C F, V, F e V.

D F, V, F e F.

E V, V, V e F.

LETRA B

#### **FGV - 2015 - TJ-RO - Analista de Sistemas**

O Plano Plurianual (PPA) é considerado uma das principais inovações em termos de orçamento no marco constitucional, pois representa a síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública. O texto constitucional dispôs sobre o conteúdo mínimo do PPA e deixou para a legislação complementar a regulamentação de outras questões concernentes ao PPA.

Em decorrência da inexistência de legislação complementar sobre esse tema, um dos desafios relacionados ao PPA consiste na(s):

A harmonização entre os prazos de elaboração e votação do PPA;

B incertezas relacionadas à estimativa e à compensação da renúncia de receita;

C inexistência de parâmetros para o estabelecimento de normas para controle de custos;

D definição de bases nas quais deve se dar a regionalização dos objetivos e metas;

E existência de conteúdos comuns com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TJ-RO – Administrador**

Um dos objetivos da elaboração do Plano Plurianual é:

A avaliar efeito das renúncias de receitas e os respectivos mecanismos compensatórios;

B definir as diretrizes relativas aos programas de duração continuada;

C definir as metas e prioridades da administração pública federal;

D estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;

E orientar a elaboração do orçamento de investimento das empresas estatais.

LETRA B

### **FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Tecnologia da Informação**

Um instrumento de planejamento de um ente da federação apresenta o seguinte trecho: "Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria."

A autorização referida no trecho deve ser disposta no(a):

A Cronograma de execução mensal de desembolso;

B Lei de Diretrizes Orçamentárias;

C Lei de créditos adicionais;

D Lei Orçamentária Anual;

E Plano Plurianual.

LETRA D

### **FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Tecnologia da Informação**

Texto 1

"A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo federal para 2015 foi aprovada na quarta-feira (17 de dezembro), pelo Congresso Nacional. [...] Pela proposta, os congressistas terão direito a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União; R\$ 9,7 bilhões na proposta orçamentária".  
Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/lei-dediretrizes-orcamentarias-de-2015-e-aprovada> (17/12/2014).

Texto 2

"O Congresso Nacional aprovou, na terça-feira (17 de março), o Orçamento da União de 2015. [...] Uma das novidades [...] é a inclusão de emendas individuais para os 265 parlamentares empossados em fevereiro, no valor de R\$ 10 milhões por parlamentar. Desse total, 50% deve ser destinado à área da saúde."  
Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/orcamentode-2015-e-aprovado-pelo-congresso> (18/03/2015).

A partir das informações dos textos 1 e 2 e das implicações para a elaboração e execução do orçamento, é correto afirmar que:

A a arrecadação de receitas tributárias será afetada pelas disposições sobre o orçamento impositivo;

B a LDO e a LOA federal para o exercício de 2015 não apresentaram integração adequada;

C a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram afetados;

D houve descumprimento do princípio orçamentário da anualidade;

E os recursos destinados às emendas individuais dos parlamentares afetarão a apuração do resultado primário.

LETRA C

**FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Ciências Jurídicas**

Poderá ser previsto(a) na Lei Orçamentária Anual:

A Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas;

B documento com a estipulação das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada;

C política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;

D autorização para a contratação de operações de crédito;

E demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

LETRA D

**FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Administração**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista na Constituição Federal e deve ser elaborada a partir das definições do PPA e também orientar a elaboração da LOA. Acerca da LDO, é correto afirmar que:

A as metas de apuração da receita corrente líquida serão definidas na LDO;

B a realização de audiências públicas para discussão da LDO é facultativa;

C a LDO deverá conter demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias;

D a LDO elaborada no primeiro ano de mandato não é baseada em PPA previamente aprovado;

E um dos conteúdos da LDO é a definição das políticas de aplicação das agências financeiras de investimento.

LETRA D

**FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Administração**

O Plano Plurianual (PPA) é considerado uma inovação na Constituição Federal de 1988 em termos de orçamento, que estabeleceu seus objetivos e conteúdos. Acerca do PPA, avalie as afirmativas a seguir. I) O PPA deve estabelecer metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. II) No PPA federal, como programas de duração continuada, têm sido considerados apenas ações de natureza finalística. III) Os critérios de regionalização dos objetivos das políticas a serem definidas no PPA devem ser regulamentados em Lei Complementar. IV) A avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual é competência exclusiva do Poder Legislativo. É correto somente o que se afirma em:

A I e II;

B II e III;

C II e IV;

D I, II e III;  
E II, III e IV.

LETRA B

**FGV - 2015 - DPE-MT – Economista**

Em relação ao Plano Plurianual (Lei nº 4.320/64), assinale a afirmativa incorreta.

- A Estabeleceu normas para a gestão e controle dos orçamentos de todas as esferas do governo.
- B Discriminou a receita e a despesa públicas afim de deixar claro a política econômica financeira do governo.
- C Considerou como despesas públicas correntes as despesas de custeio e as transferências correntes, mas não as de investimento, que são tratadas como despesas de capital.
- D As receitas e despesas de capital foram objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo pelo menos três anos.
- E Considerou como receita tributária corrente os impostos, as taxas e as receitas de valores mobiliários.

LETRA E

**FGV - 2015 - DPE-MT – Administrador**

Com relação às Leis de iniciativa do Poder Executivo, assinale V para afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- ( ) A LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.
- ( ) O PPA tem como função estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

As afirmativas são, respectivamente,

- A V, V e F.
- B F, V e V.
- C F, F e V.
- D F, V e F.
- E V, V e V.

LETRA E

**FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Anexos que contenham o detalhamento de programas temáticos, de programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e de órgãos responsáveis por programas de governo são conteúdos que devem ser apresentados no(a):

- A Lei Orçamentária Anual;
- B Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- C Plano Plurianual;
- D Relatório de Gestão Fiscal;
- E Prestação de Contas Anual.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Os instrumentos de planejamento vigentes no Brasil, PPA, LDO e LOA, são integrados e devem ser elaborados de acordo com os prazos legais para que possam contribuir efetivamente no processo de planejamento. Se na esfera estadual houve eleições no ano de 2010 e os prazos do processo orçamentário foram obedecidos, é correto afirmar que:

- A em 2011 entrou em vigor um novo PPA;
- B a LOA do segundo ano do mandato foi elaborada pela gestão anterior;
- C a LDO do segundo ano de mandato foi aprovada antes do PPA correspondente;
- D o governo eleito em 2010 foi responsável pela execução de todos os programas do PPA elaborado na gestão;
- E a LOA do último ano do PPA da gestão foi elaborada pelo governo seguinte.

LETRA C

**FGV - 2013 - TJ-AM - Analista Judiciário – Administração**

Os instrumentos de planejamento utilizados na administração pública são definidos como: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Orçamento Anual (LOA).

A esse respeito, leia o fragmento a seguir.

"A lei \_\_\_\_\_ compreenderá \_\_\_\_\_ e prioridades da administração pública federal, incluindo as \_\_\_\_\_ de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação \_\_\_\_\_ e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.".

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- A de diretrizes orçamentárias - as metas - despesas - tributária
- B de orçamento Anual - as metas - receitas - orçamentária
- C do Plano Plurianual - as metas - despesas - orçamentária
- D diretrizes orçamentárias - as metas - receitas- orçamentária
- E diretrizes orçamentárias - as metas - despesas - tributária

LETRA A

## 9. CICLO ORÇAMENTÁRIO - ELABORAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**79**

Um termo de colaboração entre a Controladoria Geral de um Município e o respectivo tribunal de contas envolveu a transferência de recursos para a execução de algumas despesas, conforme as regras aplicáveis às descentralizações de crédito.

Por tratar-se de uma descentralização, a operação:

- (A) deve assegurar que as dotações sejam empregadas integralmente na consecução do objetivo do programa;
- (B) deve ser especificada quando da fixação da despesa;
- (C) está sujeita a regras especiais para empenho das dotações;
- (D) pode ser enquadrada como transferência ou como transposição;
- (E) somente pode ser registrada após a publicação da programação financeira.

LETRA A

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**85**

Um servidor foi designado para assessorar a comissão permanente de orçamentos de uma câmara municipal, formada, em sua maioria, por novos vereadores. O servidor preparou uma apresentação com regras constitucionais sobre apresentação e aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária.

Entre as orientações contidas na apresentação do servidor, destaca-se a necessidade de:

- (A) aprovação com maioria qualificada dos membros do Poder Legislativo;
- (B) independência em relação às disposições de orçamentos anteriores;
- (C) indicação de fonte de recursos para proposição de emendas;
- (D) que as emendas não estejam relacionadas a erros e incorreções da proposta orçamentária;
- (E) se referir a novas despesas, não iniciadas em exercícios anteriores.

LETRA C

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**81**

Ao instituir normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, o texto da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, dispõe sobre competências das instâncias de controle interno e externo.

Quanto às atribuições do controle interno, a lei orienta que abrange a verificação:

- (A) da guarda e legal emprego dos dinheiros públicos;
- (B) da probidade da administração;
- (C) da regularidade das prestações de contas;
- (D) do cumprimento da lei orçamentária;
- (E) prévia da legalidade dos atos de execução orçamentária.

LETRA E

#### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**85**

Conforme disposições constitucionais, as emendas parlamentares individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL), de acordo com a seguinte configuração:

- (A) 1,0% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (B) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (C) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (D) 2,0% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde.

LETRA E

#### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**33**

O processo orçamentário brasileiro se configura a partir de disposições constitucionais e legais, aplicáveis a todas as esferas de governo.

No âmbito do orçamento federal, uma das funções definidas na Constituição da República de 1988 para a comissão mista permanente é:

- (A) aprovar regras para apresentação de emendas de natureza impositiva;
- (B) compatibilizar as emendas apresentadas com as disposições do PPA em vigor;
- (C) definir critérios para execução de despesas decorrentes de emendas do relator;
- (D) emitir parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto de lei do orçamento;
- (E) indicar as fontes de recursos para cobertura das emendas apresentadas.

LETRA D

#### **FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**80**

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade será exercida, de acordo com o texto constitucional, pelo

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, mediante controle interno, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) Tribunal Superior do Trabalho, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.
- (D) Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.
- (E) Poder Executivo Federal, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.

LETRA B

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**44**

Apesar de o orçamento brasileiro ser considerado, historicamente, como do tipo autorizativo, quando o Poder Público tem liberdade para avaliar a conveniência do que deve ou não ser executado, recentes modificações constitucionais trouxeram a ele um viés mais próximo do tipo impositivo, pelo qual as dotações orçamentárias devem necessariamente ser executadas. Acerca dessas modificações efetivadas, é correto afirmar que criou-se a figura

- (A) das emendas individuais, que garantem a execução de ao menos 1,2% da receita bruta prevista no projeto de lei orçamentária.
- (B) das emendas de bancada estaduais, que garantem a execução de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- (C) das emendas de relatora, as quais são responsáveis por destinar recursos por meio de transferências especiais ou transferências programáticas, a depender da finalidade
- (D) das emendas corretivas, constituídas com recursos derivados exclusivamente da anulação de despesas com serviços da dívida.
- (E) das emendas parlamentares, que exigem a execução de, no mínimo, 30% das programações destinadas a inversões financeiras.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**62**

Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R\$ 800 mil.

Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

- (A) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;
- (B) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;
- (C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;
- (D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) pelo menos R\$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**63**

Durante o exercício financeiro é comum a realização de descentralizações de créditos orçamentários, que ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, o que implica que a execução da despesa orçamentária será realizada por outro órgão ou entidade.

Quando a descentralização se referir a uma provisão, deve-se observar que:

- (A) será processada nos mesmos moldes que uma transposição;
- (B) envolverá apenas unidades gestoras de um mesmo órgão;
- (C) estará sujeita às regras de descentralização externa;
- (D) será possível alterar a classificação programática, se mantida a funcional;
- (E) dependerá da realização de um repasse integral para seu registro.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**34**

Uma das prerrogativas do Poder Legislativo garantidas pela Constituição da República de 1988 é a proposição de emendas ao projeto de lei do orçamento anual.

Um analista de planejamento e orçamento, que assessora os parlamentares na análise da admissibilidade das propostas de emendas, deve considerar que estas:

- (A) não podem ser relacionadas com a correção de erros;
- (B) não devem alterar dispositivos do texto do projeto de lei;
- (C) devem ser apresentadas até trinta dias antes do início da votação do orçamento;
- (D) podem indicar como fonte de recursos a anulação de despesas;
- (E) precisam da assinatura de no mínimo dois parlamentares para sua apresentação.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**59**

Sob os impulsos da retomada da democracia, a Constituição da República de 1988 atribuiu ao Poder Legislativo a prerrogativa de apresentar emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA). Tal atribuição, no entanto, leva em consideração regras para preservar a integridade do processo de planejamento e as competências e compromissos do ente público.

Para apresentação e aprovação de emendas ao PLOA, é correto considerar que tais emendas:

- (A) devem ser apresentadas até sessenta dias após o envio do PLOA pelo Poder Executivo;
- (B) devem ter recursos destinados à abertura de créditos extraordinários, quando decretado estado de calamidade pública;
- (C) não podem ser justificadas pela disponibilidade de recursos decorrentes de anulação de despesas previstas;
- (D) são passíveis de aprovação se forem relacionadas com a correção de erros ou omissões;

(E) dispensam a indicação prévia de recursos se forem relativas a despesas nas áreas de saúde e educação.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**31**

O governador do Estado Alfa apresentou à Assembleia Legislativa o projeto de lei orçamentária anual. Após as discussões no âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, deliberou-se pela aprovação de diversas emendas individuais que buscavam viabilizar o desenvolvimento de determinada política pública. Apesar dessas emendas serem plenamente compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, surgiram dúvidas em relação à origem dos recursos a serem utilizados.

Após analisar as opções jurídica e politicamente viáveis, o presidente da Comissão observou, corretamente, que esses recursos poderiam resultar de anulação de despesas associadas:

- (A) às dotações relativas à contribuição previdenciária;
- (B) às transferências voluntárias para os Municípios;
- (C) aos benefícios contínuos devidos aos servidores;
- (D) aos juros devidos em razão da dívida pública;
- (E) às transferências tributárias constitucionais.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**65**

Um parlamentar ocupante de cadeira no Congresso Nacional apresentou uma emenda individual ao projeto de lei orçamentária anual da União. O projeto se enquadra nos limites de emendas individuais impositivas e se destina a enviar recursos ao seu Estado de origem, pelo qual foi eleito.

Os recursos da emenda pretendida:

- (A) deverão integrar a receita do Estado da federação para fins de repartição;
- (B) deverão ser pelo menos 50% aplicados em despesa de capital;
- (C) não integrarão a receita do Estado da federação para fins de cálculo dos limites de endividamento;
- (D) poderão ser alocados somente por meio de transferência com finalidade definida;
- (E) poderão cobrir despesas com pessoal e encargos sociais relativas a servidores ativos, mas não a inativos.

LETRA C

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**67**

De iniciativa privativa do chefe do poder executivo, o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) é encaminhado às casas legislativas nos prazos estabelecidos nas constituições e nas leis orgânicas.

Com relação ao PPA, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Na União, a data de encaminhamento e o período de apreciação do projeto de lei do PPA no Congresso Nacional são os mesmos do projeto da Lei Orçamentária Anual.

( ) Na União, diferentemente do que ocorre com outros projetos de leis do sistema orçamentário, o projeto de lei do PPA é objeto de discussão, apresentação e aprovação de emendas e votação no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e, após, votação final em sessão do Congresso Nacional.

( ) Nos estados e municípios há a necessidade de uma comissão permanente, aos moldes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), para tratar das matérias orçamentárias.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V e F.

(B) F, V e V.

(C) V, F e F.

(D) V, V e F.

(E) V, F e V.

LETRA C

## 68

Na apreciação das matérias orçamentárias, os integrantes das casas Legislativas cumprem variada agenda que envolve estudos e análises, discussões e consultas, solicitações de informações e participação em audiências públicas realizadas com autoridades e especialistas com o objetivo de esclarecer a matéria em apreciação. A Constituição Federal de 1988 restabeleceu a capacidade legislativa de emendar o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), particularmente com relação ao aumento ou à criação de novas despesas.

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso

(A) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

(B) decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa.

(C) anulem dotações que envolvem gastos com pessoal e encargos, serviço da dívida e transferências tributárias intergovernamentais.

(D) sejam compatíveis com o plano plurianual ou com a lei de diretrizes orçamentárias.

(E) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

LETRA A

## 76

Em 2013, a Constituição do Estado Alfa foi emendada para prever que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual estadual (LOA) serão aprovadas no limite de 1,2% da

receita corrente líquida estadual (RCL) prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. Diante desse cenário, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e da jurisprudência do STF, tal Emenda Constitucional do Estado Alfa

- (A) não poderia ter estabelecido tais emendas parlamentares individuais impositivas.
- (B) contrariou o percentual da RCL previsto na atual CF/1988 para destinação a tais emendas parlamentares individuais.
- (C) dispôs de modo diverso da atual CF/1988 acerca da destinação de metade dos recursos destas emendas parlamentares individuais a ações e serviços públicos de saúde.
- (D) somente poderia ter previsto emendas parlamentares impositivas coletivas ou de bancadas.
- (E) somente por lei ordinária, e não por emenda à Constituição Estadual, tal vinculação poderia ter sido feita.

LETRA A

**78**

Apurou-se que, em um período de 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes no Estado Alfa ficou em 90%. Diante desse cenário, e à luz do atual texto da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Tribunal de Contas Estadual fica proibido de conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a seus membros.
- (B) A Defensoria Pública estadual fica proibida de criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
- (C) O Ministério Público Estadual fica proibido de alterar a sua estrutura de carreira se tal alteração implicar aumento de despesa.
- (D) O Governador poderá, por decreto com vigência imediata, proibir a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa apenas do Poder Executivo, sem que o Legislativo possa alterar tal decisão.
- (E) Ao Estado Alfa poderá ser concedida garantia por parte da União.

LETRA E

### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**31**

Maria, estudante de Direito, questionou o seu professor de Direito Constitucional a respeito do papel dos Tribunais de Justiça na elaboração da lei orçamentária anual, considerando o caráter hierarquizado do Poder Judiciário e a autonomia que ostenta perante o Poder Legislativo.

O professor respondeu corretamente que

- (A) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo, que irá apreciá-la em conformidade com os balizamentos oferecidos pelo sistema.
- (B) a autonomia do Poder Judiciário não afasta a sua sujeição às normas editadas pelo Poder Legislativo, inclusive daquelas de natureza orçamentária, embora não participe do respectivo processo legislativo.

(C) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, o qual irá compatibilizá-la com as demais propostas recebidas, fazendo os ajustes que se fizerem necessários.

(D) o Poder Judiciário deve se reunir com os demais Poderes e instituições constitucionalmente autônomas, de modo a elaborar uma proposta orçamentária de consenso, que será analisada pelo Poder Legislativo.

(E) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, o qual, caso não sejam observados os limites da lei de diretrizes orçamentárias, procederá aos ajustes necessários.

LETRA E

**43**

Relacione as etapas do ciclo orçamentário anual listadas a seguir às atividades descritas.

1. Elaboração
2. Discussão, votação e aprovação
3. Execução
4. Controle e Avaliação

( ) Há o interno e o externo, sendo o primeiro, no caso do Governo Federal, realizado pela Controladoria-Geral da União e o segundo, pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.

( ) O projeto de lei orçamentária anual é enviado pelo Executivo e, após apreciação do Congresso Nacional, retorna ao Presidente da República para sanção e publicação.

( ) É desenvolvida dentro do exercício financeiro, que corresponde ao ano civil, e registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

( ) Com base em estudos preliminares e na integração das propostas dos demais Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas, consolida o quadro de receitas e despesas necessárias para execução dos programas previstos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 4, 2, 3 e 1.
- (B) 4, 3, 1 e 2.
- (C) 2, 1, 3 e 4.
- (D) 2, 1, 4 e 3.
- (E) 3, 2, 4 e 1.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modificam somente podem ser aprovadas nos casos apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Quando se relacionam com o serviço da dívida.
- (B) Quando se relacionam com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- (C) Quando se relacionam com a correção de erros ou omissões.
- (D) Quando são compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(E) Quando indicam os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**52**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem lei que autorize a inclusão, ou sem prévia inclusão, no(a)

- (A) Plano Plurianual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei Orçamentária Anual.
- (D) Orçamento Federal.
- (E) Orçamento de Capital.

LETRA A

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**66**

Para fins de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) da União para um determinado exercício foi estimada uma Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 940 bilhões. Essa estimativa levou em conta indicadores macroeconômicos e também o montante da RCL efetivamente realizada no exercício anterior, que foi de R\$ 890 bilhões.

De posse desses dados constantes no projeto de LOA enviado pelo Poder Executivo, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) apurou que o montante disponível para proposição de emendas parlamentares individuais ao orçamento seria de:

- (A) R\$ 8,90 bilhões;
- (B) R\$ 9,40 bilhões;
- (C) R\$ 10,68 bilhões;
- (D) R\$ 10,98 bilhões;
- (E) R\$ 11,28 bilhões.

LETRA E

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**70**

Para o próximo exercício financeiro, um parlamentar federal apresentou uma emenda ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para contemplar uma ação de estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde em um município do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 45.000,00.

Com base nas normas aplicáveis às emendas parlamentares ao orçamento e nas informações do caso hipotético, essa emenda pode:

- (A) prescindir de compatibilidade com a LDO, por se enquadrar como de caráter impositivo;
- (B) ser coberta com recursos relativos às transferências constitucionais para os Estados;
- (C) ser convertida em emenda de comissão, caso inclua a assinatura dos parlamentares do estado beneficiado;
- (D) ser enquadrada como uma emenda de bancada, por destinar recursos a um estado da federação;
- (E) ser incluída no percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde, obrigatório para emendas individuais.

LETRA E

#### **FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**94**

Em certo ano, emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual da União foram aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, destinando-se a metade desse percentual a ações e serviços públicos de saúde. A execução orçamentária dessas emendas, no montante destinado à saúde, contemplou diversos programas, inclusive despesas de custeio na saúde e gastos com pagamento de pessoal dessa área. Porém, após iniciada a execução orçamentária, verificou-se que a reestimativa da receita e da despesa resultaria no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Diante desse cenário e à luz do texto atual da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) a execução orçamentária e financeira das programações decorrentes de tais emendas é discricionária;
- (B) os gastos em saúde decorrentes dessas emendas não podem ser aplicados em meras despesas de custeio de ações e serviços públicos de saúde;
- (C) os gastos em saúde decorrentes dessas emendas, ainda que venham a ser proporcionalmente reduzidos, são computados para fins de cumprimento do percentual mínimo anual a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde;
- (D) havendo impedimentos de ordem técnica para cumprimento integral das programações orçamentárias decorrentes de tais emendas, estas deverão ser executadas em percentual de ao menos 25% do originalmente previsto;
- (E) verificado o provável descumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na LDO, as programações orçamentárias decorrentes de tais emendas não poderão ser reduzidas na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

LETRA C

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**73**

A tabela a seguir apresenta a execução de despesas orçamentárias da União em diversos exercícios (2016 a 2020), fazendo, ainda, um comparativo com os estágios do ciclo orçamentário de 2021, que inclui o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado

pelo presidente da República, as consequentes alterações promovidas pelo Congresso Nacional (autógrafo) e, finalmente, a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) após os vetos ao projeto de lei e posteriores contingenciamentos efetuados, por meio de decreto, pelo chefe do Poder Executivo.

Discricionárias por RP (identificador de resultado primário)	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
	Realizado					PLOA	Autógrafo	Após Decreto 10.686 e Veto (abr/21)
RP 2 Não decorrentes de emendas	95,6	83,6	97,2	130,9	476,3	112,4	91,7	74,6
RP 3 PAC	42,0	29,3	27,3	26,8	5,9	-	-	-
RP 6 Emendas individuais	4,9	4,5	7,9	7,4	9,3	-	9,7	9,7
RP 7 Emendas de bancada	-	0,8	2,2	2,7	5,1	-	7,3	7,3
RP 8 Emendas de comissão	-	-	-	-	0,3	-	1,4	-
RP 9 Emendas de relator-geral	-	-	-	-	7,0	-	29,0	18,6
<b>TOTAL</b>	<b>142,5</b>	<b>118,2</b>	<b>134,5</b>	<b>167,8</b>	<b>503,8</b>	<b>112,4</b>	<b>139,1</b>	<b>110,1</b>

Considerando os dados apresentados na tabela acima, é correto afirmar que:

- (A) a baixa execução orçamentária das despesas discricionárias ao longo dos exercícios pode conduzir a um risco elevado de ocorrer “shutdown” e prejuízos à execução de políticas públicas essenciais;
- (B) os identificadores RP 8 e RP 9, referentes a emendas de comissão e emendas de relator-geral, não poderiam ter sido vetados ou contingenciados pelo chefe do Poder Executivo, por se tratar de dotações de execução obrigatória;
- (C) a ausência de vetos e contingenciamentos aos indicadores RP 6 e RP 7 (emendas individuais e de bancada) traduz um privilégio injustificável, considerando as disposições constitucionais e legais relativas a esses tipos de dotação;
- (D) o Congresso Nacional, ao alterar o PLOA encaminhado pelo chefe do Poder Executivo no exercício de 2021, ultrapassou os limites percentuais máximos permitidos pelo ordenamento jurídico;
- (E) a denominada “emenda de relator-geral” está expressamente prevista na Constituição da República de 1988, tendo em vista recente aprovação de emenda à Constituição que promoveu a sua inclusão.

LETRA A

#### FGV/CGU 2022 – Cargo: AFCC - Auditoria e Fiscalização

74

Em determinado exercício financeiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou a sua proposta orçamentária e a encaminhou ao Presidente da República para que este promovesse a devida consolidação da proposta orçamentária anual da União. Em seguida, ao analisar a

proposta encaminhada pelo chefe do Poder Executivo, o Congresso Nacional aprovou emenda parlamentar reduzindo a proposta orçamentária do TCU, tendo sido realizados cortes de 90% para “investimentos” e 20% para “custeio”. Irresignado com essa situação, o TCU recorreu ao Poder Judiciário.

Com base no exposto, é correto afirmar que os cortes foram:

- (A) indevidos, tendo em vista a desproporcionalidade dos percentuais, o que traz um risco relevante para a manutenção da regularidade das atividades básicas de prestação adequada e eficiente da atividade de controle;
- (B) devidos, pois há liberdade absoluta, conferida ao Poder Legislativo, quanto ao poder de emendar o projeto de lei orçamentária anual na seara do estado democrático de direito;
- (C) indevidos, por consubstanciarem afronta ao princípio da divisão funcional de poderes, uma vez que possibilitam o surgimento de um estado de submissão financeira e de subordinação orçamentária incompatível com a autonomia dos Poderes e Órgãos Independentes reconhecida pelo ordenamento constitucional;
- (D) devidos, pois, salvo em situações graves e excepcionais, não cabe ao Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes, interferir na função do Poder Legislativo de definir receitas e despesas da Administração Pública, emendando projetos de leis orçamentárias, quando atendidas as condições previstas na Constituição da República de 1988;
- (E) indevidos, por afrontarem as normas procedimentais do devido processo legislativo orçamentário, dado que não cabe ao Poder Legislativo alterar a proposta orçamentária encaminhada pelos Poderes e Órgãos Independentes.

LETRA D

## 75

Sob a ótica da dimensão política, o orçamento sedimenta disputas pelos recursos públicos. Por conta desses conflitos, torna-se essencial a utilização dos instrumentos de transparência durante a execução orçamentária, devendo-se conciliá-los com os mecanismos retificadores do orçamento, a fim de evitar a desfiguração das previsões orçamentárias aprovadas pelo Poder Legislativo.

A partir dessa perspectiva, é correto afirmar que:

- (A) o regime jurídico da execução das despesas orçamentárias, previsto na Lei nº 4.320/1964, está em consonância com o princípio contábil da competência, uma vez que define a fase do empenho como o fato gerador da despesa orçamentária, ocasião em que se dá o efetivo recebimento dos serviços, o consumo dos materiais ou o uso dos bens;
- (B) o pagamento dos Restos a Pagar não constitui um ato extraorçamentário porque, independentemente de sua execução financeira ocorrer em um exercício posterior, a efetiva inscrição dos Restos a Pagar ocorreu no exercício vigente;
- (C) o mecanismo da “rolagem orçamentária” contribui para a descaracterização do orçamento previamente aprovado pelo Poder Legislativo, o que pode vir a comprometer a capacidade de pagamento do ente federativo em exercícios futuros, caso haja a inscrição excessiva em Restos a Pagar;
- (D) como o resultado primário é calculado com base nas despesas empenhadas no exercício, a inscrição em Restos a Pagar acaba por se tornar um mecanismo inócuo para o atingimento da meta de resultado fiscal prevista no Anexo de Metas Fiscais da LDO;

(E) no que se refere à prática do cancelamento de Restos a Pagar, é indiferente que estes sejam “processados” ou “não processados”, pois, em ambos os casos, o contratado já cumpriu com a sua obrigação e tem, por conseguinte, direito subjetivo ao pagamento.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**25**

Em um sistema democrático, a participação na elaboração do orçamento público é uma prerrogativa do Poder Legislativo. No Brasil, essa participação é garantida na Constituição da República de 1988, que dispõe também sobre os instrumentos de planejamento e seus conteúdos.

Recentemente foram observadas alterações significativas no processo orçamentário, com destaque para as emendas impositivas ao orçamento.

Nesse contexto, à luz das regras vigentes, é correto afirmar que as emendas parlamentares individuais apresentadas à Lei Orçamentária Anual:

- (A) acentuam a fragmentação do processo de alocação de recursos;
- (B) ampliam a atuação dos órgãos de controle na aplicação dos recursos alocados;
- (C) colaboram para um atendimento mais efetivo das demandas sociais;
- (D) desenvolvem a integração com as diretrizes e os objetivos governamentais;
- (E) estimulam a coordenação programática entre as políticas públicas desenvolvidas.

LETRA A

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa**

**25**

Os representantes do Poder Legislativo têm a competência de propor emendas aos projetos de PPA, de LDO e de LOA. Porém, as proposições de emendas precisam atender a alguns requisitos para serem aprovadas.

No caso de emendas apresentadas ao projeto de LOA, um desses requisitos se refere a:

- (A) destinação a projeto ou atividade que não esteja em andamento em exercícios anteriores;
- (B) independência em relação aos dispositivos previstos no projeto de lei do orçamento;
- (C) indicação de recursos provenientes de anulação de dotações ou de excesso de arrecadação;
- (D) não incidência sobre dotação solicitada para despesas de custeio;
- (E) necessidade de destinação de 50% das emendas para ações e serviços públicos de saúde.

LETRA D

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**49**

No âmbito do orçamento federal, as emendas parlamentares constituem instrumentos que permitem aos deputados e senadores realizarem alterações na proposta da Lei Orçamentária Anual. Tais alterações devem ser feitas em respeito aos parâmetros legalmente previstos.

Um dos parâmetros relacionados às emendas parlamentares de caráter impositivo trata do(a):

- (A) destinação de 50% do montante de emendas de bancada a ações e serviços públicos de saúde, inclusive custeio;
- (B) destinação de 25% do montante de emendas individuais a ações e serviços públicos de saúde;
- (C) condicionamento da execução obrigatória de emendas impositivas à ausência de impedimentos de ordem técnica;
- (D) vinculação de 2,2% da RCL prevista na LOA em se tratando da execução de emendas individuais e de bancada;
- (E) vinculação de 1,2% da RCL realizada no exercício anterior em se tratando da aprovação de emendas individuais.

LETRA C

**FGV/Prefeitura Municipal de Paulínia 2021 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - Tipo 1**

54 De acordo com a Constituição Federal do Brasil, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Em relação às finalidades deste sistema de controle interno, analise as afirmativas a seguir.

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias e dos direitos e haveres da União.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III

LETRA E

**FGV/Prefeitura Municipal de Paulínia 2021 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - Tipo 1**

55 De acordo com o Decreto nº 93.872/86, as diretrizes gerais da programação financeira da despesa autorizada na Lei de Orçamento anual serão fixadas em decreto, sendo que os limites financeiros para atender às despesas no exterior constarão de programação financeira de desembolso de forma destacada. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

- (A) A remessa de moeda estrangeira para as unidades sediadas no exterior será considerada como transferência financeira, a ser realizada por meio de fechamento de contrato de câmbio pelo Ministério ou órgão ao qual se subordinam essas unidades.
- (B) As unidades sediadas no país ou no exterior manterão contas correntes bancárias no exterior.
- (C) O registro das despesas realizadas por unidades sediadas no exterior considerará o último dia do exercício.

(D) O saldo em moeda estrangeira disponível no início do exercício será considerado utilizando-se a taxa cambial média do exercício anterior.

(E) O pagamento de despesas no exterior de conta de unidades sediadas no País será feito através de fechamento pela própria unidade de contrato de câmbio considerando, em conjunto, todas as despesas do exercício.

LETRA A

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**21**

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa encaminhou ao Poder Legislativo o projeto de lei orçamentária anual. Enquanto o projeto estava em discussão na Comissão competente da Assembleia Legislativa, o Governador do Estado propôs a modificação do projeto. Além disso, foram posteriormente apresentadas emendas, no âmbito da Comissão, nas quais era proposta a anulação de despesas relacionadas à amortização de empréstimos contraídos em exercícios pretéritos, com a sua redistribuição para outros programas orçamentários relacionados aos direitos sociais e que eram compatíveis com o plano plurianual.

À luz dessa narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) não há qualquer irregularidade na narrativa apresentada;
- (B) a única irregularidade existente é a proposta de anulação de dotações destinadas à amortização de empréstimos;
- (C) a única irregularidade existente é a proposta de modificação, pelo Governador do Estado, do projeto já apresentado;
- (D) tanto a proposta de modificação do projeto já apresentado como a de anulação das despesas indicadas são irregulares;
- (E) não há irregularidade na narrativa apresentada, desde que as ações estejam autorizadas na lei de diretrizes orçamentárias.

LETRA B

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**38**

A Emenda à Constituição do Estado do Piauí nº 47/2016 estabeleceu regras relativas ao Novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal do Estado. Uma das regras refere-se ao limite individualizado por poderes e órgãos para o valor das despesas primárias correntes.

Esse limite tem como parâmetro o valor referente ao exercício imediatamente anterior corrigido pela:

- (A) projeção do IPCA para o ano corrente ou acrescido da variação da RCL do ano anterior, dos dois o menor;
- (B) projeção do IPCA para o ano corrente ou acrescido da variação da RCL do ano anterior, dos dois o maior;
- (C) variação do IPCA do ano anterior ou acrescido da variação da RCL do ano anterior, dos dois o maior;
- (D) variação do IPCA do ano anterior ou acrescido de 90% do crescimento da RCL do ano anterior, dos dois o maior;
- (E) variação do IPCA do ano anterior ou acrescido de 90% do crescimento da RCL do ano anterior, dos dois o menor.

LETRA D

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**38**

Alterações recentes na Constituição da República de 1988 em matéria orçamentária introduziram as chamadas emendas impositivas à Lei Orçamentária Anual.

A execução obrigatória de tais emendas no âmbito federal tem como base um percentual do montante:

- (A) da RCL prevista para o exercício corrente;
- (B) da RCL realizada no exercício anterior;
- (C) da RCL realizada no exercício anterior, corrigido pelo IPCA;
- (D) de emendas executadas no exercício anterior, corrigido pela variação da RCL;
- (E) de emendas executadas no exercício anterior, corrigido pelo IPCA.

LETRA B

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**40**

No caso de o Estado do Amazonas receber uma descentralização de créditos orçamentários da União, a aplicação do recurso:

- (A) deverá ser classificada como operações especiais;
- (B) poderá alterar a subfunção na classificação funcional;
- (C) poderá alterar apenas a estrutura programática;
- (D) será considerada como uma provisão;
- (E) será processada de acordo com os mesmos procedimentos das transferências voluntárias.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**17**

O processo orçamentário a que estão sujeitos os entes públicos, conforme a legislação brasileira, é cíclico.

Uma das particularidades do processo orçamentário é que:

- (A) os atos estão sujeitos a controle interno e externo;
- (B) as competências dos poderes são alternadas a cada ciclo;
- (C) o ciclo começa com a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias;
- (D) a execução do plano plurianual coincide com o período de um mandato eletivo;
- (E) os prazos de elaboração e aprovação dos orçamentos são os mesmos para todos os entes federativos.

LETRA A

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Fiscal de Serviços Municipais**

O Ciclo Orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário.

Assinale a opção que indica a fase em que a arrecadação de receita pública e a realização da despesa pública são efetivadas.

- A Elaboração.
- B Discussão.
- C Aprovação.
- D Execução.
- E Avaliação e controle.

LETRA D

**FGV - 2019 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público – Administrativa**

O Ministério Público do Estado Alfa, por meio dos órgãos competentes, elaborou a proposta orçamentária que deveria ser utilizada como base do seu orçamento para o exercício financeiro vindouro.

À luz da sistemática constitucional, a referida proposta deve ser elaborada em harmonia com:

- A a Lei de Diretrizes Orçamentárias e encaminhada diretamente ao Poder Legislativo;
- B as orientações fixadas em regulamento do Poder Executivo e encaminhada diretamente ao Legislativo;
- C a Lei de Diretrizes Orçamentárias e submetida ao Poder Executivo, que, aprovando-a, a encaminhará ao Legislativo;
- D as orientações fixadas em regulamento do Poder Executivo e a encaminhará a este último, que a submeterá ao Legislativo;
- E a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a encaminhará ao Poder Executivo, que a submeterá ao Legislativo.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

No ciclo de elaboração do orçamento público, os poderes Executivo e Legislativo têm funções legalmente estabelecidas.

São funções do Poder Legislativo:

- A elaboração e acompanhamento;
- B elaboração e sanção;
- C apreciação e execução;
- D aprovação e avaliação;
- E sanção e avaliação.

LETRA D

**FGV - 2017 - Prefeitura de Salvador - BA - Técnico de Nível Superior II – Direito**

Carlos, cidadão residente do Município Sigma, buscando participar da fiscalização dos gastos públicos do município, consulta o órgão de assessoramento jurídico da Prefeitura Municipal a respeito das normas de Processo Legislativo Orçamentário.

Diante de tal contexto, assinale a opção que veicula a única explicação compatível com as diretrizes de Processo Legislativo Orçamentário na Constituição da República/1988.

A À lei que instituir o plano plurianual federal, é vedado estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

B O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por meio de leis de iniciativa do Poder Legislativo.

C O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por meio de leis de iniciativa do Poder Executivo.

D A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da Administração Pública, desconsideradas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

E À lei de diretrizes orçamentárias, é vedado dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Tecnologia da Informação**

O ciclo de aprovação, execução, controle e prestação de contas do orçamento público apresenta uma série de etapas com suas competências. Associe os órgãos/poderes e suas respectivas competências no ciclo orçamentário.

(1) Controle interno

( ) Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária

(2) Órgão central de contabilidade

( ) Elaboração do quadro de detalhamento da despesa

(3) Órgão central de planejamento

( ) Elaboração da proposta de Programação Financeira

(4) Unidade Orçamentária ( ) Execução do Orçamento

( ) Acompanhamento, avaliação e correção de rumos

A associação correta é:

A 3 - 3 - 2 - 4 - 1;

B 3 - 2 - 1 - 4 - 2;

C 4 - 3 - 2 - 3 - 1;

D 4 - 3 - 2 - 2 - 1;

E 2 - 1 - 3 - 4 - 2.

LETRA A

#### **ELABORAÇÃO**

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**



Os instrumentos de planejamento previstos na Constituição da República de 1988 apresentados na figura têm prazos e conteúdos específicos para auxiliar na gestão e no controle dos recursos públicos.

Esses instrumentos são elaborados sob a forma de lei, com a seguinte configuração:

- A apenas o PPA e a LOA são elaborados por iniciativa do Poder Executivo;
- B apenas a LDO e a LOA são elaboradas por iniciativa do Poder Executivo;
- C a LOA é elaborada por uma comissão mista com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo;
- D todos os instrumentos são elaborados por iniciativa do Poder Executivo;
- E todos os instrumentos são elaborados por iniciativa do Poder Legislativo.

LETRA D

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

No processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, conforme disposições constitucionais, o prazo para envio da proposta para apreciação é até:

- A quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro;
- B quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro;
- C quatro meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro;
- D oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro;
- E oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

LETRA A

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

De acordo com as disposições constitucionais, compete aos entes públicos desenvolver um adequado processo de planejamento, que auxilie no cumprimento das suas competências institucionais.

Uma das peculiaridades do processo de planejamento do setor público é que:

- A cada etapa do ciclo orçamentário pode ser cumprida de forma alternada pelos poderes;
- B as prioridades do PPA federal devem ser refletidas nos planos dos entes estaduais e municipais;
- C além do PPA, compete à União elaborar planos de desenvolvimento econômico e social;
- D há participação apenas dos poderes Executivo e Legislativo;
- E os instrumentos de planejamento são elaborados de forma independente.

LETRA C

**FGV - 2017 - ALERJ – Procurador**

O Presidente do Tribunal de Justiça de determinado Estado da Federação, após aprovação do órgão interno competente, com estrita observância aos balizamentos estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhou sua proposta orçamentária, no momento próprio, ao Poder Executivo. Ao consolidar o projeto de lei orçamentária a ser encaminhado à Assembleia Legislativa, o Poder Executivo, forte na premissa de que as receitas existentes eram limitadas, promoveu reduções na referida proposta, a exemplo do que fizera em relação às propostas encaminhadas pelas demais estruturas estatais de poder.

A conduta do Poder Executivo está:

- A correta, em razão do que determina o princípio da unidade orçamentária;
- B incorreta, pois a proposta deveria ter sido submetida, pelo Poder Judiciário, diretamente à Assembleia Legislativa;
- C correta, em virtude do imprescindível equilíbrio entre receita e despesa;
- D incorreta, já que o Executivo deveria ter submetido a proposta à apreciação da Assembleia Legislativa;
- E correta, já que o encaminhamento do projeto de lei orçamentária é de iniciativa privativa do Poder Executivo.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Analista Administrativo**

No processo de planejamento público governamental, entre os diversos instrumentos, destaca-se aquele que estima as receitas que o Governo deverá arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos. Esse instrumento é denominado:

- A Planejamento Plurianual (PPA);
- B Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- C Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO);
- D Lei Orçamentária Anual (LOA);
- E Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

LETRA D

#### **FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria – Processual**

A iniciativa do processo legislativo relativo ao Plano Plurianual na esfera federal é:

- A privativa do Ministro da Fazenda;
- B conjunta do Presidente da República com o Presidente do Congresso Nacional;
- C privativa do Presidente da República;
- D privativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- E conjunta do Presidente do Supremo Tribunal Federal com o Presidente do Congresso Nacional.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - PGE-RO - Técnico da Procuradoria - Contabilidade**

Texto 4

Governo apresenta orçamento de 2016 com R\$ 30,5 bi de déficit

O governo entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nesta segunda-feira (31), a proposta de Orçamento da União de 2016 com a previsão de déficit primário de R\$ 30,5 bilhões, o que representa 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

A peça foi apresentada pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento).

“Devido ao cenário de receitas e, mesmo após o nosso esforço de contenção do crescimento de gastos tanto obrigatórios quanto discricionários, ainda assim, não será possível cumprir a nossa meta anterior de resultado primário que era de R\$ 34 bilhões. Diante do novo cenário de receitas e despesas, nós teremos nossa previsão, para o próximo ano, de um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões”, anunciou Barbosa.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675915-governo-apresenta-orcamento-de-2016-com-r-305-bi-de-eficit.shtml>

Analise as afirmativas abaixo relacionadas à Lei Orçamentária Anual:

I – Face às dificuldades estruturais do país, principalmente em fases de crescimento da economia, o equilíbrio orçamentário pode ser desconsiderado pelo Poder Executivo na fase de envio da LOA ao Poder Legislativo; uma vez que

II – quando existe um déficit nas cifras do projeto enviado ao Congresso, o executivo propõe a utilização de operações de crédito para equilibrar as contas públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

A a segunda assertiva apresenta uma solução válida, mas que não encontra respaldo na primeira assertiva;

B a primeira assertiva está correta, todavia o complemento utilizado na segunda assertiva é insuficiente para explicá-la;

C a segunda assertiva é inválida e o argumento apresentado na primeira assertiva está incompleto;

D a primeira assertiva está incorreta, por consequência o complemento utilizado na segunda assertiva é incorreto;

E a primeira assertiva apresenta uma situação recorrente e que é incoerente com a explicação indicada na segunda assertiva.

LETRA A

Considerando que o equilíbrio entre receitas e despesas é um princípio orçamentário necessário à elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), o déficit de R\$ 30,5 bilhões indicado no trecho da matéria jornalística apresentado no texto 4:

A não inclui as receitas com operação de crédito;

B é um caso flagrante de desrespeito ao equilíbrio orçamentário;

C compromete o princípio orçamentário da legalidade;

D afronta o princípio orçamentário da universalidade;

E está em consonância com o princípio orçamentário da publicidade.

## LETRA A

### Texto 3

Congresso adia mais uma vez a votação do Orçamento 2015

Pela Constituição, o Orçamento deve ser aprovado pelo Congresso até dezembro de cada ano. Quando isso não acontece, o governo só pode gastar no ano seguinte o correspondente a 1/12 do orçamento do ano anterior, até que o novo orçamento seja aprovado.

Para destravar a votação, o Executivo aceitou liberar R\$ 10 milhões em emendas por parlamentares novatos. As emendas são recursos públicos que os senadores e deputados destinam no Orçamento para projetos e obras em redutos eleitorais nos seus estados e municípios de origem.

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/congresso-adia-mais-uma-vez-votacao-do-orcamento-2015.html> Publicado em 11/03/2015

No caso referido no texto 3, o congresso não aprovou a LOA dentro do prazo previsto pela legislação. Enquanto persistir essa situação, o Poder:

No caso referido no texto 3, o congresso não aprovou a LOA dentro do prazo previsto pela legislação. Enquanto persistir essa situação, o Poder:

- A Legislativo fica impedido de encerrar o ano legislativo;
- B Executivo fica autorizado a prolongar o princípio da anualidade;
- C Legislativo fica impedido de entrar em recesso, pois a aprovação da LOA era necessária;
- D Executivo fica impedido de iniciar a elaboração da LDO de 2015, pois a parcela de 1/12 do orçamento é insuficiente;
- E Executivo fica impedido de executar a LOA.

## LETRA E

No caso referido no texto 3, após a aprovação da LOA pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo:

- A é autorizado a executá-la;
- B deve sancioná-la e fiscalizar a sua execução;
- C é o responsável pela sua execução integral;
- D deve atender às emendas aprovadas para ter apoio político;
- E pode sancioná-la e cuidar para que seja executada.

## LETRA A

No caso referido no texto 3, especificamente no que concerne à Lei de Orçamento Anual (LOA), ao congresso cabe a sua:

- A elaboração, além da proposição de emendas;
- B apreciação, momento em que as emendas são impostas;
- C execução, após sancionada pelo Poder Executivo;
- D apreciação, além da proposição de emendas;
- E elaboração, momento em que as emendas são negociadas.

LETRA D

### **APROVAÇÃO**

#### **FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

O Prefeito Municipal encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Câmara Municipal. Para sua surpresa, no texto aprovado, foram anuladas, parcialmente, as despesas destinadas ao pagamento de pessoal, que permitiriam o cumprimento da lei municipal que aumentara os vencimentos dos servidores, a partir do exercício financeiro seguinte. Os recursos, por sua vez, foram destinados à implementação de programas sociais nas áreas de saúde e educação.

À luz da sistemática constitucional, o procedimento da Câmara Municipal está

A correto, pois esta pode apreciar livremente o projeto de lei orçamentária, podendo anular e criar as despesas que melhor lhe aprouverem.

B incorreto, pois os recursos destinados à implementação dos programas sociais não poderiam resultar da anulação, ainda que parcial, das despesas com pessoal.

C correto, pois esta somente está autorizada a destinar recursos à implementação de programas sociais caso resultem da anulação de despesas com pessoal.

D incorreto, pois o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo chefe do Poder Executivo não pode sofrer alterações no Legislativo.

E correto, pois esta somente pode criar uma despesa quando indica os recursos necessários, os quais devem resultar da anulação de outra, qualquer que seja ela.

LETRA B

#### **FGV - 2018 - AL-RO – Advogado**

O governador do Estado encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa. Um grupo de Deputados Estaduais, sensibilizado pelos interesses da coletividade, decidiu apresentar uma emenda modificativa ao projeto, de modo a ampliar os recursos destinados a determinado programa na área de saúde, já previsto no projeto.

À luz da sistemática constitucional, sobre a aprovação dessa emenda, que se mostra compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

A Exige a anulação de despesa, ressalvadas apenas as concernentes às dotações para pessoal e seus encargos e às transferências constitucionais para os Municípios.

B Exige a anulação de despesa, ressalvadas apenas as que digam respeito ao serviço da dívida e às transferências tributárias constitucionais para os Municípios.

C Exige a anulação de despesa, inexistindo óbice à anulação daquelas concernentes à aquisição de bens de capital.

D Exige a anulação de despesa, qualquer que seja a sua natureza.

E Depende tão somente da aquiescência do Chefe do Poder Executivo.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público – Administrativa**

Durante a fase de discussão da proposta orçamentária, o Poder Legislativo pode apresentar emendas, com vistas a incluir novas despesas ou alterar despesas da proposta. De acordo com as normas da Constituição da República Federativa do Brasil, as emendas à proposta orçamentária devem:

- A apresentar incompatibilidade com as diretrizes orçamentárias;
- B indicar os recursos necessários, exceto os provenientes de anulação de despesa;
- C ser apreciadas pela Comissão Mista;
- D ser independentes dos dispositivos do texto do projeto de lei;
- E ser relacionadas com a correção de erros ou omissões.

LETRA E

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Após a apresentação do projeto de lei do orçamento anual pelo Chefe do Poder Executivo, determinado deputado federal decidiu apresentar uma emenda que se mostrava absolutamente compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ao consultar sua assessoria, foi informado que a emenda deveria indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, isso com as ressalvas previstas na Constituição da República. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que poderia ser anulada despesa associada

- A ao serviço da dívida pública.
- B ao programa de implementação de direitos sociais.
- C à dotação para pessoal e seus encargos.
- D às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- E à contribuição previdenciária.

LETRA B

**FGV - 2016 - MRE - Oficial de Chancelaria**

Ananias, Deputado Federal, almejava apresentar uma emenda ao projeto de lei do orçamento anual ofertado pelo Chefe do Poder Executivo. No entanto, embora tivesse ciência de que a emenda deveria estar em harmonia com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, bem como que deveria indicar os recursos necessários à realização da despesa, tinha dúvidas a respeito dos exatos limites constitucionais a serem observados. Considerando o teor da sistemática constitucional, a emenda pode contar com recursos provenientes da anulação de despesas que digam respeito a:

- A juros de mora da dívida pública;
- B dotação para pagamento de pessoal;
- C programa voltado à implementação de direito social;
- D contribuição previdenciária incidente sobre a folha;
- E transferências tributárias constitucionais para outros entes.

LETRA C

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Analista Administrativo**

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento e gestão pública do país, em formato de Lei, que segue um processo de elaboração e aprovação com características específicas. A respeito desse processo, é correto afirmar que:

A o PPA é encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de janeiro do primeiro ano do mandato presidencial;

B a tramitação ocorre na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que irá examinar e emitir parecer sobre o PPA, além de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

C um grupo de parlamentares é designado como relator do PPA na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos (CMO) e deverá emitir Parecer Preliminar;

D o Parecer Preliminar é submetido à deliberação, em separado, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal;

E os Congressistas podem solicitar destaque para a votação em separado de emendas, com o objetivo de modificar os pareceres aprovados na CMO.

LETRA E

### **FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

O processo orçamentário no Brasil tem regras definidas na Constituição Federal e na legislação complementar e ordinária, principalmente no que tange às competências de cada poder na definição das receitas e despesas para um exercício. No que se refere às regras relativas às emendas à Lei do Orçamento, analise as afirmativas a seguir:

I – As emendas parlamentares são permitidas somente para alteração das despesas de custeio.

II – É obrigatória a execução das emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União, no mínimo em 1,2% da receita corrente líquida prevista na Lei Orçamentária.

III – A execução das emendas individuais tratadas na EC nº 86/2015 obedecerá ao valor mínimo de 50% aplicado no custeio de ações e serviços públicos de saúde, exceto o pagamento de pessoal e encargos.

É correto somente o que se afirma em:

A I;

B II;

C III;

D I e II;

E II e III.

LETRA C

### **FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista em Administração**

No processo orçamentário no Brasil, mostra-se fundamental a atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no legislativo. Um servidor público cometeu um erro no processo e apontou ao dirigente máximo da organização onde atua, equivocadamente, que é competência dessa comissão:

- A examinar planos e programas nacionais, regionais e setoriais;
- B emitir parecer sobre contas prestadas pelos poderes da República;
- C analisar projetos de lei relativos ao orçamento anual e aos créditos adicionais;
- D elaborar o plano plurianual e o projeto de lei de diretrizes orçamentárias;
- E estudar e elaborar parecer sobre o relatórios de gestão fiscal previstos na LDO.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

As competências dos poderes em matéria orçamentária, os conteúdos e os prazos dos instrumentos de planejamento são tratados na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei nº 4.320/1964. O Poder Executivo envia a proposta orçamentária no prazo estabelecido no ADCT, mas poderá propor modificações:

- A antes do início do exercício a que o orçamento se refere;
- B antes de iniciada a discussão do orçamento;
- C antes de encerrada a votação do orçamento;
- D antes de iniciada a votação da parte a que se refere a alteração;
- E antes da proposição de emendas pelos parlamentares.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão**

Considere o diagrama apresentado a seguir, que se refere às principais etapas do Ciclo Orçamentário:



No ciclo orçamentário, a competência para a aprovação da proposta orçamentária é:

- A delegada ao Poder Legislativo;
- B compartilhada entre os poderes;
- C exclusiva do Poder Executivo;
- D exclusiva do Poder Legislativo;
- E reservada ao chefe do Poder Executivo.

LETRA D

**FGV - 2013 - TJ-AM - Analista Judiciário - Qualquer Área de Formação**

O processo legislativo relativo às leis orçamentárias possui diversas particularidades, devido às especificidades da matéria.

Sobre as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, assinale a afirmativa correta.

A As emendas são apresentadas em Comissão do Senado Federal, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pelo plenário das duas casas do Congresso nacional.

B Tais emendas somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis ao menos com o plano plurianual ou a lei de diretrizes orçamentárias.

C As emendas em questão devem, necessariamente, indicar os recursos necessários, vedados os provenientes de anulação de despesa.

D É possível que as emendas sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

E Estas emendas devem ser propostas pelo parlamentar ao líder do seu partido, que as encaminhará para a mesa diretora.

LETRA D

**EXECUÇÃO**

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Licitação, Contratos e Convênios**

A execução do orçamento público após a aprovação da LOA requer uma série de procedimentos que contribuem para maior controle da aplicação dos recursos.

Assim, após a aprovação da LOA, o detalhamento dos fluxos de entrada de recursos e pagamentos é consubstanciado no(a):

A anexo de metas fiscais;

B anexo de origem e aplicação de recursos;

C lei de diretrizes orçamentárias;

D programação financeira e cronograma de desembolso;

E relatório de gestão fiscal.

LETRA D

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

No ciclo de execução orçamentária, o controle de ingressos e desembolsos faz-se mister para cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Uma das regras importantes se refere ao registro da receita orçamentária no momento da arrecadação, que tem como justificativa:

A acompanhar a meta de resultado primário definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

B definir fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;

C evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva;

D impedir o uso indevido de recursos para cobertura de restos a pagar;

E propiciar informações relativas à variação do patrimônio público.

LETRA C

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Em um dado exercício, em decorrência de cenário desfavorável para a arrecadação da receita prevista no orçamento, o Poder Executivo de um ente da Federação expediu um ato que impede a emissão de novos empenhos, mantendo as dotações até que a arrecadação se recupere. Esse ato está diretamente associado ao conceito de:

- A contingenciamento;
- B gestão fiscal;
- C limitação de dotação;
- D limitação de empenho;
- E risco fiscal.

LETRA A

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Auditor**

O orçamento consiste em um documento com previsões de arrecadação e destinação de recursos, os quais podem não ser realizados exatamente conforme planejado. Durante a execução orçamentária, os chefes dos poderes poderão ter que limitar a emissão de empenho, segundo os critérios fixados pela LDO. O documento relacionado ao processo orçamentário que contém informações que podem definir a necessidade de limitação de empenho é o(a):

- A demonstrativo da receita corrente líquida;
- B programação financeira;
- C quadro de detalhamento de despesa;
- D relatório de gestão fiscal;
- E demonstrativo de receitas e despesas por função.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Contador**

Os instrumentos de planejamento previstos no art. 165 da Constituição Federal têm prazos definidos para a sua elaboração e aprovação, para garantir que o orçamento tenha subsídios para ser aprovado antes do início do exercício ao qual se refere. Porém, nos últimos anos, o Orçamento Federal não tem sido aprovado nos prazos previstos. Um dos elementos diretamente impactados em decorrência disso é:

- A abertura de créditos adicionais;
- B atingimento das metas fiscais;
- C ciclo orçamentário subsequente;
- D equilíbrio orçamentário;
- E programação financeira.

LETRA E

## **CONTROLE E AVALIAÇÃO**

### **FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Custos**

De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida

A pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

B Pelo Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

C Pelo Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Congresso Nacional.

D pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas da União.

E pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal Regional Federal.

LETRA A

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão**

No ciclo orçamentário, a etapa de avaliação e controle do orçamento:

A cabe exclusivamente ao Poder Legislativo;

B compete aos tribunais de contas;

C ocorre sempre após o encerramento do exercício financeiro;

D ocorre de forma concomitante à execução do orçamento;

E ocorre apenas no âmbito de cada Poder.

LETRA D

### **FGV - 2014 - DPE-DF - Analista - Assistência Judiciária**

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de estado-membro, alusivo a 2014, foi encaminhado à Assembleia Legislativa sem a consolidação de proposta orçamentária da Defensoria Pública estadual, cuja despesa prevista fora reduzida unilateralmente pela chefia do Executivo local. Além disso, a Defensoria Pública fora incluída, no mesmo ato, dentre as secretarias do Executivo. Sobre esse fato, analise as afirmativas a seguir:

I. O PLOA viola a autonomia orçamentária da Defensoria Pública estadual.

II. É cabível medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental contra o projeto de lei.

III. O trâmite legislativo do PLOA deve ser suspenso.

IV. A medida adequada a ser tomada pelo Executivo, na hipótese, seria pleitear reduções orçamentárias perante o Legislativo, para que a matéria fosse lá debatida.

Assinale se:

- A somente as afirmativas I e III estão corretas
- B somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- C somente a afirmativa IV está correta.
- D todas as afirmativas estão corretas.
- E todas as afirmativas estão incorretas.

LETRA D

## 10. AFO NA CF/88

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**42**

A Constituição Federal foi responsável por elencar competências legislativas e administrativas aos diversos entes da federação de acordo com o âmbito de interesse.

Nesse sentido, conforme previsto constitucionalmente, a competência para legislar sobre orçamento compete

- (A) privativamente à União.
- (B) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) privativamente aos Municípios.
- (D) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (E) concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**42**

O Município X requereu ao BNDES (instituição financeira federal) a concessão de empréstimo, em regime de juros especiais para os entes municipais, a fim de obter recursos para pagamento de aumento concedido aos servidores municipais ativos.

Diante desse cenário e à luz da Constituição da República de 1988, esse empréstimo requerido pelo Município X junto ao BNDES:

- (A) pode ser realizado, uma vez que será feito em regime de juros especiais para os entes municipais;
- (B) pode ser realizado, uma vez que é permitido junto a instituição financeira vinculada ao governo federal;
- (C) não pode ser realizado, uma vez que é vedado junto a instituição financeira vinculada ao governo federal;
- (D) não pode ser realizado, uma vez que é permitido apenas junto a instituição financeira vinculada ao governo estadual;
- (E) não pode ser realizado, uma vez que é permitido apenas para pagamento de proventos de aposentadoria de servidores inativos e seus respectivos pensionistas.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**60**

O processo de planejamento orçamentário no Brasil é requerido, a partir de instrumentos com formato legal que, quando dada a transparência adequada, permitem controle social e fomentam o exercício da cidadania.

O instrumento orçamentário que, compatibilizado com o PPA, deve ser elaborado com o objetivo de reduzir desigualdades inter-regionais é o(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Anexo de Riscos Fiscais;
- (C) Orçamento Fiscal;
- (D) Orçamento da Seguridade Social;
- (E) Programação financeira e cronograma de desembolso.

LETRA C

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**74**

Emenda à Constituição do Estado Alfa foi aprovada e promulgada determinando que parcela das despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) estadual seria definida por meio do mecanismo do orçamento participativo, sendo obrigatória sua inclusão no projeto de LOA em atenção à participação popular como instrumento de democracia direta.

Acerca desse cenário, à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF sobre o tema, tal previsão em Emenda à Constituição Estadual

- (A) vincula o Poder Executivo a inserir a parcela fixada por participação popular na elaboração do projeto da LOA, bem como vincula a executar a parcela definida pelo mecanismo do orçamento participativo.
- (B) vincula o Poder Executivo a inserir a parcela fixada por participação popular na elaboração do projeto da LOA, mas não vincula na execução da parcela definida pelo mecanismo do orçamento participativo.
- (C) gera para o chefe do Poder Executivo a obrigação de apresentar ao Legislativo justificativa com as razões que impossibilitem a inserção da parcela fixada por participação popular na elaboração do projeto da LOA.
- (D) ao configurar mecanismo de democracia direta, caso a parcela fixada por participação popular não seja inserida na elaboração do projeto da LOA, poderá se configurar crime de responsabilidade do chefe do Poder Executivo.
- (E) ainda que configure instrumento de democracia direta, não é vinculante ao Poder Executivo na elaboração do projeto da LOA.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – Prova 2 – Tipo 1**

**51**

Sobre a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social, prevista no Artigo 195, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contribuição previdenciária custeia unicamente a Previdência Social.
- (B) A contribuição previdenciária custeia apenas a Previdência e a Assistência Social.
- (C) A contribuição previdenciária é cobrada sobre aposentadorias e pensões.
- (D) A contribuição previdenciária custeia a Seguridade Social, que engloba Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

(E) A contribuição previdenciária, ao contrário da que é paga pelos servidores públicos, não tem alíquotas progressivas.

LETRA A

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

As afirmativas a seguir dizem respeito à Lei Orçamentária Anual, à exceção de uma. Assinale-a.

A Na Lei Orçamentária Anual constam todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão.

B Os créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada serão consignados separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

C O projeto de lei orçamentária anual é elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

D A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

E A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica.

LETRA B

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

As opções a seguir apresentam vedações orçamentárias previstas no Artigo 167 da Constituição da República, à exceção de uma. Assinale-a.

A Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

B Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

C Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

D Utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, independente de autorização legislativa específica.

E Transferência voluntária de recursos e concessão de empréstimos, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-RO - Contador**

Quadro I: Informações relativas à execução orçamentária de um ente da federação durante o exercício de 20x9:

Dados da LOA:		Dados da Execução Orçamentária:	
Receita Corrente	240.000	Receita Corrente	254.400
Receita de Capital	60.000	Receita de Capital (Operação de crédito)	40.200
Despesa Corrente	210.000	Despesas correntes (Empenho)	205.800
Despesa de Capital	90.000	Despesa de Capital (Empenho):	
		- Aquisição de material permanente	58.500
		- Amortização de empréstimos	27.000
Informações adicionais:			
Restos a pagar pagos			3.760
Depósitos em garantia recebidos			2.500
Depósitos em garantia restituídos			2.100

Quadro II: Saldos do final do exercício de 20x8:

Caixa e equivalentes de caixa	8.200
Estoques	2.300
Imóveis	81.000
Veículos	37.000
Móveis e utensílios	14.100
Equipamentos e instalações	9.400
Restos a pagar	4.700
Depósitos em garantia a restituir	2.900
Dívida consolidada	89.400

Considerando exclusivamente as informações apresentadas nos quadros I e II, é correto afirmar que:

- A a regra de ouro da responsabilidade fiscal foi violada;
- B houve abertura de créditos adicionais para despesa de capital;
- C houve frustração de arrecadação superior a 10% da previsão;
- D o resultado orçamentário foi deficitário;
- E receitas correntes foram utilizadas para financiar despesas de capital.

LETRA E

#### FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Fiscal de Serviços Municipais

O Prefeito do Município Alfa deseja realizar operação de crédito para fazer face

- (I) às despesas de investimentos;
- (II) às inversões financeiras;
- (III) às transferências de capital; e
- (IV) às subvenções econômicas.

Considere que o chefe do Poder Executivo não conta com o apoio da maioria dos vereadores, o que inviabiliza a abertura de créditos suplementares ou especiais.

A receita resultante da referida operação de crédito pode ser direcionada para a despesa referida em

- A I, apenas.
- B I, II e III, apenas.
- C IV, apenas.

D II e IV, apenas.  
E III, apenas.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Analista de Tramitação**

A Secretaria de Finanças do Município Beta informou ao Prefeito Municipal que dispunha de recursos em conta-corrente, mas não seria possível realizar a compra de móveis solicitada. Como justificativa, esclareceu que as despesas dessa natureza já teriam exaurido os créditos orçamentários existentes. O Prefeito não acatou a justificativa e determinou a realização da compra, o que levou ao pedido de exoneração do Secretário, já que este último considerou a ordem manifestamente ilegal.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, deve ser reconhecido que:

A a ordem do Prefeito Municipal é legal, pois há recursos em conta para realizar a compra dos móveis;

B a informação do Secretário é correta, pois não podem ser realizadas despesas excedentes aos créditos orçamentários;

C a ordem do Prefeito Municipal é legal, já que a compra de móveis independe de previsão orçamentária;

D a informação do Secretário é incorreta, pois a lei orçamentária não contempla créditos, mas despesas;

E a ordem do Prefeito é legal, pois as finanças públicas são regidas pelo critério financeiro, não orçamentário.

LETRA B

**FGV - 2018 - SEFIN-RO - Contador**

De acordo com a Constituição da República, sob pena de crime de responsabilidade, nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão

A nas diretrizes orçamentárias.

B no plano plurianual.

C no anexo de metas fiscais.

D no orçamento anual.

E no orçamento bianual.

LETRA B

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Nos termos do que prevê a Constituição, a lei orçamentária anual:

A pode permitir ilimitada abertura de créditos adicionais;

B pode ser objeto de emenda legislativa, baseada em corte de despesas com o serviço da dívida;

C pode autorizar a contratação de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária;  
D não inclui as entidades de direito privado da Administração Pública;  
E pode, em casos excepcionais, permitir a criação de novos cargos públicos.

LETRA C

**FGV - 2016 - CODEBA - Analista Portuário – Economista**

Em relação aos orçamentos públicos, a CRFB/88 estabelece que

- A o Plano Plurianual (PPA) deve ser formulado pelo Poder Legislativo, com as devidas ressalvas do Poder Executivo.
- B o projeto da Lei Orçamentária é um instrumento executivo que inclui a prévia autorização para créditos suplementares ao orçamento público.
- C a Comissão Mista, composta por senadores e deputados, deve examinar e emitir parecer sobre as contas anuais da Presidência da República.
- D a utilização de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é vedada para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- E a criação de cargos pelos órgãos da administração direta não precisa de prévia dotação orçamentária que atenda às projeções de despesa de pessoal.

LETRA C

**FGV - 2015 - Câmara Municipal de Caruaru - PE - Analista Legislativo – Administração**

As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- A Não é permitido que se consigne em orçamento recursos para serviços não criados anteriormente.
- B As emendas ao projeto de lei do orçamento anual que o modifiquem, só poderão ser aprovadas caso estejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- C A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- D A LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- E As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

LETRA C

**FGV - 2015 - Câmara Municipal de Caruaru - PE - Analista Legislativo - Administração**

O Plano Plurianual – PPA estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração para as Despesas de Capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. Para que seja aprovada modificação da LOA, as emendas devem ser compatíveis somente com o PPA.

II. Os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário manterão sistema de controle interno para avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

III. Para que uma despesa de capital possa ser realizada, caso uma execução ultrapasse um exercício financeiro, deverá ela ser incluída, previamente, no plano plurianual ou em prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento durante o prazo de sua vigência.

Assinale:

A se somente a afirmativa I estiver correta.

B se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

C se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

D se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

E se todas as afirmativas estiverem corretas.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria – Processual**

Determinado Município aprovou a sua lei orçamentária anual e nela autorizou a realização de obras públicas tidas como necessárias. Considerando a sua precária situação financeira, foi igualmente autorizada a contratação de empréstimo interno, sendo que metade do valor seria destinado ao pagamento das referidas obras e a outra metade seria utilizada para as despesas correntes, de caráter geral, da Administração Pública. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a referida lei é:

A constitucional, pois a lei orçamentária é a sede adequada para a previsão da receita e a autorização da despesa pública;

B inconstitucional, por afrontar a competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito econômico;

C constitucional, pois o Município possui competência concorrente para legislar sobre direito financeiro;

D inconstitucional, já que a operação de crédito excede o montante das despesas de capital;

E constitucional, desde que a operação de crédito a que se refere a lei orçamentária tenha sido previamente autorizada pelo Senado Federal.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Ciências Contábeis**

Considerando as elevadas disponibilidades de caixa de determinado ente federativo, foi formulada consulta, pelo Chefe do Poder Executivo, à sua assessoria, a respeito do que deveria

ser feito com esses recursos. Com os olhos voltados às normas constitucionais afetas às finanças públicas, é correto afirmar que essas disponibilidades:

A devem ser necessariamente depositadas, qualquer que seja o ente federativo a que pertençam, no Banco Central;

B podem ser depositadas em instituição financeira de livre escolha do respectivo ente federativo;

C quando pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não precisam ser depositadas em banco oficial;

D podem ser depositadas em bancos privados ou em bancos oficiais conforme definido por lei editada pelo respectivo ente federativo;

E não têm o mesmo tratamento do crédito da folha de pagamento, já que este último pode ser depositado em banco privado.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Ciências Contábeis**

O Chefe do Poder Executivo de determinado ente federativo, após ampla análise técnica, encaminhou o projeto de lei orçamentária anual ao Poder Legislativo. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que:

A o orçamento fiscal, em razão de suas características essencialmente tributárias, integra documento autônomo, estranho à lei orçamentária anual;

B as emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária não podem indicar, como fonte de recursos, aqueles provenientes da anulação de despesa com o serviço da dívida;

C a receita e a despesa das universidades públicas, entes que têm sua autonomia reconhecida pela Constituição da República, não devem ser inseridas no orçamento anual;

D a abertura de créditos orçamentários especiais, como são aqueles destinados à cobertura de despesas não previstas na lei orçamentária, independe de autorização legislativa;

E a lei orçamentária anual não pode conter autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

LETRA B

#### **FGV - 2015 - DPE-MT – Advogado**

Com o objetivo de assegurar a urbanização do respectivo território, determinada Constituição Estadual dispôs que certo percentual da receita pública deveria ser aplicada, pelo Estado e pelos Municípios, na pavimentação das vias públicas, observada a esfera de competências de cada qual.

Consoante a sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que comando dessa natureza é

A inconstitucional somente em relação aos Municípios, isso por afrontar a autonomia política desses entes federados.

B constitucional, pois a Constituição Estadual deve disciplinar a realização da despesa pública pelo Estado e pelos Municípios nele inseridos.

C inconstitucional, pois a matéria é da alçada da lei complementar federal, que deve disciplinar a matéria de modo uniforme em todo o território nacional.

D constitucional, somente em relação aos Municípios, entes federados menores que estão sujeitos às normas estabelecidas pelo ente federado maior, o Estado.

E inconstitucional, pois a matéria é afeta à lei orçamentária, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, estadual ou municipal.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - SSP-AM - Técnico de Nível Superior**

Na medida em que o art. 24 da Constituição da República atribui competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre as matérias ali relacionadas, é possível afirmar que:

A caso inexistir lei da União a respeito das matérias referidas no art. 24, os demais entes exercerão a competência legislativa plena;

B todos os entes federados referidos no art. 24 podem legislar livremente sobre as matérias ali relacionadas;

C os Estados e o Distrito Federal somente podem legislar sobre as matérias previstas no art. 24 caso sejam autorizados em lei complementar editada pela União;

D a União pode editar lei exaurindo a disciplina normativa das matérias previstas no art. 24;

E os Estados e o Distrito Federal, ao legislarem sobre as matérias previstas no art. 24, somente podem estabelecer normas gerais.

LETRA A

#### **FGV - 2014 - Prefeitura de Recife - PE - Analista de Controle Interno - Finanças Públicas**

Quanto ao regramento constitucional sobre o orçamento, assinale a afirmativa incorreta.

A A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, assim como para as relativas aos programas de duração continuada.

B A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

C À lei ordinária cabe dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

D A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

E A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

LETRA C

#### **FGV - 2014 - PGM - Niterói - Procurador do Município, 3ª Categoria (P3)**

A respeito da sistemática constitucional afeta ao orçamento, assinale a afirmativa correta.

A Cada instituição dotada de autonomia financeira possui iniciativa legislativa privativa para apresentar sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

B As normas que concedem benefícios fiscais no âmbito municipal, por não terem natureza orçamentária, não são alcançadas pela reserva de iniciativa do Executivo.

C Uma lei de iniciativa parlamentar pode impor ao Executivo a consignação de dotação orçamentária anual destinada a certa finalidade.

D A Constituição Estadual pode impor aos Municípios a aplicação de percentual do seu orçamento em finalidades específicas.

E As leis orçamentárias, por serem gerais e abstratas, não estão sujeitas ao controle concentrado de constitucionalidade.

LETRA C

### **FGV - 2013 - TJ-AM - Analista Judiciário - Qualquer Área de Formação**

Assinale a alternativa que apresenta vedação constitucional relacionada às leis do orçamento.

A O início de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual.

B A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto quando a própria Constituição trazer autorização para tal vinculação.

C A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização do Tribunal de Contas.

D A transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, não se aplicando esta vedação ao pagamento de despesas com pessoal inativo.

E A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização do ministro da pasta correspondente.

LETRA B

### **FGV - 2012 - Senado Federal - Analista Legislativo - Apoio Técnico ao Processo Legislativo**

A Constituição de 1988 prevê três espécies de lei orçamentária, a saber, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. Além disso, veicula várias normas orçamentárias. A propósito do orçamento, assinale a alternativa correta.

A Em caso de déficit das empresas públicas, o Poder Executivo poderá abrir créditos extraordinários por meio de medida provisória.

B Uma vez encaminhado o projeto de lei orçamentária anual, o Presidente da República não poderá mais propor alterações.

C É cabível medida judicial contra ato omissivo do Chefe do Poder Executivo consistente na ausência de repasse dos duodécimos correspondentes às dotações orçamentárias do Poder Legislativo.

D O plano plurianual está sujeito à apreciação conclusiva ou terminativa da comissão mista de orçamento.

E A criação de cargos ou aumento de remuneração nas empresas públicas depende de prévia dotação orçamentária e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

LETRA C

### **FGV - 2010 - SEAD-AP - Auditor da Receita do Estado - Prova 1**

Com relação ao tema "Finanças Públicas", analise as afirmativas a seguir.

I. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros, bem como conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.

II. A Constituição determina que lei complementar disporá sobre as operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios bem como sobre a compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

III. As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Assinale:

A se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

B se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

C se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

D se somente a afirmativa I estiver correta.

E se todas as afirmativas estiverem corretas.

LETRA A

### **FGV - 2009 - SAD-PE - Analista em Gestão Administrativa**

No que se refere ao orçamento público, de acordo com disposição constitucional, não é vedada a:

A abertura de crédito suplementar, sem prévia autorização legislativa

B concessão ou utilização de créditos ilimitados

C instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa

D abertura de créditos especial, sem indicação dos recursos correspondentes

E abertura de crédito extraordinário para atender despesas imprevisíveis e urgentes

LETRA E

### **FGV - 2008 - Senado Federal - Consultor de Orçamento**

A respeito da disciplina constitucional da elaboração do orçamento público, assinale a alternativa incorreta.

A A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos

suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

B A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

C Cabe a lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

D O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, será obrigatoriamente incluído na lei orçamentária anual.

E A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, excluídas as entidades de administração indireta que possuam autonomia econômica e financeira.

LETRA E

#### **FGV - 2008 - Senado Federal - Técnico Legislativo - Processo Legislativo**

O art. 163 da Constituição brasileira determina a edição de lei para regulamentar os gastos públicos, denominada de lei de responsabilidade fiscal que alguns autores indicam como influência de países unitários, como a Nova Zelândia. A lei em foco tem natureza de lei:

A regulamentar.

B complementar.

C delegada.

D reforçada.

E provisória.

LETRA B

#### **FGV - 2008 - TCM-RJ – Auditor**

É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, salvo autorizações específicas, no âmbito orçamentário, abrangendo aquelas a seguinte rubrica:

A pessoal civil.

B pessoal militar.

C serviços operacionais.

D obras públicas.

E serviços de terceiros.

LETRA D

#### **FGV - 2008 - TCM-RJ – Auditor**

O Poder Executivo publicará, após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária até:

A 60 dias.

- B 120 dias.
- C 90 dias.
- D 30 dias.
- E 150 dias.

LETRA D

**FGV - 2008 - TJ-MS – Juiz**

Com base na Constituição Federal, assinale a afirmativa incorreta.

- A O princípio da exclusividade orçamentária determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei.
- B O princípio da clareza ou transparência orçamentária prevê que o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- C A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- E É vedada a abertura de crédito especial ou extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

LETRA E

**FGV - 2013 - DETRAN-MA - Analista de Trânsito**

No âmbito da repartição de competência estabelecida pela Constituição Federal, é de competência concorrente da União, estados, Distrito Federal e municípios legislar sobre

- A Direito Tributário e Direito Financeiro.
- B Direito Marítimo e Direito Espacial.
- C Direito Eleitoral e Direito Agrário.
- D Direito Penal e Direito Processual Penal.
- E Direito Civil e Direito Processual Civil.

LETRA A

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 1**

Dentre as matérias abaixo, qual integra a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal?

- A Direito comercial.
- B Comércio interestadual.

C Comércio exterior.  
D Política de crédito.  
E Direito financeiro.

LETRA E

## 11. LRF - PARTE 1 (princípios; conceitos; planejamento (PPA, LDO, LOA e execução orçamentária e cumprimento de metas)

### FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo

**23**

No âmbito do Estado Alfa, a empresa pública W era destinatária de dotações orçamentárias a serem utilizadas para o pagamento de despesas de custeio em geral, não de pessoal; a sociedade de economia mista Y, de dotações a serem utilizadas para o pagamento de pessoal; e Z, subsidiária integral da empresa pública W, recebia dotações para fins de investimentos. Todas estavam vinculadas à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Modernização Logística. Considerando o teto remuneratório estabelecido pelo Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que ele:

- (A) somente se aplica a W e a Y;
- (B) não se aplica a W, Y e Z;
- (C) é aplicável a W, Y e Z;
- (D) somente se aplica a Y;
- (E) somente se aplica a Z.

LETRA A

### FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo

**34**

O processo orçamentário no Brasil tem como base diferentes instrumentos de planejamento concebidos para auxiliar na gestão equilibrada dos recursos públicos. Um dos instrumentos de planejamento de maior complexidade técnica é a LDO, que tem, entre seus conteúdos, a proposição de:

- (A) condições para concessão de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- (B) critérios de regionalização dos programas governamentais;
- (C) despesas relativas aos programas de duração continuada;
- (D) diretrizes para investimentos das empresas estatais;
- (E) disposições sobre equilíbrio entre receitas e despesas.

LETRA E

### FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental

**33** Ao final de um dado exercício, as receitas correntes de um estado da federação, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), somaram R\$ 14 bilhões. Considere, além disso, as informações do quadro a seguir.

Contribuição para custeio das pensões militares	R\$ 22.500.000,00
Contribuições de empregadores e trabalhadores para Seguridade Social	R\$ 675.000.000,00
Contribuições dos servidores para custeio do sistema de previdência social	R\$ 450.000.000,00
Contribuições para o PIS/PASEP	R\$ 90.000.000,00
Dedução da receita para formação do FUNDEB	R\$ 270.000.000,00
Receitas de compensações financeiras entre regimes previdenciários	R\$ 67.500.000,00
Receitas intraorçamentárias	R\$ 180.000.000,00
Transferências constitucionais aos municípios	R\$ 1.800.000.000,00

De acordo com as orientações da LRF para apuração da Receita Corrente Líquida de entes estaduais, a RCL do ente no referido período soma:

- (A) R\$ 10.445.000.000,00;
- (B) R\$ 10.625.000.000,00;
- (C) R\$ 10.715.000.000,00;
- (D) R\$ 11.390.000.000,00;
- (E) R\$ 11.570.000.000,00.

LETRA D

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**37**

O processo orçamentário no Brasil é revestido de formato legal, principalmente em decorrência dos chamados instrumentos de planejamento.

Um desses instrumentos é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem entre os seus objetivos:

- (A) operacionalizar o planejamento estratégico do governo;
- (B) evidenciar as escolhas políticas de gestores na alocação de recursos;
- (C) estabelecer diretrizes relativas aos programas de duração continuada;
- (D) contribuir com parâmetros para o acompanhamento da gestão fiscal;
- (E) definir os objetivos das despesas de capital e outras delas decorrentes.

LETRA D

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

A Lei Complementar editada para evitar desequilíbrios financeiros, criando regras estruturadas capazes de incluir melhores práticas de gestão pelos entes públicos e inibindo gastos superiores à arrecadação, ficou conhecida como

- A Lei de Responsabilidade Fiscal.
- B Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- C Lei do plano plurianual.
- D Lei de Acesso à Informação.
- E Lei da Reforma Bancária.

LETRA A

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

A Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, provocou mudanças substanciais na Administração Pública, nas três esferas do governo. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- A Impõe restrições às estatais independentes, visto que recebem recursos governamentais para despesas de custeio em geral ou com pessoal.
- B Tem como princípios o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade.
- C Precizou, por ser uma lei federal, de suplementação pelas outras esferas do governo.
- D Foi aprovada, por meio de uma reforma constitucional, em maio de 2000.
- E Foi editada para reger todo o processo orçamentário, revogando a defasada Lei nº 4.320/65.

LETRA B

**FGV - 2017 - Prefeitura de Salvador - BA - Técnico de Nível Superior II - Economia ou Gestão Financeira**

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção que não apresenta uma de suas características.

- A É inspirada em uma experiência da Nova Zelândia que passava por um crise macroeconômica.
- B Apresenta as diretrizes que balizam a administração das finanças públicas em todas as esferas de governo.
- C Elimina a socialização de prejuízos imposta em diversas ocasiões ao Tesouro Nacional, devido à crise fiscal que unidades federativas passavam.
- D Impõe regras rígidas para o gasto com o funcionalismo no final dos ciclos eleitorais.
- E Impõe pisos e tetos para o gasto com pessoal, em função da receita em cada esfera governamental.

LETRA E

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Dentre os princípios que direcionam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), *não* está incluído

- A o equilíbrio entre receitas e despesas, a fim de se evitar déficits públicos constantes.
- B a adoção de uma política tributária estável, com regras claras.
- C o estímulo à participação da população nos atos relacionados à prestação das contas dos recursos públicos, visando ao controle social do orçamento.
- D a estipulação de um limite da dívida pública como percentual do PIB, lançando mão do *sequestro orçamentário* se necessário.

E a transparência na elaboração, execução e divulgação das leis referentes às finanças públicas, em especial aquelas relacionadas ao orçamento.

LETRA D

**FGV - 2016 - CODEBA - Analista Portuário – Economista**

Com relação às principais características da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

A A imposição de limites de despesa com pessoal nas diferentes esferas do governo, o que já estava previsto na Constituição.

B A limitação de endividamento, salvo empréstimos tomados entre unidades administrativas distintas dentro da mesma esfera.

C A imposição de um teto para endividamento, aplicando penas imediatas no caso de ultrapassagem desse limite.

D O controle do endividamento das esferas, sendo dos Estados e Municípios feito exclusivamente pela Câmara dos Deputados e da União pelo Senado.

E A criação do Programa Nacional de Desestatização, com a concessão da provisão dos serviços de utilidade pública para o setor privado.

LETRA A

**FGV - 2013 - INEA-RJ - Administrador**

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar que, regulamentando o Art. 163 da Constituição Federal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no País que se apoia em quatro eixos.

Assinale a alternativa que enumera os referidos eixos.

A planejamento, transparência, controle e responsabilização.

B planejamento, legalidade, controle e responsabilização.

C anualidade, transparência, controle e equilíbrio.

D planejamento, transparência, equilíbrio e responsabilização.

E planejamento, transparência, controle e equilíbrio.

LETRA A

**conceitos**

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**39**

Ao tratar da responsabilidade na gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu conceitos que constituem verdadeiros pilares para os gestores públicos em busca do equilíbrio fiscal.

Ao avaliar os relatórios fiscais de um ente à luz dos pilares da gestão fiscal, um item que está fora do escopo de análise é:

- (A) transparência;
- (B) ação planejada;
- (C) prevenção de riscos;
- (D) cumprimento de metas;
- (E) descentralização de créditos.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**63**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Na União, nos Estados e nos Municípios, deve-se deduzir do valor

- (A) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (B) a receita com os serviços considerados essenciais.
- (C) as receitas industriais obtidas com outras entidades do setor público.
- (D) as receitas tributárias que não foram efetivamente recebidas na data.
- (E) as transferências realizadas a inativos ou pensionistas.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**59**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida compreende o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

No Estado do Amazonas, deve ser deduzido deste valor os montantes listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) As receitas provenientes da compensação financeira entre o regime geral da previdência e o regime próprio dos servidores públicos.
- (B) As contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (C) As parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- (D) Os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
- (E) As despesas com pessoal custeadas com recursos recebidos da União.

LETRA E

**FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo – Administração**

O conceito de receita corrente líquida foi estabelecido com a intenção de separar as receitas disponíveis de um Governo das vinculadas a uma função.

Consonante à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não serão deduzidos do cálculo da receita corrente líquida

A da União, os valores entregues aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal.

B dos Estados, os valores entregues aos Municípios por determinação constitucional.

C dos Municípios, as contribuições dos servidores para o custeio do Sistema de Previdência e Assistência Social.

D do DF, os recursos transferidos pela União para organizar e manter o Poder Judiciário e a Defensoria Pública.

E Nos territórios, recursos transferidos pela União para organizar o Ministério Público.

LETRA D

#### **FGV - 2018 - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos**

De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, para obtenção da receita corrente líquida deve-se deduzir alguns valores do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Entre os valores a serem deduzidos não estão

A os valores transferidos a entidades filantrópicas, nos Municípios.

B as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional, nos Estados.

C os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação legal, na União.

D os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional, na União.

E a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social, na União, nos Estados e nos Municípios.

LETRA A

#### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Compras, Patrimônio e Materiais**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impôs aos entes públicos limites para as despesas públicas, tendo como referência a Receita Corrente Líquida (RCL). Esta é calculada a partir do somatório de receitas correntes, com algumas deduções.

Entre os recursos que formam a RCL, estão as receitas:

A de alienação de bens;

B de cauções;

C de contribuições;

D de emissão de moeda;

E de operações de crédito.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Os dados do Quadro VII a seguir referem-se às receitas arrecadadas no primeiro bimestre do exercício financeiro de 201x por um ente da Federação e estão expressos em milhares de reais.

Receita	Valores
Alienação de bens	643,00
Amortização de empréstimos	72.224,00
Contribuições	44.956,00
Industrial	179,00
Operações de crédito	8.212,00
Patrimonial	177.014,00
Serviços	39.382,00
Transferências correntes	839.531,00
Transferência de capital	17.978,00
Tributárias	1.401.682,00

Considerando as categorias econômicas da receita orçamentária, a receita corrente líquida apurada totaliza:

- A 1.663.213,00;
- B 2.325.730,00;
- C 2.502.744,00;
- D 2.510.956,00;
- E 2.583.823,00.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

O conceito de Receita Corrente Líquida (RCL) foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e é utilizado como parâmetro para acompanhamento de metas fiscais e despesas públicas em áreas específicas. No cálculo da RCL da União, os itens a seguir devem ser deduzidos do somatório das receitas, EXCETO:

- A compensações financeiras entre regimes previdenciários;
- B contribuições para custeio da seguridade social;
- C contribuições para custeio de pensões militares;
- D transferências constitucionais e legais;
- E transferências voluntárias.

LETRA E

#### **FGV - 2013 - CONDER – Advogado**

A Lei Complementar n. 101/00 traz classificações que possuem impacto direto no nível de fiscalização e controle que incide sobre pessoas jurídicas.

Em relação a essas classificações, assinale a afirmativa correta.

- A Empresa controlada é aquela em que a maioria do capital social com direito a voto pertence de forma direta ou indireta a ente da Federação.
- B A empresa estatal dependente pode não ser uma empresa controlada.
- C Toda empresa controlada é também uma empresa estatal dependente.

D Caso o capital social com direito a voto pertença apenas indiretamente a ente da Federação, essa empresa não pode ser classificada como controlada.

E Caso uma empresa controlada receba recursos do ente controlador para aumento de participação acionária, essa empresa, em razão de tal fato, será uma estatal dependente.

LETRA A

### **FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

Estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal

A a União, os Estados, o DF e os Municípios com menos de 50 mil habitantes apenas.

B a União, os Estados, o DF e os Municípios com mais de 50 mil habitantes apenas.

C a Administração Direta e a Indireta.

D as Administrações Diretas, os fundos, as autarquias, fundações, empresas estatais dependentes.

E a Administração Direta, as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

LETRA D

### **planejamento (LDO, LOA + execução orçamentária e fin)**

#### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**73**

Um ente público municipal publicou um dos seus instrumentos de planejamento que continha o seguinte trecho: “Em atendimento às disposições do Art. 4º, I, e), da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, esta lei estabelece que todas as secretarias municipais enviarão informações em periodicidade quadrimestral, conforme padrão definido pela CGM para apuração, controle e acompanhamento dos custos dos serviços prestados pelo método de custeio padrão”.

Além dessa disposição, esse instrumento:

- (A) apresenta detalhes sobre o orçamento de investimento das empresas públicas municipais;
- (B) define condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- (C) dispõe também sobre diretrizes e objetivos relativos aos programas de duração continuada;
- (D) estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração pública municipal;
- (E) fornece as bases para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LETRA B

#### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**83**

Devido à sua posição geográfica, em uma área montanhosa de um determinado Município, é recorrente a ocorrência de inundações e deslizamentos associados às chuvas sazonais de verão.

Como esses eventos demandam a intervenção do poder público municipal, o Manual de Demonstrativos Fiscais recomenda que:

- (A) a intervenção do poder público frente a essa situação emergencial seja custeada com créditos especiais;
- (B) a reserva de contingência deva ser direcionada para a cobertura de despesas necessárias para sanar a situação emergencial;
- (C) as despesas com ações para mitigar tais efeitos devam ser previstas na LDO e na LOA;
- (D) as providências a serem tomadas pelo poder público sejam previstas no anexo de riscos fiscais;
- (E) o ente publique decreto de calamidade pública para suspender as restrições fiscais até o fim da emergência.

LETRA C

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**49**

A disposição de normas de controle de custo e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do orçamento é uma atribuição, conferida pela LRF, ao instrumento de planejamento conhecido por

- (A) Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Plano Plurianual.
- (D) Relatório de Gestão Fiscal.
- (E) Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

LETRA B

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**62**

No Anexo de Riscos de Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias se faz a avaliação

- (A) dos riscos realizados em comparação aos previstos.
- (B) do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- (C) dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- (D) da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência social dos servidores públicos.
- (E) da evolução do patrimônio líquido, com destaque à origem e à aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

LETRA C

**63**

Em relação à Lei Orçamentária Anual, a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000,

- (A) a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

- (B) a variação do Certificado de Depósito Bancário (CDI).
- (C) a variação da taxa de atualização da Caderneta de Poupança.
- (D) o refinanciamento da dívida pública prevista na lei orçamentária.
- (E) a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**48**

Dada a sua relevância no contexto de uma gestão fiscal responsável, a dívida pública é amplamente tratada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em atenção a esse normativo, um ente público que tenha dívida mobiliária ou contratual em um dado período deve incluir todas as despesas relativas à dívida pública e as receitas que as atenderão no(a):

- (A) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- (B) Demonstrativo das Operações de Crédito.
- (C) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Relatório de Gestão Fiscal.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**64**

Com o intuito de subsidiar a promoção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs sobre a definição de metas e restrições para assegurar o cumprimento dessas metas.

A limitação de empenho e movimentação financeira é uma medida que deve ser adotada quando a realização da receita ameaçar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, e pode incidir sobre despesas:

- (A) com juros e encargos da dívida;
- (B) com pagamento de pessoal e encargos sociais;
- (C) de transferências intergovernamentais legalmente previstas;
- (D) discricionárias destinadas a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**36**

Um instrumento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal como subsídio para acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal refere-se à programação financeira e ao cronograma de desembolso a serem estabelecidos e disponibilizados:

- (A) com a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- (B) até trinta dias após a publicação dos orçamentos;
- (C) como anexo ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- (D) juntamente com o Anexo de Metas Fiscais;
- (E) quadrimestralmente, junto ao Relatório de Gestão Fiscal.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**60**

Entre os mecanismos criados para Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para reduzir o risco de déficit e descumprimento de metas fiscais em cenários de queda na arrecadação está a limitação de empenho e movimentação financeira.

Porém, a LRF salvaguardou algumas despesas desse mecanismo, entre as quais citam-se as:

- (A) custeadas com recursos oriundos de transferências constitucionais;
- (B) destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, discricionárias ou não;
- (C) executadas nas modalidades de aplicação transferências voluntárias a Estados ou a Municípios;
- (D) relacionadas a investimentos destinados a áreas de desenvolvimento incentivado por subsídios;
- (E) relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**63**

Ao consultar o Portal da Transparência de um ente da federação em busca de informações sobre o orçamento do ente ao longo do exercício, um cidadão encontrou um documento que detalhava em um anexo as despesas que não serão objeto de limitação de empenho durante o exercício.

O documento acessado pelo cidadão refere-se:

- (A) ao Anexo de Metas Fiscais;
- (B) ao Relatório de Gestão Fiscal;
- (C) à Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) à Lei Orçamentária Anual;
- (E) ao Decreto de programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

LETRA C

**69**

A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso representam um subsídio previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal de grande relevância para o acompanhamento da execução orçamentária.

Ao analisar a prestação de contas de um ente público, um analista orçamentário fez uma recomendação para que o referido documento esteja aderente aos dispositivos legais, qual seja:

- (A) definição de diretrizes para programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso no PPA;
- (B) inclusão da apuração do superávit financeiro do exercício na programação financeira;
- (C) inclusão da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso como anexo da LDO;
- (D) publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso por meio de decreto do Poder Legislativo;
- (E) publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso somente após a aprovação da LOA.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**53**

Em decorrência da sua relevância no financiamento das ações governamentais no ciclo de execução orçamentária, a dívida pública é amplamente tratada pela legislação, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que traz uma série de disposições para o seu controle e gestão.

Diante da necessidade de contração de novas dívidas no âmbito de um ente público, deve-se considerar que:

- (A) a limitação de despesas para pagamento do serviço da dívida é vedada apenas no último ano de mandato;
- (B) as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, devem constar em lei específica;
- (C) as operações de crédito com prazo inferior a doze meses não integram a dívida pública consolidada;
- (D) o parâmetro para atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada pode ser definido na LDO;
- (E) o refinanciamento da dívida pública deve ser definido em lei que trata de créditos adicionais.

LETRA D

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**75**

Ao final do terceiro bimestre de certo ano, o Poder Executivo da União verificou que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Diante disso, notificou os demais Poderes da União e o Ministério Público para que tomassem as medidas de responsabilidade fiscal cabíveis em face dessa situação.

Diante desse cenário, e à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei orçamentária anual.
- (B) No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação de empenho e movimentação financeira, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros destes segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

- (C) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
- (D) Poderão ser objeto de limitação as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- (E) Poderão ser objeto de limitação as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**49**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei Complementar irá conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada à(ao)

- (A) compensação da redução da receita realizada.
- (B) compra de ativos não prevista no Orçamento.
- (C) compensação de resultados deficitários e à constituição de crédito fiscal.
- (D) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- (E) retenção de superávit do período para preservação do patrimônio líquido da entidade.

LETRA D

**FGV/Prefeitura de Manaus 2022 – Cargo: ES-Administrador Geral**

**61**

Apesar de estar prevista e detalhada na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) teve um incremento nas suas atribuições com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabeleceu que a LDO terá seu projeto integrado

- (A) pela Reserva de Contingência.
- (B) pelo Anexo de Metas Fiscais.
- (C) pelo Demonstrativo Regionalizado de Efeito das Renúncias Fiscais.
- (D) pelo Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
- (E) pelo Relatório de Gestão Fiscal.

LETRA B

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**68**

Para um determinado exercício financeiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União apresentou como meta de resultado primário um déficit de R\$ 129 bilhões. Ao final do primeiro quadrimestre do exercício de referência, em decorrência de um cenário econômico adverso, essa meta foi ajustada para um déficit de R\$ 159 bilhões. Nos meses seguintes, em

novas avaliações do cenário econômico, técnicos do governo estimaram que o déficit primário do governo federal alcançaria R\$ 151,2 bilhões ao final do ano.

À luz dos preceitos fiscais dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar que:

- (A) o resultado primário estimado não representa a situação fiscal do país;
- (B) será necessário cancelar a programação financeira em caso de não alcance da meta;
- (C) se a meta for alcançada, haverá margem para a contratação de operações de crédito;
- (D) se a meta não for alcançada, poderá haver limitação de empenho de despesas obrigatórias;
- (E) se o cenário estimado for mantido, a meta em vigor será respeitada.

LETRA E

### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**79**

Com o objetivo de contribuir para a responsabilidade na gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, com regras específicas.

Ao avaliar a adoção desse mecanismo, um gestor deve considerar que:

- (A) a verificação da compatibilidade entre a realização da receita e as metas fiscais deve ser feita a cada quadrimestre;
- (B) após a verificação, se for necessário, o poder ou órgão deverá adotar as providências em até sessenta dias;
- (C) as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida não serão objeto de limitação de empenho;
- (D) as propostas de limitação de empenho e movimentação financeira devem ser submetidas à audiência pública;
- (E) o restabelecimento parcial da receita prevista não implica recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados.

LETRA C

### **FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**53**

Um servidor alocado em uma unidade de controle interno de um ente público estava avaliando a adequação das peças orçamentárias, quando algo chamou a sua atenção ao analisar os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente.

A ausência de item obrigatório no Anexo de Riscos Fiscais que pode ter chamado a atenção do servidor foi:

- (A) memória de cálculo e metodologia para avaliação dos riscos;
- (B) parâmetros de alocação da reserva de contingência para cobertura dos riscos fiscais;
- (C) providências a serem tomadas em caso de concretização dos riscos fiscais;
- (D) quadro comparativo com os riscos fiscais identificados no exercício anterior;
- (E) quadro comparativo da situação financeira e atuarial do regime de previdência do ente.

LETRA C

## **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**27**

A Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 no âmbito da União, definiu que a Reserva de Contingência será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a 0,2% da receita corrente líquida constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Ao avaliar a definição e a destinação dessa reserva, os técnicos da área de controle orçamentário, conforme legislação pertinente, considerarão que a Reserva de Contingência:

- (A) deve ser destinada para a cobertura de emendas parlamentares impositivas;
- (B) deve ter anulação restrita à cobertura de créditos adicionais especiais;
- (C) é limitada ao atendimento de passivos contingentes previstos na LOA;
- (D) não está sujeita à execução direta durante o exercício financeiro;
- (E) pode ser incluída em grupo de despesa de natureza corrente ou de capital.

LETRA D

### **FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias inclui, entre outras informações, o Anexo de Riscos Fiscais. Nele, deve(m) ser apresentada(s)

A a demonstração da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

B a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, com destaque para a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

C a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

D a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informações sobre as providências a serem tomadas, caso se eles concretizem.

E as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

LETRA D

### **FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

O projeto de lei orçamentária anual contém reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante são estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Sobre a reserva de contingência, assinale a afirmativa correta.

A Seu montante é definido com base nas receitas de capital.

B Seu montante é definido com base nas despesas correntes.

C Destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

D Seu montante é definido pela diferença entre ativos contingentes e passivos contingentes.

E Destina-se ao atendimento das provisões para contingências e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

LETRA C

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais. O anexo de riscos fiscais, além de identificar os riscos a que o ente está sujeito e indicar as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem, deve também apresentar informações relativas à:

- A evolução do patrimônio líquido;
- B avaliação de passivos contingentes;
- C estimativa e compensação da renúncia fiscal;
- D origem e aplicação dos recursos de privatizações;
- E situação financeira e atuarial do regime de previdência social dos servidores.

LETRA B

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma das inovações da Constituição da República de 1988 em termos de planejamento foi a exigência da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo conteúdo também foi tratado posteriormente na legislação complementar (LRF).

Entre as atribuições da LDO está:

- A apresentar o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos;
- B definir as políticas de aplicação e de financiamento das agências governamentais;
- C dispor sobre as alterações na legislação orçamentária;
- D estabelecer critérios e forma de limitação de empenho;
- E orientar a elaboração do plano plurianual.

LETRA D

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Administração de Empresas**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma importante inovação trazida pela Constituição da República de 1988 ao ordenamento político brasileiro, estipulando metas e prioridades da Administração Pública. Trata-se de uma de suas atribuições constitucionais:

- A conter reserva de contingência com a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos;
- B fixar prazos para elaboração das leis orçamentárias, enquanto não houver a edição de lei ordinária específica para a matéria;
- C modificar e atualizar elementos materiais da legislação tributária;
- D dispor sobre alterações nas despesas de capital no exercício corrente;
- E estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

LETRA E

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

Em determinado período, foi verificado que a realização da receita não iria comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais de uma entidade do setor público. Como consequência, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, os Poderes e o Ministério Público promoveram limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subseqüentes.

De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, a limitação não alcança as despesas destinadas

- A ao pagamento do serviço da dívida.
- B ao pagamento de obras já iniciadas.
- C aos serviços de saneamento básico.
- D à realização de concurso público relacionado à saúde.
- E à realização de concurso público relacionado à segurança.

LETRA A

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais.  
Sobre o Anexo de Riscos Fiscais, assinale a afirmativa correta.

- A Estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.
- B Acompanha a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- C Contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- D Apresenta a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- E Expõe o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

LETRA D

**FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo – Administração**

Conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Banco Central do Brasil é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, sendo considerada uma das principais autoridades monetárias do País.

Conforme disposto pela LRF, o Banco Central deve apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, até

- A 90 dias após o encerramento de cada semestre.
- B o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.
- C 60 dias após início da sessão legislativa.
- D 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

E o final de cada quadrimestre.

LETRA A

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

Analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

I. A lei orçamentária anual conterá anexo de riscos fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias preverá reserva de contingência, cuja forma de utilização e cujo montante, definidos com base na receita corrente bruta, serão estabelecidos no plano plurianual.

III. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, bem como as receitas que lhes atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

Assinale a opção que apresenta, na ordem apresentada, a sequência correta.

A V – V – F.

B F – F – V.

C V – F – V.

D F – V – F.

E V – F – F.

LETRA B

**FGV - 2018 - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos**

Analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A lei de diretrizes orçamentárias regula a política de aplicações das agência de Fomento.

( ) A lei orçamentária anual disporá sobre a forma de utilização e montante de reservas de contingência.

( ) O plano plurianual veiculado por lei federal, de caráter nacional, regula as despesas públicas de capital;

As afirmativas são, respectivamente,

A V – F – F.

B F – V – F.

C V – V – F.

D F – F – V.

E F – V – V.

LETRA A

**FGV - 2018 - COMPESA - Analista de Gestão – Administrador**

Apesar de ter sido criada na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ganhou novas atribuições com a publicação da Lei Complementar 101, de 2000,

conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Sobre as atribuições da LDO, decorrentes da publicação da LRF, assinale a afirmativa correta.

- A Dispor sobre mudanças na Legislação Tributária.
- B Compreender as metas fiscais e monetárias da Administração Pública.
- C Elaborar o anexo de metas fiscais.
- D Orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- E Estabelecer a política das agências financeiras oficiais de fomento.

LETRA C

**FGV - 2018 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Os instrumentos de planejamento PPA, LDO e LOA têm seus conteúdos específicos previstos na Constituição Federal e na LRF.

A apresentação, montante e forma de utilização da reserva de contingência constituem um conteúdo:

- A exclusivo da LOA;
- B exclusivo da LDO;
- C atribuído à LOA e LDO;
- D atribuído à LOA e PPA;
- E atribuído à LDO e PPA.

LETRA C

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

“Art. 45. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de ‘outras despesas correntes’, ‘investimentos’ e ‘inversões financeiras’ de cada Poder do Município”.

O trecho destacado está contido em um instrumento de planejamento que tem entre seus objetivos:

- A definir o orçamento fiscal e da seguridade social;
- B estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública;
- C estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- D estimar receitas e fixar despesas para o exercício;
- E orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

LETRA E

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Recursos Materiais e Logística**

A Lei Complementar nº 101 de maio de 2000 foi editada com o objetivo de estabelecer regras de gerenciamento financeiro responsável.

Assim, ao dispor sobre a Lei Orçamentária Anual, mencionou que o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual:

A não precisará conter as medidas de compensação a renúncia de receita, mas deverá prever todas as receitas de natureza tributária;

B não precisará conter as medidas ou qualquer dado para efeitos do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, que se fará no plano plurianual;

C conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

D não conterá todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, mas deverá prever todas as formas de obtenção de receitas;

E poderá consignar crédito com finalidade imprecisa, mas nunca com dotação ilimitada.

LETRA C

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Em um determinado exercício, foi verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita da União poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na legislação. Diante dessa situação, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, seguindo critérios fixados:

A no Decreto de programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

B na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

C no Plano Plurianual – PPA;

D na Lei Orçamentária Anual – LOA;

E no Decreto de Abertura do Crédito Especial.

LETRA B

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Os instrumentos de planejamento orçamentário vigentes no Brasil devem apresentar conteúdos específicos legalmente definidos. Dados os instrumentos (PPA, LDO e LOA) e os seguintes conteúdos:

(1) PPA

(2) LDO

(3) LOA

( ) Autorização para abertura de créditos adicionais

( ) Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência

( ) Despesas relativas aos programas de duração continuada

( ) Dotação relativa à reserva de Contingência

( ) Evolução do patrimônio líquido

( ) Normas relativas ao controle de custos

A sequência que apresenta a associação correta é:

A 1-3-2-1-3-1;

- B 2-1-3-2-1-2;
- C 2-2-1-2-1-3;
- D 3-1-3-3-2-1;
- E 3-2-1-3-2-2.

LETRA E

#### FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças

O Quadro I a seguir foi originado de um dos instrumentos de planejamento de um ente municipal em um dado exercício.

Descrição	Valor	Providências	Valor
Frustração da cobrança de Dívida Ativa	21.250.000	Limitação de empenho	21.250.000
Demandas trabalhistas	37.410.000	Abertura de créditos adicionais	37.410.000
Restituição de tributos arrecadados a maior	13.920.000	Limitação de empenho	13.920.000

De acordo com as normas relativas ao planejamento orçamentário no Brasil, o quadro se refere \_\_\_\_\_ e deve constar \_\_\_\_\_.

As lacunas são devidamente preenchidas, respectivamente, com:

- A ao Anexo de Gestão Fiscal; na LDO;
- B ao Anexo de Metas Fiscais; na LOA;
- C ao Anexo de Metas Fiscais; no PPA;
- D ao Anexo de Riscos Fiscais; na LDO;
- E ao Anexo de Riscos Fiscais; na LOA.

LETRA D

#### FGV - 2016 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão

O quadro a seguir refere-se ao conteúdo que deve ser apresentado em um dos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes no Brasil, conforme especificado na legislação aplicável.

Especificação	2015			2016			2017		
	VC (1)	VC (2)	%PIB	VC (1)	VC (2)	%PIB	VC (1)	VC (2)	%PIB
Receita total									
Receita Primária									
Despesa total									
Despesa primária									
Resultado primário									
Resultado nominal									
Dívida Pública Consolidada									
Dívida Consolidada Líquida									

Nota: VC (1) = Valor Corrente; VC (2) = Valor Constante.

O quadro se refere e deve ser apresentado, respectivamente:

A ao Anexo de Metas Fiscais; na LDO;  
B ao Anexo de Gestão Fiscal; na LOA;  
C ao Anexo de Metas Fiscais; no PPA;  
D ao Relatório de Gestão Fiscal; na LOA;  
E ao Anexo de Riscos Fiscais; na LDO.

LETRA A

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão**

O trecho a seguir foi retirado de uma lei que trata de matéria orçamentária:

“Os recursos fixados no (a) \_\_\_\_\_ sob o título de Reserva de Contingência, à conta do Tesouro Estadual, correspondentes a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, são destinados exclusivamente para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.”

A partir das definições legais e conteúdos cobertos pelos instrumentos de planejamento vigentes no Brasil, a lacuna no trecho e a lei a que esse se refere correspondem, respectivamente, às seguintes expressões:

A LDO; LOA;  
B LDO; PPA;  
C LOA; LDO;  
D LOA; PPA;  
E PPA; LOA.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário – Economia**

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

- ( ) Estabelece as metas relativas a resultados primário e nominal a serem cumpridas pelos governos.
- ( ) Dispõe sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- ( ) Deve atender algumas das exigências colocadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A sequência correta é:

A V, V e V;  
B V, V e F;  
C V, F e F;  
D F, V e F;  
E F, V, e V.

LETRA A

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

A fim de dar cumprimento aos preceitos da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve conter, entre outros, os seguintes demonstrativos:

- A Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; e Estimativa da Receita Corrente Líquida;
- B Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; e Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- C Restos a Pagar; e Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- D Evolução do Patrimônio Líquido; e Margem de Expansão das Despesas de Capital;
- E Passivos Contingentes; e Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

LETRA B

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário – Auditor**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Anexo de Riscos Fiscais deve integrar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da federação. Considerando as disposições contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, é correto afirmar em relação ao Anexo de Riscos Fiscais, que:

- A um prefeito que propuser Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que não contenha os riscos fiscais na forma da lei, perderá o mandato;
- B os riscos fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos repetitivos que venham a impactar negativamente as contas públicas, integrando, portanto, o Anexo de Riscos Fiscais;
- C os precatórios judiciais enquadram-se no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, devendo ser incluídos no Anexo de Riscos Fiscais;
- D garantias e avais emitidos a favor de entidades do setor público devem ser registradas contabilmente como Passivo no Balanço do Município e, portanto, não devem integrar o Anexo de Riscos Fiscais;
- E os valores previstos referentes à frustração da arrecadação e à restituição de tributos a maior, devem ser apresentados no Anexo de Riscos Fiscais como Passivos Contingentes.

LETRA A

### **FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior – Contador**

O Anexo de Riscos Fiscais integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Sobre ele é correto afirmar que

- A contém a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior e avaliação da situação financeira e atuarial.
- B contém o demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores.

C contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

D estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

E avalia os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

Durante a execução orçamentária, as receitas e despesas não se executam de forma perfeitamente ajustada, para isso a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de desembolsos. De acordo com as disposições legais relativas à programação financeira e ao cronograma de desembolsos:

A as metas de arrecadação são desdobradas em cotas trimestrais;

B as operações extraorçamentárias não são incluídas na programação financeira;

C o cronograma de desembolsos é de execução mensal;

D os recursos legalmente vinculados não precisam ser desdobrados em metas de arrecadação;

E por ser objeto de publicação oficial, o cronograma só pode ser alterado com autorização legislativa.

LETRA C

#### **FGV - 2013 - AL-MA - Consultor Legislativo - Orçamento Público**

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária anual passou a conter

A o necessário equilíbrio entre receita e despesa.

B a reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante é definida com base na receita corrente líquida, será estabelecida em outro instrumento de planejamento orçamentário.

C os critérios e as formas de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na própria LC 101/00.

D o anexo de metas fiscais em que serão estabelecidos metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública.

E o anexo de riscos fiscais onde serão avaliados os passivos contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

LETRA B

## 12. LRF - PARTE 2 (receita pública - previsão e arrecadação; renúncia de receita; geração de despesas e DOCC; despesa com pessoal; despesa com seguridade social)

### receita pública

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**58**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvados alguns casos, assinale a opção que indica o conteúdo base da *regra de ouro*.

- (A) O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital.
- (B) O montante previsto para as despesas de capital não poderá ser superior ao das receitas de operações de crédito.
- (C) O montante previsto para as despesas correntes não poderá ser superior ao das receitas de operações de crédito.
- (D) O montante previsto para as despesas de capital deve ser similar ao previsto para as despesas correntes.
- (E) O montante previsto para as receitas de operações de crédito deve ser similar ao previsto para a soma das despesas correntes e de capital.

LETRA A

**FGV/Prefeitura de Manaus 2022 – Cargo: ES-Administrador Geral**

**59**

Dentre os estágios pelos quais passam as despesas e as receitas públicas, aquele no qual se deve observar as normas técnicas e legais, considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços e de crescimento econômico, é chamado de

- (A) pagamento.
- (B) previsão.
- (C) lançamento.
- (D) liquidação.
- (E) recolhimento.

LETRA B

## FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC

57

A atividade de planejamento que dá suporte aos pilares do orçamento público – receitas e despesas públicas – requer o uso de informações de qualidade, para que seja efetiva como ferramenta para o gestor público.

Uma etapa crucial na elaboração de qualquer orçamento é a previsão das receitas. Essa etapa antecede a fixação das despesas a serem incluídas no orçamento, além de ser base para se estimarem as necessidades de financiamento do governo.

Nessa etapa devem ser selecionadas informações relevantes e dispensadas aquelas que podem afetar a qualidade da previsão.

Uma informação que pode ser dispensada nessa etapa refere-se:

- (A) à arrecadação registrada nos exercícios anteriores;
- (B) aos efeitos de alterações na legislação tributária;
- (C) à expectativa de crescimento econômico;
- (D) ao valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior;
- (E) à variação do índice de preços ao consumidor.

LETRA D

## FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior – Contador

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.

Em relação à previsão e à arrecadação da receita pública, assinale a afirmativa correta.

A Não são admitidas reestimativas da receita por parte do Poder Legislativo.

B O montante previsto para as receitas de operações de crédito deve ser igual ou maior que o das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

C As previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais e considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

D As previsões de receita devem ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução no último ano e da projeção para o ano seguinte.

E O Poder Executivo de cada ente deve colocar à disposição do Ministério Público, no mínimo noventa dias antes do prazo final para encaminhamento das propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

LETRA C

## **renúncia de receitas**

## FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno

82

Um dos demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias trata da estimativa e compensação da renúncia de receita.

Para uma adequada análise desse demonstrativo, é necessário considerar que a renúncia de receita:

- (A) deve se limitar ao exercício financeiro seguinte ao que foi aprovada;
- (B) dispensa a apresentação de medidas de compensação em situações emergenciais;
- (C) não é aplicável a programas de governo;
- (D) pode ser destinada a um beneficiário individual;
- (E) precisa ser autorizada no Plano Plurianual.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**39**

A Procuradoria-Geral e a Secretaria da Fazenda do Estado Beta, após os devidos estudos, chegaram à conclusão de que o custo de cobrança de alguns créditos inscritos em dívida ativa estadual suplantavam bastante o valor dos próprios créditos a serem cobrados. Por isso, encaminharam ao governador a orientação de que houvesse o cancelamento de tais débitos cujo montante fosse inferior ao dos respectivos custos de cobrança. Diante desse cenário, à luz do princípio da eficiência e da Lei de Responsabilidade Fiscal, tal cancelamento:

- (A) deverá estar acompanhado de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- (B) deverá estar acompanhado de demonstração de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- (C) deverá estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- (D) entrará em vigor apenas quando implementadas medidas de compensação;
- (E) não se classifica como renúncia de receita pública para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**60**

Em relação à renúncia de receita, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o perdão da dívida em casos de pequeno valor, impossibilidade de pagamento ou custo de cobrança maior do que a dívida, caracterizam

- (A) anistia.
- (B) remissão.
- (C) crédito presumido.
- (D) modificação de base de cálculo.
- (E) concessão de isenção em caráter não geral.

LETRA B

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**74**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata especialmente da renúncia de receita, ao estabelecer medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Nesse contexto, considere o caso de um ente federativo que tenha aprovado a concessão de dispensa legal do débito tributário devido para contribuintes que atendessem a determinados requisitos.

Esse tipo de renúncia de receita:

- (A) depende de autorização específica no PPA;
- (B) deve ser considerado no momento da elaboração da LOA;
- (C) está sujeito às regras da concessão de anistia;
- (D) pode ser considerado como uma remissão de tributos;
- (E) requer o enquadramento como crédito tributário presumido.

LETRA B

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**92**

Contando com a devida autorização por deliberação dos Estados e Distrito Federal mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Estado Alfa, por lei específica, concedeu isenção de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a favorecer pessoas com deficiências que, comprovando sua situação perante o Fisco estadual, adquirissem automóveis adaptados. O Estado Alfa, para conceder a isenção, realizou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devia iniciar a vigência da isenção e no seguinte, atendeu ao disposto em sua lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e demonstrou que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetaria as metas de resultados fiscais previstas no Anexo Estadual de Metas Fiscais.

Diante desse cenário concreto, é correto afirmar que:

- (A) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deveria ter sido elaborada no âmbito do Confaz;
- (B) não se configura renúncia de receita, por se tratar de concessão de isenção em caráter geral;
- (C) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deveria ter sido elaborada considerando-se o exercício em que se inicia a vigência da isenção e os dois seguintes;
- (D) as reduções de alíquotas e isenções de ICMS constituem exceção à aplicação das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal acerca de renúncia de receitas;
- (E) deveria estar presente necessariamente medida de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**53**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorre renúncia de receita deverá estar

acompanhada de estimativas e atender a determinadas condições, dentre as quais está a geração de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

Representa fonte de compensação para a renúncia da receita:

- (A) obtenção de empréstimo por meio de operação de crédito;
- (B) excesso de arrecadação devido ao combate à sonegação;
- (C) alienação de bens com superávit;
- (D) majoração ou criação de tributo;
- (E) excesso de arrecadação devido ao crescimento da atividade econômica.

LETRA D

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**53**

Em decorrência de instabilidades no cenário econômico refletidas em indicadores macroeconômicos em um dado período, foi registrado aumento nos custos de produtos e serviços, e conseqüente aumento nos preços ao consumidor. Por sua relevância como serviço de utilidade pública e por seu impacto no custo do setor produtivo, o governo propôs a concessão de um benefício aos consumidores de energia elétrica, de até determinada faixa de renda para reduzir o impacto da alta da tarifa.

A aprovação de tal benefício está condicionada, entre outros fatores, às normas para concessão de:

- (A) anistia;
- (B) compensação;
- (C) isenção;
- (D) incentivo;
- (E) subsídio.

LETRA E

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**35**

Com o objetivo de contribuir para o equilíbrio fiscal dos entes públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu medidas a serem observadas nos casos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Existem diversas espécies de renúncia de receita, com critérios e regras próprias. A espécie de renúncia de receita que consiste no perdão da dívida, justificado por circunstâncias previstas em lei, a exemplo do alto custo não compensável com a quantia em cobrança, é o(a):

- (A) anistia;
- (B) crédito presumido;
- (C) isenção;
- (D) remissão;
- (E) subsídio.

LETRA D

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) faz recomendações para adoção de medidas aos entes públicos que optarem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

A espécie de renúncia de receita que consiste no perdão da dívida, em circunstâncias legalmente previstas, tais como valor diminuto da dívida e inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo, é denominada:

- A anistia;
- B crédito presumido;
- C isenção;
- D remissão;
- E subsídio.

LETRA D

#### **FGV - 2014 - Prefeitura de Osasco - SP - Fiscal Tributário**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de:

- A relatório resumido da execução orçamentária;
- B relatório das despesas de pessoal;
- C relatório de gestão fiscal;
- D demonstração das variações patrimoniais;
- E estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

LETRA E

#### **FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

No tocante à renúncia de receita, é correto afirmar que

A a concessão de benefício de natureza tributária, a qual decorra de renúncia de receita, deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva iniciar a vigência e nos três seguintes.

B a renúncia de receita é lícita se for considerada na estimativa da receita orçamentária, desde que comprove que não afetará as metas de resultados fiscais, dentre outras exigências.

C a renúncia de receita a ser considerada lícita deverá obrigatoriamente atender a, pelo menos, duas condições, quais sejam: a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa da Lei Orçamentária e estar acompanhada de medida de compensação.

D as medidas de compensação, no tocante à renúncia de receita, deverão entrar em vigor, no máximo, um ano após a renúncia de receita estar vigendo.

E a renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral e alteração de alíquota, não abrangendo a modificação da base de cálculo que implica redução discriminada de tributos.

LETRA B

## **geração de despesas e docc**

### **FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Qualquer Área) - PROVA 1**

**48**

A criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento de despesa deve respeitar, desde o início da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma série de exigências para sua implementação, tendo em vista a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

De acordo com a LRF, caso um prefeito queira criar ação governamental que gere aumento de despesa, é necessário que

(A) contenha demonstrativo de premissas e metodologias de cálculos utilizados, exceto quando se trate de empenho para execução de obras.

(B) apresente medidas de compensação de aumento permanente de receitas, exceto em caso de prorrogação de despesa criada por prazo determinado.

(C) demonstre que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, exceto na situação de uma despesa considerada irrelevante.

(D) exponha, paralelamente, expansão qualitativa de benefícios de seguridade social, exceto quando destinadas a servidores públicos.

(E) divulgue relatório declarando que a ação não afetará metas de resultado fiscal, exceto em caso de anistia, remissão ou subsídio.

LETRA C

### **FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**48**

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi responsável por criar algumas restrições acerca dos atos dos governantes, pautando-se pelos princípios do planejamento, controle, transparência e responsabilidade.

Com base nisso, assinale a opção que apresenta exigência para a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.

(A) Estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício a que se refere e nos 3 subsequentes.

(B) Demonstrativo de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual e de adequação com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(C) Comprovação de que as despesas propostas não terão duração superior a 2 exercícios, excetuadas as destinadas a aquisição de bens de capital.

(D) Declaração do ordenador da despesa de que não se trata de mera prorrogação de despesa com prazo determinado.

(E) Compensação por meio de aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.

LETRA E

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**75**

Ao elaborar os instrumentos orçamentários, principalmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, os entes públicos deverão estar atentos aos impactos das chamadas despesas obrigatórias de caráter continuado. Acerca de tais despesas, analise os itens a seguir.

- I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa que gere obrigação legal de execução por um período mínimo equivalente à vigência do Plano Plurianual.
- II. Ao tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, a LRF se refere expressamente apenas a despesas correntes.
- III. Uma despesa obrigatória de caráter continuado pode ser derivada de um ato administrativo normativo.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

LETRA E

**FGV - 2013 - AL-MA - Consultor Legislativo - Direito Tributário**

O Estado Beta prorrogou por mais um ano seu programa social criado para atender, durante os anos de 2009, 2010 e 2011, toda a população de usuários de drogas, que necessitasse de internação, permitindo que estes viciados fossem hospitalizados em nosocômios privados, às custas do poder público.

Com base na hipótese acima, é correto afirmar que

- A é dispensável a estimativa do impacto orçamentário- financeiro, por se tratar de despesa já orçada e aprovada.
- B é desnecessária a comprovação de sua adequação com a lei orçamentária anual, não sendo despesa nova.
- C é despesa que estará adequada à lei orçamentária anual, havendo a comprovação de que tenha dotação específica e suficiente.
- D é despesa que deve estar abrangida por crédito genérico, observando-se, para sua criação, os limites de endividamento do exercício.
- E é o ordenador da despesa que tem poderes discricionários para efetivá-la sem ter que a submeter a maiores exigências, já que se trata de prorrogação de programa vigente.

LETRA C

***despesa com pessoal***

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**81**

Os critérios e limites para controle da despesa total com pessoal são tratados na Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a referida lei complementar, dada a relevância da despesa com pessoal na composição dos gastos públicos, a verificação do cumprimento dos limites desse tipo de despesa:

- (A) cabe ao Poder Legislativo a partir das prestações de contas anuais;
- (B) é apresentada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária;
- (C) é prerrogativa exclusiva das instâncias de controle interno;
- (D) inclui-se entre as competências da Secretaria do Tesouro Nacional;
- (E) será realizada ao longo do exercício financeiro, ao final de cada quadrimestre.

LETRA E

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis**

**74**

Ao final do segundo quadrimestre de um dado exercício financeiro, um ente estadual apurou o montante de R\$ 20 bilhões como Receita Corrente Líquida (RCL). Após receber as informações periódicas para acompanhamento da gestão fiscal, o tribunal de contas do referido Estado emitiu um alerta para o presidente da Assembleia Legislativa em decorrência do montante registrado como despesa de pessoal no âmbito do Poder Legislativo daquele ente federativo. Para que o tribunal de contas emitisse o alerta, foi suficiente que a despesa total com pessoal do período, no âmbito do Poder Legislativo, ultrapassasse o valor de:

- (A) R\$ 360.000.000,00;
- (B) R\$ 450.000.000,00;
- (C) R\$ 540.000.000,00;
- (D) R\$ 570.000.000,00;
- (E) R\$ 1.080.000.000,00.

LETRA C

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**49**

Suponha que o governador do estado X, visando à manutenção, para seu sucessor, dos bons índices de desempenho na área de educação conquistados em sua gestão, tivesse decidido realizar concurso público, em setembro, para o provimento de servidores na área ainda em 2022, ano em que termina o seu mandato.

Para garantir que seu ato não contivesse qualquer irregularidade, o governador pediu um parecer para a Procuradoria do Estado, recebendo como resposta que, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal,

- (A) seu ato seria considerado nulo de pleno direito.
- (B) seu ato seria regular, desde que se tratasse de recomposição vinculada ao aumento populacional.
- (C) seu ato seria regular, desde que esses recursos fossem inscritos em restos a pagar.

(D) seu ato seria regular, desde que promovesse também a revisão geral dos outros servidores, compatível com os índices de inflação.

(E) seu ato seria considerado integralmente regular.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**40**

Em 2022, último ano de mandato do governador do Estado Gama, apurou-se que, no primeiro quadrimestre, a despesa total com pessoal do Poder Executivo estadual alcançou o percentual de 49,5% da receita corrente líquida (RCL).

Diante dessa apuração feita ao final do primeiro quadrimestre de 2022 e à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Poder Executivo fica impedido de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente.
- II. O Poder Executivo fica impedido de receber transferências obrigatórias.
- III. Os Poderes do Estado Gama ficam impedidos de alterar a estrutura de carreira dos servidores que implique aumento de despesa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**65**

Ao final de um determinado período de apuração, um estado da federação apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 12 bilhões.

A partir das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa total com pessoal do tribunal de contas do referido ente:

- (A) deve se limitar a 2,5% da RCL;
- (B) está limitado a 2% da RCL;
- (C) corresponde a 0,6% da RCL;
- (D) é apurado de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (E) é definido juntamente com o do Poder Legislativo.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**52**

Ao final do primeiro quadrimestre de um dado exercício, a Receita Corrente Líquida (RCL) de um ente estadual totalizou R\$ 10 bilhões.

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, deve indicar, no anexo relativo à despesa com pessoal, que:

- (A) naquele quadrimestre o limite máximo da despesa é de R\$ 75 milhões;
- (B) nos últimos doze meses o limite máximo de referência equivale a R\$ 300 milhões;
- (C) o limite de alerta equivale a R\$ 225 milhões no referido período;
- (D) o limite prudencial será apurado somente no último quadrimestre do exercício;
- (E) tais gastos podem atingir até R\$ 600 milhões sem comprometer os limites fiscais.

LETRA B

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**72**

Um dos limites de gastos definido na Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se à despesa total com pessoal, que é monitorada durante o exercício com base na Receita Corrente Líquida (RCL), a partir de informações divulgadas no Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Considerando como referência uma RCL de R\$ 30 bilhões ao final do primeiro quadrimestre de um exercício, se o Ministério Público de um dado estado da federação apurou, no mesmo período de referência, uma despesa total com pessoal de R\$ 550 milhões, deverá:

- (A) eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes para retornar ao limite;
- (B) observar as regras e vedações para descumprimento de limite prudencial;
- (C) propor ajustes no cronograma de execução de desembolso, para não afetar o cumprimento das metas fiscais;
- (D) ser alertado pelo respectivo tribunal de contas quanto ao comprometimento de recursos com despesas com pessoal;
- (E) solicitar suplementação da dotação orçamentária para pagamento de pessoal, por ser despesa obrigatória.

LETRA D

#### **FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**91**

Ao final de um certo quadrimestre, verificou-se que a despesa total com pessoal de um determinado Tribunal Regional do Trabalho (TRT) alcançou 94,5% do limite de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC nº 101/2000, Arts. 19 e 20).

Diante desse fato, tendo-se atingido o percentual de 94,5% acima descrito:

- (A) fica vedada a criação de cargo, emprego ou função;
- (B) fica vedada a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- (C) o percentual de 4,5% excedente a 90% terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo, pelo menos, um terço no primeiro;
- (D) o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá alertar o referido TRT de que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite;
- (E) fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

LETRA D

## **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**28**

Um servidor da área de controle estava analisando a Demonstração de Despesa com Pessoal de um ente público ao final de um quadrimestre para verificar eventuais irregularidades quanto a itens incluídos como despesa de pessoal. Trata-se de uma área de gastos relevante e objeto de limites periodicamente acompanhados.

Na análise feita pelo servidor, para fins de cumprimento de limite de despesa total com pessoal, um item que NÃO representa irregularidade e deve ser normalmente computado se refere a despesas:

- (A) geradas por incentivos à demissão voluntária;
- (B) decorrentes de horas extras e gratificações;
- (C) decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior;
- (D) relativas à indenização por demissão de servidores ou empregados;
- (E) com inativos e pensionistas custeadas por recursos originados de contribuições dos segurados.

LETRA B

## **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**76**

As despesas de pessoal da Administração Pública são recorrentemente apontadas como uma das principais causadoras do agravamento da situação fiscal do Estado. No entanto, por se traduzirem em despesas obrigatórias, há pouca margem para o gestor público dispor sobre elas.

Com relação a essa espécie de despesa pública, é correto afirmar que:

- (A) é válida a conduta de gestor público que aprova novo plano de carreira de servidores efetivos, nos 180 dias anteriores ao final de seu mandato, com o consequente aumento das despesas de pessoal, mas que possui previsão expressa de que as parcelas remuneratórias somente serão implementadas após o referido período impeditivo;
- (B) é adequada a conduta de um gestor público que, para reduzir as despesas de pessoal que extrapolaram os limites estabelecidos em lei complementar, resolve reduzir temporariamente a jornada de trabalho dos servidores com a consequente adequação dos vencimentos à nova carga horária, já que se trata de medida menos restritiva que a exoneração de servidores estáveis;
- (C) o gestor público que não observa a vedação no sentido de ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura, estará sujeito ao enquadramento de sua conduta como ato de improbidade administrativa, mas não como crime, por ausência de tipificação legal;
- (D) é indevida a conduta de chefe do Poder Executivo que exige que os demais Poderes e Órgãos Independentes passem a apurar, na aplicação dos limites de despesas com pessoal, os gastos dos seus respectivos servidores inativos e pensionistas;
- (E) a Lei Complementar nº 178/2021 instituiu uma nova regra de retorno aos parâmetros legais das despesas de pessoal, direcionada aos Poderes e Órgãos que estiverem com os limites extrapolados até o término do exercício financeiro da publicação da referida lei.

LETRA E

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**50**

No orçamento de um dado exercício financeiro, um Tribunal de Justiça tinha como limite máximo de despesa com pessoal o montante de R\$ 980 milhões.

O referido órgão deverá receber um alerta do Tribunal de Contas após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- (A) R\$ 490 milhões;
- (B) R\$ 588 milhões;
- (C) R\$ 882 milhões;
- (D) R\$ 931 milhões;
- (E) R\$ 980 milhões.

LETRA C

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, integram as despesas da União e são incluídas na Lei Orçamentária, as despesas relativas a pessoal, custeio administrativo e investimento, da seguinte instituição:

- A Petrobras.
- B Banco do Brasil.
- C Banco Central do Brasil.
- D Caixa Econômica Federal.
- E Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

LETRA C

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, assinale a opção que deve ser contabilizada como Outras Despesas de Pessoal.

- A Os proventos da aposentadoria.
- B Os proventos de gratificações e horas extras.
- C Os encargos sociais e contribuições recolhidas.
- D O salário dos funcionários inativos e pensionistas.
- E O pagamento da mão de obra terceirizada para substituição de servidores e empregados públicos.

LETRA E

**FGV - 2017 - SEPOG - RO - Analista de Planejamento e Finanças**

Uma entidade governamental incorreu nas seguintes despesas, no exercício de 2016.

- Despesa com vencimentos de funcionários ativos, inativos e pensionistas: R\$100.000;

- Despesa com contratos de terceirização de mão de obra: R\$40.000;
- Despesa com hora extra de funcionários ativos: R\$20.000;
- Despesa com gratificações: R\$50.000.

Assinale a opção que indica o valor total classificado como Despesa com Pessoal da entidade em 2016, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A R\$100.000.
- B R\$120.000.
- C R\$170.000.
- D R\$190.000.
- E R\$210.000.

LETRA E

#### **FGV - 2018 - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos**

O prefeito do Município Alpha temeroso em não descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal vem consultá-lo se deve considerar o auxílio alimentação que paga, em espécie, aos funcionários da Prefeitura como estando inserido na rubrica Gastos com Pessoal. Nessa hipótese, assinale a opção que apresenta a resposta à consulta feita.

- A Será negativa, já que esta remuneração não tem caráter obrigatório.
- B Será positiva, por ingressar no conceito de somatório de gastos com pessoal.
- C Será negativa, uma vez que o auxílio alimentação tem natureza indenizatória.
- D Será negativa, posto só integram os gastos com pessoal os valores pagos a título de salário.
- E Será positiva, por possui caráter compulsório para a Administração Pública Municipal.

LETRA C

#### **FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

No ano de 2017, o limite de gastos com pessoal do Ministério Público de um determinado Estado da Federação foi de R\$ 400 mil, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Sendo assim, é correto dizer que o limite de gastos com pessoal do Judiciário desse Estado foi de

- A R\$ 200 mil.
- B R\$ 600 mil.
- C R\$ 800 mil.
- D R\$ 1 milhão
- E R\$ 1,2 milhão.

LETRA E

#### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Compras, Patrimônio e Materiais**

Um dos limites impostos aos entes públicos pela LRF é a despesa com pessoal, individualizada por poder e órgão.

No caso do Poder Legislativo Municipal que tem como referência uma Receita Corrente Líquida de R\$ 240 milhões, terá como limite de despesa com pessoal o valor de:

- A R\$ 144 milhões;
- B R\$ 129,6 milhões;
- C R\$ 14,4 milhões;
- D R\$ 7,2 milhões;
- E R\$ 4,8 milhões.

LETRA C

#### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Em um ente municipal, ao final do 2º trimestre de um exercício, a despesa total com pessoal atingiu o montante de R\$ 3.900.733.200,00, sendo que o limite máximo admitido era de R\$ 3.714.984.000,00.

De acordo com as disposições da LRF, no quadrimestre seguinte essa despesa deverá ser reduzida em:

- A R\$ 185.749.200,00;
- B pelo menos R\$ 46.437.300,00;
- C pelo menos R\$ 61.916.400,00;
- D pelo menos R\$ 92.874.600,00;
- E no máximo R\$ 92.874.600,00.

LETRA C

#### **FGV - 2017 - SEPOG - RO - Analista de Planejamento e Finanças**

Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como

- A outras despesas de pessoal.
- B outras despesas contratuais.
- C restos a pagar.
- D despesas extraordinárias.
- E despesas continuadas.

LETRA A

#### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Entre as disposições mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal para o controle das finanças públicas, está a definição de limites para despesa com pessoal por poder e órgão.

Considerando os limites estabelecidos para entes municipais, para uma receita corrente líquida de R\$ 720 milhões, o limite prudencial para a despesa com pessoal no âmbito do poder legislativo é:

- A 17.100.000,00;
- B 18.000.000,00;
- C 38.880.000,00;
- D 41.040.000,00;
- E 43.200.000,00.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

Em um determinado ente estadual, o limite da despesa total com pessoal no âmbito do Poder Legislativo é de 60% para a Casa Legislativa e 40% para o Tribunal de Contas.

Sabendo-se que ao final do terceiro quadrimestre do último exercício financeiro encerrado, o ente estadual apurou uma receita corrente líquida de R\$ 51,25 bilhões, o limite máximo da despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa corresponde a:

- A R\$ 922.500.000;
- B R\$ 1.025.000.000;
- C R\$ 1.537.500.000;
- D R\$ 1.845.000.000;
- E R\$ 3.075.000.000.

LETRA A

**FGV - 2016 - Prefeitura de Paulínia - SP - Contador**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como

- A despesas não operacionais.
- B despesas fiscais.
- C outras despesas de pessoal.
- D despesas de encargos sociais.
- E outras despesas operacionais.

LETRA C

**FGV - 2016 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

Receitas arrecadadas	R\$ milhares
Correntes	722.410,00
Capital	101.790,00
Extraorçamentárias	9.685,00
<b>Das receitas arrecadadas deve-se considerar:</b>	
Receitas destinadas a transferências constitucionais obrigatórias	22.880,00
Receitas destinadas à formação do FUNDEB	86.450,00
Receitas destinadas ao Plano de Seguridade dos Servidores	13.650,00
Receitas destinadas ao Custeio de Pensões Militares	2.990,00
Receitas destinadas à restituição de depósitos em garantia	4.095,00
Receitas destinadas ao pagamento de Antecipação da Receita	5.000,00

No caso de descumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do Ministério Público Estadual apurado com base no Quadro II, este ente:

- A deverá eliminar o percentual excedente no quadrimestre seguinte;
- B poderá exonerar servidores não estáveis;
- C poderá receber apenas transferências voluntárias;
- D receberá alerta do respectivo tribunal de contas;
- E terá que reduzir em pelo menos 50% as despesas com cargos em comissão.

LETRA B

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Técnico de Nível Superior - Administração de Empresas**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida dos Municípios.

Na verificação do atendimento do limite definido, não são computadas as despesas

- A relativas a incentivos à demissão voluntária.
- B referentes ao pagamento de gratificações natalinas.
- C relativas a mandatos eletivos.
- D referentes às contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.
- E referentes aos vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Município.

LETRA A

**FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista em Economia**

Ao final do exercício de 2014, o Estado de Rondônia apurou uma receita corrente líquida de R\$ 5,5 bilhões. Em decorrência dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Poder Judiciário do Estado está limitada a:

- A R\$ 330 milhões;
- B R\$ 165 milhões;
- C R\$ 137,5 milhões;
- D R\$ 110 milhões;
- E R\$ 33 milhões.

LETRA A

**FGV - 2015 - TJ-RO - Contador**

O Tribunal de Justiça de um ente da Federação ultrapassou o limite máximo de despesa com pessoal, que era de R\$ 1.740.000,00. O limite foi ultrapassado em R\$ 210.000,00, no segundo quadrimestre de 2x12. De acordo com as disposições da LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o órgão deverá eliminar:

- A pelo menos R\$ 70.000,00 até o final do primeiro quadrimestre de 2x13;
- B pelo menos R\$ 105.000,00 até o final do terceiro quadrimestre de 2x12;

- C todo o excesso até o final do primeiro quadrimestre de 2x13;
- D todo o excesso até o final do segundo quadrimestre de 2x13;
- E todo o excesso no quadrimestre seguinte ao descumprimento do limite.

LETRA C

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior - Contador**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite definido, algumas ações são vedadas ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso.

As opções a seguir apresentam algumas dessas proibições, à exceção de uma. Assinale-a.

- A Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- B Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidor na área de construção.
- C Provimento de cargo público na área de segurança para reposição de servidor aposentado.
- D Criação de cargo na área de saúde.
- E Criação de emprego na área de educação.

LETRA C

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior - Contador**

A Lei de Responsabilidade Fiscal define limites para a despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida em cada período de apuração e em cada ente da Federação.

Na verificação do atendimento dos limites, deverão ser computadas, entre outras, as despesas

- A relativas a incentivos à demissão voluntária.
- B decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao mês em referência e dos onze imediatamente anteriores.
- C relativas à indenização por demissão de servidores ou empregados.
- D relativas à remuneração dos servidores ativos.
- E com inativos, por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Contabilidade - Reaplicação**

De acordo com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa total com pessoal do Poder Judiciário na esfera estadual não poderá exceder, em percentual da Receita Corrente Líquida, a:

- A 0,6%;
- B 2%;
- C 2,5%;
- D 3%;
- E 6%.

LETRA E

*despesa com seguridade social*

## 13. LRF - PARTE 3 (Transferências voluntárias; Destinação de recursos para o setor privado; Prestação de contas e transparência na gestão fiscal; RREO e RGF: estrutura, composição)

### **transferências voluntárias**

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**59**

Conforme disposições da Lei nº 4.320/1964, despesas que não cumpriram todos os estágios de execução da despesa orçamentária podem ser inscritas em restos a pagar.

Os dispositivos legais que tratam desse mecanismo estabelecem que:

- (A) a execução financeira dos restos a pagar deve ser priorizada no decreto de programação financeira;
- (B) a inscrição em restos a pagar é exigida para despesas abertas mediante créditos adicionais extraordinários;
- (C) é vedada a inscrição de despesas em restos a pagar no último ano de mandato;
- (D) informações sobre a execução dos restos a pagar devem ser apresentadas em relatórios fiscais quadrimestrais;
- (E) o limite de inscrição em restos a pagar está entre as exigências para a realização de transferência voluntária.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**32**

O chefe do Poder Executivo do Estado Beta, em cujo território estava localizado o Município Alfa, almejava realizar uma transferência voluntária de recursos para esse ente federativo com o fim de viabilizar a realização de objetivos de interesse comum e amenizar os efeitos da grave crise financeira que assolava a municipalidade, cujo potencial turístico fora afetado por fortes chuvas.

Ao analisar a arrecadação tributária do Município Alfa, que se mostrava elevada e supria suas despesas regulares, isto em momento anterior às fortes chuvas, a Procuradoria do Estado constatou que, por decisão das maiorias ocasionais, esse ente federativo não tinha instituído: (1) o imposto de transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; (2) nenhuma contribuição de melhoria, embora já tivesse realizado diversas obras públicas que poderiam justificá-la; e (3) a taxa associada ao recolhimento de lixo.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que:

- (A) a presença das situações descritas em 1, 2 e 3 é requisito indispensável à realização de transferências voluntárias pelo Estado Beta ao Município Alfa;
- (B) as situações descritas em 1, 2 e 3 acarretam, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitrada;
- (C) apenas a situação descrita em 2 acarreta, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitrada;
- (D) apenas a situação descrita em 1 acarreta, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitrada;
- (E) as situações descritas em 1, 2 e 3 são projeções da autonomia política do Município Alfa, não constituindo óbice à realização de transferência voluntária pelo Estado Beta.

LETRA D

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**71**

Determinado consórcio público, integrado por diversos Municípios da federação, pretende formalizar convênio com a União de modo que haja o repasse de transferências voluntárias federais para a concretização do objeto do ajuste, relacionado à aquisição de imóveis e equipamentos de atividade agrícola. Sendo assim, o referido consórcio público procedeu à submissão do seu plano de trabalho para seleção ao órgão federal competente. Ocorre que, em face de se ter constatado que um dos Municípios integrantes do consórcio se encontrava inadimplente junto ao Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Cauc), o plano de trabalho não fora selecionado.

Ao ter ciência da referida decisão, o órgão de controle interno da União deve emitir um parecer indicando que a decisão está:

- (A) incorreta, na medida em que o objeto do convênio se enquadra em uma das hipóteses de exceção para fins da aplicação da sanção de suspensão de transferências voluntárias, prevista no parágrafo 3º do Art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- (B) correta, tendo em vista que a escolha das propostas e a celebração do contrato de repasse são decisões discricionárias do órgão do Poder Executivo competente;
- (C) incorreta, uma vez que, segundo o princípio da intranscendência das sanções, penalidades e restrições de ordem jurídica não podem superar a dimensão estritamente pessoal do infrator, conforme remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores;
- (D) correta, pois o caso concreto se trata de uma exceção ao princípio da intranscendência das sanções, considerando que não há autonomia administrativa, financeira e orçamentária dos consórcios públicos;
- (E) correta, visto que a restrição cadastral no Cauc não comporta exceções no caso de consórcios públicos. Do contrário, haveria um estímulo aos administradores estaduais ou municipais inadimplentes a constituírem consórcios públicos ou outro tipo de entidade da administração indireta para o recebimento de recursos federais.

LETRA B

**72**

O Art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal regulamenta as transferências voluntárias entre os entes federativos. Exige, por parte do ente beneficiário, a comprovação do cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde. Determinado Estado da federação aprovou, por meio de emenda constitucional de iniciativa parlamentar, um limite mínimo

anual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde acima do previsto na Lei Complementar federal nº 141/2012.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

(A) é possível que ente da federação institua um limite acima do previsto no ordenamento jurídico federal, tendo em vista que o próprio Art. 11 da Lei Complementar federal nº 141/2012 aduz que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados na referida Lei Complementar para aplicação em ações e serviços públicos de saúde;

(B) em face do princípio da subsidiariedade, que rege o federalismo fiscal brasileiro, é possível que legislação de entes subnacionais preveja um limite superior ao estabelecido na legislação federal, em razão das especificidades regionais e locais, tendo em vista a autonomia dos entes federativos, consideradas suas possibilidades financeiras;

(C) não existe qualquer empecilho quanto a Constituições estaduais estabelecerem um limite mínimo em gastos com saúde acima do previsto no ordenamento federal, uma vez que deve prevalecer a norma que possibilita uma maior concretização dos direitos fundamentais;

(D) a instituição de um limite estadual superior ao estabelecido pelo legislador nacional usurpa a iniciativa legislativa do chefe do Poder Executivo e afronta o princípio constitucional da não vinculação da receita de impostos;

(E) os limites estipulados em lei complementar federal devem prevalecer, *in casu*, por constituírem norma hierarquicamente superior à Constituição Estadual.

LETRA D

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

A transferência voluntária é definida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como a entrega de recursos a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Acerca desse tipo de transferência, é correto afirmar que:

A destina-se somente ao atendimento de despesas de capital;

B é facultado haver uma dotação específica no orçamento do ente transferidor relativa à transferência;

C o ente receptor deve registrar a receita orçamentária apenas no momento da efetiva transferência financeira;

D pode ser contabilizada pelo ente transferidor como uma despesa ou como dedução de receita;

E poderá ser transferida apenas se houver previsão no orçamento do ente receptor.

LETRA C

#### **FGV - 2014 - CGE-MA - Auditor - Conhecimentos Específicos**

De acordo com a Lei Complementar n. 101/00, as alternativas a seguir apresentam exigências para a realização de transferências voluntárias, à exceção de uma. Assinale-a.

A Estar em dias quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor.

B Cumprir os limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

C Cumprir os limites de dívida consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive de antecipação de receita, de inscrição de restos a pagar e de despesa total com pessoal.

D Comprovar a existência de recursos orçamentários para atender à despesa com a execução dos recursos oriundos da transferência voluntária.

E Comprovar a existência de previsão orçamentária de contrapartida.

LETRA D

#### **FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

No tocante às transferências voluntárias, é correto afirmar que

A é dispensada a existência de dotação específica.

B é necessária a comprovação, por parte do beneficiário, de que o PPA está de acordo com a LDO.

C é necessária a previsão orçamentária de contrapartida por parte do beneficiário.

D é dispensada a observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária.

E é dispensada a observância dos limites operacional, de crédito por antecipação da receita.

LETRA C

### ***Destinação de recursos para o setor privado***

### ***Prestações de Contas e Fiscalização da Gestão Fiscal***

#### **FGV - 2010 - BADESC - Economista**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece diversos mecanismos sobre transparência e fiscalização da gestão fiscal.

Com relação a esses mecanismos, assinale a afirmativa incorreta.

A A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

B As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.

C A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

D Os Tribunais de Contas, ao constatarem que o montante da despesa total com educação e saúde ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite, deverão alertar os Poderes.

E O Poder Legislativo e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.

LETRA D

## **Transparência da Gestão Fiscal**

### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**72**

Dos três instrumentos de planejamento e orçamento governamental previstos na Constituição da República de 1988, o PPA é o que tem menor regulamentação e detalhamento do seu conteúdo e processo de elaboração.

A despeito dessa reduzida regulamentação, uma exigência consolidada acerca do PPA é a:

- (A) discussão com a sociedade em audiências públicas;
- (B) inclusão dos programas sujeitos à aplicação mínima de recursos;
- (C) integração prévia com as metas fiscais estabelecidas na LDO;
- (D) necessidade de apreciação pelo tribunal de contas;
- (E) vinculação com o programa de governo do gestor em exercício.

LETRA A

### **FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**76**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, assim como as versões simplificadas desses documentos são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Em relação à transparência, analise as afirmativas a seguir:

- I. incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- II. liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- III. adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

A transparência será assegurada, também, mediante o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

LETRA E

### **FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**40**

Uma das contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a gestão fiscal responsável foi a definição de instrumentos de transparência, aos quais deve ser dada ampla divulgação.

Dentre as informações a seguir, considera-se facultativa sob a perspectiva da gestão fiscal:

- (A) lançamento e recebimento de receitas pelas unidades gestoras;
- (B) parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;
- (C) prestação de contas anual do ente;
- (D) relatório de acompanhamento de obras em andamento;
- (E) relatório resumido da execução orçamentária.

LETRA D

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, assim como suas versões simplificadas, representam instrumentos de transparência da gestão fiscal. Com relação a outros meios que asseguram a transparência, analise as afirmativas a seguir. I. O incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. II. A liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. III. A adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido. Está correto o que se afirma em

- A I, somente.
- B II, somente.
- C III, somente.
- D I e II, somente.
- E I, II e III.

LETRA E

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

Uma das exigências de divulgação dispostas na Lei Complementar nº 131/2009 refere-se à liberação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. Para cumprir esse dispositivo, os entes públicos devem divulgar:

- I. o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras;
- II. facultativamente, de forma sintética, os recursos extraordinários;
- III. informações mínimas quanto à execução da despesa: número do processo, descrição do bem fornecido ou serviço prestado, beneficiário do pagamento;
- IV. processos licitatórios que envolvam despesas de pequena monta, facultativamente.

Está correto somente o que se afirma em:

- A I e II;
- B I e III;

C I e IV;  
D II e III;  
E II e IV.

LETRA B

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

Uma das inovações da Lei de Responsabilidade Fiscal está prevista no artigo 48, que trata da transparência da gestão fiscal. Esse artigo foi atualizado pela Lei nº 131/2009.

A divulgação das informações previstas nessa lei:

A é obrigatória apenas ao Poder Executivo;  
B tem periodicidade anual;  
C tem natureza de recomendação, pois não há penalidade em caso de descumprimento;  
D pode ser substituída pela divulgação no diário oficial ou jornal de grande circulação;  
E representa a denominada transparência ativa, pois parte da própria administração.

LETRA E

**FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista em Economia**

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, durante os processos de elaboração e discussão dos orçamentos, a realização de audiências públicas é:

A facultativa;  
B obrigatória;  
C recomendada;  
D delegada ao Poder Legislativo;  
E dispensada, se houver orçamento participativo.

LETRA B

**FGV - 2015 - DPE-MT - Administrador**

Considerando os instrumentos de transparência da gestão fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. Transparência quanto à despesa: serão disponibilizados todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e ao procedimento licitatório realizado.  
II. Transparência quanto à receita: disponibilizarão lançamento e recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.  
III. Transparência quanto ao patrimônio: é facultada a disponibilização das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ao respectivo Poder Legislativo, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente a afirmativa III estiver correta.
- C se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E se todas as afirmativas estiverem corretas.

LETRA C

## **RREO e RGF**

### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**83**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem o objetivo de permitir o acompanhamento e a análise do desempenho da execução orçamentária dos governos. Ao tratar desse relatório, o Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) orienta que o RREO:

- (A) contenha anexos que subsidiem o acompanhamento da gestão fiscal;
- (B) deva ser publicado anualmente por Municípios de pequeno porte;
- (C) deva ser publicado pelo Poder Executivo bimestralmente e pelos demais poderes no encerramento do exercício;
- (D) em caso de erros, não deva ser republicado, mas ajustado no relatório do período seguinte;
- (E) não se aplique à execução orçamentária e financeira de consórcios públicos.

LETRA A

### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**84**

O conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal se refere basicamente aos limites previstos na LRF para subsidiar o controle de gasto com pessoal e do endividamento público. Em termos de endividamento público, o relatório traz subsídios para acompanhar individualmente os limites relativos a:

- (A) créditos não tributários;
- (B) depósitos restituíveis;
- (C) empréstimos concedidos;
- (D) operações de crédito;
- (E) transferências financeiras.

LETRA D

### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis**

**73**

Um analista contábil estava desempenhando uma atividade de análise e conferência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de um ente estadual antes do envio para o órgão de controle e publicação oficial. Ao avaliar o anexo referente ao Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) do terceiro bimestre do exercício, o analista encontrou uma

inconsistência que precisa ser corrigida à luz das orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Uma possível inconsistência na apuração da RCL apontada no MDF refere-se à:

- (A) ausência das contribuições para o PIS/Pasep no rol de deduções;
- (B) ausência de informações sobre a previsão do desempenho da RCL no exercício;
- (C) exclusão das receitas intraorçamentárias (contrapartida da modalidade 91) por caracterizarem duplicidades;
- (D) inclusão de receitas arrecadadas nos últimos seis meses do exercício anterior;
- (E) omissão de receitas arrecadadas por meio de convênio, destinadas à aquisição de equipamentos permanentes.

LETRA B

#### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**84**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem como objetivo subsidiar o acompanhamento e controle das receitas e despesas previstas no orçamento, conforme legalmente definido.

Ao ser questionado sobre os limites que podem ser acompanhados no RREO, um servidor da área de contabilidade exemplificou citando o limite relativo a:

- (A) aplicação de recursos em consórcios públicos;
- (B) concessão de garantias e contragarantias a entes públicos;
- (C) despesas decorrentes das parcerias público-privadas;
- (D) destinação de recursos orçamentários ao serviço da dívida;
- (E) inscrição de despesas em restos a pagar não processados.

LETRA C

#### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**70**

Um dos instrumentos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para dar visibilidade e possibilitar o acompanhamento da gestão fiscal de todos os entes públicos foi o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), cuja estrutura possibilita verificar:

- (A) a apuração da receita corrente líquida ao longo do exercício;
- (B) a apuração do montante do déficit ou superávit previdenciário;
- (C) o valor das despesas com juros da dívida inscritas em restos a pagar;
- (D) o montante das disponibilidades de caixa no encerramento do exercício;
- (E) os valores dos resultados nominal e primário ao final do exercício de referência.

LETRA D

#### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Atuariais**

**80**

Como anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício financeiro, o ente da Federação que mantiver Regime Próprio de Previdência dos Servidores deverá elaborar o demonstrativo de projeção atuarial do Regime de Previdência.

Esse demonstrativo:

- (A) apresentará projeções relativas a um período mínimo de cinquenta anos, contados a partir do encerramento do exercício;
- (B) deverá subsidiar o reconhecimento de variação patrimonial diminutiva em exercícios de resultado deficitário;
- (C) evidenciará projeções do resultado previdenciário e do saldo financeiro de cada exercício;
- (D) não deve incluir receitas e despesas intraorçamentárias para fins de apuração da projeção atuarial;
- (E) será acompanhado de quadro auxiliar com indicação de fontes de financiamento nos anos com projeção de déficit.

LETRA C

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**50**

O Relatório de Gestão Fiscal, documento expressamente previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal com o propósito de aprimorar a transparência pública, deve ser elaborado por titulares dos Poderes e Órgãos Públicos em até 30 dias do fim de cada quadrimestre, contendo

- (A) o montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro, apresentado exclusivamente no relatório do último quadrimestre.
- (B) a apuração da receita corrente líquida, com especificação da sua evolução e previsão para os períodos subsequentes.
- (C) as despesas com juros nominais a serem pagas com anulação de dotações.
- (D) a variação patrimonial, por meio do destaque acerca da alienação de ativos e aplicação dos recursos derivados.
- (E) os resultados primário e operacional, descontando valores a título de gratificação e indenização.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**49**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é exigido pela Constituição da República de 1988, e suas normas de elaboração e publicação são previstas na LRF. Ao elaborar o RREO, um ente público deve atentar que o relatório:

- (A) apresentará informações para acompanhamento dos limites de alerta e prudencial;
- (B) abrangerá os órgãos e entidades das administrações direta e indireta, de todos os poderes;
- (C) evidenciará a trajetória e o detalhamento da despesa total com pessoal;
- (D) poderá ser apresentado pelo modelo analítico ou pelo modelo sintético;
- (E) será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**51**

Periodicamente os entes públicos precisam publicar relatórios para subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal. Além de serem instrumentos de transparência, constituem subsídios para o controle social.

Se um agente da sociedade civil organizada desejar informações sobre o cumprimento das metas fiscais em um dado período, deverá consultar o anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) que versa sobre:

- (A) alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- (B) apuração da receita corrente líquida;
- (C) apuração dos resultados nominal e primário;
- (D) despesa com juros e refinanciamento da dívida;
- (E) restos a pagar e disponibilidade de caixa.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**65**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi previsto na LRF como um mecanismo para auxiliar no acompanhamento da gestão fiscal pelos poderes e órgãos da administração pública.

Em relação à elaboração e publicação desse relatório, os tribunais de contas:

- (A) devem publicar apenas a versão simplificada do RGF ao final do exercício;
- (B) devem publicar o anexo relativo ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- (C) estão dispensados de publicar tal relatório, uma vez que não têm autonomia orçamentária;
- (D) devem elaborar o Demonstrativo da Dívida Consolidada, caso tenham contratado empréstimos para investimentos;
- (E) são considerados no RGF Consolidado elaborado pelo Poder Executivo.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**54**

Um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária refere-se ao Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL).

Na elaboração desse anexo, os entes públicos devem observar que:

- (A) a apuração da RCL deverá ser apresentada para cada bimestre de referência e de forma cumulativa;
- (B) a RCL deve ser apurada individualmente para cada poder e órgão sujeitos a controle de limites fiscais;
- (C) a RCL que servirá de parâmetro para os limites do ente federativo deve ser apresentada pelo valor consolidado;
- (D) as receitas da compensação financeira entre os regimes de previdência não afetam o cálculo da RCL;
- (E) as receitas intraorçamentárias deverão ser consideradas no cálculo da RCL.

LETRA C

**55**

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos anexos do RGF e constitui uma versão simplificada deste relatório, sendo sua estrutura e composição definidas pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

A apresentação adequada desse anexo do RGF por um ente federativo levará em conta que:

- (A) o anexo deve conter informações sobre o cumprimento das metas de resultado primário e nominal;
- (B) o anexo deve identificar, no último quadrimestre, o valor dos restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício;
- (C) o anexo requer a identificação do valor de juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito;
- (D) sua elaboração é de competência exclusiva do Poder Executivo do ente;
- (E) sua elaboração é requerida apenas em referência ao último quadrimestre do exercício.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1****64**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal deverá conter, entre outros,

- (A) as projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (B) o demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- (C) as informações sobre apuração da receita corrente líquida, conforme definida na Lei, sua evolução e previsão de desempenho até o final do exercício.
- (D) o comparativo com os limites tratados pela Lei dos montantes relativos a despesa total com pessoal, dívidas consolidadas e mobiliárias, concessão de garantias e operações de crédito.
- (E) o balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

LETRA D

**65**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

O descumprimento do prazo previsto impedirá, até que a situação seja regularizada, que a entidade

- (A) contraia obrigações de despesa que não possam ser cumpridas integralmente com o saldo disponível em caixa.
- (B) receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, com exceção às destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- (C) receba empréstimos e financiamentos de agências de fomento, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

(D) realize aplicações da receita de capital derivada da alienação de bens para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

(E) realize transações com outras entidades do setor público relativas a venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

LETRA B

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**61**

A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que, ao final de cada quadrimestre, os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal (RGF). No caso dos Ministérios Públicos Estaduais, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) define a configuração dos demonstrativos anexos que devem compor o RGF em cada quadrimestre.

Tal configuração estabelece que o demonstrativo:

(A) da despesa com pessoal poderá ser publicado apenas no último quadrimestre se o limite prudencial não tiver sido ultrapassado;

(B) da execução dos restos a pagar deverá ser publicado em referência a todos os quadrimestres;

(C) das garantias e contragarantias é exigido se o órgão tiver concedido ou obtido tais benefícios;

(D) das operações de crédito deverá ser publicado se o órgão tiver realizado operações de crédito no exercício;

(E) simplificado do RGF é exigido apenas em referência ao último quadrimestre.

LETRA E

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**76**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal traz uma série de informações que contribuem para o acompanhamento da gestão fiscal por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Uma informação que pode ser analisada no RGF faz referência a:

(A) desempenho dos resultados primário e nominal;

(B) impacto das alocações de recursos em funções estratégicas;

(C) sustentabilidade dos fundos previdenciários;

(D) trajetória de endividamento de curto e longo prazos do ente;

(E) variações patrimoniais relativas ao endividamento público.

LETRA D

#### **FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**87**

Um dos demonstrativos constantes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária refere-se à apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), que é um parâmetro usado como referência para definição da reserva de contingência e para acompanhamento dos limites fiscais, tais como despesa total com pessoal e endividamento.

Ao analisar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de um Estado da federação, por exemplo, um servidor da área de controle externo deve considerar que:

- (A) as receitas de transferências correntes são computadas de forma dedutiva;
- (B) as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários são computadas de forma aditiva;
- (C) as transferências da União relativas a emendas impositivas de bancada afetam a RCL para fins dos limites de endividamento;
- (D) as transferências da União relativas a emendas impositivas individuais afetam a RCL para fins do limite da despesa com pessoal;
- (E) os rendimentos de aplicação financeira referentes aos recursos do regime próprio de previdência social não afetam a RCL.

LETRA C

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**51**

Os Tribunais de Justiça devem elaborar e publicar a cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), com informações definidas na Lei Complementar nº 101/2000.

A publicação do RGF de um Tribunal de Justiça relativo ao último quadrimestre do exercício financeiro deve apresentar informações sobre:

- (A) despesas com pessoal e execução de despesas por função;
- (B) despesas com pessoal e dívida consolidada;
- (C) disponibilidade de caixa e execução de despesas por função;
- (D) disponibilidade de caixa e restos a pagar;
- (E) receitas com alienação de ativos e restos a pagar.

LETRA D

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**40**

Um servidor do setor de informática de um ente público estava organizando os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício para publicação no portal da transparência do ente.

Após a publicação dos anexos do RREO, foi detectado que o servidor cometeu um equívoco ao incluir um anexo em que constavam informações sobre:

- (A) parcerias público-privadas;
- (B) restos a pagar por poder e órgão;
- (C) receitas e despesas previdenciárias;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.

LETRA D

**41**

Um dos anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) se refere ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

Ao elaborar esse demonstrativo, quanto à apuração da dívida consolidada, um item que NÃO deve ser incluído na apuração é o montante relativo a:

- (A) renegociação de dívidas;
- (B) parcelamento de dívidas;
- (C) financiamentos externos;
- (D) dívida mobiliária e contratual;
- (E) apropriação de depósitos judiciais.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**50**

Para fins de elaboração do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos entes estaduais, os valores das transferências da União relativas às emendas impositivas individuais e de bancada devem ser:

- (A) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal;
- (B) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites de endividamento;
- (C) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal e de endividamento;
- (D) incluídos no cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal;
- (E) incluídos no cálculo da RCL para fins de limites de endividamento.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal trata dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, e, entre os itens de divulgação obrigatória a cada quadrimestre pelo Poder Legislativo em meios eletrônicos de acesso público, encontra(m)-se:

- A parecer prévio sobre as contas;
- B planos orçamentários;
- C prestação de contas;
- D relatório de gestão fiscal;
- E relatório resumido da execução orçamentária.

LETRA D

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O relatório de gestão fiscal contém anexos que propiciam o acompanhamento da gestão fiscal, a partir de limites de despesas legalmente estabelecidos, a saber:

- Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada

- Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
- Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito
- Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
- Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Tendo como referência o encerramento do exercício, o Poder Legislativo deve elaborar e divulgar o(s) anexo(s):

- A 1;
- B 1 e 5;
- C 1 e 6;
- D 1, 5 e 6;
- E 5 e 6.

LETRA D

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

A opção pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal é facultada

- A ao Distrito Federal.
- B aos Estados do Amapá e de Roraima.
- C aos Estados sob intervenção federal.
- D aos Municípios que não são capitais.
- E aos Municípios com população inferior à 50.000 habitantes.

LETRA E

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para transparência da gestão fiscal.

Sobre o Relatório de Gestão Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- A É emitido anualmente.
- B É de acesso restrito para o público em geral.
- C É publicado até noventa dias após o encerramento do período a que corresponder.
- D Contém indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites estabelecidos.
- E Compara os limites de que trata a lei do montante da despesa total com pessoal, sem distinção entre inativos e pensionistas.

LETRA D

**FGV - 2017 - Prefeitura de Salvador - BA - Técnico de Nível Superior II - Administração**

Com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Relatório de Gestão Fiscal deve ser emitido ao final de cada bimestre, contendo comparativos com os limites estabelecidos pela LRF.
- II. No último ano de mandato do Executivo é proibido realizar operação de crédito por antecipação de receita.
- III. No último ano de seu mandato é vedado ao titular de Poder contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

Está correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C III, apenas.
- D I e II, apenas.
- E I, II e III.

LETRA B

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Técnico Judiciário - Área Administrativa**

Entre os instrumentos de transparência fiscal previstos no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), órgãos do Poder Judiciário divulgarão obrigatoriamente:

- A planos e diretrizes orçamentárias;
- B parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;
- C realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do orçamento do órgão;
- D Relatório de Gestão Fiscal;
- E Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Dentre as informações que devem ser geradas e disponibilizadas pelo Poder Legislativo em todos os entes governamentais está o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), previsto na LRF.

Considerando as disposições legais e normativas para elaboração do RGF, é correto afirmar que:

- A no primeiro e segundo quadrimestre, as assembleias legislativas publicarão somente o demonstrativo da despesa com pessoal e o demonstrativo simplificado do RGF;
- B no último quadrimestre, as informações fiscais do Poder Legislativo são publicadas apenas de forma consolidada com o Poder Executivo;
- C o anexo relativo ao demonstrativo da dívida consolidada será publicado pelos órgãos do Poder Legislativo apenas no último quadrimestre;
- D o anexo relativo ao demonstrativo da despesa com pessoal dos órgãos do Poder Legislativo será publicado em todos os quadrimestres;
- E o controle do limite de despesa com pessoal da assembleia legislativa e do tribunal de contas é realizado de forma consolidada.

LETRA D

### **FGV - 2016 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

A elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é obrigatória para todos os poderes e órgãos definidos pela LRF, porém o detalhamento e periodicidade podem diferir.

O único anexo do RGF que os ministérios públicos estaduais são obrigados a divulgar em referência ao primeiro quadrimestre do exercício é o demonstrativo:

- A da Despesa com Pessoal;
- B da Disponibilidade de Caixa;
- C da Receita Corrente Líquida;
- D das Operações de Crédito;
- E dos Restos a Pagar.

LETRA A

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas para a elaboração e divulgação de Relatório de Gestão Fiscal, pelos titulares. O Relatório de Gestão Fiscal deve:

- A abranger administração direta, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, e também os consórcios públicos, que integram a administração indireta dos entes da Federação consorciados;
- B conter demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF, referentes a despesa total com pessoal; dívida consolidada; concessão de garantias e contragarantias; resultado primário; e operações de crédito;
- C contemplar no último quadrimestre os demonstrativos do montante da disponibilidade de caixa e dos Restos a Pagar; e das parcerias público-privadas;
- D observar o limite prudencial estabelecido para o acompanhamento da despesa com pessoal, que representa 90 % do limite máximo legal;
- E assegurar a transparência da gestão fiscal excluindo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida valores não incluídos no conceito de dívida consolidada, como os precatórios anteriores a 05/05/2000.

LETRA A

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

A Prefeitura de Semírades, devido a problemas estruturais em seu sistema informatizado, deixou de publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 3º bimestre de 2015. Na ausência de divulgação do RREO, o Município ficará proibido de:

- A estabelecer convênios com organizações sociais para ações de transporte público;
- B receber transferências constitucionais, exceto se relativas a ações de educação e saúde;
- C realizar concurso público;
- D contratar operação de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;
- E desafetar um imóvel público.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Contador**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina também a sua disponibilização ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, nos prazos legais. Esse relatório deve conter informações que auxiliem os órgãos de controle no acompanhamento da gestão fiscal. Um dos anexos que compõem o RGF evidencia informações sobre:

- A alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- B despesas previdenciárias do regime próprio de previdência dos servidores;
- C inscrição em restos a pagar;
- D parcerias público-privadas;
- E resultado nominal e primário.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-RO - Contador**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são as duas principais fontes para acompanhamento e controle da execução orçamentária e da gestão fiscal dos entes da federação. Constitui informação disponível nos anexos do RGF:

- A apuração da receita corrente líquida;
- B apuração do resultado primário;
- C restos a pagar por poder e órgão;
- D disponibilidade de caixa;
- E receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior - Contador**

O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária.

Nele, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária irão constar

- A nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
- B nas receitas financeiras e nas despesas de custeio.
- C nas receitas de contribuições e nas despesas de custeio.
- D nas receitas financeiras e nas despesas financeiras.
- E nas receitas financeiras e nas despesas com amortização da dívida.

LETRA A

**FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Contabilidade - Reaplicação**

Informações relativas à inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados podem ser encontradas em um dos anexos dos relatórios fiscais, conforme orientações do Manual dos Demonstrativos Fiscais (Portaria STN nº 637/2012). O anexo que apresenta tais informações é o:

- A RREO - Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão;
- B RREO - Balanço Orçamentário;
- C RREO - Demonstrativo simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- D RGF - Demonstrativo dos restos a pagar;
- E RGF - Demonstrativo simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

O Relatório de Gestão Fiscal é de elaboração obrigatória pelos Poderes e órgãos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porém com diferenças na periodicidade de publicação dos anexos. No que tange à obrigatoriedade de relatórios a serem elaborados pelos órgãos do Poder Judiciário, o Manual de Demonstrativos Fiscais orienta que:

- A o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é o único anexo obrigatório em todos os quadrimestres;
- B o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal são anexos obrigatórios em todos os quadrimestres;
- C o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é obrigatório apenas no último quadrimestre;
- D o Demonstrativo da Dívida Consolidada é anexo obrigatório apenas no último quadrimestre;
- E o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal é obrigatório apenas para o Poder Executivo, que consolida todos os Poderes.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Economia**

O Relatório de Gestão Fiscal é composto de anexos, com informações específicas, cujos modelos de elaboração são apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). De acordo com o MDF:

- A no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, o conceito de despesa com pessoal depende da natureza do vínculo empregatício;
- B o limite prudencial da despesa com pessoal no Poder Judiciário Estadual é 5,4% da Receita Corrente Líquida;
- C o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal informa o montante de inscrição em restos a pagar não processados do exercício;
- D os órgãos dos poder Judiciário publicarão o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal em todos os quadrimestres;
- E o Demonstrativo da Dívida Consolidada é anexo obrigatório para os Poderes Executivo e Legislativo.

LETRA C

### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Economia**

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) tem o objetivo de dar transparência à gestão fiscal do titular do Poder/órgão realizada no período, principalmente por meio da verificação do cumprimento de limites. O MDF orienta que o RGF:

A deve ser elaborado e divulgado até 30 dias do encerramento de cada bimestre;

B abrangerá, em cada período, todos os poderes, de forma consolidada;

C contemplará as empresas estatais independentes;

D será apresentado em audiência pública ao final do exercício financeiro;

E tem preenchimento facultativo pela Defensoria Pública Estadual.

LETRA E

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

Entre os demonstrativos que integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inclui-se o Demonstrativo do Resultado Nominal, que deve conter:

A a variação da dívida fiscal líquida, apurada pela variação do endividamento bruto num determinado período;

B a dívida consolidada líquida que corresponde ao saldo da dívida consolidada, adicionada das Garantias e Contragarantias, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, líquido dos Restos a Pagar Processados;

C o valor relativo à meta do Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, e o cálculo da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária do Regime Previdenciário;

D o montante total apurado das obrigações financeiras, das dívidas mobiliária, contratual e outras dívidas, incluindo as intraorçamentárias;

E os haveres financeiros, dentre os quais os créditos tributários reconhecidos segundo o regime de competência, os valores inscritos em Dívida Ativa, e outros valores que representem créditos a receber, deduzindo a Dívida Consolidada.

LETRA C

### **FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dispõe que, ao final de cada quadrimestre, os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal.

O Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos abrange:

A as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, ou de custeio em geral ou de capital;

B a administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes;

C na esfera federal: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas da União), o Poder Judiciário (incluído o Tribunal de Justiça do Distrito Federal), o Poder Executivo e o Ministério Público da União (incluído o Ministério Público do Distrito Federal);  
D a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas do Poder Legislativo Estadual;  
E os Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e outros, quando houver.

LETRA B

**FGV - 2014 - Câmara Municipal do Recife-PE - Consultor Legislativo - Área de Administração Pública, Tributação, Orçamento, Finanças e Desenvolvimento Econômico**

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, a não divulgação do Relatório de Gestão Fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impede o Ente da Federação, até que a situação seja regularizada, de:

A contratar qualquer espécie de operação de crédito;  
B obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;  
C receber empréstimos de agências oficiais de fomento;  
D receber transferências tributárias constitucionais;  
E receber transferências voluntárias.

LETRA E

**FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Especificamente, o RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento, por parte dos entes federativos, dos limites estabelecidos pela LRF: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.

Nesse âmbito, consórcios públicos devem dar ampla divulgação ao demonstrativo:

A da disponibilidade de caixa e de restos a pagar;  
B da despesa com pessoal e com a concessão de garantias e contragarantias;  
C da dívida consolidada e da despesa com pessoal;  
D da disponibilidade de caixa e da despesa com pessoal;  
E da despesa com pessoal e de restos a pagar.

LETRA A

**FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

O Relatório de Gestão Fiscal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser publicado quadrimestralmente e deverá conter os demonstrativos com informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contragarantias, bem como operações de crédito.

O Relatório do último quadrimestre ainda deve conter o(s) seguinte(s) demonstrativo(s) adicional(ais):

- A nenhum além dos já constantes dos outros quadrimestres;
- B montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- C despesa com pessoal inativo;
- D despesas não computadas e despesa com pessoal inativo;
- E montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

LETRA E

#### **FGV - 2013 - MPE-MS - Técnico Administrativo**

O tipo de relatório exigido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar n. 101/00, com vistas a evidenciar a execução orçamentária por meio do acompanhamento de seus resultados bimestrais durante um exercício financeiro, é denominado.

- A resumido da execução orçamentária.
- B gestão fiscal.
- C balanço orçamentário.
- D balanço financeiro
- E variações orçamentárias.

LETRA A

#### **FGV - 2013 - INEA-RJ - Contador**

A LC 101/00 (LRF), em um dos seus pilares – Transparência e Controle, determina que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) devem ser periodicamente publicados e constar nas audiências públicas no Poder Legislativo, nos quais o Poder Executivo demonstrará e avaliará os cumprimentos das metas fiscais.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a periodicidade de levantamento do RREO e RGF e o limite mensal para cada audiência pública.

- A Quadrimestral – bimestral – maio-setembro-fevereiro.
- B Semestral – bimestral – maio-setembro-fevereiro.
- C Bimestral – quadrimestral – fevereiro-maio-setembro.
- D Quadrimestral – semestral – fevereiro-maio-setembro.
- E Bimestral – quadrimestral – maio-setembro-fevereiro.

LETRA E

#### **FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

NÃO integra o relatório de gestão fiscal o demonstrativo de

- A resultado nominal ou primário.
- B despesa total com pessoal.
- C dívidas consolidadas e mobiliárias
- D concessão de garantias.
- E operações de créditos.

LETRA A

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

NÃO integra o relatório de execução orçamentária, em nenhuma hipótese,

- A restos a pagar.
- B concessão de garantias.
- C projeção atuarial do regime de previdência.
- D variação patrimonial vencendo alienação de ativo e aplicação de recursos decorrentes dessa alienação.
- E justificativa de limitação de empenho quando for o caso.

LETRA B

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

O relatório resumido de execução orçamentária abrange diversos itens, listados nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- A Balanço orçamentário.
- B Demonstrativo de execução das receitas de grupo e natureza.
- C Demonstrativo de execução de despesas de função e subfunção.
- D Demonstrativo de apuração da receita corrente líquida.
- E Receitas e despesas previdenciárias.

LETRA B

**FGV - 2009 - SAD-PE - Analista de Controle Interno – Finanças Públicas**

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório da Gestão Fiscal conterà o comparativo com os seguintes montantes, à exceção de um. Assinale-o.

- A Despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
- B Dívidas consolidada e mobiliária.
- C Concessão de garantias.
- D Execução da receita e despesa orçamentária.
- E Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

LETRA D

## 14. LRF - PARTE 4 (Dívida e Endividamento; Restos a pagar; Gestão Patrimonial; Escrituração e consolidação das contas; Disposições Finais e Transitórias)

### **Dívida e endividamento**

#### **FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Técnico de Controle Interno**

**80**

Com o objetivo de contribuir para o controle do endividamento público, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu parâmetros para o acompanhamento quadrimestral da dívida consolidada.

Conforme tais parâmetros, se a dívida consolidada de um ente ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre:

- (A) o ente deverá publicar decreto com regras para o refinanciamento da dívida;
- (B) o ente deverá abrir créditos adicionais extraordinários para cobrir o serviço da dívida;
- (C) o tribunal de contas enviará alerta em decorrência da situação de calamidade financeira;
- (D) o valor excedente deverá ser eliminado até o final do exercício corrente;
- (E) pelo menos um quarto do excedente deverá ser reduzido no quadrimestre seguinte.

LETRA E

#### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis**

**72**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) aborda tópicos que têm relevância crucial para o equilíbrio das contas públicas. A dívida pública constitui um desses tópicos que são objeto de conceituações e imposição de vedações.

Para fins de controle e acompanhamento da dívida pública, um ente público deve considerar que:

- (A) a prerrogativa de refinanciamento da dívida pública é exclusiva da União;
- (B) o limite máximo da dívida consolidada de um ente público é definido na LDO como percentual da RCL;
- (C) o relatório resumido da execução orçamentária apresenta bimestralmente a apuração da dívida consolidada;
- (D) operações de crédito de prazo inferior a doze meses não podem ser consideradas como dívida pública;
- (E) para fins de aplicação dos limites, há casos em que precatórios judiciais podem integrar a dívida consolidada.

LETRA E

#### **FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem como principal objetivo a definição de medidas que contribuam para o equilíbrio das contas públicas e que promovam uma gestão fiscal responsável.

Em se tratando do refinanciamento do principal da dívida mobiliária, a LRF estabeleceu que este, ao término do exercício financeiro, NÃO excederá o montante:

- (A) correspondente a 60% do saldo da dívida consolidada líquida;
- (B) definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao referido exercício;
- (C) do final do exercício anterior, acrescido do superávit primário apurado no exercício de referência;
- (D) do final do exercício anterior, com acréscimos legalmente definidos;
- (E) equivalente a duas vezes a receita corrente líquida apurada no exercício de referência.

LETRA D

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**27**

O governador do Estado Alfa foi cientificado de que o Município Beta, situado em seu território, não pagava, há três anos, a dívida decorrente de contratos de financiamento com instituições financeiras governamentais, que tinham por objetivo viabilizar a realização de obras públicas. A ausência de pagamento não decorria de força maior, mas, sim, de opção política do prefeito municipal.

Considerando a narrativa, essa espécie de dívida é considerada:

- (A) flutuante e pode ensejar a decretação da intervenção espontânea;
- (B) fundada e pode ensejar a decretação da intervenção espontânea;
- (C) fundada e somente pode ensejar a decretação da intervenção provocada;
- (D) flutuante e somente pode ensejar a decretação da intervenção provocada;
- (E) mobiliária e somente pode ensejar a decretação da intervenção provocada.

LETRA B

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**48**

A dívida fundada, conceituada inicialmente pela Lei nº 4.320/1964 e posteriormente pela Lei Complementar nº 101/2000, compreende:

- (A) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- (B) o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos pelo ente no exercício anterior;
- (C) o saldo do Passivo Atuarial, que representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios previdenciários;
- (D) o montante das provisões que representam o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado;
- (E) o montante total do saldo devedor apurado das operações de crédito realizadas pelo ente, decorrentes de antecipação da receita orçamentária (ARO).

LETRA A

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**65**

De acordo com o Art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Sobre os Restos a Pagar, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), destaca-se

(A) a obrigatoriedade, para o gestor público, de cancelar os valores inscritos em Restos a Pagar e não pagos, seja pela prescrição do direito ou pelo não cumprimento da fase da liquidação.

(B) a vedação, ao gestor público, de contrair obrigação de despesa nos últimos oito meses de mandato, sem lastro financeiro que permita o respectivo pagamento no exercício subsequente.

(C) a obrigatoriedade, para o gestor público, de efetuar o pagamento de despesa inscrita em Restos a Pagar, seja Processado ou não Processado, preferencialmente, no ano seguinte ao da sua inscrição, com base na liquidação da despesa, ou seja, a partir da entrega do objeto do empenho.

(D) a obrigatoriedade da prescrição das despesas inscritas em Restos a Pagar, após cinco anos a partir da liquidação da respectiva despesa.

(E) a vedação, ao gestor público, de contrair obrigação de despesa no último quadrimestre de mandato, sem lastro financeiro que permita o respectivo pagamento no exercício subsequente.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**73**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - LC nº 101/2000) prevê uma série de restrições para a realização de certas despesas públicas nos períodos finais de mandatos de chefes do Poder Executivo.

Acerca desse tema e à luz da LRF, assinale a afirmativa correta.

(A) É vedado ao chefe do Poder Executivo, no último ano do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

(B) A operação de crédito por antecipação de receita é proibida no último ano de mandato do chefe do Poder Executivo.

(C) No primeiro quadrimestre do último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, se a despesa total com pessoal do Poder Executivo ultrapassar os limites presentes na LRF, o referido Poder fica imediatamente proibido de contratar operações de crédito, inclusive as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

(D) No primeiro quadrimestre do último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, se a despesa total com pessoal do Poder Executivo ultrapassar os limites presentes na LRF, o referido Poder fica imediatamente proibido de receber transferências voluntárias, inclusive aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

(E) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal do Poder Executivo no último ano de mandato do chefe do Poder Executivo.

LETRA B

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**85**

Um estado cujo governador estava no último ano de seu mandato apresentava os seguintes saldos no final do exercício financeiro:

Receita Corrente: R\$ 2.600.000;

Receita de Capital: R\$ 400.000;

Disponibilidade de caixa: R\$ 2.000.000;

Despesas empenhadas a liquidar: R\$ 1.700.000;

Despesas empenhadas e liquidadas a pagar: R\$ 1.500.000.

Na data, o valor inscrito como Restos a Pagar era de:

(A) R\$ 1.500.000;

(B) R\$ 1.700.000;

(C) R\$ 2.000.000;

(D) R\$ 3.000.000;

(E) R\$ 3.200.000.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**54**

Uma entidade do setor público apresentava as seguintes informações, relativas ao ano de X1:

Aquisição financiada de bens operacionais: R\$ 100.000;

Recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços: R\$ 80.000;

Operações de crédito autorizadas no orçamento para o refinanciamento do principal da dívida mobiliária e efetivamente realizadas: R\$ 300.000;

Variação monetária da dívida mobiliária: R\$ 50.000;

Compromisso de adimplência de obrigação financeira assumida pela entidade: R\$ 120.000.

Considerando-se que o montante do refinanciamento do principal da dívida mobiliária em 31/12/X0 era de R\$ 500.000, o refinanciamento da dívida mobiliária em 31/12/X1 NÃO poderá exceder o seguinte montante:

(A) R\$ 350.000;

(B) R\$ 420.000;

(C) R\$ 480.000;

(D) R\$ 550.000;

(E) R\$ 850.000.

LETRA E

**FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**39**

Os entes públicos estão sujeitos a uma série de controles para auxiliar no equilíbrio da gestão fiscal, entre eles, destaca-se o limite de endividamento, fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL).

Se, ao final de um quadrimestre, o Estado apresentou uma RCL de R\$ 9 bilhões, o limite máximo admitido do saldo de dívida consolidada líquida será de:

- (A) R\$ 1,44 bilhão;
- (B) R\$ 5,4 bilhões;
- (C) R\$ 9 bilhões;
- (D) R\$ 10,8 bilhões;
- (E) R\$ 18 bilhões.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**20**

Ao final do 3º quadrimestre de um exercício financeiro em um Estado da Federação, foi apurado um saldo de Dívida Consolidada Líquida (DCL) no valor de R\$ 28,4 milhões.

Para que o ente não ultrapasse o limite de endividamento, a Receita Corrente Líquida apurada no mesmo período deve ser de pelo menos:

- (A) R\$ 14,2 milhões;
- (B) R\$ 23,7 milhões;
- (C) R\$ 47,4 milhões;
- (D) R\$ 56,8 milhões;
- (E) R\$ 177,5 milhões.

LETRA A

**FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Analista de Orçamento**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, quando a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassa o seu limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa. No entanto, ele poderá realizar

- A antecipação de receitas.
- B pagamento de dívidas mobiliárias
- C pagamento de dívidas com pessoal.
- D recebimento de transferências voluntárias da União.
- E recebimento de transferências voluntárias de pessoas físicas.

LETRA B

**FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Especialista em Políticas Públicas**

Leia o fragmento a seguir.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os títulos da dívida pública escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos pelo valor \_\_\_\_\_.

Assinale a opção cujo termo completa corretamente a lacuna.

- A recuperável
- B financeiro
- C econômico
- D histórico
- E histórico, corrigido pela inflação.

LETRA C

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

No que concerne ao limite de gastos do último ano de mandato do Prefeito, o Sistema de Controle Interno deve

- A verificar a arrecadação de todos os tributos e tarifas públicas municipais, pagas pelos contribuintes.
- B analisar se a repartição das despesas com pessoal do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário está de acordo com os limites globais.
- C constatar se houve a ocorrência de operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.
- D avaliar a observação das regras sobre despesas contraídas nos 3 quadrimestres.
- E glosar todas as renúncias de receitas que forem efetivadas.

LETRA C

**FGV - 2017 - Prefeitura de Salvador - BA - Técnico de Nível Superior II - Administração**

Com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Relatório de Gestão Fiscal deve ser emitido ao final de cada bimestre, contendo comparativos com os limites estabelecidos pela LRF.
- II. No último ano de mandato do Executivo é proibido realizar operação de crédito por antecipação de receita.
- III. No último ano de seu mandato é vedado ao titular de Poder contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

Está correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C III, apenas.
- D I e II, apenas.
- E I, II e III.

LETRA B

### FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa

Ao final de um exercício foram obtidas as seguintes informações da execução orçamentária de um ente público:

Descrição	Valor (milhares)
Arrecadação de receitas tributárias	80.000
Empenho de despesa orçamentária	72.000
Liquidação de despesa corrente	56.000
Pagamentos efetuados	50.400

Considerando as disposições legais para inscrição em restos a pagar, e sabendo-se que a disponibilidade financeira líquida do ente ao final do exercício era de 20.000, é correto afirmar que:

- A a disponibilidade financeira não afetará a inscrição de restos a pagar;
- B despesas processadas e não processadas serão canceladas;
- C do valor das despesas empenhadas, 1.600 serão cancelados;
- D haverá cancelamento de despesas não processadas no valor de 9.600;
- E o valor total de restos a pagar não processados pode ser inscrito.

LETRA C

### FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior

Os dados apresentados no quadro a seguir foram retirados do Relatório de Gestão Fiscal de um ente estadual relativo ao segundo quadrimestre de 2016 e estão expressos em milhares de reais.

Dívida mobiliária	4.855
Dívida contratual	102.870.680
Precatórios	410.645
Outras dívidas	16.225
Disponibilidade de caixa bruta	5.929.145
Demais haveres financeiros	1.914.340
Restos a pagar processados	3.072.730
RCL	48.793.305

De acordo com as disposições da LRF quanto à dívida consolidada líquida (DCL), é correto afirmar que, no quadrimestre:

- A a DCL do ente é de 95,5 bilhões de reais;
- B a DCL ultrapassou o limite máximo em menos de 2%;
- C a DCL ultrapassou o limite máximo em mais de 10%;
- D a DCL está abaixo do limite prudencial;
- E a DCL está 4,4% abaixo do limite máximo.

LETRA B

### **FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

Quadro I – Informações relativas à execução orçamentária de um município do Estado do Rio de Janeiro durante o exercício de 20x4 (Janeiro a Dezembro).

Descrição

Valores em milhares

Receitas Tributárias	2.750.000,00
Receitas de Contribuições	440.000,00
Receita Patrimonial	770.000,00
Receita Industrial	8.200,00
Receita de Serviços	155.000,00
Transferências Correntes	3.500.000,00
Outras Receitas Correntes	1.700.000,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	250.000,00
Antecipação da Receita Orçamentária	50.000,00
Receita de Amortização de empréstimos	65.000,00
Receita de Alienação de bens	10.000,00
Receitas de Depósitos e Cauções	20.000,00
Contribuições dos Servidores p/ Plano de Previdência	440.000,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	5.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	190.000,00
Despesa com Juros e Encargos da Dívida	450.000,00
Despesa total com Pessoal Ativo	3.150.000,00
Despesa total com Pessoal Inativo	750.000,00
Despesa total com Pessoal Terceirizado	2.300.000,00

Considerando as informações do Quadro I, os limites da Dívida Consolidada Líquida e de realização de operações de crédito para o município no exercício de 20x4 são, respectivamente:

A 17.376.400,00 e 5.212.920,00;

B 10.425.840,00 e 1.390.112,00;

C 9.576.400,00 e 2.872.920,00;

D 5.745.840,00 e 766.112,00;

E 5.212.920,00 e 999.143,00.

LETRA B

### **FGV - 2013 - SUDENE-PE - Agente Administrativo**

Analise os valores fornecidos pela contabilidade em trinta de abril do último ano de mandato de um governo estadual.

Tesouraria ou caixa \$2.000

Dívida Ativa \$3.000

Fornecedores do ano \$1.500

Dívida Fundada a longo prazo \$2.000

Com base nesses valores e na Lei de Responsabilidade Fiscal o valor máximo de novas despesas a serem assumidas até o final do mandato será de

- A \$3.500.
- B \$1.500.
- C \$1.000.
- D \$500.
- E Zero.

LETRA D

#### **FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

No tocante à dívida pública, caso ela ultrapasse os limites definidos na LRF, o percentual excedente deverá ser eliminado

- A nos dois semestres seguintes.
- B nos dois quadrimestres seguintes.
- C nos três quadrimestres seguintes.
- D nos três quadrimestres seguintes, com pelo menos metade no primeiro.
- E nos dois quadrimestres seguintes, com pelo menos dois terços no primeiro.

LETRA C

### **DA GESTÃO PATRIMONIAL**

#### **FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**64**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é **vedada** a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei:

- (A) a obrigações relacionadas aos Juros da Dívida Pública.
- (B) ao pagamento de salários referentes aos serviços básicos do país.
- (C) a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (D) aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (E) a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

LETRA D

#### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**70**

O Estado Alfa decidiu que escolheria, por meio de licitação, uma instituição financeira que passaria a receber os depósitos de suas disponibilidades de caixa, já que em seu território atuavam tanto instituições financeiras oficiais (públicas) como instituições financeiras privadas.

Acerca desse cenário, à luz da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), tais depósitos

(A) podem ser realizados, em regra, tanto em instituição financeira oficial como em instituição financeira privada.

(B) não podem ser realizados em instituição financeira oficial, mas apenas em instituição financeira privada, de modo a evitar favorecimentos indevidos a instituições financeiras integrantes da Administração Pública.

(C) devem ser realizados em instituição financeira oficial, podendo a lei autorizar que sejam realizados excepcionalmente em instituição financeira privada.

(D) não podem ser realizados em instituições financeiras oficiais federais, mas apenas em instituição financeira oficial estadual ou em instituição financeira privada.

(E) dado o caráter público de tais recursos, não podem ser realizados em instituição financeira privada, sendo inconstitucional qualquer lei federal, ainda que de caráter nacional, que permita tais depósitos em instituição privada.

LETRA C

#### **FGV - 2019 - Prefeitura de Salvador - BA - Fiscal de Serviços Municipais**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, ao (à)

A pagamento dos salários de servidores públicos.

B auxílio alimentação de servidores públicos.

C regime de previdência social de servidores públicos.

D manutenção de patrimônio público.

E amortização da dívida pública.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a aplicação da receita de capital, derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, é permitida quando destinada

A por lei à compra de ativos imobilizados para hospitais.

B à compra de artigos destinados à saúde pública.

C por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

D aos gastos com merenda escolar.

E por lei a gastos com segurança nacional.

LETRA C

### ***Escrituração e Consolidação das Contas***

**50**

Além de dispor sobre regras específicas relativas a metas fiscais e limites de gastos para promover uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata também da escrituração e da consolidação das contas públicas.

À luz da LRF, para esses procedimentos, os responsáveis pela contabilidade das entidades públicas deverão considerar que:

- (A) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência;
- (B) a disponibilidade de caixa observará o princípio da não vinculação de recursos;
- (C) as despesas previdenciárias devem ser apresentadas de forma conjunta e consolidada com as demais despesas da entidade;
- (D) as operações de crédito e as demais formas de financiamento deverão ser escrituradas em ordem crescente de exigibilidade;
- (E) os resultados dos fluxos financeiros de natureza previdenciária serão apurados pelo regime de caixa.

LETRA A

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em seu art. 50, determina que a escrituração das contas públicas observará:

A a despesa e a assunção de compromissos serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência;

B as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos patrimoniais e orçamentários específicos;

C a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da aquisição de ativos;

D a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

E no caso das demonstrações conjuntas, incluir-se-ão as operações intragovernamentais.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior - Contador**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a escrituração das contas públicas, assinale a afirmativa incorreta.

A A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória sejam identificados e escriturados de forma individualizada.

B A despesa, a assunção de compromisso e o resultado dos fluxos financeiros serão registradas segundo o regime de caixa.

C As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.

D As operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

E As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional.

LETRA B

### **Disposições Finais e Transitórias**

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**72**

No final do ano de 2022, ocorreu um surto de certa enfermidade que afetou praticamente todo o território do Estado Beta. Por isso, o Governador decretou o estado de calamidade pública estadual e a Assembleia Legislativa do Estado Beta, por sua vez, com um decreto legislativo, também reconheceu o estado de calamidade pública.

Diante desse cenário, e à luz do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC nº 101/2000), com o reconhecimento do estado de calamidade pública em tais moldes, enquanto este perdurar, ficarão

(A) dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho.

(B) dispensadas as condições aplicáveis ao Estado para contratação e aditamento de operações de crédito.

(C) dispensadas as condições aplicáveis ao Estado para recebimento de transferências voluntárias.

(D) dispensadas as condições aplicáveis ao Estado para concessão de garantias.

(E) afastadas as condições aplicáveis ao Estado para concessão de renúncia fiscal.

LETRA A

**FGV - 2015 - Câmara Municipal de Caruaru - PE - Analista Legislativo - Contabilidade**

A Lei Complementar nº 101/2000 institui a criação do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral da previdência social.

Este fundo será constituído

A pelos valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social utilizados em sua operacionalização.

B pelos bens e direitos que não estão a ele vinculados por força de lei.

C pelos recursos provenientes do orçamento dos Estados e Municípios.

D pelo resultado da aplicação financeira de seus ativos

E pelo produto do aluguel de ativos de pessoa jurídica em débito com a Previdência Social.

LETRA D

## **FGV - 2013 - AL-MA - Técnico de Gestão Administrativa - Administrador**

O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal, serão realizados

A pelo Conselho de Gestão Administrativa, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade.

B pelo Conselho de Gestão Fiscal, constituído por representantes do poder executivo e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades representativas da sociedade.

C pelo Conselho de Gestão Fiscal, constituído por representantes do poder executivo, do Ministério do Planejamento e de entidades técnicas representativas da sociedade

D pelo Conselho de Gestão Administrativa, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério do Planejamento e de entidades representativas da sociedade.

E pelo Conselho de Gestão Fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade.

LETRA E

## **15. FEDERALISMO FISCAL**

### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Direito**

**47**

Quanto às imunidades constitucionais de tributos relacionados ao prédio-sede do Tribunal de Contas do Estado Beta, de propriedade do mesmo Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. Há imunidade quanto à contribuição municipal para o custeio dos serviços de iluminação pública incidente sobre o consumo de energia deste prédio-sede de Tribunal de Contas Estadual.

II. Não há imunidade quanto à taxa municipal de coleta de lixo domiciliar proveniente deste prédio-sede de Tribunal de Contas Estadual.

III. Há imunidade quanto à contribuição de melhoria municipal instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária deste prédio-sede de Tribunal de Contas Estadual.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**62**

As afirmativas a seguir, acerca de Federalismo Fiscal estão corretas, *à exceção de uma*. Assinale-a.

(A) Objetiva estudar a repartição fiscal e competências entre as diferentes esferas do governo, visando a melhor alocação, eficiência da arrecadação de recursos e melhor oferta de serviços públicos à população.

(B) Seu foco de análise é a forma como uma federação se organiza entre seus entes federados para melhor arrecadação de recursos visando assim prover melhor oferta de seus bens demandados pela população.

(C) Procura estabelecer parâmetros de racionalidade e eficiência econômica que orientem os ajustes na organização das federações, à medida que o processo político permita tais alterações.

(D) Implica na distribuição de competências constitucionais fiscais entre a União e os entes subnacionais, para que cada um, de forma autônoma, possa arcar com suas despesas.

(E) É o modo de organização política de um país, que possibilita o exercício do poder em grandes territórios, geralmente com diversidades cultural, econômica e social, mediante a divisão administrativa dos governos em unidades subnacionais.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – Prova 2 – Tipo 1**

**46**

O Imposto sobre a Renda é um tributo de arrecadação essencial para o Fisco, tanto pelo montante arrecadado como pela fiscalização decorrente dele.

O produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda será

(A) repartido pela União com os Estados e Distrito Federal no percentual de 22% (vinte e dois por cento).

(B) repartido pela União no percentual de 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento) com o Fundo de Participação dos Municípios.

(C) repartido pela União no percentual de 50% (cinquenta por cento) apenas com os Estados, o Distrito Federal e os municípios por meio de seus Fundos de Participação.

(D) repartido pela União com os Municípios no percentual de 50% (cinquenta por cento).

(E) Exclusivamente da União.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**74**

Nosso sistema tributário caracteriza-se por tributos específicos que devem ser recolhidos por cada ente federativo.

Tratando apenas de *impostos*, assinale a opção que indica os que são de competência dos Estados.

- (A) O ITBI, o ICMS e o IPVA.
- (B) O ITCMD, o IPI e o ICMS.
- (C) O ITBI, o ICMS e o IPTU.
- (D) O ITCMD, o ICMS e o IPVA.
- (E) O ICMS, o IPVA e a COSIP.

LETRA D

**79**

Um tributo muito recente no nosso ordenamento jurídico é a Contribuição de Iluminação Pública, sendo que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Taxa de Iluminação Pública.

Sobre a Contribuição de Iluminação Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser instituída por Municípios e Estados.
- (B) Deve ser cobrada apenas das pessoas jurídicas com sede no município.
- (C) Pode ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.
- (D) Não precisa respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal.
- (E) Pode ser cobrada no mesmo exercício em que for instituída.

LETRA C

**80**

Determinado Estado da Federação cria uma universidade estadual, como uma autarquia, e passa a oferecer alguns cursos pagos.

Sobre esses cursos, haverá incidência do Imposto sobre a Renda?

- (A) Não. A autarquia estadual goza da mesma imunidade dos Estados em relação ao seu patrimônio e renda.
- (B) Sim, pois a autarquia estadual não tem imunidade dos Estados.
- (C) Não, pois o ensino universitário está isento de Imposto sobre a Renda.
- (D) Sim. Haverá incidência se houver convênio com particulares.
- (E) Sim, pois há contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

LETRA E

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir os seguintes tributos, à exceção de um. Assinale-o.

- A Impostos.
- B Taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- C Taxas sobre a renda das obrigações da dívida pública dos municípios.
- D Taxas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte.

E Contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.

LETRA C

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

A atual Constituição Federal instituiu competências tributárias comuns, privativas e residuais.

Sobre a atribuição de competência definida pela Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

A Os Municípios são competentes para instituir o imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos.

B A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência comum para instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.

C Apenas os Estados e o Distrito Federal têm competência para a instituição de contribuição de melhoria, decorrente de obra pública.

D Os Estados têm competência para instituir imposto incidente sobre a prestação de transporte interestadual e intermunicipal.

E Os Estados e o Distrito Federal podem instituir impostos não previstos na Constituição Federal de 1988, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

Letra D

**FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria - Processual**

Em nosso Sistema Tributário, a competência residual tributária pode ser exercida:

A pelo Distrito Federal, que pode instituir impostos e taxas próprios dos municípios;

B pelos Municípios, que podem criar novos tributos de interesse local, observando os princípios constitucionais da anterioridade de exercício e da legalidade;

C pelos Estados, que podem instituir contribuições que não tenham fato gerador e base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal;

D pela União, que, através de lei complementar, pode instituir impostos que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal;

E pelos Estados e Municípios, que podem instituir contribuições especiais, que não sejam cumulativas e tenham a receita destinada à manutenção dos serviços de regiões metropolitanas.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Agente Fazendário**

Os municípios têm competência tributária para instituir contribuição:

A de intervenção no domínio econômico;

B a ser cobrada de seus servidores, para o custeio do regime previdenciário próprio;

C provisória sobre movimentação financeira de ativos dentro do município;

D de interesse das categorias profissionais ou econômicas;

E para o financiamento da assistência social.

LETRA B

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Fiscal de Tributos**

Pertence aos Municípios:

A cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

B quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

C cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

D trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

E oitenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

LETRA C

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Fiscal de Tributos**

No tocante à competência tributária, analise as afirmativas a seguir, considerando (V) para a(s) verdadeira(s) e (F) para a(s) falsa(s).

( ) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88 atribuiu competência aos Estados para instituir imposto sobre a transmissão de bens *inter vivos*.

( ) A competência tributária, a teor do que dispõe o Código Tributário Nacional, é indelegável. Isso significa que um ente tributante não pode instituir tributo que seja da competência

tributária de outro. Não constitui, porém, violação a essa regra a delegação, por um ente tributante, a outro, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.

( ) Como a receita do IPVA é repartida com os Municípios, o não-exercício da competência tributária pelos Estados autoriza os Municípios a exercitar tal competência, em relação aos veículos registrados em seu território.

( ) Inclui-se na competência tributária dos Municípios a instituição de contribuição previdenciária.

A sequência correta é:

A F, F, V, V;

B F, V, F, V;

C V, V, F, V;

D V, V, F, F;

E F, V, F, F.

LETRA C

#### **FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto**

O Estado Y, ao final do mês, paga a remuneração devida (i) aos seus servidores e (ii) às pessoas jurídicas que lhe prestaram serviços no mês anterior. Ambos os pagamentos sofrem a retenção do imposto de renda na fonte (IR-Fonte), que caberá:

A à União, exclusivamente;

B ao Estado, exclusivamente;

C à União o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (ii), e ao Estado o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (i);

D à União o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (i), e ao Estado o IR-Fonte incidente no pagamento feito ao grupo (ii);

E à União e ao Estado, mediante partilha do IR-Fonte incidente no pagamento feito aos dois grupos.

LETRA B

#### **FGV - 2016 - COMPESA - Analista de Gestão - Advogado**

O Estado Alfa deixou de instituir, prever e arrecadar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sobre o regime da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção que indica a restrição prevista ao Estado Alfa por deixar de instituir, prever e arrecadar o imposto.

A Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.

B Receber transferências voluntárias de outros entes da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.

C Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título.

D Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título.

E Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente da Federação.

LETRA B

**FGV - 2014 - SEFAZ- MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova 2**

Com relação ao Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), assinale a afirmativa correta.

A Pode ser instituído pela União, pelos Estados e pelos Municípios, no exercício de competência concorrente.

B Pode ser instituído pela União, mas, enquanto esta não o fizer, poderão instituí-lo os Estados, no exercício de competência supletiva.

C Pode ser instituído pela União, mas, enquanto esta não o fizer, poderão instituí-lo os Municípios, no exercício de competência supletiva.

D Pode ser instituído apenas pela União, por meio de lei complementar, inexistindo competência concorrente ou supletiva de qualquer outro ente público.

E Pode ser instituído apenas pela União, por meio de lei ordinária, inexistindo competência concorrente ou supletiva de qualquer outro ente público.

LETRA D

**FGV - 2013 - AL-MT - Economista**

Relacione cada esfera de competência tributária com o respectivo imposto.

1. Competência Municipal.

2. Competência Estadual.

3. Competência Federal.

( ) IPVA.

( ) ITBI.

( ) IPI.

( ) Imposto de Importação.

Assinale a alternativa que mostra a relação correta, de cima para baixo.

A 1 – 2 – 3 – 3.

B 2 – 1 – 2 – 3.

C 2 – 1 – 3 – 3.

D 2 – 3 – 3 – 3.

E 2 – 2 – 3 – 2.

LETRA C

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Auditor Fiscal da Receita Estadual - Prova 2**

A CRFB traça as linhas gerais para a repartição das receitas tributárias nos arts. 157 a 161. É correto afirmar que a Constituição determina que

A o produto da arrecadação do ITR seja dividido entre Estados e Municípios, relativamente aos imóveis neles situados, exceto se o Município fiscalizar e cobrar o referido imposto.

B a União entregue 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPI aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

C seja vedada a retenção à entrega dos recursos atribuídos a partir das receitas tributárias aos Estados, Municípios e ao DF, exceto adicionais e acréscimos relativos a impostos.

D caiba à lei ordinária disciplinar os aspectos relativos à repartição de receitas tributárias.

E pertençam aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS do Estado sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

LETRA E

**FGV - 2010 - SEAD-AP - Fiscal da Receita Estadual - Prova 2**

Não é considerado como imposto de competência da União, aquele incidente sobre:

A exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

B renda e doações de qualquer natureza.

C operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

D grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

E importação de produtos estrangeiros.

LETRA B

**FGV - 2010 - SEAD-AP - Fiscal da Receita Estadual - Prova 1**

Com relação ao tema "Sistema Tributário Nacional", analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à União instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre renda e proventos de qualquer natureza, grandes fortunas (nos termos de lei complementar) e propriedade territorial rural.

II. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, sendo suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. Compete aos Municípios instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre propriedade predial e territorial urbana, transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

Assinale:

A se somente a afirmativa I estiver correta.

B se somente a afirmativa II estiver correta.

C se somente a afirmativa III estiver correta.

D se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

E se todas as afirmativas estiverem corretas.

LETRA E

## 16. CONTA ÚNICA DO TESOURO

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**77**

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, a realização da receita e da despesa da União será feita por via bancária, em observância ao seguinte princípio:

- (A) Unidade de caixa.
- (B) Legalidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Orçamento Bruto.
- (E) Não vinculação da receita de impostos.

LETRA A

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**47**

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o Art. 1º do Decreto nº 93.872/1986 estabelece que a realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa. Estabelecem-se, assim, os princípios normativos da conta única, que tem seus saldos e fluxos registrados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

No que diz respeito à Conta Única do Tesouro Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.
- (B) O pagamento de despesas da União será realizado mediante contas próprias da unidade gestora pagante.
- (C) Excetua-se o princípio da conta única no caso de fundações públicas e autarquias, dada a natureza específica dessas entidades.
- (D) A Conta Única do Tesouro Nacional não permite aplicação financeira, dado seu caráter de registro contábil do fluxo de receitas e despesas.
- (E) A receita ingressa na Conta Única do Tesouro Nacional, exclusivamente por meio do recolhimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) gerado pela Receita Federal do Brasil.

LETRA A

## 17. FINANÇAS PÚBLICAS – Resultados Primário e Nominal

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Econômicas**

**53**

Suponha que um auditor do Tribunal de Contas esteja realizando um estudo sobre a evolução da dívida pública de um país e obtenha as seguintes informações sobre a economia no ano de 2021.

- I. O superávit primário é de 1% a.a.
- II. A razão dívida-PIB atual é de 85%.
- III. A taxa nominal de juros é de 12% a.a.
- IV. A taxa de inflação é de 10% a.a.
- V. O PIB potencial cresce a uma taxa de 2% a.a.

Ao considerar que essas informações permanecerão constantes ao longo do tempo, a melhor previsão do pesquisador em relação ao valor da relação dívida-PIB daqui a dois anos será de:

- (A) 82%;
- (B) 83%;
- (C) 84%;
- (D) 85%;
- (E) 86%.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**90**

Suponha que os juros nominais sejam iguais aos juros reais. A existência de déficit do governo (necessidade de financiamento do governo – NFG) **não** é possível se

- (A) a poupança do governo for positiva.
- (B) a soma de consumo, juros e investimento do governo for superior à receita tributária.
- (C) a soma de consumo e juros do governo for superior à arrecadação tributária.
- (D) a soma do consumo e juros do governo for nula.
- (E) a poupança pública for superior ao investimento público.

LETRA E

**91**

Em relação ao resultado primário “acima da linha” do governo central e seus componentes, analise os itens a seguir:

I. O saldo do Fundo Soberano do Brasil, por ser um compromisso do país com outros países, é deduzido da Receita Líquida Total para obtenção do Resultado Primário.

II. As receitas originadas da concessão ou permissão ao particular do direito de exploração dos serviços públicos compõem as receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil.

III. Para apuração do resultado primário, contabiliza-se o resultado do Tesouro Nacional, do BACEN, do INSS e das empresas estatais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

LETRA B

**93**

Em relação aos conceitos de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O registro de uma dívida associada a déficits antigos e não assumidos no tempo adequado (“esqueletos”) eleva a DLSP, mas não afeta a NFSP.

( ) Se um país detém dívida externa, uma desvalorização cambial eleva a DLSP, sem afetar a NFSP.

( ) A NFSP no conceito primário é obtida pela diferença entre as NFSP no conceito nominal e as despesas de juros nominais incidentes sobre a DLSP, calculadas pelo critério de competência e descontada a receita de juros relativa à aplicação das reservas internacionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e F.

LETRA A

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**96**

A classificação da despesa pública é estruturada para atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, tais como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

A classificação da despesa por identificador de resultado primário é de caráter indicativo e tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário, pelo confronto com as receitas primárias.

Ao avaliar a meta de resultado primário e o resultado alcançado ao final de um exercício, deve-se considerar que:

- (A) é facultada a vinculação com a meta de resultado nominal;

- (B) as despesas discricionárias não devem afetar o resultado primário;
- (C) todas as despesas primárias devem ser incluídas na meta de resultado primário;
- (D) as despesas que devem ser incluídas no resultado primário são de caráter obrigatório;
- (E) há classificação específica para despesas decorrentes de emendas parlamentares impositivas.

LETRA E

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**26**

Um servidor recém-empossado foi designado para atuar na Secretaria de Orçamento Federal, junto à equipe responsável pela elaboração da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A chefia imediata solicitou que o servidor fizesse uma apresentação detalhada sobre a definição das metas de resultado primário (RP) e resultado nominal (RN) a serem incluídas no Anexo de Metas Fiscais da LDO do próximo exercício. Durante a apresentação, a chefia notou que o servidor apresentou alguns equívocos conceituais.

Uma das informações equivocadas que podem ter constado na apresentação feita pelo servidor é que:

- (A) a apuração do RP abrange órgãos e entidades como fundações e empresas estatais dependentes;
- (B) o RN pode ser apurado acrescentando ao RP o saldo da conta de juros;
- (C) o RP é apurado pelo confronto de receitas e despesas financeiras;
- (D) os juros a serem considerados no cálculo do RN são apurados por competência;
- (E) um RN nulo significa que o ente manteve constante o seu nível de endividamento.

LETRA C

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**52**

Ao final do primeiro bimestre de um determinado exercício financeiro, um servidor de um ente público estava fazendo a conferência de informações relativas à execução orçamentária para publicação no portal da transparência do ente. O servidor detectou uma inconsistência na apuração das receitas primárias, feita manualmente em decorrência de uma pane no sistema. A inconsistência detectada pelo servidor refere-se à classificação equivocada do identificador de resultado primário, que gerou uma receita primária a maior.

Um item que pode ter chamado a atenção do servidor se refere a receitas de:

- (A) doações;
- (B) dividendos;
- (C) alienação de bens;
- (D) aplicações financeiras;
- (E) compensações financeiras.

LETRA D

## 18. Lei 4.320/64

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

80

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, dispõe sobre normas que subsidiam a elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes públicos.

Quanto à apresentação da Lei do Orçamento, a Lei nº 4.320/1964 determina que será acompanhada de:

- (A) critérios para elaboração da programação financeira e cronograma de desembolso do exercício;
- (B) quadro demonstrativo da compatibilidade entre as metas fiscais e receitas previstas;
- (C) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo;
- (D) rol de dotações orçamentárias sujeitas à descentralização de créditos;
- (E) rol de responsáveis pela execução do orçamento conforme a estrutura administrativa do ente.

LETRA C

### FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo

40

Um item objeto de constante debate e atenção dos órgãos de controle e da sociedade é a dívida pública, uma vez que acarreta alto custo por consumir parte relevante dos recursos do orçamento para o seu financiamento e amortização. A Lei nº 4.320/1964 classifica a dívida pública em dívida fundada e dívida flutuante.

Ao apurar o montante da dívida flutuante de um ente, NÃO devem ser incluídos valores relativos a:

- (A) restos a pagar;
- (B) débitos de tesouraria;
- (C) serviços da dívida a pagar;
- (D) restituições extraorçamentárias;
- (E) compromissos exigíveis após doze meses.

LETRA E

### FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis

62

No Brasil há regras para elaboração e execução dos instrumentos orçamentários tanto na Constituição da República de 1988 quanto na legislação ordinária e complementar.

Entre as regras mais consolidadas estão aquelas previstas na Lei nº 4.320/1964. Entre as disposições previstas na referida lei que devem ser observadas pelos entes públicos na elaboração do projeto de Lei Orçamentária, estão as relacionadas a:

- (A) diretrizes para elaboração do planejamento plurianual;

- (B) vedação para alterações na previsão de receita orçamentária;
- (C) condições para realização de transferências intergovernamentais;
- (D) realização de operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa;
- (E) critérios para limitação de empenho e movimentação financeira durante o exercício.

LETRA D

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**48**

Em relação às possíveis emendas ao projeto de Lei de Orçamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não está aprovado pelos órgãos competentes.
- II. Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não foi anteriormente criado.
- III. Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

De acordo com a Lei nº 4320/1964, não serão admitidas emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**44**

Em relação à Lei nº 4320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas nele recolhidas e as despesas nele legalmente liquidadas pertencem ao exercício financeiro.
- (B) A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.
- (C) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem liquidadas.
- (D) O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira é convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial do último dia do exercício financeiro.
- (E) A receita da dívida ativa não inclui os valores que correspondem à atualização monetária, à multa e juros de mora e aos encargos.

LETRA B

**45**

De acordo com a Lei nº 4320/1964, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente e, também, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

Essas disposições *não* se aplicam

- (A) para atender o setor da saúde.
- (B) em casos comprovados de calamidade pública.
- (C) para promover ações relacionadas a políticas públicas.
- (D) em necessidade de recomposição salarial de funcionários.
- (E) para atender aos custos diretos essenciais para a organização das eleições.

LETRA B

**FGV/TCE-PI 2021 – Auditor de Controle Externo**

**39**

Os entes públicos estão sujeitos a uma série de controles para auxiliar no equilíbrio da gestão fiscal, entre eles, destaca-se o limite de endividamento, fixado em percentual da Receita Corrente Líquida

## 19. Lei 10.028/2000 (Crimes Fiscais)

## 20. PRECATÓRIOS

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**71**

Uma determinada autarquia federal foi condenada, por sentença transitada em julgado em 20/04/2022, ao pagamento de indenização por invalidez a servidor público, de 58 anos, pertencente a seu quadro de funcionários efetivos, no montante de 65 salários mínimos, valor este já incluso com correção monetária e juros.

Acerca do pagamento pela autarquia federal do valor condenatório devido ao servidor, é correto afirmar que

(A) por se tratar de verba alimentar e sendo prioritário o seu pagamento, o servidor pode solicitar ao juízo o fracionamento da execução para que se execute, separadamente, o montante principal, pela via do precatório, e o valor correspondente à correção monetária e juros, pela via da requisição de pequeno valor.

(B) a verba devida ao servidor será paga pela via do precatório, não gozando, contudo, de preferência sobre os demais débitos, tendo em vista que a Constituição Federal prevê, como requisito objetivo para o reconhecimento da preferência, a idade mínima de 60 anos.

(C) é obrigatória a inclusão no orçamento da respectiva autarquia federal de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

(D) a Constituição Federal autoriza que tal servidor, por sua opção, em vez de receber tais valores, utilize seus créditos em precatórios apenas nas seguintes hipóteses: para aquisição de imóvel público posto à venda pelo ente devedor e para aquisição de participação societária do ente devedor.

(E) o servidor poderá ceder integralmente seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário a preferência prevista para os créditos de natureza alimentícia cujos titulares tenham, ao menos, 60 anos de idade.

LETRA E

## 21. Retenções de Tributos e Contribuições Federais – IN 1.234/12

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Administração**

**49**

A Instrução Normativa 1.234, de 11/01/2012, da Receita Federal do Brasil, versa sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Federal Direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social sujeito a voto e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Com base nessa Instrução Normativa, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal mencionados são obrigados a reter, na fonte, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o PIS/PAPEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

( ) No caso de pagamentos a instituições filantrópicas, associações sem fins lucrativos, templos de qualquer culto, sindicatos e partidos políticos, dentre outras exceções previstas, não serão efetuadas as retenções.

( ) O valor do imposto e das contribuições sociais retidos será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte que sofreu a retenção, observando-se o regramento específico.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

(A) V, F e V.

(B) V, V e V.

(C) V, V e F.

(D) F, V e V.

(E) F, F e V.

ANULADA

## 22. Processo Legislativo Orçamentário – Res 01/2006 CN

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**79**

O Presidente da República, após encaminhar ao Congresso Nacional o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um certo ano, desejou fazer uma alteração no referido projeto. Este, contudo, já se encontrava na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Diante desse cenário, à luz da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2006, assinale a afirmativa correta acerca de tal modificação.

(A) A proposta de modificação do projeto de LOA enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional somente será apreciada se recebida até a distribuição do Relatório Preliminar na CMO.

(B) A proposta de modificação do projeto de LOA enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional somente será apreciada se recebida até a data da realização das audiências públicas na CMO.

(C) Os pedidos para correção da programação orçamentária do projeto de LOA, originários de órgãos do Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

(D) A mensagem do Presidente da República encaminhando as revisões do projeto de LOA será recebida no Congresso Nacional pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

(E) A mensagem do Presidente da República encaminhando as revisões do projeto de LOA será remetida à CMO até 72 (setenta e duas) horas após a comunicação de seu recebimento às Casas do Congresso Nacional.

LETRA C

**FGV - 2022 - MPE-GO - Promotor de Justiça Substituto**

A Lei federal nº XX foi impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade (ADI), que se encontrava em tramitação no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Durante essa tramitação, foi editada a Medida Provisória nº YY, que dispôs, em seu último artigo, que estava revogada a Lei federal nº XX.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

A com a revogação da Lei federal nº XX, a ADI perdeu o objeto;

B a ADI deve ser suspensa até que a Medida Provisória nº YY seja apreciada pelo Poder Legislativo;

C deve ocorrer o aditamento da petição inicial da ADI, para nela incluir a Medida Provisória nº YY;

D a Medida Provisória nº YY apenas suspendeu a eficácia da Lei federal nº XX, não afetando o trâmite da ADI;

E diplomas normativos independentes, surgidos de processos legislativos diversos, não influem em ADIs.

LETRA D

**FGV - 2021 - TCE-AM - Auditor Técnico de Controle Externo - Tecnologia da Informação**

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº XX/2021 e a encaminhou para a apreciação do Congresso Nacional.

À luz da sistemática constitucional, o referido ato normativo, preenchidos os demais requisitos exigidos:

A se tornará definitivo, sendo convertido em lei, caso não seja apreciado em sessenta dias;

B perderá a eficácia se não for apreciado em trinta dias, prorrogáveis por igual período;

C perderá a eficácia se não for convertido em lei em sessenta dias, prorrogáveis por igual período;

D somente não será convertido em lei pelo voto contrário da maioria absoluta do Congresso Nacional;

E começará a produzir efeitos no momento em que for iniciada a sua apreciação pelo Congresso Nacional.

LETRA C

## 23. Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

83

Devido à sua posição geográfica, em uma área montanhosa de um determinado Município, é recorrente a ocorrência de inundações e deslizamentos associados às chuvas sazonais de verão.

Como esses eventos demandam a intervenção do poder público municipal, o Manual de Demonstrativos Fiscais recomenda que:

- (A) a intervenção do poder público frente a essa situação emergencial seja custeada com créditos especiais;
- (B) a reserva de contingência deva ser direcionada para a cobertura de despesas necessárias para sanar a situação emergencial;
- (C) as despesas com ações para mitigar tais efeitos devam ser previstas na LDO e na LOA;
- (D) as providências a serem tomadas pelo poder público sejam previstas no anexo de riscos fiscais;
- (E) o ente publique decreto de calamidade pública para suspender as restrições fiscais até o fim da emergência.

LETRA C

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

84

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem como objetivo subsidiar o acompanhamento e controle das receitas e despesas previstas no orçamento, conforme legalmente definido.

Ao ser questionado sobre os limites que podem ser acompanhados no RREO, um servidor da área de contabilidade exemplificou citando o limite relativo a:

- (A) aplicação de recursos em consórcios públicos;
- (B) concessão de garantias e contragarantias a entes públicos;
- (C) despesas decorrentes das parcerias público-privadas;
- (D) destinação de recursos orçamentários ao serviço da dívida;
- (E) inscrição de despesas em restos a pagar não processados.

LETRA C